

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Ana Paula Granzotto de Oliveira

O CARÁTER PROVISÓRIO DO ABRIGO E A PASSAGEM ADOLESCENTE:
PENSANDO TRANSITORIEDADES.

Porto Alegre

2006

Ana Paula Granzotto de Oliveira

O CARÁTER PROVISÓRIO DO ABRIGO E A PASSAGEM ADOLESCENTE:
PENSANDO TRANSITORIEDADES.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e institucional, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Clary Milnitsky-Sapiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clary Milnitsky-Sapiro

Porto Alegre

2006

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que um dia foram privados do convívio familiar. E a todos os adolescentes que aceitaram participar desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas foram fundamentais para a concretização deste sonho e sinto muito em não conseguir agradecer a todas. Aos meus queridos familiares e amigos um agradecimento singular por compreenderem minha ausência em diversos momentos, mesmo antes do início oficial do mestrado quando me preparava para as provas.

O meu primeiro e especial agradecimento é para o ‘meu querido’ companheiro, Daniel – quero te agradecer pela sua presença, carinho, companheirismo, alegria, confiança e apoio incondicional. Obrigada por tudo o que fez por mim e para a realização deste sonho nestes dois anos e meio. Obrigada por fazer parte da minha vida.

À minha orientadora, prof^ª. Dra. Clary M. Sapiro, pelo acolhimento, oportunidade e confiança depositada em mim e neste projeto;

Aos meus amados pais, Ana Maria e Arnaldo, pelo apoio incondicional e por me mostrarem desde muito cedo o caminho a seguir e a importância dos estudos para minha vida;

Às minhas queridas e amadas irmãs – Katiane e Kamila – por fazerem parte da minha vida;

À minha companheirinha diária e incansável – Peca;

Às queridas amigas que tive a oportunidade de conhecer durante o mestrado Luciane e Camila. Camila, obrigada por me escutar inúmeras vezes, nos momentos de desânimo e de expectativas que vivemos nesses últimos meses;

Aos queridos amigos Suely e Sean – por fazerem parte da nossa vida. Susu, muito obrigada pelo apoio na reta final - foi muito valiosa para mim. Sean, obrigada pelo apoio no abstract;

Aos meus queridos amigos Silvia e Michael, pelo apoio, mesmo que remoto. Silvia, te agradeço ainda pela cuidadosa leitura realizada em alguns capítulos e pelas preciosas sugestões;

Aos queridos amigos Melody e Alexandre por todo apoio e presteza na reta final, quando me ofertaram tempo especial para a formatação do trabalho e detalhamento das figuras;

Às colegas Emily e Sabrina, pela estimada contribuição e apoio na coleta dos dados. Um agradecimento especial para a Emily que me auxiliou também com as transcrições das entrevistas e início da análise dos dados;

Aos professores que participaram da banca de qualificação, Prof^ª Carmen Oliveira e Prof. Henrique Nardi, com importantes sugestões para o andamento desta pesquisa;

À direção dos abrigos, que acolheu a minha proposta de pesquisa;

À todos os funcionários da equipe da FPE e da ONG pela confiança e disponibilidade em me receber em todos os momentos desta pesquisa;

Aos monitores que abriram tantas vezes a sua ‘casa’;

E, finalmente, aos funcionários da secretária do curso de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – Francisco e Milene – pela disponibilidade e presteza em resolver as burocracias.

Tens o direito de fazer tudo o que te dizemos.
Mas não deves dizer o que te fazemos.
Tens o direito de proceder às mudanças que te pedimos.
Mas não tens o direito de pedir que mudemos.
Tens o direito de andar por onde queremos.
Mas não tens o direito de querer que nós vamos.

(Lies lotte Rauner)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ADOLESCÊNCIA ENQUANTO PROCESSO: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	16
2.1 Vulnerabilidade Social do Adolescente no Brasil Contemporâneo	23
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	35
3.1 EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL... 35	35
3.2 O Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente	41
3.2.2 <i>Uma Breve Contextualização.....</i>	<i>42</i>
4 A FAMÍLIA.....	50
4.1.....	53
Distintos arranjos familiares e o Estatuto da Criança e do Adolescente	53
4.2 O direito à convivência familiar e o trabalho realizado pelos abrigos:	62
4.3 As funções materna, paterna e fraterna e o adolescente abrigado	67
5 ANALISANDO O AMBIENTE DE ABRIGO CONSTITUÍDO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.....	71
5.1 Descrição do Contexto Investigado.....	86
5.1.1 <i>Abrigo Renascer - Fundação de Proteção Especial (FPE) – Abrigos Residenciais (AR).....</i>	<i>88</i>
5.1.2 <i>Abrigo Recriar – Organização Não-Governamental.....</i>	<i>95</i>
6 METODOLOGIA	109
6.1 Delineamento:.....	109
6.2 Instrumentos e Materiais:	111
6.2.1 <i>Consulta a documentos:.....</i>	<i>112</i>
6.2.2 <i>Diálogos Informais e Observação</i>	<i>112</i>
6.2.3 <i>Entrevistas Semi-estruturadas:</i>	<i>113</i>
6.2.3 <i>Participantes e procedimentos para coleta de dados:</i>	<i>113</i>
6.3 Análise dos Resultados	115
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	118
7.1 O Adolescente Abrigado	118
7.2 Políticas Públicas para a área da Abrigagem.....	133
7.3 O “adulto cuidador” e o adolescente abrigado.....	154
7.4 O Ambiente de Abrigo para o Adolescente	175
8 CONCLUSÕES	206
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215
APENDICE A - QUESTIONÁRIO.....	221
APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS	222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AR	Abrigo Residencial
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
FASC	Fundação de Atendimento Social à Criança
FASE	Fundação de Atendimento Sócio Educativo
FEBEM	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FPE	Fundação de Proteção Especial
NAR	Núcleo de Abrigos Residenciais
ONG	Organização Não Governamental
PPD	Portadores de Necessidades Especiais

RESUMO

Além de separar claramente os papéis de instituições voltadas ao acolhimento de crianças e adolescentes enquanto medida de proteção (abrigos) e os de instituições voltadas ao cumprimento de medidas sócio-educativas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) propõe novas diretrizes para o acolhimento de crianças e adolescentes que ainda estão longe de serem completamente implementadas por todas as instituições brasileiras. Esta pesquisa analisa o contexto institucional, rotinas, práticas cotidianas e estrutura física de dois abrigos voltados ao acolhimento de adolescentes do município de Porto Alegre – um governamental e uma ONG – com o objetivo de identificar possíveis diversidades nas práticas destas instituições e avaliar se esses ambientes de abrigo estão oferecendo um espaço referencial e reorganizador para os abrigados. A pesquisa investiga também se estes ‘novos’ ambientes estão conseguindo oferecer um espaço continente e de ressignificação das experiências traumáticas anteriores que levaram à situação de abrigamento, reconhecendo quais práticas se distinguem das executadas nas grandes instituições. A pesquisa segue uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo, denominada ‘descrição de cunho etnográfico’. Para a análise dos dados, utilizou-se o método de Análise de Conteúdo das narrativas dos adolescentes e adultos entrevistados. Os resultados apontam para a importância de um acolhimento personalizado e em pequenas unidades onde é possível oferecer um acolhimento mais continente ao processo adolescente, e o reconhecimento da importância dos adultos cuidadores, especialmente monitores, como pessoas significativas para os adolescentes. Ainda em relação ao importante papel dos monitores, a pesquisa levanta vários questionamentos em relação aos papéis atribuídos a estes monitores e sobre as dificuldades no atendimento quando ao invés de serem *cuidadores*, no sentido mais amplo da palavra, esses adultos se tornam apenas pessoas destinadas a controlar e monitorar a vida dos abrigados. A pesquisa investiga ainda a intrincada relação entre o caráter provisório da medida de proteção, preconizada pelo ECA, e a necessidade do estabelecimento de vínculos entre cuidadores e abrigados e de realizar um trabalho de médio e longo prazo, visando ressignificar suas histórias.

Palavras-Chaves: ECA, Abrigo, processo adolescente, transitoriedade.

ABSTRACT

In addition to clearly separating the roles of institutions oriented towards the protection of children and adolescents between those which serve as measures of protection (shelters) and those of a social-educative orientation, the Child and Adolescent Statute (ECA, 1990) proposes new directives for sheltering children and adolescents, although, as of the present date, not all Brazilian institutions have fully implemented these guidelines. This current research analyses the institutional context, routines, daily practices and physical structures of two shelters that receive children and adolescents in the town of Porto Alegre – one governmental and the other non-governmental (NGO) – with the principal goal of identifying possible differences between the practices of these two institutions and evaluating if these shelter environments are offering referential and reorganising spaces to the sheltered. This research also investigates whether these ‘new’ environments are offering a continent space, capable of promoting resignification of the previous traumatic experiences that lead to sheltering, whilst identifying the practices which are distinct from those conducted at large institutions. The research follows a descriptive, qualitative methodology, called 'description of an ethnographic nature', based on the Content Analysis method of the narratives of interviewed adults and adolescents. The results point towards the importance of both personalised attendance and the use of small units, where it is possible to offer a more continent holding of the adolescent process, and shows the importance of the caring adults, especially the monitors, as meaningful figures to the adolescents. With respect to the important role of the monitors, this research raises several questions related to the roles attributed to these monitors and to the difficulties observed when, instead of taking care of the adolescents, the monitors are focus purely on the control and observation of the sheltered ones lives. This research also investigates the intricate relationship between the provisory nature of the measure of protection, as praised by ECA, and the need to establish bonds between the carers and the sheltered, as well as the necessity of a medium and long-term continuation of the holding process, as a means of permitting a resignification of the sheltered-one’s life stories.

Keywords: ECA, shelter, adolescent process, transitory nature.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem origem na prática¹ da autora enquanto psicóloga em equipamentos de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Tal prática evidenciou a necessidade de refletir acerca do sentido e significado do termo “acolhimento” nos programas de Políticas Públicas e acerca de sua acepção mais ampla – características como estrutura física, dinâmica funcional e aspectos sócio-afetivos – bem como os fatores que fazem de um abrigo um efetivo ambiente de acolhimento de crianças e adolescentes enquanto medida de proteção, uma vez que, após a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)² há escassos estudos, especialmente na área da Psicologia Social, sobre a prática do acolhimento em unidades menores e, também, como está sendo efetivada a provisoriedade da medida de abrigamento, tanto para as instituições, quanto para os abrigados.

No contexto desta pesquisa, é importante destacar que o termo *ambiente* será pensado não somente no sentido de espaço físico da instituição – isto é, o espaço onde acontecem as práticas cotidianas – mas também no sentido de espaço onde acontecem as relações, interações e conflitos entre todos os sujeitos – cuidadores e abrigados – que compõem a instituição.

¹ A saber, cerca de dois anos em um abrigo para crianças órfãs na cidade de Araraquara-SP e dois anos em um abrigo privado (não governamental) para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, na cidade de Porto Alegre-RS.

² E, especialmente o artigo 92 onde explicita os princípios das entidades que desenvolvam programas de abrigo devem adotar.

Coincide com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, o início de um movimento de institucionalização de crianças vítimas de abandono no Brasil (Benites, 1998). A institucionalização de crianças e adolescentes foi, e ainda parece ser, uma das principais práticas no atendimento a infância pobre no país – historicamente constituída como uma abordagem assistencialista, discriminatória, estigmatizante e voltada, principalmente, para a contenção de desvios de comportamento.

Assim, a institucionalização de crianças e adolescentes surge como resultado de uma demanda, em que o crescimento das cidades e a complexidade da vida social exercem significativa importância: sujeitos, em sua grande maioria, provenientes de famílias – ditas “desequilibradas” – cruelmente submetidas às mazelas da pobreza que explicita a injusta política social, legitimada no país.

O que se constata com isso é que inúmeras instituições têm sido constituídas com a finalidade de acolher crianças e adolescentes que vivem nas ruas ou que foram retirados de suas casas após situações de negligência e maus tratos. De acordo com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, somente em Porto Alegre e região, existem cerca de 93 instituições de abrigo que acolhem um total de 2.782 crianças e adolescentes. No mesmo período do ano de 2005, o número de abrigos existentes era 89 e o número de crianças e adolescentes abrigados ficava em torno de 2.604. Observa-se, assim, o quanto muitas instituições são, na atualidade, apenas uma resposta à demanda produzida pela própria organização social do país.

Porém, talvez mais importante do que identificar os motivos para um aumento numérico de instituições de abrigo é pensar sobre o futuro dessas instituições, especialmente quando se conhece os prejuízos advindos de longos períodos de institucionalização. Muitas vezes, o que se constata é que fatores econômicos e sociais estão diretamente envolvidos na complexidade da questão do abrigamento.

³ Dados de março de 2006 obtidos à partir do portal www.tj.rs.gov.br.

Assim, conforme ocorrido com a reformulação do modelo das instituições psiquiátricas no Brasil e no mundo, as instituições de abrigo também ter passado por significativas transformações desde a implementação do ECA. Particularmente no que se refere às entidades de atendimento, o ECA define diversas diretrizes relacionadas à desinstitucionalização, dentre elas a preservação dos vínculos familiares, o atendimento personalizado, a participação na vida da comunidade e o caráter provisório e não carcerário da medida de abrigamento.

Faz-se importante reconhecer a relevância destas diretrizes, uma vez que a força institucionalizadora de uma instituição fechada faz com que os sujeitos sejam desqualificados, ou seja, seus atos, discursos e comportamentos acabam esvaziando-se em virtude de um atendimento massificado e de dispositivos institucionais de cronificação destes sujeitos.

Segundo Delgado (2000) é imprescindível avaliar urgentemente tais transformações, sendo estas tão recentes. Este segue afirmando que a avaliação deveria buscar definir as mudanças nas finalidades das instituições, bem como o efeito deste novo modelo sobre as crianças e adolescentes abrigados.

No entanto, questionar como os abrigos têm se reestruturado após a implementação do ECA não deixa de ser uma importante tarefa na medida em que muitas crianças e adolescentes não possuem para onde voltar devido a uma complexa situação de deterioração das condições familiares e estruturais e, portanto, de não garantia de direitos à proteção integral. Conseqüentemente, crianças e adolescentes que ainda precisam permanecer em uma instituição.

Inúmeros documentos internacionais já foram produzidos referindo-se à violência contra a criança no Brasil, e o retrato dessa dura e cruel realidade é inquietante: Violência contra crianças gerando violência contra os adultos; crianças e adolescentes invisíveis para a sociedade, assumindo comportamentos anti-sociais como uma forma de tornarem-se visíveis

enquanto indivíduo, pertencente a um contexto social – um círculo vicioso retroalimentado por uma sociedade altamente segregadora, excludente e violenta, que nega a muitos indivíduos, condições básicas de vida. Aqui se pode incluir a “fome e a miséria, a falta de oportunidades e a coisificação do ser humano, visto como objeto de uso e abuso, desumanizado” (Cassorla, 1998, p.16).

Dessa violência básica pode-se pressupor uma “violência mais concreta, observada através de maus tratos, tortura, morte e ainda condutas autodestrutivas” (Cassorla, 1998). Essa violência produzida pela sociedade pode, muitas vezes, ser observada também no interior das instituições de abrigo como nos aponta Marin (1998), uma vez que estas não conseguem proporcionar um espaço referencial e reorganizador.

Assim, a política de abrigamento pode ser vista como um dos aspectos indissociáveis da dinâmica de exclusão. Se, por um lado, a sociedade, muitas vezes pela falta de informação, deseja proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social através dos abrigos, capazes de prover-lhes ao menos moradia, alimentação, vestuário e cuidados básicos, por outro lado, esta mesma sociedade encontra nos abrigos uma possibilidade de afastar dos olhos o que tanto lhe incomoda – uma forma de oprimir os banidos, “de vigiar e tornar inofensivos os excluídos”.

Instituições têm sido concebidas com o objetivo de proporcionar apoio, amparo e proteção a sujeitos necessitados. Porém, faz-se imperativo questionar: Com que *diretrizes e objetivos* essas instituições são constituídas? *Quem* as constitui? Para *quem* elas são concebidas?

Em seu livro “Privação e Delinqüência”, Winnicott (1999) salienta a importância do trabalho com crianças e adolescentes que apresentam manifestações de privação, bem como aborda as graves conseqüências que a ausência de uma preocupação com essas crianças pode proporcionar a uma sociedade. Clare Winnicott, na introdução deste livro, compara a

gravidade do problema à bomba nuclear. Não oferecer amparo às crianças e aos adolescentes pode significar, no futuro, ter que lidar com um enorme “potencial destrutivo no seio da sociedade”.

Winnicott inicia seu trabalho sobre privação e delinqüência das crianças evacuadas durante a Segunda Guerra Mundial. Ele constata que a evacuação, para algumas crianças, era um problema secundário quando comparado com os problemas enfrentados em seus próprios lares.

Para Winnicott e sua equipe, o ponto central era como gerir um ambiente “suficientemente humano e suficientemente forte, para conter, os que prestam assistência e os destituídos e delinqüentes, que necessitam desesperadamente de cuidados e pertencimento, mas fazem o possível para destruí-los quando encontram” (Clare Winnicott, 1999, XVI.) Um questionamento semelhante permeia também esta pesquisa, que possui como *objeto* as instituições de acolhimento e busca identificar e contextualizar – através de recortes do cotidiano dessas instituições – se as atuais práticas reconhecem o processo adolescente e se conseguem propiciar aos sujeitos abrigados um ambiente continente de ressignificação de suas experiências traumáticas anteriores.

A *questão* que norteia essa pesquisa é revelar como os ambientes de abrigo, enquanto uma medida de proteção preconizada após a implementação do ECA, estão se estruturando para o “acolhimento transitório” de adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O *objetivo geral* consiste em descrever e analisar as rotinas, práticas cotidianas e estrutura física destes equipamentos com o intuito de refletir o quanto tal contexto contempla a formação de um “*ambiente suficientemente bom*” (Winnicott, 1999) para os adolescentes abrigados.

Já o *objetivo específico* é analisar e comparar as diretrizes e estruturas de dois equipamentos distintos de abrigagem de adolescentes em situação de vulnerabilidade social – um equipamento governamental e uma Organização Não Governamental (ONG)⁴ – buscando identificar possíveis diversidades nas práticas dessas duas Instituições.

⁴ As instituições pesquisadas terão seus nomes alterados a fim de garantir o anonimato. Dessa forma, a instituição governamental será denominada como ‘Renascer’, já a instituição não governamental será chamada de ‘Recriar’.

2 ADOLESCÊNCIA ENQUANTO PROCESSO: UMA VISÃO PSICANALÍTICA

Parece ser possível afirmar, segundo Grossman (1998), que o que se chama de adolescência na atualidade só passou a ser observado a partir do século XVIII. Anteriormente a esse período não havia a compreensão do que atualmente denomina-se adolescência. No entanto, no século XIX, os movimentos que atravessavam as relações entre pais e filhos começavam a ser identificados e a infância passava a ser retratada como um período excepcional da vida. Neste contexto, a adolescência começa a ser entendida com mais precisão.

Durante o século XIX, a adolescência é vista como um “momento crítico” da existência humana. Ela se torna, então, alvo de estudos e pesquisas de médicos e educadores (Grossman, 1998). “A adolescência é distinguida como zona de turbulência e contestação, constituindo-se em uma linha de fraturas e erupções vulcânicas no seio das famílias”, ou ainda, segundo Erikson, (1968) como a fase de “crise de identidade”.

No entanto, consiste em um tema ainda pouco explorado se o compararmos aos estudos relativos à primeira infância. Para Anna Freud (1995) isso se dá devido às complexidades do processo adolescente.

Sigmund Freud, em 1905, com a publicação da obra *Três Ensaios sobre uma Teoria Sexual* dá nova compreensão sobre o processo adolescente. Em alemão, língua em que Freud escreveu suas obras originais, não havia correspondente ao termo adolescência. Freud utiliza, ao invés de adolescência, o termo puberdade (*Jugend*). Freud descreve a puberdade “como o tempo no qual as mudanças que se dão na vida sexual infantil encontram sua forma final” (Freud, 1995, p. 64).

Segundo Anna Freud (1958, In Cadernos APPOA, 1995), anteriormente à publicação de *Três Ensaios*, a adolescência tinha seu significado diretamente ligado ao início da vida sexual do sujeito. Contudo, após a “descoberta de uma vida sexual infantil, o *status* da adolescência foi reduzido a um período de modificações finais, a uma transição e ponte entre o difuso infantil e a sexualidade adulta genital centrada” (p.64).

E ainda segundo os estudos psicanalíticos de Anna Freud, o mérito pela eventual solução dos conflitos que se apresentam na adolescência resulta das “lutas do ego para dominar as tensões e pressões surgidas dos derivados pulsionais, batalhas que levam, no caso normal, para a formação do caráter e, em sua saída patológica, para a formação dos sintomas neuróticos” (p.65). Parece ser possível afirmar que o que torna o processo adolescente significativamente crítico é um intenso e crucial vínculo com a mãe, “datada não só do Édipo, mas da união pré-edípica com ela” (p.73). Ou seja, a adolescência funda-se, por definição, numa suspensão do “sereno crescimento” e passa a assemelhar-se, ainda na perspectiva anterior às vertentes psicanalíticas atuais, com uma variedade de outros transtornos emocionais e perturbações estruturais. Por outro lado, a constância de equilíbrio em um processo adolescente, isto sim, pode ser aspecto que mereça atenção.

Contudo, pesquisas realizadas na *Hampstead Child Therapy Clinic* apontam descobertas com relação a estudos de crianças órfãs que foram privadas da relação com uma figura materna constante no início da vida. “Esta carência de uma fixação à mãe, longe de tornar a adolescência mais fácil, constitui um período real a toda a coerência interna da personalidade durante este período. Nestes casos a adolescência é precedida, freqüentemente, por uma frenética busca de uma imagem materna; a possessão interna e a catexia de tal imagem parecem ser essenciais para o resultante processo normal de separação da libido desta, que é transferida para novos objetos, isto é, para parceiros sexuais” (Anna Freud, 1958, 1995, p.73).

Anna Freud (1995) oferece uma definição diferenciada para este aspecto. Segundo ela, o adolescente vive uma constante luta emocional, caracterizada pela imediatividade – a extrema urgência em satisfazer seus desejos – inflexibilidade, frustração e ainda, disposição em contemplar qualquer relacionamento como sendo uma possibilidade para obter satisfação, ao invés de uma provável fonte de discernimento e elucidação. “A libido do adolescente está no ponto de separar-se do investimento em seus pais e de catexizar novos objetos” (p.70).

Para Anna Freud (1995), o normal na adolescência consiste em:

... comportar-se, por um tempo considerável, de uma maneira inconsistente e imprevisível; combater seus impulsos e aceitá-los; afastá-los com sucesso e ser invadido por eles; amar seus pais e odiá-los; revoltar-se contra eles e ser dependente; ficar profundamente envergonhado ao reconhecer sua mãe diante dos outros e, inesperadamente, desejar conversas íntimas com ela; prosseguir através da imitação e da identificação com outro, enquanto busca, incessantemente, sua própria identidade; ser mais idealista, artístico, generoso e desinteressado do que jamais será, mas também o oposto: centrado em si próprio, egoísta e calculista. Semelhantes flutuações entre extremos opostos seriam consideradas altamente anormais em qualquer outra época da vida. Neste período, elas significam que uma estrutura adulta da personalidade leva longo tempo para surgir, que o ego do indivíduo em questão não cessa de experimentar e não está apressado para encerrar suas possibilidades... Penso que lhe deve ser concedido tempo e espaço para trabalhar sua própria solução. Ao contrário, podem ser seus pais os que necessitam ajuda e orientação para serem capazes de tolerá-lo. Há poucas situações na vida que são mais difíceis de enfrentar do que um filho ou uma filha adolescente, durante os esforços que estes fazem para sua libertação. (p.82)

O aspecto de “passagem” de um lugar no social, de formas criticamente díspares de interagir com os “outros significativos” é marcado duplamente para Outeiral (1994), pois segundo ele, adolescência e puberdade são instâncias distintas. A última diz respeito ao processo biológico que desencadeia os chamados “caracteres sexuais secundários”, enquanto a primeira é o um “processo psicossocial”. Ainda segundo Outeiral, a adolescência terá “distintas particularidades de acordo com o ambiente social, econômico e cultural” do indivíduo adolescente (p.5).

Outeiral define adolescência em termos de sua dupla origem etimológica:

do latim ad (a, para) e olescer (crescer) significando a condição ou processo de crescimento, em resumo, o indivíduo apto a crescer. Adolescência também deriva de adolescer, origem da palavra adoecer. Temos assim, nesta dupla origem

etimológica, um elemento para pensar esta etapa da vida: aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida). (p.6)

Erik Erikson (1979) atribui grande ênfase ao meio social, ou seja, as influências sócio-culturais do desenvolvimento, tendo este, valor significativo para o desenvolvimento do ego ou *self*. Este autor propôs uma teoria de desenvolvimento psicossocial cujo “epicentro” é a adolescência. O seu diagrama epigenético descreve uma sucessão de crises estruturais, oito mais precisamente, onde existe, em cada uma, um conflito a ser superado. Para Erikson, em cada crise deve-se, como resultado, desenvolver uma “virtude” particular. Esse termo diz respeito exatamente ao aspecto pouco explorado de seu “diagrama epigenético” no qual a linha vertical denota os possíveis “traços” no social de cada fase a ser resolvida. Este autor acrescenta ainda que, durante o período da infância, frente a uma sintomatologia precisa, a constatação de carências significativa no meio representa um fator mínimo na avaliação da patologia. Porém, durante o período da adolescência, a verificação de uma falta de organização cumulativa do meio compõe um importante fator na avaliação da patologia. (In Silva, 2000).

Cabe ressaltar que para Erikson (1979) a expressão crise serve para assinalar uma questão determinante e indispensável, um tempo nevrálgico, onde o desenvolvimento deve escolher por alguma direção, movimentando recursos de crescimento, recuperação e nova distinção.

Tanto Anna Freud (1995), quanto Erikson (1979) e Winnicott (2002), sugerem que um “tratamento” adequado para a adolescência é o tempo; “desde que a família cumpra com o seu papel, isto é, que inspire ao jovem confiança suficiente para que ele esboce o gesto subversivo convicto de que encontrará no outro lado alguém consistente e que tope o desafio”(Grana, p.197), no sentido da apropriação dos referenciais anteriores e suas formas conseqüentes de resolução “desembocando” em um “ser no mundo”. Anna Freud relata: “Sugeri em outro momento (1936) que a adolescência produz, ocasionalmente, algo da ordem de uma cura

espontânea”(p.73), e ainda, “Enquanto um adolescente permanece inconsistente e imprevisível em seu comportamento, ele pode sofrer, mas ele não me parece estar necessitando de tratamento. Penso que lhe deve ser concedido tempo e espaço para trabalhar sua própria solução”(p.82)

Corso, Diana (2002) considera o processo adolescente como parte de um processo contínuo, que segue a própria origem do sujeito e não algo que acontece de forma inesperada.

Na perspectiva psicanalítica atual, Corso, semelhantemente a Erikson, vê a puberdade não apenas em termos de mudanças fisiológicas, mas como recapitulação, reedição do conhecido “complexo de Édipo⁵”. A adolescência, segundo esta autora, versa sobre inversão, ou seja, a adolescência tem papel contrário ao da infância que consiste em realizar o trabalho de transformar amor em identificação. A adolescência possui o papel de rompimento e elaboração; é o resultado da operação de inversão do Édipo. “Não é apenas um momento de luto, confusão, conflito, rompimento e erupção, mas também um momento de profunda incompreensão diante de tudo o que “desafia nossa estabilidade” (p.20). Com relação a este aspecto parece ser possível afirmar que isso se intensifica devido à rapidez com que se vive a produção e circulação de valores e ainda a descartabilidade no social.

Um outro aspecto da adolescência, que interessa particularmente a autora, por relacionar-se diretamente com os objetivos desse projeto é a ambivalência emocional do processo adolescente (Cassorla, 1998). Segundo Cassorla, este é um momento em que está presente, ou deveria estar - o idealismo, ou seja, a capacidade ou a possibilidade do adolescente se indignar em relação às crueldades e perversidades do mundo. É neste momento que o adolescente pode passar a ser considerado um indivíduo, separado de seus pais. E para que isso ocorra,

⁵ O complexo de Édipo, de maneira breve, consiste em uma catexia sexual no progenitor do sexo oposto e em uma catexia hostil no progenitor de mesmo sexo. Este conflito geralmente é vivenciado na fase fálica, como denominou Freud. Tragédia de Sófocles (Grécia) sobre a triangulação entre o pai (Laio), a mãe (Jocasta) e o filho (Édipo), o complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estrutura da personalidade e na orientação do desejo humano.

geralmente o adolescente rebela-se contra eles; um processo ao mesmo tempo almejado e temido, uma vez que são também os pais que, *a priori*, deveriam proteger o adolescente dos obstáculos e sofrimentos da vida.

Ainda para Cassorla, o adolescente vive um estado confusional, “em que não sabe mais *o que* deve ou não fazer, menos ainda *como* deve fazer”, que pode ser pensado como conflito de gerações (p.16). É diante desse estado que o adolescente necessita ter, nos “adultos cuidadores”, figuras com as quais se identifique (reais ou imaginárias), mas que o façam sentir-se também diferenciados. Os adolescentes necessitam de referenciais sólidos, que suportem a importante função de segurança ao “complexo” do processo adolescente.

Para Rassial (1995), a adolescência deve ser demarcada como operação psíquica e não apenas a partir da percepção de aspectos fisiológicos – puberdade – ou ainda de critérios sociológicos, o princípio da vida social. Com isso, Rassial, parece apostar em uma proposta psicológica, ou seja, simbólica. Segundo ele, a adolescência consiste em um período de indecisão subjetiva e de incerteza social durante o qual, família e instituições exigem que o adolescente se assuma, ora como criança, ora como adulto.

A prática institucional com adolescentes abrigados leva, constantemente, a observação e comprovação deste momento de incerteza. Isso aparece claramente em um fragmento de uma carta de um adolescente de 16 anos abrigado em uma das Instituições que se pretende pesquisar:

Desvincilhar-se do grande brasão da desigualdade, neste ano de 2004, vai ser um caminho impossível. Mais de cem anos de cultivo da desigualdade, têm que ser podados por muitos outros com oportunidades iguais, e com política responsável e de pulso firme para controlar a economia. Precisar também ‘gritar’ nos ouvidos de todos que tentam tapar a voz da mudança, pois para eles, suas belas mansões e grande capital, têm de ser monopolizados. Tem de ser de um único dono? Teremos que lutar por comida todo dia, e saneamento básico em qualquer lado da cidade; estudo de qualidade e também justiça justa? (Transcrição literal).

Para Freud, segundo Rassial, o processo adolescente é sucessivo ao processo da puberdade. Já para Rassial eles são imbricados um e outro. “No processo da puberdade, a experimentação transtorna no real, enquanto a adolescência é, para ele, um processo de reidealização” (p.89).

Rassial (2002) considera a adolescência como estado-limite comum, ou seja, “este consiste em um momento em que o sintoma ainda não está constituído, firmado, e é um momento de elaboração desse sintoma em suas novas qualidades em relação ao que se poderia chamar mais de criança-sintoma” (p.128). Ainda segundo Rassial, o processo adolescente, enquanto padrão da crise identitária, está relacionado com o fato de que o adolescente vive ou viverá uma crise e coloca em questão a “identidade dos pais, a identidade do conjunto do casal social, e interroga imediatamente o laço social em sua totalidade” (p.88).

Outro autor que contribui para essa revisão, Blos (1996), mantém a perspectiva de que a adolescência é “a soma de todas as tentativas de ajuste ao estágio da puberdade, a nova série de condições interiores e exteriores – endógenas e exógenas – enfrentadas pelo indivíduo” (p.15). Também em Blos (1996), in Silva (2000), encontra-se a teoria psicanalítica da “recapitulação” adolescente onde as “relações objetais edípicas são revividas na adolescência e uma nova resolução é procurada em consonância com a maturação sexual da puberdade” (p.15).

Para Silva (2000), pode-se supor que não apenas o complexo de Édipo passa por um processo de recapitulação, mas também a “relação especular”, que implica uma maneira essencial à relação com o outro.

Semelhantemente a Winnicott (1999), Rassial concorda que o processo adolescente pode ter uma duração variável e que esse fato pode estar relacionado a razões sociais. Rassial acredita ainda que, “o tempo da incerteza é cada vez mais longo”(p.100).

Winnicott (1983) atribui significativa importância ao ambiente na estruturação do sujeito e defende a necessidade de um ambiente estável e saudável, assim como uma boa identificação, para alcançar a vida adulta de forma satisfatória.

Assim, ao se refletir sobre as crianças que se tornam adolescentes nos ambientes de abrigos, acredita-se ser fundamental oferecer a estes um ambiente mais privativo como também a possibilidade de se refletir sobre que adolescente é este, quais seus desejos, necessidades, angústias, uma vez que, até então, insistimos em nos reportar a uma adolescência que parece ser única, natural, atemporal e idealizada. Refletir e questionar as verdades absolutas, sobre as muitas adolescências construídas ao longo dos tempos faz-se imperativo neste momento de profundas transformações sociais, onde a desigualdade marca intensamente os modos de ser, distintos dos ditados pelo padrão hegemônico.

Compreender a importância das fases, mudanças ou etapas do processo adolescente é fundamental para entender as reais necessidades dos sujeitos desse estudo – indivíduos obrigados a viver essa passagem “**privados de aspectos constitutivos referenciais**”⁷ e de marcas que lhes facilitem a possibilidade de vislumbrarem inserções no social além da transgressão ou, da resignação.

2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL DO ADOLESCENTE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

“Acima de tudo, o novo conhecimento assenta num des-pensar do velho conhecimento ainda hegemônico, do conhecimento que não admite a existência de uma crise paradigmática porque se recusa a ver que todas as soluções progressistas e auspiciosas por ele pensadas foram rejeitadas ou tornaram-se inexecutáveis”

*(Boaventura de Souza Santos)*⁸

⁷ Milnitsky-Sapiro, C., 2003 “Notas de seminário sobre Adolescência e Violência na Contemporaneidade”

⁸ Santos, Boaventura de Souza. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.186.

Ao longo deste capítulo, procurar-se-á refletir sobre as concepções prevalentes sobre o termo ‘adolescência vulnerável’, discutindo como este conceito é resultante de uma trama histórica e social e de concepções científicas vigentes em cada momento histórico, construídas com objetivo de governar, controlar, de instituir formas de ser e viver a inúmeros adolescentes expostos às profundas desigualdades sociais. Adolescência esta, segundo Dornelles (2005), que nos escapa, que nos assusta por ser diferente de tudo o que conhecemos e ‘dominamos’.

Refletir sobre o adolescente em situação de vulnerabilidade social implica analisar o significado do termo vulnerabilidade além do ponto de vista semântico. Mais ainda, é preciso entender como esse conceito foi apropriado pelos programas de políticas públicas no contexto geopolítico brasileiro enquanto um processo de intervenção no social.

Constatou-se ao longo desta revisão bibliográfica, que o termo vulnerabilidade social, apesar de frequentemente utilizado, nem sempre é claramente definido, especialmente pelas áreas da psicologia e serviço social. Assim, encontra-se geralmente na literatura, a demarcação do público alvo do texto que trata de vulnerabilidade social – “famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social”, desviando-se assim o foco para o indivíduo e, conseqüentemente, negligenciando a complexidade da situação. Atualmente, este termo tem sido, com freqüência, utilizado em textos sobre a pobreza na América Latina, e também sobre os resultados limitados das políticas públicas para ‘*combater o problema*’.

Com isso, um termo que, aparentemente, poderia ter um significado bem mais abrangente, parece sempre se referir somente a um modo econômico vigente. Embora em uma sociedade excludente e perpetuadora de desigualdades, onde pessoas de baixa renda possam ser consideradas vulneráveis, o termo vulnerabilidade deveria significar muito mais do que somente ausência de recursos financeiros.

Abramovay (2003), por exemplo, tenta definir vulnerabilidade social “como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos (materiais ou simbólicos) dos atores e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm o Estado, do mercado e da sociedade civil” (p.1). O conceito deixa em evidência a preocupação com o contexto "macro", apontando os efeitos das desigualdades estruturais e as "configurações" de "debilidades ou desvantagens para o desempenho ou mobilidade social dos atores" (Abramovay *et al.*, 2001, p. 13).

Já no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a expressão vulnerabilidade é definida como a “qualidade ou estado de vulnerável” (p.2078), que por sua vez é exemplificado como “o lado fraco de um assunto ou de uma questão, ou do ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido” (p.2078).

Conforme citado em Ayres et al (2003) o termo vulnerabilidade tem sua origem na área da advocacia internacional através dos Direitos Universais do Homem e identifica ‘grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania’(Alves, 1994).

Na área da saúde, o conceito de vulnerabilidade é empregado há mais de dez anos e, quando buscou-se caracterizar indivíduos e grupos com comportamento de risco, em função da epidemia de HIV/Aids, incluindo-os em uma percepção ampla e reflexiva que envolve aspectos comportamentais, culturais, econômicos e políticos. O autor ressalta, ainda, que este termo (vulnerabilidade) teve origem no conceito de risco ou comportamento de risco e, entre as hipóteses, o fato de o termo ser imbuído de uma forte estigmatização e exclusão dos grupos mais alcançados e ainda, por tender a culpabilizar o indivíduo.

Assim, para Ayres et al (2003) o termo vulnerabilidade possui uma abrangência maior do que o anterior e caracteriza-se por um ‘movimento de considerar a chance de exposição das

pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos'(p.123). Complementa ainda a definição afirmando ter três eixos para avaliar a vulnerabilidade, são eles: - componente individual, - componente social e, - componente programático.

Dentro deste contexto, a expressão “*adolescentes em situação de vulnerabilidade social*” parece fazer referência a um grupo de indivíduos que encontra-se fragilizado e, por isso, mais exposto, correndo mais riscos de ser prejudicado, atacado ou ferido.

Antes que se possa compreender as causas da vulnerabilidade social, é importante reconhecer as características de uma sociedade organizada em torno da exclusão, rigidez e hierarquia, na qual grupos desfavorecidos ou invalidados socialmente (Castel, 1998) são privados de poder e de significação, apesar de possuírem uma identidade própria, permanecendo assim como alvo preferencial dos aparatos de controle, rotulação e exclusão. Sociedade esta, caracterizada ainda pela desigualdade entre as classes e pelo impacto da produção capitalista sobre esses grupos segregados. Segundo Calligaris (1996, in Marin, 1998) “nossa significação social, particular, é decidida pelos objetos que consumimos, assim como pelas imagens ideais com as quais tentamos nos parecer” (p.103).

Para Castel (1998) a exclusão é caracterizada como algo estagnado. “Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendraram essas situações”(p. 26). Devido a isto, o autor prefere utilizar o termo desfiliação, especialmente por denotar um processo dinâmico e não uma situação irreversível.

Com isso, se pode defender a vulnerabilidade como sendo, além de dinâmica e mutante, uma categoria operativa que considera não apenas a posse limitada de bens materiais (que influenciam de fato o grau de vulnerabilidade), mas antes, tenta fazer uma avaliação mais abrangente dos aspectos negativos, bem como dos positivos, incluindo características, recursos, habilidades e estratégias, individuais, grupais e sociais, para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade. Assim, a conformação de situações de vulnerabilidade implica, necessariamente, a interação dinâmica entre objetividade e subjetividades, entre o contexto e as pessoas nele inseridas (Ayres, 2003).

Diante desse contexto, não é difícil entender por que tantas categorias vêm sendo criadas com o objetivo de incluir o sujeito em algum lugar que a sociedade o excluiu. Faz-se assim, imperativo pensar a adolescência, e especialmente a adolescência vulnerável, distante das características universais e permanentes. Dornelles (2005) nos alerta para o fato de não se ter apenas uma adolescência, mas adolescências múltiplas que são inventadas, ao longo dos tempos, como produto histórico e social, em resposta a uma demanda política e econômica. Pensar sobre adolescências distintas da adolescência padrão vinda de definições de estilos de vida da classe dominante, talvez seja um caminho para a construção de novas políticas públicas que não pretendam apenas controlar o risco social.

Dornelles, 2005, nos fala sobre a infância ninja e a define como “aquela infância que está à margem de tudo, ou seja, das novas tecnologias, dos games, da Internet, da multimídia, são crianças e adolescentes que estão muitas vezes fora das casas, sem acesso aos produtos de consumo e muitas sobrevivem nos bueiros da vida urbana”(p.72).

Em uma mesma situação estão diferentes indivíduos de várias classes excluídas – “órfãos”, “miseráveis”, “crianças abandonadas”, “loucos”, “infratores”, “velhos”, “libertinos”, “anormais” e “meninos de rua”. Diferentes em quase tudo, semelhantes em relação a uma

mesma condição de vulnerabilidade pessoal e social. Assim, contata-se o quanto estes sujeitos ‘perdem’ suas características pessoais, para tornarem-se membros de uma categoria.

Uma vez que parte desta pesquisa visa refletir sobre a categoria *adolescentes em situação de vulnerabilidade social*, parece ser necessário avaliar se estes adolescentes têm conseguido construir sua subjetividade a fim de responder aos percalços que este complexo e “doloroso” contexto lhes impõe e quais espaços têm sido utilizados para essa tarefa.

Segundo Sposito (2003), a juventude atual tem sido concebida, histórica e socialmente, como um período da vida designada por certa instabilidade que pode ser agregada a “problemas sociais”. Alguns aspectos devem ser destacados quando se trata de “crianças ou adolescentes abandonados”, uma vez que este é um assunto complexo e delicado frente aos impactos que podem vir a ser causados na sociedade e também na construção de categorias em “situação de vulnerabilidade social”.

Um aspecto aparentemente primordial e que tanto Fonseca (1999) quanto Rizzini (1996) abordam em seus estudos é o significado da expressão “menores abandonados”. O que se pode constatar é que, em muitos casos, estes menores possuem famílias e não são ou estão abandonados.

Ao contrário do que se pensava, eles se originam de famílias pobres, mas não necessariamente desestruturadas. Os anos 80 vieram a comprovar que os menores vivem em sua maioria em famílias nucleares, que para sobreviverem precisam dos recursos obtidos por todos os membros da família. O que era percebido como desagregação, em muitos casos poderia ser interpretado como solidariedade (Rizzini, 1996, p.70).

Já para Fonseca (1999), a expressão “abandonado” vai além da definição legal e se aplica a um contexto mais abrangente (em certos documentos da UNESCO, por exemplo, o termo designa mais de 30.000.000 de indivíduos) que se torna sinônimo de “criança pobre”. Fonseca segue afirmando:

A própria definição dos termos adquire um aspecto moral mais pesado. Em 1985, a ‘situação de abandono’ incluía diversas causas. Dizia respeito ao: ‘(...) menor que possui família ou responsáveis sem condições e capacidade de mantê-lo, não localizados ou ainda, que demonstram desinteresse em assumi-lo’ (ESTUDO 1985:

22). O ‘abandono’ em si não definia causas ou culpados. Tratava-se do ‘menor que após verificação de situação irregular pela equipe de colocação familiar de Juizado de Menores é decretado abandonado, e encaminhado para internamento com vistas a adoção’ (Ibid). Já em 1995, a rubrica ‘abandono’ inclui uma porcentagem muito maior (26,08%) assim como uma definição que deixa poucas dúvidas quanto aos culpados. No ‘Manual de instruções para preenchimento da ficha de tabulação referente ao perfil da clientela nos abrigos da FEBEM’ o abandono pressupõe ‘existência de pais ou responsáveis localizados que se negam a assumir os cuidados dos filhos’ (1994: 2). Seguindo neste mesmo tom, a ‘negligência/omissão’ é definida como ‘Ato ou efeito dos responsáveis de não fazer aquilo que moral ou juridicamente deveriam fazer. Portanto inexistente preocupação com os cuidados’ (1994: 3).

O que parece ter mudado nessa época ‘pós- Estatuto’ é o nome das coisas. As circunstâncias que, antes, eram classificadas como ‘problema sócio econômico’ estão, hoje, sendo chamadas de ‘negligência’.

A passagem do ‘problema sócio-econômico’ para a ‘negligência’ revela uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e da sua família no Brasil. Se em 1985 considerava-se que motivos como ‘mendicância’, ‘maus tratos’, ‘desintegração familiar’ e ‘doenças do menor’ eram decorrência direta de ‘problemas sócio-econômicos’, hoje, mais do que nunca, a família pobre, e não uma questão estrutural, é culpada pela situação em que se encontram seus filhos. É ela que é ‘negligente’, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de saúde, enfim, ‘não se organiza’. Em suma, parece que a família pobre – e não o ‘Poder Público’ ou ‘a sociedade em geral’ – é o alvo mais fácil de represálias. Cria-se então uma situação particular em que a noção de ‘criança cidadã’ leva como complemento quase inevitável a de ‘pais negligentes’.

Para Marin (1998), “esses adolescentes que foram abandonados tão precocemente, a quem os pais não puderam servir de referencia, pois eles mesmos viveram em situação de risco social e perturbação psicológica e que, portanto, não puderam enunciar proibições significantes; assim, acabam se estruturando muito precariamente, com o superego e ideal de ego muito frágeis. Esses adolescentes só podem apoiar-se em seus pares ou nos ideais que a mídia propõe”(p.109). Se esse adolescente acaba por ter uma trajetória na rua e une-se a um bando, este gradativamente poderá substituir seus laços familiares, uma vez que ao mesmo tempo em que controla, vigia e pune, o líder também protege cada membro do bando.

Alguns autores desenvolvem conceitos importantes para que se possa pensar a complexidade da questão da vulnerabilidade. Dentre eles, Winnicott (2002) traz o conceito de *desajustamento*, um termo que pode auxiliar na compreensão do contexto atual de *adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. Em seu aclamado livro “Privação e Delinquência”, o autor utiliza o termo *desajustamento* para explicar a influência do ambiente em crianças consideradas “doentes”. Para Winnicott, *desajustamento* ocorre quando, em

alguma data precoce, o ambiente não se ajustou adequadamente à criança e esta se vê forçada, portanto, a assumir o trabalho de cobertura e, assim, a perder a identidade pessoal, ou então pressionar a sociedade, forçando outra pessoa a agir como cobertura, de modo que uma oportunidade possa surgir para um recomeço com a integração pessoal” (p.221).

Para definir *desajustamento*, o autor faz uso de um outro conceito que é o de *desapossamento*; conceito intimamente ligado à privação sofrida pela criança. Winnicott define assim a criança *desapossada* ou *relativamente desapossada* como “a criança que teve um suprimento ambiental que era suficientemente bom para que houvesse uma continuidade de ser pessoal, e depois foi privada disso, numa idade em que o processo pôde ser sentido e percebido. A reação a uma privação se apodera da criança – daí em diante, o mundo deve ser obrigado a reconhecer e reparar o dano” (p.241).

É inegável a contribuição de Winnicott para entender o quanto um ambiente pode contribuir ou não para o desenvolvimento de uma criança; porém, há uma lacuna entre o contexto de quando Winnicott desenvolve e publica seus trabalhos - crianças que tinham um lar e o perderam durante a guerra - e o contexto brasileiro - marcado por uma histórica crise sócio-econômica – no qual inúmeras crianças e adolescentes jamais chegaram a experienciar um ambiente continente às suas necessidades. No contexto brasileiro, o termo winnicottiano ‘*desapossado*’ não seria adequado na grande maioria dos casos. Segundo Levisky (2005), “as relações afetivas primárias estão tão deturpadas pela ausência ou má qualidade dos vínculos primários, cujas resultantes comprometem e deixam feridas profundas na auto-estima, no desenvolvimento das potencialidades afetivas, cognitivas, conativas, criativas e reparadoras. ...muitos nascem nas ruas ou com casas perversamente destruídas pelo processo social”.(p.8).

Winnicott (2002) e Oliveira (2001) assinalam sobre busca de reconhecimento, de referencial na sociedade.

Para Winnicott (2002), há uma relação direta entre tendência anti-social e privação. Segundo ele, quando se observa um comportamento anti-social, freqüentemente é porque aconteceu um verdadeiro “desapossamento” e não uma simples carência. “A criança anti-social está olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional” (p.130). Winnicott já havia salientado que a delinqüência pode conter em meio ao ódio, um grito, um clamor, uma esperança de o adolescente ser ouvido e poder sentir-se existir, ser alguém e não uma coisa. (Levisky, 2005, p.9)

“A tendência anti-social caracteriza-se por *um elemento nela que compele o meio ambiente a ser importante*. O paciente, através de pulsões inconscientes, compele alguém a cuidar dele” (Winnicott, 2002, p.139). Sendo assim, pode-se constatar o quanto o aspecto do ambiente, seja ele qual for – família, escola, abrigo, sociedade – é de suma relevância para o aparecimento da tendência anti-social.

Winnicott sinaliza também que no alicerce da tendência anti-social, assim como na criança desapossada, encontra-se uma experiência inicial satisfatória que, por algum motivo, se perdeu. Também aponta que “o tratamento da tendência anti-social é o provimento de cuidados à criança, que podem ser redescobertos pela própria criança e nos quais ela pode experimentar de novo os impulsos do *id*, com possibilidades de testá-los. É a estabilidade do novo suprimento ambiental” (p.147).

Já Oliveira (2001), nos oferece o conceito de “adolescência exacerbada”, expressão cunhada para definir as particularidades de nosso atual contexto globalizado. Com este termo, parece tentar decifrar o processo de alargamento da juventude, através da análise de dois aspectos: “a busca de reconhecimento” e o “desenvolvimento da autonomia...” (p.19). Concorda também com o significado da adolescência, considerando este período da vida não como um acontecimento geral e compartilhado ou ainda apenas biológico, mas como um processo que

deve ser marcado a partir de determinadas categorias culturais, isto é, como um “fenômeno ocidental moderno”.

Assim, segundo a visão psicanalítica, a adolescência, além de ser compreendida como um trabalho psíquico muito mais do que como uma faixa etária, é igualmente um “trabalho de luto”, não somente pela “infância perdida”, mas um “luto por uma certa forma de eficácia simbólica comunitária destruída” (Oliveira, p.35).

Segundo Espig (1998), as características do período da adolescência, quanto a sua expressividade e manifestações no nível do comportamento e da adaptação social, “dependem tanto da cultura como da sociedade onde o processo se desenvolve”. Sendo assim, observa-se ser dentro de uma cultura específica, e de um singular momento histórico-social, que o sujeito irá se constituir enquanto subjetividade e estruturar as suas relações com o mundo ao seu redor.

Frente aos inúmeros processos de mudança e à complexidade da situação do presente, o tempo contemporâneo, atravessado pela velocidade e pelo aparecimento de novas tecnologias, faz com que os sujeitos se deparem com intenso sentimento de desassossego, uma vez que não experimentam, efetivamente, um tempo de transição entre o novo e o antigo, entre o conhecido e o desconhecido (Grisci, 1999).

A velocidade, volatilidade e instabilidade da cultura contemporânea (Bauman, 2001), tornam ainda mais complexo o processo adolescente em um tempo marcado pela incerteza (Castel, 1998), pela liquidez dos processos e fenômenos cotidianos, bem como pela imperiosa instabilidade das situações de trabalho que os jovens deverão enfrentar de maneira, muitas vezes, precária.

Oliveira (2001), também afirma haver diversas circunstâncias que impulsionam os adolescentes a um sentimento de desassossego “sem-lugar”, levando a uma imperiosa vontade de buscar reconhecimento social.

Segundo Silva (2000), é possível observar, em muitos adolescentes, uma necessidade constante de buscar situações de perigo, de sofrimento e autodestruição, que pode ser compreendida como uma maneira simbólica de assinalar sua existência. Uma vez que um adolescente não acha exemplos de identificação na família, a tendência é buscar esta identificação entre seus iguais, ou seja, seus pares nas instituições ou nos grupos dos quais faz parte. Ecoa, assim, o cenário da conhecida violência: “adolescentes que foram ao ato, que destruíram, que foram incapazes de expressar simbolicamente o que desejavam, encontram-se agora numa instituição que repete a violência; um discurso sem voz, a repressão, um esfacelamento de corpos”(Marin, p.103).

Já para Outeiral (1994), a agressividade na adolescência possui o sentido de “buscar o outro”, de ir ao encontro de alguém. “Assim, o gesto agressivo na adolescência deve ser entendido, muitas vezes, como a comunicação de uma necessidade, de uma busca de contato, da busca de se assegurar de que existe alguém que o compreende e pode “suportá-lo”, de testar o quanto o outro “ ‘gosta’ efetivamente dele” (p.65).

Para Anna Freud (1995), “desejos sexuais e agressivos outrora reprimidos emergem e são atuados, sendo estas ações realizadas fora da família. Se este *acting out* vai ser inofensivo, ou idealista, ou anti-social, ou mesmo criminoso, vai depender essencialmente dos novos objetos com os quais o adolescente se uniu. Usualmente, os ideais do líder do grupo adolescente, ou da gangue, são tomados com entusiasmo e sem criticismo” (p.77).

Diante o exposto, é possível estimar que adolescentes ditos em *situação de vulnerabilidade social* (ainda precariamente conhecidos pelos especialistas) terão um processo adolescente

com características distintas das conhecidas. Talvez possa ser pensado um outro significado para o termo ‘*situação de vulnerabilidade social*’ e questionado quais sujeitos fazem parte dessa nova categoria – “os vulneráveis”.

Ayres et al (2003) alerta para o fato de que nenhum conceito ou estratégia de intervenção deve ser considerado como ‘o melhor’, ou ‘o ideal’. Afirmar ainda que tanto as modalidades quanto as intervenções nascem de processos sociais particulares e possui importância e alcance relacionados às suas origens. Sugere então procurar distinguir esses interesses e limites para, só assim, ter como lidar com eles ‘de forma tecnicamente mais produtiva e coerente com nossas referências éticas e políticas’(p.130).

Para Dornelles, crianças e adolescentes usam tênis *Nike* e moletons *Billabong* brincam com *covers* das bonecas Barbie, assistem desenhos japoneses e possuem cartões *yu-gi-oh* e Pokémon para, de alguma forma “fazerem parte da infância e adolescência mundial e de sua globalização”(p.100).

Segundo Travesso-Yépes (2002) cada sociedade define o que vem a ser risco ou vulnerabilidade, geralmente se referindo a aspectos objetivos, como ser oriundo de uma família com baixa renda, mas sempre atravessado por aspectos subjetivos. É num contexto não apenas de pobreza, mas de profundas desigualdades e intensos sentimentos de impotência e conformismo que o adolescente, o jovem brasileiro, necessita (sobre) viver, necessita encontrar um lugar onde possa ser visto, reconhecido, que não a via da delinquência. Porém, vale questionar: risco para quem? (Milnitsky-Sapiro, 2005).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

3.1 EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Apesar de recente, tem sido observada na sociedade brasileira atual, uma imperativa necessidade em implementar políticas públicas para a juventude (Sposito, 2003), devido à significativa lacuna de programas sociais que abranjam tal fase da vida.

Segundo Sposito (2003b), o termo política pública ‘compreende a dimensão ético-política dos fins da ação, e deve se aliar, necessariamente, a um projeto de desenvolvimento econômico-social e implicar formas de relação do Estado com a sociedade’(p.59). Dessa forma, faz-se relevante pensar, quando se trata de políticas públicas para a juventude, quais atores as demandam?

Alguns estudos sóciodemográficos no Brasil⁹ apontam que, notadamente após a segunda metade da década dos anos de 1990, surge um enfático aumento do número de jovens, que passam a representar em torno de 20% da população brasileira. Com isso, algumas ações específicas, destinadas à juventude, passam a ser observadas (Oliveira, 2001). Segundo Sposito (2003b) “o clientelismo e a política de favor coexistem com uma tradição de lutas sociais que conquistaram, por exemplo, uma das mais avançadas legislações no campo dos direitos de crianças e adolescentes”(p.58).

⁹ In Oliveira (2001, p.70) “Secretaria de Economia e planejamento. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. *Vinte anos no ano 2000: estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo”: SEADE, 1998.

“Em 1995, o número de jovens entre 20 a 24 anos atingiu um contingente de 13 milhões de indivíduos, o equivalente a 8,5% da população total do país. (...) Adolescentes de 15 a 19 anos somavam 15,7 milhões de pessoas ou 10,4% da população geral. Como resultado, vivemos em 2000 um inédito pico demográfico do número de adolescentes, calculado em cerca de 50 milhões na faixa etária de 10 a 24 anos. Mais do que isto: entramos no novo século com a maior população juvenil da história demográfica brasileira” (Oliveira, 2001, p.54).

Apesar do expressivo número de indivíduos que compõem a população juvenil brasileira, há ainda um importante caminho a ser trilhado no que diz respeito à elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas para essa população, especialmente no que se refere ao reconhecimento do lugar do adolescente na elaboração de programas de políticas públicas que incluam a produção acadêmica além da técnica, neste processo. Muitos estudos são necessários a fim de compreender como as ações destinadas aos jovens são gestadas e sob que lógica, estas funcionam. Concorde-se com a afirmação de Sposito (2003b) ser, as políticas públicas destinadas para a juventude e sua análise, certamente, ‘revestidas de provisoriedade’(p.57).

Com relação a que lógica obedece a concepção das políticas públicas para a juventude, Abad (2002)¹⁰ in Sposito (2003), afirma que a evolução das políticas de juventude na América Latina foi determinada “pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade” e pelos “desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto”. Assim, apoiados em mecanismos rígidos de controle social que o foco se afasta dos jovens contestadores da classe média e centra-se nos jovens da periferia das grandes cidades, nos jovens excluídos e marginalizados. Este autor resume alguns aportes de vários outros autores e situa uma periodização em torno de quatro modelos diferentes de políticas para a juventude: “a ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950 e 1980)”, “o controle social de

¹⁰ ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. Última Década, Viña del Mar, CIDPA, março, 2002.

setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985)“, “o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (entre 1985 e 2000)” e “a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000)” (p.3).

Sposito (2003), Pais (1993) e Abramo (1997) afirmam que “as representações correntes ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentuam a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do desvio. Assim, se nos anos 60 a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970, os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica”(p.3).

Entre os anos trinta e final dos anos setenta, o Brasil constrói um sistema de políticas sociais onde o investimento social do Estado é de grande importância, porém, apesar do esforço, o desempenho das políticas sociais fica aquém das necessidades da população. É só a partir de meados dos anos 70 que o problema popularmente conhecido como o “menor abandonado” passa a ser assunto presente e foco crescente de atenção. “Palavra de ordem na época, sobretudo nos primeiros anos da década de 80”, refletia a necessidade de revelar a “verdadeira situação em que se encontravam as crianças provenientes das camadas pobres e miseráveis da população” (Rizzini, 1996, p.70).

Nos anos 80, as políticas sociais se consolidam como prioridade da agenda da reforma nacional visando o alargamento da democracia social e a melhora da sua eficácia e efetividade. Este processo de reforma teve o reforço da participação social (descentralização, maior transparência e *accountability* dos processos decisórios). Contudo, é a constituição de 1988 que passa a regular importantes princípios de reestruturação do sistema brasileiro de políticas sociais, dentre eles, uma ampliação e extensão dos direitos sociais. Entretanto, estes

direitos ficam atrelados ao papel pois não há como colocá-los em prática, uma vez que as Políticas Públicas também vivem um momento de reformulação, intensificado com a agenda do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1993.

Contudo, no período que compreende de 1995 a 2002, segundo Sposito (2003), as iniciativas federais no social foram demasiadamente pequenas, se comparadas a outros programas e projetos governamentais¹¹. Já no período que vai de 1999 a 2002, são implementados 18 novos programas, número fecundo quando comparado ao período anterior. O que se constata neste último período é um aumento significativo referente à temática dos adolescentes e jovens no âmbito do governo federal. Segundo Rua (1998)¹², in Sposito (2003b) existem cinco regularidades na maneira com que as políticas públicas no Brasil são executadas: ‘fragmentação, competição interburocrática, descontinuidades administrativa, ações a partir da oferta e não da demanda e, finalmente, a existência de uma clara clivagem entre formulação/decisão e a implantação’. (p.66)

No segundo mandato do governo Fernando Henrique, o Ministério da Assistência e Previdência Social, lança o *Programa Brasil Jovem*. Este programa acaba sendo destinado a adolescentes e jovens entre 14 e 25 anos de idade em “condições de vulnerabilidade social” mediante a concessão de bolsa (Sposito, 2003). Faz-se imprescindível destacar que, os primeiros programas destinados a adolescentes e jovens são provenientes da área da saúde e o foco está na prevenção.

¹¹ “Dos 33 programas estritamente governamentais, cinco se localizavam no Ministério da Educação, seis no Ministério do Esporte e Turismo, seis no Ministério da Justiça, um no Ministério de Desenvolvimento Agrário, um no Ministério da Saúde, dois no Ministério de Trabalho e Emprego, três no Ministério de Previdência Social e Assistência Social, dois no Ministério de Ciência e Tecnologia, dois no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, um no Gabinete do Presidente da República (*Projeto Alvorada*) e, por último, um de caráter interministerial especialmente voltado para a integração das ações de 11 projetos/programas focados em jovens, localizado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (*Programa Brasil em ação*).” (Sposito, 2003, p.6)

¹² RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília, 1998. 2 v.

Neste contexto, passam a valer dois conceitos quando se trata de programas e projetos destinados à juventude: *protagonismo juvenil* e *jovens em situação de risco social*. O primeiro faz referência à importante e fundamental participação dos adolescentes e jovens neste contexto da elaboração, implementação e avaliação das políticas. O segundo possibilita avaliar o quanto tais políticas públicas estão realmente voltadas ao combate à pobreza, uma política que deveria ter caráter universal, não somente destinada às necessidades da imensa população juvenil. Dessa forma, constata-se o quanto as políticas destinadas para o jovem brasileiro revelam ainda a concepção principal de superação das dificuldades experienciadas por estes, ‘sua situação de vulnerabilidade, e portanto a meta fixada incide sobre o combate a esses problemas (desemprego, violência, drogas)’(p.70).

O que se constata deste período é que o que foi herdado deste governo foi somente uma série de “projetos isolados e sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade, que nos permita dizer que caminhamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão”(Sposito, 2003, p.15).

Não é de surpreender, portanto, que o ECA tenha surgido justamente neste contexto de expansão da democracia social, pós-regime militar, e participação social, voltado para os direitos sociais, neste caso, direitos das crianças e dos adolescentes.

Serão estas algumas indicações que nos possibilitarão interrogar sobre as políticas públicas para a juventude?

Paradoxalmente, quando se vê a evolução de uma sociedade, a francesa pelo menos, o tempo da incerteza dura cada vez mais, mas o direito à incerteza é cada vez menor. Os adolescentes não têm mais direito ao tempo de efetuar o seu processo psíquico. Ele é precipitado em direção a exigência de trabalhar. O interessante é que nunca chegamos a pensar uma política da juventude que não seja de formação ou de trabalho. Não se tem o direito de efetuar um tempo de trabalho psíquico, no intervalo em que não se esteja mais em formação e ainda não se esteja no trabalho. O tempo dado ao trabalho adolescente existe cada vez menos, numa injunção a tornar-se adulto, de escolher:

“você é criança ou adulto? Não tem direito de ser adolescente, não há estatuto da adolescência. (Rassial, 1995, p.100)

Assim, refletir sobre fase de vida e sujeitos concretos parece ser um caminho diante de tamanha imprecisão e fragmentação nas políticas destinadas a esse público. “As políticas voltadas para os momentos do ciclo de vida – velhice, infância e juventude – sustentam-se no pressuposto de que cada um desses momentos encerra singularidades que demandam modos diversos de intervenção do Estado e de constituição de suas ações”(Sposito, 2003b, p. 61).

É preciso pensar em um tempo a perder que deve ser dado aos adolescentes. Um tempo que não é perdido para todos, mas ganho para o trabalho psíquico. Com isso, observa-se, na prática cotidiana, que há um profícuo caminho a percorrer quando se fala de políticas públicas para a juventude e, principalmente, no que se trata das garantias dos direitos estabelecidos por estas.

Atualmente, há um imperioso desafio, qual seja, o de “inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas” (Sposito, 2003, p.21) e ainda, de reconhecer a pluralidade quando se refere à adolescência, ou seja, não há uma adolescência, uma juventude, mas diversas. Essa diversidade de sujeitos e situações devem ser lembradas quando da proposta de novas políticas públicas, uma vez que também deveriam seguir caminhos diferenciados.

Os jovens, na imensa maioria das vezes, não são ouvidos sobre as possíveis alternativas de modificações e, conseqüentemente, esse movimento de negação de direitos não se altera. “Nesse mundo globalizado, adolescentes e os demais segmentos sociais vivem e sofrem impotentes as globalbarbaridades¹³ – que, freqüentemente, são estimuladas por setores da mídia e

¹³ Expressão utilizada pelo compositor Tom Zé em seu CD: “Pagode”.

dos poderes econômicos isentos de responsabilidade psicossocial, e contam com o beneplácito da sociedade que, silenciosa, assiste ao desenrolar da tragicomédia”(Levisky, 2005, p.3). Assim, resta lhes assegurar, no plano prático, mudanças que já são aceitas no plano das idéias.

3.2 O SURGIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma Lei Federal (nº 8.069) proclamada em 13 de julho de 1990, que se caracterizou como expressão máxima do desejo da sociedade brasileira de garantir direitos a crianças e adolescentes historicamente fragilizados, principalmente os provenientes de classes sociais menos favorecidas.

O ECA constitui o marco legal de um processo prático-reflexivo referente a políticas públicas para a infância e adolescência, um instrumento norteador de novos paradigmas no atendimento e atenção a crianças e adolescentes em estado de abandono social ou prestes a ingressarem nesta situação.

Desde sua publicação, no início da década de 90, o ECA enfatiza a reflexão fundada no *paradigma da atenção e proteção integral* à criança e ao adolescente enquanto sujeito de direitos. Refletir criticamente sobre este novo paradigma e sobre esses direitos é um grande desafio especialmente no contexto mundial, onde muitos países, já na década de 80 estavam reeditando sua legislação sobre o bem-estar da criança e do adolescente.

Não há como negar que nesta mesma década de 80, o Brasil gestou importantes modificações nas políticas de atenção à criança e ao adolescente, tanto jurídica, quanto institucionalmente. Juridicamente, as principais inovações surgem com a Constituição Federal de 1988 (principalmente o aperfeiçoamento do artigo 227, que trata da família, criança, do adolescente

e do idoso)¹⁴, com as Constituições estaduais e municipais e culminam com a publicação do ECA que passa a substituir o antigo Código de Menores.

Segundo Faria (1996), as modificações advindas dessa nova legislação abrangem três pontos fundamentais da política social de atenção à infância e adolescência:

a definição dos direitos de nossas crianças e jovens; a redefinição dos deveres do Estado e da sociedade civil, bem como sua interação; e a reorganização das atribuições e competências do poder público federal, estadual e municipal, em virtude da municipalização do atendimento (p.215).

No âmbito institucional, o ECA pode ser analisado do ponto de vista das ações prestadas – de voluntária e filantrópica a comunitária e participativa – além de se observar o fortalecimento das ONGs (Organizações Não-Governamentais).

3.2.2 Uma Breve Contextualização

Em 1927, é concebido o primeiro Código de Menores, uma lei que definiu, durante muitos anos, a forma como seriam tratados os menores no Brasil. Ela tratava dos “expostos”(menores de sete anos), “abandonados”(menores de 18 anos), “carentes”, “pardos”, ‘vadios’(os atuais meninos de rua), ‘mendigos’(as que pedem esmolas ou vendem coisas nas ruas), ‘libertinas’(que freqüentam prostíbulos), ou seja, os que estavam “perambulando” ou “perturbando” pelas ruas.

Segundo Bazílio¹⁵ (In Dornelles, 2005), entre os anos de 1920 e 1980, “o Estado brasileiro privilegiou a criação de internatos como possibilidade de atendimento às crianças e

¹⁴ Cap. VII – Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Artigo 227 – “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

adolescentes que estavam ‘fora da ordem’ e que, por isso, precisavam ser disciplinados e controlados” (p.77).

Essa lei apresentava, como premissa maior, ter na sua prática uma forma corretiva, ou seja, educar e *disciplinar*, moral, física e civicamente os menores, vistos como produtos de pais irresponsáveis ou da orfandade (Ferreira, 2000). Outro aspecto observado no antigo Código de Menores era sua função higienista e criminalizadora da pobreza. Sendo assim, observa-se, já neste período, o juiz outorgado com amplos poderes legitimando todas essas práticas e categorias, retirando o pátrio poder das famílias, enquanto que, contraditoriamente, o Estado apenas age reforçando essa criminalização ou oferecendo um assistencialismo demagógico, jamais oferecendo os subsídios necessários para que esse grupo, excluído em várias instâncias, pudesse fundar suas relações em uma infra-estrutura mais digna do que este contexto.

Segundo Silva (1996), desde 1927, quando vários países ditos avançados ainda admitiam o castigo físico, a legislação brasileira já caminhava no sentido da proteção total à infância, por mais perigoso que fosse o menor ou por mais grave que fosse sua infração. Em nenhum momento, posteriormente, esse princípio foi removido da legislação pertinente ao menor, ainda que a prática institucional o violasse diuturnamente.

Em 1930, é inaugurado o Laboratório de Biologia Infantil, com o objetivo de realizar testes e fornecer laudos para o juizado. Assim, o “menor” deixa de ser apenas uma categoria jurídica e passa a ter também um predicado caracterizado como de natureza patológica – menor agressivo, marginal, delinqüente, anormal, alienado – passível de ser pesquisado. Esse dispositivo parece ser uma das maneiras encontradas para desresponsabilizar a assistência e legitimar a exclusão através de uma suposta comprovação científica.

¹⁵ Bazílio, Luiz Cavalieri. *Infância ‘rude’ no Brasil: alguns elementos da história e da política*. In: GONDRA, José. *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

Uma utopia da medicina higienista foi fundada no ano de 1941 sob o acrônimo de SAM – Serviço de Atendimento ao Menor. O SAM deveria ser um modelo, de âmbito nacional no atendimento ao “menor”, porém nunca obteve recursos financeiros para ser efetivamente implementado em nível nacional. Após 10 anos de funcionamento, o próprio diretor deste equipamento o define como “Escola do Crime” ou “Sucursal do Crime” (Arantes, 1995, p.206), dada a série de corrupções, torturas, uso de drogas, abusos e castigos que marcam as práticas ali efetuadas.

Segundo Silva, 2004, ‘a questão do menor passou a ser tratada no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional, cuja matriz brasileira foi a Escola Superior de Guerra, e teve como matriz americana o National College War e o National Security Act, de 1947’(p.294)

Desde então, constata-se um movimento no sentido de questionar qual seria um modelo ideal de assistência a ser criado, visando à substituição do modelo vigente. Quando em 1964, durante a Ditadura Militar, uma nova instituição é implantada – a FUNABEM, Fundação Nacional de Bem Estar do Menor – esta se propunha a resolver um problema que se constituía como nacional, com objetivo de executar uma política de atenção. Além disso, a FUNABEM detinha o privilégio de planejar suas próprias diretrizes. Como a situação poderia vir a se tornar um problema de segurança nacional, o Estado passa a defini-la como uma questão de prioridade absoluta e a destinar verba suficiente para as atividades da FUNABEM.

“Ao mesmo tempo em que o sistema educacional brasileiro foi afetado pela Doutrina da Segurança Nacional, com a introdução de elementos curriculares que reforçassem os sentimentos de patriotismo e de nacionalismo, a educação das crianças e dos adolescentes sob a tutela do sistema Funabem/Febem passou a ser feita segundo os preceitos do militarismo, com ênfase na segurança, na disciplina e na obediência”(Silva, 2004, p.295).

Em 1979, o Código de Menores passa por uma reformulação, porém, a mesma doutrina (Doutrina da Situação Irregular), continua sendo a base de sua estruturação. Segundo Oliveira (2001), a situação irregular podia ocorrer “por abandono, carência, vitimização, perigo moral, privação eventual de representação ou assistência legal, desvio de conduta, ou, até mesmo, autoria de ato infracional” (p. 27). Parece ser possível afirmar que a situação irregular remete ao menor irregular que, por sua vez, remete à “família desestruturada”, sendo estas categorias advindas especialmente das práticas jurídica e médica. Assim, constata-se o quanto as primeiras políticas destinadas à crianças e ao adolescente são provenientes de filosofias políticas antagônicas. Para Ferreira (2000), “o problema situado nas famílias, diluía a questão fundamental geradora dos chamados ‘menores’ – a desigualdade social” (p.12). Dessa forma, observa-se que a ação das políticas não recai sobre a situação “irregular”, mas apenas sobre a criança.

A década de 80 caracteriza-se por um período de intensas mobilizações sociais, e, como anteriormente citado, a Constituição Cidadã (Constituição Federal de 1988) faz uma crítica ao modelo correcional-repressivo e tenta ampliar o foco na criança, ampliando o espectro das lentes médica e jurídica, para vê-la também sob a lente da cidadania.

Fonseca (2004) adverte que a legislação que trata do bem-estar da criança e do adolescente “envolve muito mais do que valores humanitários consensuais. Longe de ser a consequência espontânea de uma preocupação objetiva, envolve filosofias, economias e negociações políticas que não devem ser subestimadas” (p.111).

Finalmente, após essa significativa trajetória, o ECA é constituído para regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal. O ECA preconiza o paradigma da *Doutrina da Proteção Integral*, bem como define direitos das crianças e adolescentes, referentes “a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária” (fragmento do Art. 4º - concepção de criança e

adolescente como sujeito de direito). Faz-se ainda relevante observar que o ECA surgiu em um momento de “reabertura democrática, visando promover os direitos sociais, econômicos e civis dos jovens” (Fonseca, 2004, p.104), ou seja, ao invés de simplesmente controlar os jovens, o ECA pretende garantir seus direitos.

Neste novo contexto, o ECA é reconhecido mundialmente como um estatuto modelo. Por outro lado, a prática do trabalho com a criança e o adolescente no Brasil mostra que a realidade não se altera através dos decretos, de estatutos instituídos. Segundo Silva, “o Brasil sempre se deparou com esta contradição: por um lado, adota posturas avançadas na legislação, acompanhando os principais avanços consagrados nos tratados e nas convenções internacionais, mas, por outro, essa mesma legislação avançada serve para mascarar e camuflar uma prática arcaica e discriminatória” (Silva, p.71).

É em Fonseca (2004), que mais uma vez se encontra a observação sobre o viés de qualquer documento, uma vez que este é, inevitavelmente, fadado a refletir os valores de sua época.

No auge da substituição do ‘entulho autoritário’(Silva, 2004)” foram condenadas as práticas de custódia do Estado sobre o cidadão, constituindo-se então mecanismos para a salvaguarda do cidadão diante do Estado: a *luta antimanicomial*, que condenou os asilos, a incorporação de um modelo de *justiça consensual* (Lei nº 9099/95), que permitiu a introdução das *penas alternativas* como resposta à superlotação carcerária; a concepção de uma *terceira idade*, que condenou os asilos; o ECA, que passou a fazer distinção entre *abrigamento* e *internação*, redefinindo a função de ambos como práticas provisórias e absolutamente excepcionais”.(Silva, 2004, p.298)

Depois de entender o contexto em que surgiu o ECA e sua diretriz geral, faz-se importante apontar alguns pontos da Política de Atendimento – uma, dentre as diversas diretrizes descritas no *livro II, parte especial, título I* – especialmente o que trata de *entidades de atendimento* (Capítulo II – Das Entidades de Atendimento).

O primeiro aspecto importante a ser ressaltado é referente à preconização de um tempo breve de permanência da criança e do adolescente em abrigo buscando contrapor-se a um passado recente no qual estes passavam inúmeros anos isolados do mundo devido à institucionalização.

Os artigos 90 e 91 explicitam as disposições gerais sobre as entidades de atendimento e o artigo 92 trata exclusivamente sobre “*entidades que desenvolvam programas de abrigo*”¹⁶, foco principal deste projeto de pesquisa.

“Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não-desmembramento do grupo de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único. *O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.”*

¹⁶ Para ler sobre as diversas modalidades de abrigo, consultar livro Silva, Enid R. Andrade (org.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, cap. 11.

O título II, capítulo I, trata sobre as *Disposições Gerais Das Medidas de Proteção* e inicia com o art. 98 que descreve em quais condições as crianças e adolescentes deveriam ser contemplados através dessa medida.

“Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;

III – em razão de sua conduta.”

No capítulo II, observa-se uma descrição sobre as *medidas específicas de proteção*. Com relação à medida de proteção abrigo o **art.101**, preconiza:

“Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

O que se pode inferir é que este parágrafo único, juntamente com artigo 101, inciso VII (abrigo em entidade), além de identificar o caráter do programa, também delimita sua operacionalização.

De acordo com a pesquisa realizada pelo IPEA/DISOC (2003), a percentagem de abrigos da Rede SAC que seguem os princípios estabelecidos no artigo 92 do ECA mostra o quanto ainda é baixa a percentagem de alguns destes. Os três princípios relevantes para este projeto de pesquisa possuem a seguinte percentagem: (iii) atendimento personalizado e em pequenos grupos, 10.5%; (iv) não desmembramento de grupos de irmãos, 5,3% e, (vii) evitar sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados, 0.2%.

A colocação de crianças e adolescentes em família substituta, segundo o ECA, é a última medida que deve ser tomada, anteriormente a esta está a medida de ‘abrigo em entidade’. Estas medidas são reguladas pelo parágrafo único deste mesmo artigo.¹⁷ Porém, a prática de colocação em família substituta, no Brasil, parece não ter tradição e, quando observada, normalmente é realizada por familiares da criança ou do adolescente.

Ainda sobre as mudanças contidas no ECA vale ressaltar, como o fez Carreirão (2004) que a medida de abrigo é provisória – e não a modalidade¹⁸, ou seja, alguns abrigos são destinados a acolher crianças e adolescentes com ínfimas possibilidades de retorno a curto prazo para sua família. Assim, estes deveriam evitar a transferência precipitada de uma instituição para outra.

¹⁷ Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

¹⁸ Para ler sobre diferentes modalidades de abrigo ver cap. 11, CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. In: O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, 416p.

4 A FAMÍLIA

“Família, família
Papai, mamãe, titia
Família, família, almoça junto todo dia, nunca perde essa mania
... família, família
Vovô, Vovó, sobrinha
Família, família, janta junto todo dia, nunca perde essa mania
... família, família
cachorro, gato, galinha
Família, família, vive junto todo dia, nunca perde essa mania...”

(Arnaldo Antunes)

O objetivo principal deste capítulo é refletir sobre os distintos arranjos familiares, mas, fundamentalmente, aqueles que podem ser observados nos bairros de periferia, que fogem aos padrões estabelecidos pela classe dominante e, conseqüentemente, do discurso hegemônico. Refletir sobre a categoria ‘família’ é antes, refletir, sobre um núcleo que se constitui em distintos cenários políticos, econômicos e culturais. Assim, faz-se imprescindível levar em consideração as especificidades de cada contexto, ou seja, a história, a cultura, diferentes aspectos da vida social de cada população estudada e ainda, modificações sofridas ao longo do tempo, na perspectiva de adaptação de seus integrantes.

Atualmente, no que se refere às crianças e adolescentes – membros integrantes da instituição família - constata-se um enfático movimento no sentido do ‘direito à convivência familiar e comunitária’,¹⁹ que deve ser assegurado a toda criança e adolescente. Alerto para o fato de que este direito é preconizado - independentemente do modelo familiar e atualiza os valores hegemônicos prevalentes na contemporaneidade de forma a ‘organizar as interações assistentes-assistidos e as relações no trabalho social’ (Rouchy, 2002, p.36). Assim, todos os

¹⁹ A autora coloca as aspas pois este termo faz parte do título de livro recentemente publicado pelo IPEA/CONANDA: “O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil” (2004).

comprometidos com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes devem estar atentos para as representações de família, de abrigo e de sujeito que estão sendo produzidas.

Segundo Fonseca, os antropólogos abdicaram, por completo, a idéia de todo e qualquer princípio ‘natural’ da família. Estes afirmam ser um conceito socialmente construído e que varia de um contexto para outro, bem como de distintos momentos históricos. Assim, ‘investigar como se completam, quando e por que um grupo doméstico se transfere de uma categoria para outra, é enfocar o sistema familiar – como processo’ (Fonseca, 2000, p. 62).

Correa (2002) considera a família como o grupo primário, por exemplo, são atendidas as necessidades básicas de todo indivíduo, sejam estas biológicas ou afetivas que preenchem seu desamparo inicial. A autora centra sua perspectiva no grupo familiar enquanto espaço psíquico mais do que como grupo real, ‘considerando este grupo como matriz do processo de subjetivação’, e complementa afirmando ser este caracterizado por apresentar ‘vínculos²⁰ de aliança, consangüinidade, de filiação e fraternos’ (p.67).

Com isso, observam-se distintos movimentos nos arranjos familiares ao longo dos tempos, em que se pode observar quais valores e saberes estão envolvidos. Ariés (1978) mostra claramente distintas concepções familiares e como estas vão se modificando. Segundo o autor, a família antiga tinha por missão “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podem sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas” (p.11). O autor afirma também que esta família não possuía nenhuma função afetiva. As trocas afetivas eram então realizadas fora do grupo familiar, onde vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens podiam participar.

²⁰ A autora define vínculo como uma palavra que deriva do latim: *vinculum*, que significa atar, unir; neste caso é o laço afetivo que une as pessoas dentro de uma continuidade temporal, incluindo uma matriz vincular inconsciente.

É a partir do fim do século XVIII que este contexto começa a ser alterado e, conseqüentemente, o lugar da família, onde a afeição entre pais e filhos ganha espaço especialmente no âmbito educacional, no qual os pais passam a se interessar pela educação dos filhos. Um novo sentimento de família, em contraposição a um passado conservador, aparece nesta relação. “A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar o seu número para melhor cuidar dela”(Ariés, p. 12).

Ainda no século XVIII a parceria entre os médicos da família e as mães burguesas permitirá o surgimento de um novo status social, tendo seu alicerce num discurso pautado pelo cuidado e zelo dos filhos, ‘próprios das mulheres-mães-cuidadosas com suas crias’(Dornelles, p.45). Com esse laço, observa-se o surgimento do discurso sobre a “mãe higiênica”. Alguns temas, como o aleitamento materno, passam a ser fortemente valorizados e, a mãe que não o praticasse ‘seria produzida como negligente, egoísta, incompetente e ‘desnaturada’. Por outro lado, as mães de classe baixa, como não podiam ser consideradas ‘interlocutora’ dos médicos, passam a ser alvo de controle do Estado, onde este iria tomar conta das crianças, ‘substituindo, por vezes, os cuidados das mães e ampliando sua política de assistência’(p.46). Um exemplo disso é a prática da roda dos expostos²².

Assim, pode-se observar o quanto o discurso destinado ao cuidado das crianças se altera ao longo dos anos e uma prática, antes marcada pelo afastamento da criança do seio de sua família, dá lugar a uma prática do cuidado feita pelos pais onde não mais o afastamento é legitimado e reconhecido como prova de afeto. Passa a ser então, a família, o espaço destinado às trocas de afetos e identificação.

²² “Um dispositivo de madeira, em formato cilíndrico, com um dos lados vazados, sendo assentado num eixo que produzia movimentos rotativos. Era o lugar do abandono de crianças indesejadas e que, portanto, garantia o anonimato daquele que a enjeitava”(Dornelles, p.46)

Segundo Correa (2002), “a família é provedora de modelos de identificação que logo se ampliam em função de outros grupos que, progressivamente, se complementam ou contrapõem (por exemplo, na adolescência) até ser influenciado pelos meios de comunicação de massa num sentido amplo” (p.69).

Também para Foucault, 1998, é a partir do século XVIII, que ‘a família passa a ser local obrigatório de afetos, sentimentos e, também onde ‘os pais, os conjugues, tornam-se [...] os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que, no exterior, se apóia nos médicos e pedagogos, [e] mais tarde nos psiquiatras’(p. 105). O autor afirma ainda:

[...] na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população— quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. — é pela família que se deverá passar. De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população [...] (Foucault, 1998, p.289)

4.1 DISTINTOS ARRANJOS FAMILIARES E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A reflexão sobre os novos arranjos familiares traz consigo uma “nova situação de classe e, conseqüentemente, novas práticas, novos valores” (Fonseca, 2000, p. 57), antagônicos aos valores hegemônicos dominantes. Assim, a instituição nomeada de ‘família moderna’ emerge e se torna hegemônica no “século das Luzes”. ... “Essa nova forma de família congrega pais e filhos, e é ela que se solidifica e que precisa arcar com os cuidados, a higiene e a limpeza do espaço doméstico, bem como com a sustentação moral de todos os seus membros” ... “A casa passa a ser o espaço de responsabilidade da família, que deve manter os indivíduos em seus lugares, em suas peças e em seus leitos”.(Dornelles, p.41)

A ‘família nuclear moderna’ pode ser pensada e definida como aquela gerida por laços de sangue, onde a biologia prevalece. Também Fonseca (2000) nos traz o conceito de família

conjugal como aquela constituída por casal e filhos. Vale registrar que a igreja Católica reforçava e ainda parece reforçar o modelo da ‘família conjugal’, uma família ‘divinamente construída’, onde sua base é centrada no tripé sexualidade, reprodução e casamento.

Este parece ser o modelo de família que é adotado quando se trabalha as concepções vigentes nas políticas públicas, mas também como um modelo definido segundo padrões dominantes, “A legitimação do modelo de família nuclear, como padrão hegemônico de organização familiar e social, ocorreu com a edição do Código Civil Brasileiro, em 1916, e a instituição do protótipo de homem – branco, cristão, proprietário e letrado, em função do qual dar-se-ia o processo de legitimação social da mulher e dos filhos a partir do casamento”(Silva, 2004b, p.289).

Como nos aponta Silva (2004b), o modelo tradicional de família, que embasa tanto as políticas como as leis, e aparece em grande parte dos registros históricos e estudos científicos parece não dar conta da diversidade social vivenciada no contexto brasileiro atual.

Segundo Fukui, in Silva:

Historicamente, no mundo ocidental, as formulações sobre como a família deve ser couberam primeiramente à Igreja, depois ao Estado e posteriormente à própria ciência. (...) Hoje podemos incluir neste elenco os meios de comunicação de massa como um dos fatores que, se não são formuladores, são, no mínimo, divulgadores de idéias feitas sobre a família²³.

Já, o que define uma ‘família recomposta’ “são casais em segunda núpcias (de um ou outro cônjuge)”(Fonseca, p.63). Diferentemente, quando se encontram em uma unidade residencial uma mulher sozinha e seus filhos, denomina-se ‘unidade mãe-filhos’. Estes últimos constituem-se nos modelos de família que se encontram na maioria dos casos de crianças e adolescentes em situação de abrigagem. Arranjos familiares, muitas vezes, onde a falta ou precariedade da moradia, a circulação das crianças entre familiares e conhecidos, a saída do

²³ FUKUI, Lia. Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. *IN* PALMA e SILVA, L.A., STANISCI, S.A. e BACCHETTO, S. Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: Fundap, 1998. p.16-17.

provedor da casa e a falta de pessoas para cuidar dos filhos fazem parte da configuração deste cenário vivido por estas famílias.

Ariés (1978) também oferece uma definição para ‘família extensa’ como aquela que é ‘ composta de várias gerações ou vários grupos colaterais’(p.10). Caminhando na mesma direção, Fonseca (2004), quando fala da criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social, entende por ‘família extensa’ aquela constituída por outros membros da família da criança ou adolescente vulnerável, a rede extensa de parentes que poderia ou não lhe prover vínculo ou sustento. Segundo a autora, nos bairros populares, o cuidado de crianças e adolescentes não é uma prática que se limite à mãe, nem ao casal. Essa prática se estende a uma rede de adultos para além do próprio grupo de parentesco. Dessa forma, se pode estimar, que muitas crianças e adolescentes abrigados poderiam estar na casa de um parente, amigo ou vizinho que assumisse a responsabilidade pelos cuidados destes, como uma opção para além o abrigo. Uma opção ‘menos cara’ para as crianças e adolescentes em situação de abandono.

Acredita-se não ser suficiente apenas uma simples definição dos distintos arranjos familiares atuais, mas, instituir e ampliar um questionamento sobre qual(ais) concepção(s) e prática(s) de família está presente nas leis brasileiras, tanto na legislação quanto nas políticas públicas voltadas para atenção e atendimento à criança e ao adolescente, para assim, reconhecer modelos outros mais adaptados à realidade vivida por inúmeras crianças e adolescentes.

Um termo que atualmente é muito utilizado, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes abrigados ou prestes ao abrigo, é ‘famílias desestruturadas’. Geralmente, o termo faz referência à família pobre, ou seja, o problema sócio-econômico ganha força para, mesmo diante de uma lei, legitimar a retirada de inúmeras crianças e adolescentes de suas casas. Fonseca (1999), aponta ainda alguns questionamentos sobre o conceito de ‘famílias desestruturadas’, termo este utilizado com freqüência para justificar o abrigo de

crianças e adolescentes. Seu questionamento parte ‘de que conceito de família se tem atualmente?’, “lembrando que a mudança na instituição família é uma situação bastante abrangente e que as crianças francesas, por exemplo, são em grande parte filhos de pais não casados legalmente e que quase um terço dos casamentos legais são fadados a terminar em divórcio” (p. 257).

A autora ainda questiona termos como ‘menores abandonados(as)’ pelas suas famílias com dados de pesquisas que demonstram que a grande maioria tem contato com as mesmas: “A família, portanto, existe, mas que família! A moradia deplorável, a prolicidade insistente os des e re-casamentos, o emprego irregular... tudo converge para confirmar a imagem da família “desestruturada” como causa evidente do “abandono” (Fonseca, 1999, 256).

Como nos aponta Silva (2004b) faz-se importante entender o conceito de ‘teoria do desvio’. Para o autor “a noção de desvio decorre da presunção de ser o modelo de *família nuclear* o padrão por excelência de organização familiar e social, que, no Brasil, sempre coexistiu com modelos de organização familiar próprios das comunidades indígenas preexistentes e, também, com modelos de organização familiar e tribal dos negros africanos, posteriormente agravados por eventos como a Lei Áurea e a Lei do Ventre Livre”. (p. 289)

Diante destas definições sobre diversos arranjos familiares, pode-se encontrar também no ECA, qual a concepção adotada para se trabalhar com as crianças e adolescentes, qual seja: “Entende-se por *família natural* a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”(art. 25), porém, anteriormente a este artigo encontra-se no artigo 4º qual o *dever da família*, da comunidade, da sociedade e do poder público: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à *convivência*

familiar e comunitária”. Já o artigo 19 afirma ter: ‘toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em *família substituta*, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes’.

Com isso, o ECA, como expresso no artigo 25 legitima a definição constitucional de 1988. Para ser beneficiado pela proteção oferecida pelo Estado, a Constituição Federal de 1988, constata ser a unidade familiar estabelecida pela ‘união estável entre o homem e a mulher’, assim como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.²⁴ (Silva, 2004). Dessa forma, pode se constatar o quanto a legislação brasileira revela esta disposição, mantendo uma definição intensamente atrelada aos laços de sangue, à relação conjugal e ao padrão nuclear. A partir disso, é possível constatar que a imperativa resistência encontrada na sociedade brasileira, ou ainda, nas famílias brasileiras para uma mudança cultural na qual a valorização do cuidado seja efetivada é ainda distante e sofre diversos tipos de influências, dentre elas a desvalorização pela legislação de garantias a este cuidado.

Com relação a uma definição para família substituta, como o ECA propõe para família natural, isso não acontece. Porém, pode-se encontrar alguns comentários sobre família substituta quando preconiza que o abrigo é ‘medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta’²⁵. Mais do que isso, pode-se constatar que a ênfase é colocada em um tipo específico de família substituta, ou seja, ‘a família constituída pela adoção plena’. Já sobre este ponto o ECA é, sem dúvida nenhuma, muito claro, especialmente quando se reporta, no art. 41, ao rompimento total de vínculo com

²⁴ Como exemplo de outras definições, cita-se a oficial do governo holandês para família: qualquer lar privado composto por um ou mais adultos responsáveis pelo cuidado e pela educação de uma ou mais crianças (*apud* GEORGE, S. e VAN OUDENHOVEN, N. apostando al acogimiento familiar: um estudio comparativo internacional. Amberes (Bélgica); Apeldoorn (Países Bajos): Garant, 2003, p.100).

²⁵ ECA, art. 101, inc. VIII, parágrafo único.

os pais e parentes²⁶. Assim, não se vislumbra uma ‘possibilidade de adição ou complemento à família de origem, mas sim como uma substituição total e permanente dela’(Fonseca, 2004). Nota-se ainda ser o encaminhamento para uma família substituta o último recurso adotado, até mesmo depois do abrigo. Isso parece evidenciar uma cultura e prática fortemente marcadas pela institucionalização.

Como exemplo outros de famílias substitutas, que não pressuponha o rompimento total de vínculos, pode-se citar o programa de ‘famílias substitutas’ (ou Programa de Lares Substitutos), surgido em 1972 sob comando da FEBEM-RS. Este programa, segundo um dos técnicos que trabalhava nessa época, era “Era o menino dos olhos da administração de então”(In Fonseca, 2004).

Através de artigos no jornal e no rádio, fazendo apelo a donas-de-casa que queriam receber crianças nas suas casas, as ‘mães-substitutas’ foram recrutadas em todos os bairros de Porto Alegre e no interior do estado. Nos primeiros anos, recebiam apoio material na forma de medicamentos, roupas, material escolar, cesta de alimentos, algum mobiliado (beliches, etc.), e eventualmente materiais de construção para fazer uma ‘puxada’ na casa. Já que essas mulheres eram consideradas ‘voluntárias’, não recebiam remuneração, mas chegava um ‘per capita’ mensal para ajudar no sustento da criança. As mães vinham para reuniões mensais na sede da FEBEM, onde aprendiam técnicas de nutrição e puericultura, e recebiam freqüentes visitas nas suas casas pela equipe técnica que procurava dessa forma dar apoio e averiguar o andamento da família. (Fonseca, 2004).

Porém, no final de 2002, início de 2003, após a troca de governo, o Programa de Lares Substitutos foi extinto sem nenhum tipo de comunicado ou justificativa.

Por outro lado, em 1949 foi constituída a Lei de Colocação Familiar, ‘que criou o Serviço de Colocação Familiar no estado de São Paulo. Mais uma vez este programa é avaliado como precário devido à carência de recursos financeiros e de recursos humanos capacitados; ‘ao

²⁶ Artigo 41 (ECA) “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais. Parágrafo 1º Se um dos conjugues ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o conjugue ou concubino do adotante e os respectivos parentes. Parágrafo 2º É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária”.

aumento crescente da demanda; e à incompreensão da sociedade sobre o caráter provisório do acolhimento – razões que também contribuíram para sua extinção’(Silva, p. 222).

No Brasil, tem sido observado o acolhimento de crianças e adolescentes em outras modalidades de família (‘famílias voluntárias’, SILVA, p. 220) a fim de garantir o direito à convivência familiar e, a principal delas parece ser a família acolhedora, prática não tão nova assim, mas ainda muito pouco divulgada e incentivada. Atualmente a prefeitura de Porto Alegre, juntamente com a ONG Amigos de Lucas, está requisitando as famílias com o intuito de oferecer este acolhimento. O projeto "Família Acolhedora" tem por objetivo encaminhar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de proteção, em caráter transitório, para famílias que se responsabilizem por estas, com o intuito de evitar o abrigo. Segundo o site do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, em maio de 2005, havia oito famílias cadastradas. No entanto, estas práticas alternativas ao acolhimento, que não o institucional são, sem sombra de dúvida, muito escassas no Brasil. Dessa forma, sem apoios técnicos e financeiros e a legitimação por parte do Estado para que se tornem políticas públicas o acolhimento institucional continua sendo a prática mais utilizada.

Segundo Cabral (2004), ‘família acolhedora é aquela que, voluntariamente, tem a função social de acolher em seu espaço familiar a criança ou o adolescente, em risco pessoal e/ou social, e que, para ser protegida, foi retirada de sua família de origem – desde que respeitada a sua identidade e sua história. Além disso, a criança recebe todos os cuidados básicos, afeto, amor e orientação, a fim de que possa alcançar o seu desenvolvimento integral, a sua reintegração familiar e possa ser assegurada quanto à convivência social e comunitária’(p.7). Carreirão (2004) afirma que esta família assume essas funções sob um termo de responsabilidade, mas alerta para o fato de que o papel dos acolhedores não ser o de “pais substitutos”, ‘pois não há intenção alguma em substituir a família de origem, mas de fortalecê-

la”(p.316). Este tipo de acolhimento parece se constituir em uma alternativa à institucionalização e à garantia de se conviver num meio familiar e comunitário.

Assim, talvez possa se observar a ‘garantia do direito à convivência familiar e comunitária’ ser. Em parte, cumprida. No entanto, se formos além para pensar a questão da continuidade do atendimento oferecido, aspecto este fundamental para uma criança ou adolescente em situação de abandono, parece este ter também um aspecto frágil, assim como a transitoriedade da medida de abrigo, pois neste caso, a função da acolhida é também ser provisória e, muitas vezes, o que não consegue se sustentar. Portanto, a família acolhedora aqui é concebida como uma das tantas modalidades de abrigo e que parece cumprir de forma mais adequada os preceitos encontrados no artigo 92 do ECA, em vista a alguns programas de abrigo oferecidos.

No mesmo livro, Luna define o acolhimento familiar como ‘um dos recursos técnicos utilizados pelos governos na instrumentação de medidas que resguardem às crianças e aos adolescentes na situação de risco psicossocial’. (p.112)

Desde as últimas décadas do século XX, apesar dos inúmeros problemas detectados nas práticas de acolhimento familiar, este parece vivenciar seu ressurgimento devido às inúmeras e pesadas críticas à institucionalização de crianças e adolescentes. No entanto, ‘ainda não há consenso sobre a aplicação generalizada deste tipo de acolhimento, uma vez que sempre haverá situações onde o acolhimento institucional será necessário (crianças portadoras de deficiências severas, de transtornos emocionais graves, inexistência de famílias voluntárias, entre outras)’(Silva, Mello, Aquino, 2004, p. 238)

Assim, vive-se um momento de forte discussão sobre o direito à convivência familiar, uma vez que esta “é, reconhecidamente, fundamental no trabalho de proteção integral a crianças e

adolescentes”(Silva, p. 225), e, prioritariamente, com objetivo de que as referências familiares não sejam perdidas.

Apesar das enfáticas mudanças observadas no transcorrer do século XX com relação à instituição família, pode-se presenciar, ‘no ideário da sociedade brasileira, o modelo de família tradicional composto por ‘pai, mãe e filhos pequenos’. “Os laços de parentesco, por sua vez, ainda mantêm fortíssima influência na organização das famílias brasileiras” (Silva, Mello, Aquino, 2004, p. 214.). Fonseca também afirma que “apesar das histórias sobre abandono, maus tratos e anos de separação, perdura a idéia da solidariedade institucionalizada entre consangüíneos”²⁷.(Fonseca, 2000, p.75)

Neste ponto, vale frisar dois aspectos intimamente relacionados às dificuldades ‘enfrentadas’ por essa população. O primeiro aspecto faz referência à prioridade que deve ser oferecida ‘à manutenção da criança ou do adolescente no arranjo familiar de origem, ‘evitando assim a separação’ e todas as possíveis conseqüências implicadas por este afastamento’. Em segundo lugar, e não menos importante, o que se pode fazer, no caso concreto de afastamento, para proporcionar a continuidade da vivência familiar, ou na família de origem ou até mesmo outra família (SILVA, 2004).

Atualmente, observa-se no Brasil um aumento significativo no número de famílias monoparentais, ou seja, famílias mantidas por um dos genitores, geralmente a mãe, onde a figura paterna esta ausente e as funções materno-paternas estão superpostas. Assim, constata-se uma nova forma de parentalidade ‘pelo que representam como fratura dos vínculos instituídos pela sociedade’(Correa, p.71). Quando nessas configurações as mães estabelecem um relacionamento estável com outro parceiro, pode ocorrer nova ruptura para os filhos, ainda mais dolorosa do que é a ausência do pai pois, muitas vezes, estas são impelidas pelo

²⁷ Para maiores detalhes sobre consangüinidade ver Fonseca, Claudia. Família, fofoca e honra. Capítulo 2.

novo companheiro a abandonarem os filhos de relações anteriores a fim de viverem juntos. (Fonseca, 2000).

Se tomarmos o prisma da psicanálise para a leitura dessa realidade, temos em Winnicott (1999) que “a unidade familiar proporciona uma segurança indispensável à criança pequena. A ausência dessa segurança terá efeitos sobre o desenvolvimento emocional e acarretará danos à personalidade e ao caráter”(p.18). Winnicott enfatiza a força do vínculo familiar, quando se pensa em estratégias de acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e abandono.

4.2 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E O TRABALHO REALIZADO PELOS ABRIGOS:

De acordo com a pesquisa realizada pelo IPEA (2004), o perfil da grande maioria de crianças e adolescentes abrigados, atualmente, se deve a aspectos relacionados à pobreza e, ‘conseqüentemente, por falha ou inexistência das políticas complementares de apoio aos que delas necessitam’. “Portanto, tratar da prevenção ao abandono e à institucionalização é falar das políticas de atenção às famílias, majoritariamente às famílias pobres”(Silva, Mello e Aquino, 2004, p.215), só assim, poderão ser garantidos os direitos das crianças e adolescentes, incluindo a preservação do vínculo familiar. Porém, para que isso aconteça faz-se relevante compreender a realidade vivida por estas famílias, superando as suas manifestações a princípio tomadas como inadequadas, abandonantes e negligentes.

Apesar de ser observado um aumento considerável tanto no número de instituições de abrigagem, quanto no de crianças e adolescentes abrigados o Levantamento Nacional de

Abrigos constatou que, na região Sul do país, 52,4% das crianças e adolescentes abrigados possuem família e com vínculo, 28,3% com família e sem vínculo, 7,8% com impedimento judicial, 6% com família desaparecida, 4,9% sem família (órfãos) e, 0,6% sem informação²⁹. Nos dois abrigos pesquisados, os resultados encontrados foram: abrigo ‘Renascer’ – 64% com família e com vínculo, 18% com família e sem vínculo e 18% sem família (órfãos); abrigo ‘Recriar’: 67% com família e com vínculo e, 33% com família porém sem vínculo. No entanto, vale frisar que a existência de vínculo com a família, não implica em condições ou possibilidades de que essas famílias recebam os filhos novamente. Nos abrigos pesquisados, “família e vínculo” muitas vezes significava apenas um irmão abrigado em outra instituição.

Esta mesma pesquisa procurou saber o que as instituições que acolhem crianças e adolescentes estão fazendo para preservar os vínculos familiares. Para isso considerou dois grupos de ações desenvolvidas por estas: 1º. Incentivo à convivência das crianças e dos adolescentes com suas famílias de origem e, 2º. Não-desmembramento de grupos de irmãos abrigados, em cumprimento ao princípio previsto no ECA. O que vale notar é que, na região Sul do Brasil, os números com relação ao primeiro grupo de ações são os seguintes: 80,3 % das instituições mantêm informações sobre as famílias de origem; 69,7% das instituições promovem visitas de crianças e adolescentes aos lares de suas famílias; 23,8% das instituições permitem visitas livres dos familiares ao abrigo (Silva, Mello e Aquino, 2004, p. 226).

Porém, destes resultados apresentados acima, apenas 18% das instituições atendem aos três critérios³⁰. Nas instituições pesquisadas os dois primeiros critérios foram observados nas práticas institucionais. Na instituição Renascer, em casos específicos, a criança ou adolescente

²⁹ Para fins desta pesquisa o IPEA definiu como sendo ‘com família e com vínculo’ – a família, embora afastada da convivência com a criança ou adolescente, reporta-se a ela/ele periodicamente, fazendo-se presente, existindo possibilidades de fortalecimento dos laços familiares e de reintegração do abrigado. Como ‘com família, sem vínculo’ - a família, embora conhecida e localizada, nunca ou raramente se reporta à criança ou ao adolescente, o que dificulta o fortalecimento dos laços familiares e a reintegração do abrigado (p.411).

³⁰ Estes dados foram retirados do livro “O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil/ Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. 416p. Tabela página 226.

leva uma cesta básica quando vai para casa e a situação da família é precária. Porém, o terceiro critério (permissão para visitas livres dos familiares ao abrigo) não foi observado, nem tampouco relatado pelos técnicos ou crianças de ambas as instituições. Geralmente, quando uma mãe, um pai ou um tio vão ao abrigo é para ser entrevistado ou visitar o filho com horário marcado com a supervisão de um adulto do abrigo.

Já com relação ao segundo grupo de ações – a observância do não-desmembramento de grupo de irmãos abrigados - o que se constatou é que os números apontam para uma prática maior, quando comparada ao primeiro grupo. Assim sendo, quanto ao não-desmembramento de grupos de irmãos, os números apresentados para a região Sul são:

68,0% das instituições priorizam a manutenção ou reconstituição de grupos de irmãos;
71,3% das instituições organizam-se sob agrupamento vertical (intervalo entre idade mínima e máxima maior do que 10 anos);
72,1% das instituições atuam em regime de co-educação (meninos e meninas)
(Silva, Mello, Aquino, 2004,p.226).

Contudo, apenas 39,3% das instituições atendem aos três critérios. Já, se pegarmos os resultados dos dois grupos (-1º. incentivo à convivência das crianças e dos adolescentes com suas famílias de origem e, 2º. Não-desmembramento de grupos de irmãos abrigados) este percentual tem uma queda significativa, onde apenas 5,7% das instituições da região Sul do país atendem a todos os critérios do primeiro e segundo grupo. Com relação a este segundo grupo de ações constatou-se práticas distintas nas duas instituições pesquisadas. Ou seja, na instituição Renascer, apesar de haver irmãos separados, evidenciou-se uma preocupação em uni-los e mantê-los na mesma casa. Os casos conhecidos de irmãos que estão separados são devidos a aspectos macro da instituição como, por exemplo, idade limite para desligamento. Por outro lado, na instituição 'Recriar', como há uma organização por agrupamento vertical os irmãos com idades diferentes são acolhidos em unidades distintas. Assim, mesmo pertencendo à mesma instituição permanecem distantes devido à idade ou sexo, diferentemente do ocorrido no abrigo Renascer que acolhe crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, de ambos os sexos, ou seja, em regime de co-educação.

Preconizado pelo ECA como um dos princípios para o atendimento em instituições de abrigo, o não-desmembramento de grupos de irmãos possui especial relevância na manutenção dos vínculos familiares, uma vez que, ‘quando indicada a medida de proteção em regime de abrigo a irmãos, a separação entre eles pode agravar a sensação de abandono e rompimento vivenciadas pelas crianças e adolescentes afastados de suas famílias’(Silva, Mello e Aquino, 2004 p.226). Levisky (2005) afirma a importância de não apenas ter belos prédios se não existir uma metodologia de trabalho que ‘respeite a importância dos vínculos afetivos e cuja comunicação não utilize um discurso de aparências e conveniências, mas que conduza a um encontro sincero, realista e de esperança, conjunto difícil de ser desenvolvido”(p.10).

Além dos aspectos considerados até o momento, um trabalho no sentido de reestruturar a família para receber suas crianças e adolescentes de volta, faz-se necessário. Contudo, o que tem sido observado é que a reestruturação familiar não é algo simples de ser efetivada na prática por envolver um processo significativamente complexo e abranger questões ligadas a diminuição do desemprego e da dependência de drogas, por exemplo, uma vez que exigem muito mais de outras políticas públicas do que do esforço isolado das instituições de abrigo. Contudo, parte-se do princípio de que essas instituições podem desenvolver ações de fortalecimento e valorização da família, assim como buscar instituir uma ligação e a inclusão dos familiares na rede de proteção social disponível e nas demais políticas públicas existentes.

O que, até então, parece não acontecer ou ter ações ínfimas diante da amplitude de casos observados na realidade brasileira. Geralmente, o que se constata é que, diante de algumas tentativas de reaproximação do adolescente ao grupo familiar sem grandes êxitos e a resistência da mãe ou da família em ter a guarda do adolescente - o abrigo, então, ou proíbe as visitas à família ou encaminha ofício para o juizado pedindo a destituição do poder familiar. Conseqüentemente, uma vez que a família (ou a mãe) não demonstra interesse, nem investimento para ter o/a filho/a em casa novamente, parece que o caminho institucional e

jurídico é puni-la com uma decisão judicial permanente. Mais uma vez observa-se a força de uma cultura institucional nas práticas cotidianas envolvendo abrigados e familiares (cuidadores).

A prática da reestruturação familiar envolve também o importante aspecto da (des)moralização destas famílias, na grande maioria das vezes, vistas como incapazes de cuidar dos próprios filhos. “A história sobre a infância em risco no Brasil mostra que as políticas públicas voltadas para esta área sempre priorizaram a institucionalização em detrimento de políticas de reconstrução e de fortalecimento dos vínculos familiares” (Silva, Mello e Aquino, 2004, p.237).

Pode-se observar que a qualidade do acolhimento de uma criança ou adolescente depende em muito da problemática associada à sua família. Muitas vezes, somente o auxílio a essa família pode efetivamente contribuir para superar as dificuldades apresentadas e proporcionar uma solução concreta dos problemas que levaram ao abrigamento.

Em vista da profunda complexidade do tema família, que incluem aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos, acredita-se ser imprescindível reconhecer, entender e valorizar os diferentes arranjos familiares presentes na atualidade. Com isso, procurou-se apontar apenas alguns elementos pertinentes à temática, reconhecendo a importância do assunto quando se trata de crianças e adolescentes que vivem fora do seio de suas famílias e preservar o direito que possuem de conviver com estas.

4.3 AS FUNÇÕES MATERNA, PATERNA E FRATERNA E O ADOLESCENTE ABRIGADO

Pensar sobre a função materna e paterna no contexto da abrigagem é antes refletir sobre o significado que tais funções poderão vir a desempenhar na vida dos adolescentes abrigados através da presença de adultos cuidadores – quando estes vivem a experiência do cuidar - bem como da dinâmica institucional e como estas funções, podem, efetivamente, ser experienciadas no ambiente institucional, de forma a proporcionar um significado diferente tanto para o adolescente quanto para o ambiente de abrigo.

A função materna³¹ pode ser, brevemente descrita, como a capacidade da mãe - ou da pessoa que cuida (Volich, 2000) - de conectar-se com os sentimentos de seu bebê, oferecendo continência a estes dando-lhes sentido e significado. Esta consiste em uma tarefa complexa uma vez que, para a mãe conseguir desempenhar esta função ela própria necessita ter vivenciado uma boa experiência afetiva com sua mãe; o que determinará o alicerce das experiências do cuidar (Volich, 2000). Segundo Bion, esse estado não é delimitado apenas à figura da mãe - “qualquer pessoa que disponha dessa capacidade amorosa para ouvir, perceber e atender a necessidade manifesta pela criança passa a ser portadora desse estado de *réverie*” (*In Signorelli, 2003, p. 1*). Ou seja, a mãe ou a pessoa que cuida de um bebê terá como função protegê-lo frente a estímulos e situações que ele é incapaz de tolerar e elaborar em um certo momento da vida.

Dessa forma, o pai, uma tia, ou até uma instituição – como um abrigo - podem desempenhar a função materna quando conseguem ser acolhedores às angustias, diante de incompreensões do sujeito, tolerante, bem como quando conseguem transformar os sentimentos de amor e ódio

³¹ Costa (2000) define o termo função como sendo ‘diferenciais simbólicos na organização do lugar de cada um, sendo responsáveis pelo suporte de referentes singulares a cada lugar’(p.83)

apresentados pela criança ou adolescente, resignificando-os (Volich, 2000). Para Levisky (2005) ‘a função materna representada pela capacidade de continência institucional ou da sociedade está ausente. A instituição que o acolhe representa a sua família’(p. 9).

Por outro lado, a função paterna, a princípio, é desenvolvida pelo pai. Inicialmente o pai oferece ao bebê a oportunidade de conhecer novas relações; simbolicamente ele irá retirando, aos poucos, o bebê do colo da mãe e apresentando-lhe o mundo. Segundo Signorelli (2003) “a função paterna tem como tarefa servir de ponte para a apresentação e a aceitação da realidade à criança. O pai, portanto, é a lei, o limite, a realidade”(p.1). Para Levisky, a administração da ‘lei se constitui na criação de um espaço simbólico dinâmico e aceitável pela sociedade’, semelhantemente ao que acontece em casa, ‘nas relações familiares, onde encontrar os limites desejáveis, definidos pelos pais e pela sociedade. Do confronto dos filhos na relação parental nascem as relações estruturantes’(p.9). Já para Kehl (2000) ‘o pai real, e as diversas autoridades que podem substituí-lo, não fazem mais do que transmitir a lei – à qual também estão como sujeitosassujeitados”(p.35). Assim, o casal parental irá se constituindo como ‘porta-voz das crenças, ideais, proibições, valores (discurso parental) que por sua vez faz parte de um discurso social mais amplo ao qual estamos todos assujeitados’(Correa, 2002, p.68).

Apesar de funções distintas serem freqüentemente exercidas por uma mesma pessoa ou se, possível e necessário, em uma instituição – que deverá então, para isso, “acolher, transformar e significar as comunicações emocionais presentes, mas deve, também, desempenhar a lei e favorecer o crescimento e a criatividade”(Signorelli, 2003, p.1página). No entanto, quando apenas uma das funções for encontrada em uma família, na escola, no Estado ou em um abrigo o desenvolvimento da criança ou adolescente poderá ficar comprometido. O desejável, além de encontrar um equilíbrio entre as funções materna e paterna, é também haver uma mínima compreensão sobre os processos emocionais. Para Volich (2000), a efetivação destas funções pressupõe ‘o papel essencial da existência de um outro, que acompanha o sujeito em

cada processo específico, atribuindo significados e interpretando o que surge do interior do ser que vive, desenvolve-se e sofre’.

Vínculos humanos – afetivos, psicológicos e sociais são estabelecidos também pela a função fraterna (Kehl, 2000). Kehl define o termo como o outro, o semelhante – a começar pelo irmão, este outro contribuindo decisivamente para estruturar o sujeito. No entanto, a fraternidade não é delimitada ao campo da família nem tampouco aos laços de sangue (Birman, 2000).

Na teoria freudiana, o irmão é mencionado como intruso e como rival e, esta rivalidade é causada pela disputa pelo amor da mãe (mais tarde, do pai), em relação ao qual cada irmão reivindica exclusividade. Já para Lacan, in Kehl (2000), essa rivalidade entre os irmãos funda-se na ‘identificação mental do sujeito para com o pequeno semelhante’(p.37). “O outro é rival, antes de mais nada, em relação à própria imagem narcísica do sujeito: cada parceiro confunde a parte do outro com sua própria e com ela se identifica” (p.37). Há ai uma identificação horizontal entre os semelhantes e secundárias em relação à identificação com o ideal representado pelo pai (p.39). Para Lacan o papel psíquico do irmão depende do momento de seu aparecimento na vida do sujeito (p.40).

Ainda sobre a rivalidade fraterna, Kehl (2000), afirma que quando isto se mantém é provavelmente devido aos pais ou educadores que, consciente ou inconscientemente, utilizam ‘táticas de dividir para governar, motivando entre os filhos a fantasia infantil de que só haveria lugar, no amor parental, para o reconhecimento de Um”(p. 42)

Já na adolescência os laços fraternos possibilitam, tanto entre irmãos de sangue como em laços de amizade, a construção de grandes formações fraternas, nas quais estão presentes os laços de cumplicidade. Assim, tanto os irmãos quanto os amigos quando se unem outorgam-se a vivenciar o que ‘o pai, ou outra figura de autoridade, proíbe’. (p.41).

O grupo funciona, para o adolescente, como garantia de reconhecimento dos traços identificatórios, dos quais o sujeito que sai da infância não se sente assegurado, e como campo de novas identificações exogâmicas (Kehl, 2000, p.41).

Ainda para Kehl, a melhor representação de fratria é uma turma de adolescentes: 'lugar de passagem, de contestação, de simbolização da Lei e legitimação de experiências de liberdade'(p.46). Apesar de que não é apenas de adolescentes que se constituem as fratrias.

Os adolescentes, 'ao testarem e contestarem a autoridade de pais reais, a fratria produz a orfandade simbólica dos seus membros ao mesmo tempo em que lhes fornece algum amparo, alguma pertinência extrafamiliar. Até que o próprio trato com a liberdade possa conduzir os sujeitos, marcados pelas identificações fraternas, para outros campos de experiência, fora da fratria'(p.46).

Para Birman, assim como Kehl, a função fraterna - ou fraternidade - não consiste em algo definitivo. Ao contrário, a fraternidade é definida como um estado que pode se prolongar ou dissolver, dependendo do desejo das pessoas que 'participam nesta rede de laços inter-humanos'(p.186).

Assim, o lugar do semelhante - o 'mano' - indica uma intenção de igualdade, identificações horizontais que possivelmente tenha se iniciado com a experiência de abrigo para posteriormente ampliar-se, acolhendo outros significados: exclusão, indignação à violência e recusa às injustiças.

5 ANALISANDO O AMBIENTE DE ABRIGO CONSTITUÍDO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

(...) durante esses quinze anos de residência no Rio, papai continuou sendo um homem do Rio Grande, apesar de todas as aparências em contrário. Não haja ano em que não viesse a Santa Fé, pelo menos uma vez, nas férias de verão. Esta é a sua cidadela, a sua base, o seu chão... Para ele a querência é por assim dizer uma espécie de regaço materno, um lugar de refúgio, de reconforto, de proteção... Não é natural que num momento de decepção, de perigo real ou imaginado, de aflição, de dúvida ou de insegurança ele corra de volta para os braços da mãe?

(Erico Veríssimo, O Tempo e o Vento: O Arquipélago, vol. I, p.35)

Após a implementação do ECA, *abrigo* passa a designar uma instituição destinada a acolher crianças e adolescentes como medida de proteção. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou pessoal (negligência, maus tratos, abandono, abusos, mendicância, entre outros) passam, então, a terem o abrigo como lar até que sua situação jurídica seja definida e que possam retornar aos seus lares de origem, ou serem encaminhadas para um lar substituto. Este é o caminho ‘ideal’, que todos gostariam que acontecesse. Porém, freqüentemente, o abrigo acaba se tornando um lar permanente, constituindo um espaço onde estas crianças e adolescentes viverão até completarem a maioridade; um espaço onde deveriam ter a oportunidade de sentirem-se pertencentes.

Este capítulo visa aprofundar a temática da abrigagem a partir da descrição e análise dos ambientes de abrigo para adolescentes, buscando contextualizar como ocorrem as relações dentro destas instituições e como as políticas públicas, destinadas a estes jovens, estão contribuindo ou não para a real possibilidade de execução das práticas cotidianas.

Conforme anteriormente discutido no capítulo sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência, uma das diretrizes do ECA, particularmente o que versa o seu artigo 92, inciso III é que o abrigamento deveria oferecer “*atendimento personalizado e em pequenos grupos*”. Como, historicamente, instituições que acolhem crianças e adolescentes são

equipamentos grandes, é comum observar um movimento de reordenamento³², onde a instituição passa a deixar de ser uma instituição monolítica e começa a ser dividida em espaços menores.

Em *Privação e Delinquência*, Winnicott (2002) relata os objetivos de instituições de grande porte:

(...) as crianças numa grande instituição não estão sendo cuidadas com a finalidade de cura de suas doenças. Os objetivos são, em primeiro lugar, prover teto, comida e roupa a crianças que foram negligenciadas; em segundo lugar, criar um tipo de vida em que as crianças tenham ordem em vez de caos; e, em terceiro lugar, impedir, para o maior número possível de crianças, a ocorrência de um choque com a sociedade, até que se soltem no mundo por volta dos 16 anos de idade (p.207).

Um outro autor que reflete sobre grandes instituições é Goffman (1961). Ele adota o termo “Instituições Totais” e as define *como*:

(...) um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (p.11).

Inegavelmente, há uma mudança no paradigma de acolhimento de crianças e adolescentes nos últimos anos; um movimento de transformação que visa tornar as instituições mais integradas na vida da comunidade local e remover o estigma de “depósitos humanos”, ou seja, uma visão de abrigo enquanto uma instituição reparatória (Silva, 2004b). Muitas crianças e adolescentes, antes isoladas em *instituições totais*, passaram a entrar em contato com a comunidade onde estão inseridas, e, assim, usufruem de escolas, atendimento médico, esporte e lazer. Porém, o que precisa ser avaliado é se esta “abertura” e redução em unidades menores já são suficientes para caracterizar um atendimento fundamentado na *Doutrina de Proteção Integral*, um atendimento que garanta a efetivação dos direitos previstos no ECA, principalmente os previstos pelo artigo 92. Além disso, é importante também refletir se somente estes aspectos são suficientes para atender crianças e adolescentes que foram privados da vida familiar, muitas vezes depois de experienciar precoces rompimentos de vínculos e intenso sofrimento

³² Para exemplos de reordenamento, ver Dissertação de Cardarello, Andréa, da UFRGS, Departamento de Antropologia, NACI.

psíquico. Que instituição é essa que se propõe a receber esse adolescente? Como está se organizando para acolher os inúmeros indivíduos que nela ingressam ou reingressam, diariamente? Qual é a sua real função?

Muito tem se debatido sobre estratégias para elevar a qualidade do atendimento a crianças e adolescentes. Porém, é simplista a idéia de que apenas reduzindo o tamanho das instituições ter-se-á uma melhor qualidade no atendimento. Parece ser possível afirmar que um passo foi dado. Resta saber, agora, em que direção.

Com a redução do número de crianças e adolescentes, existem mais chances de que se possa viabilizar um atendimento individualizado, não massificado, em que as singularidades poderão ser contempladas e as necessidades individuais dos abrigados terão mais possibilidades de serem trabalhadas.

Sobre a organização de instituições em pequenas residências, espaços menores com um número reduzido de indivíduos e um novo suprimento ambiental mais estável, Winnicott (2002) ressalta que isto poderia, por si só, constituir-se em um momento terapêutico.

Segundo pesquisa do IPEA (2004) o número de instituições que estão organizadas à semelhança de uma residência na região Sul é os seguintes³³:

Critérios considerados	Região Sul
1. Estrutura física	
1.1 Têm aspecto externo com características residenciais	77,0%
1.2 Têm no máximo 06 dormitórios	86,9%
1.3 Acomodam no máximo 04 crianças e adolescentes por dormitório	21,3%
1.4 Possuem espaços individuais para guarda de objetos pessoais	85,2%
1.5 Não possuem áreas exclusivas para serviços especializados	66,4%
Atendem aos cinco critérios	9,0%

³³ Reprodução parcial de tabela apresentada na página 232, Silva, Mello e Aquino, 2004.

2. Atendimento em pequenos grupos	
2.1 Atendem até 25 crianças e adolescentes	80,3%
2.2 Mantêm proporção de até 12 crianças e adolescentes por responsável	76,2%
2.3 Atendem aos dois critérios	67,2%
1 + 2	9,0%

Ainda com relação à estrutura física dos ambientes de abrigos, a autora concorda com Mello (2004), que afirma ser o conforto ambiental um dos aspectos que interfere na ‘sensação de segurança e no sentimento de realização dos indivíduos’(p.157). Adicionalmente, Silva (2004) é enfático sobre as instituições de abrigo não dever, por exemplo, conservar placas ou faixas externas que as identifiquem como abrigos, ou seja, a construção deve ser similar a uma residência comum – as grandes construções devem ser esquecidas.

Assim como Delgado (2000), a autora acredita que não existe muito valor em realizar apenas “transformações cosméticas” nas velhas instituições, “dotando-as de atendimento externo de cunho modernizante”, principalmente quando essa transformação ignora o “produto de longos anos de segregação” (p.189). Nesta mesma direção, Rizzini (1996) questiona até que ponto a divisão das instituições em pequenos grupos e um sistema semelhante ao familiar é suficiente para distingui-las do internato típico.

Estudos sobre o atendimento massificado a crianças e adolescentes realizado nas instituições que recebem grande número de abrigados têm revelado os custos que tal situação neles acarreta: carência afetiva, dificuldade para estabelecimento de vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares. Esses espaços, se vivenciados por longos períodos, representam não apenas uma violação de direitos, mas deixam marcas irreversíveis na vida dessas crianças e desses adolescentes, que, com frequência, não adquirem sentimento de pertencimento e enfrentam sérias dificuldades para adaptação e convívio em família e na comunidade (Silva, Mello, Aquino, 2004, p.231).

Este parece ser um ponto crucial no que se refere ao acolhimento de crianças e adolescentes. O que realmente tem sido feito no cotidiano destas instituições para abolir práticas arcaicas, violentas e exclusoras do passado e dar conta das singularidades dos adolescentes abrigados? O que tem sido feito – além do fornecimento de alimentação e moradia – para permitir que

esses indivíduos possam ressignificar suas experiências e caminhar em direção à Doutrina da Proteção Integral?

Para Winnicott (2002)³⁴, a base da saúde mental adulta é constituída ao longo da infância e da adolescência.

A grande maioria das crianças e adolescentes abrigados já vivenciou alguma situação grave de vulnerabilidade pessoal ou social. Muitos possivelmente já tiveram uma experiência de desintegração familiar ou viveram em famílias que, por diferentes razões, não conseguiram cumprir sua função provedora e formadora. Neste contexto cabe citar, por exemplo, o pensamento de Winnicott (2002) que acredita que por mais simples que seja um lar, ele é mais importante para o sujeito do que qualquer outro lugar e, prossegue afirmando que se deve sempre ter o cuidado de jamais interferir em um lar que esteja funcionando, nem mesmo em nome de seu próprio bem. Evidentemente, existem situações em que o adolescente “não pode ou não deve ficar com seus pais biológicos” (Fonseca, 2004, p.1). Esse conceito pode ser estendido para situações em que o adolescente não pode ficar com seus cuidadores.

Para Winnicott (2002), a possibilidade de sentir-se pertencente à segurança de um lar é condição fundamental para o saudável desenvolvimento da personalidade de um indivíduo. “A unidade familiar possibilita uma segurança indispensável à criança pequena. A ausência dessa segurança terá efeitos sobre o desenvolvimento emocional e acarretará danos à personalidade e ao caráter” (p.18).

Apesar da importância da experiência de um lar satisfatório, esta não é uma realidade para muitas crianças e adolescentes. Winnicott (2002) define sabiamente o conceito de

³⁴ Winnicott elaborou suas teorias iniciais “centradas na pessoa da mãe e na relação entre os dois: *holding*, mãe suficientemente boa, preocupação materna primária, mãe ambiente e mãe objeto” (Filho, 2004, p.7) para, posteriormente, se dedicar na questão da provisão ambiental (e suas patologias).

experiências de lar primário como um “ambiente adaptado às necessidades especiais das crianças e adolescentes, sem o que não podem ser estabelecidos os alicerces da saúde mental”.(p.63)

Para Carreirão (2004), um ponto relevante na execução de um programa de abrigo é ser este o máximo possível, semelhante a uma estrutura que possibilite o atendimento personalizado e em pequenos grupos.

Muitos dos intensos conflitos que crianças e adolescentes experienciam dentro do ambiente de abrigo provêm, diretamente, de experiências significativas de lares instáveis, ou seja, crianças e adolescentes que nunca tiveram, em seus próprios lares, um ambiente suficientemente bom (Winnicott, 2002). Winnicott afirma: ainda que o ambiente familiar foi frustrante, esses indivíduos precisam ainda mais de um ambiente capaz de proporcionar-lhes “estabilidade ambiental, cuidados individuais e a continuidade desses cuidados” (p.82).

Winnicott (1983) adota o termo *holding* e o define como amparo e sustentação. No início da vida, este é simbolizado pela mãe, ou seja, mãe e lactente vivendo juntos. “(...) *holding* é utilizado para significar não apenas o segurar físico de um lactante, mas também a provisão ambiental total anterior ao conceito de *viver com*” (Winnicott, 1983, p.44). Porém, ao longo de sua obra, Winnicott amplia o conceito de *holding* à criação de um lugar psíquico. Da dependência absoluta entre lactente e sua mãe a um caminho em direção à independência, onde o lactente irá desenvolver maneiras para viver sem cuidado real. Segundo Winnicott (1983) isto poderá ser conseguido através do “acúmulo de recordações, do cuidado, da projeção de necessidades pessoais e da introjeção de detalhes do cuidado, com o desenvolvimento da confiança no meio”(p.46).

Assim, pode-se pensar que o *holding* exerce diferentes funções nos distintos momentos da vida de um sujeito, porém este não deixa de ser menos importante durante toda a vida, uma

vez que sustentação e reconhecimento são elementos imprescindíveis do permanente “processo de subjetivação”.

Reconhecida a importância dos cuidados maternos, faz-se imperativo acrescentar a relevância da provisão ambiental e das possíveis conseqüências de falhas nessa provisão. Com relação a este segundo aspecto, um processo de identificação com as reais necessidades da criança (experiência de lar primário) e, posteriormente, do adolescente, tem papel central, uma vez que sem tal identificação os cuidadores não seriam capazes de prover tais necessidades.

Para Winnicott (2002), um *ambiente suficientemente bom* pode ser definido em termos da segurança e continência com que consegue se apresentar frente às crises e testes pelo qual passará e pela capacidade de permitir que estes aconteçam e, mesmo assim, continuar estável. Esta definição complementa o conceito de “experiência de lar primário”, anteriormente apresentado, e pode ser utilizada para que pense sobre a real função que um ambiente de abrigo poderia vir a ter, isto é um ambiente adaptado às necessidades dos adolescentes, não deixando de ser seguro e continente frente aos obstáculos enfrentados. Contudo, esta reflexão não é uma tarefa fácil, uma vez que diversos aspectos – sociais, culturais, históricos e econômicos – estarão, constantemente, atravessando estes ambientes.

Santos (2004), traz uma definição importante para o termo *lugar* que é fundamental para o contexto deste projeto. Segundo ele, uma experiência “(...) antes de ser uma experiência espacial, é uma experiência em que o indivíduo sente que existe na subjetividade do outro. Ter um lugar é existir no meio ambiente humano” (p.423). Assim, vê-se o quanto ter um lugar, ser acolhido (mesmo apenas enquanto resultado de uma medida de proteção), é não apenas importante, mas fundamental para milhares de crianças e adolescentes. De fato, o acolhimento tem uma função muito mais ampla e significativa do que normalmente se percebe. Pode-se então repensar a abrigagem também como uma experiência vinculada a um

lugar, sendo este, fundamental enquanto espaço de acontecimento, de significação ou resignificação das experiências vividas ou mesmo de existência.

Winnicott relata sobre o êxito do trabalho em abrigos:

O êxito no trabalho no alojamento deve ser considerado, portanto, em termos de reduzir o fracasso do próprio lar da criança. O corolário é que um bom trabalho no alojamento deve necessariamente aproveitar tudo o que tiver restado de bom do lar verdadeiro da criança (Winnicott, 2002, p.64).

Acolher o adolescente, identificar-se com suas necessidades e ainda, oferecer-lhe um ambiente suficientemente bom e continente parecem ser algumas das possíveis possibilidades para um atendimento mais humano, onde estes adolescentes possam reencontrar um espaço de subjetivação.

Para Winnicott, dois aspectos relacionados à estabilidade de um ambiente são fundamentais para que um indivíduo possa se sentir pertencente a ele: a estabilidade gerada pela continuidade da permanência do sujeito no ambiente e a estabilidade do ambiente enquanto lugar continente.

Um aspecto central para esta pesquisa é a questão da *transitoriedade*, preconizada pelo ECA em seu artigo 101, parágrafo único³⁵. Se por um lado, conforme Winnicott, a continuidade da permanência do sujeito em um ambiente é importante, por outro lado, a permanência indeterminada em uma instituição sem planejamento ou motivos também pode ser um grave problema. Na verdade, grande parte da preocupação do ECA com o caráter provisório da medida de abrigamento parece estar intimamente ligada à história passada, onde inúmeras crianças e adolescentes eram abrigados por tempo indeterminado, ou seja, uma medida definitiva, com objetivo essencialmente reparatório. Com isso, jamais se observava práticas

³⁵ “Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.”

que levassem em consideração as singularidades e necessidades de cada um. Como exemplo disso, Rizzini (1996) relata:

Diversos estudos sugerem que a internação salvo em situações excepcionais, causa mais danos do que beneficia aqueles que a ela recorrem. (...) As pesquisas revelam que a vida institucional, por suas características de rotinização, massificação e rígida disciplina, cria um ambiente de impessoalidade e falta de afeto, que pode prejudicar o indivíduo de várias maneiras(p.73).

Com esse tipo de prática, as instituições muitas vezes parecem tornar-se uma lacuna na vida dos adolescentes. Uma pausa antes que estes então retornem “à guerra, ao crime, à vida, à morte”.

Carreirão (2004) sabiamente nos alerta sobre a medida de abrigo ser provisória e não a modalidade – para a criança ou adolescente. A mesma autora segue afirmando ser fundamental, para as crianças e adolescentes que estão abrigados,

(...) evitar a transferência brusca de instituição, mesmo nos casos em que ultrapassam o limite etário de determinado programa de abrigo. Os sentimentos positivos construídos no período de permanência de crianças e adolescentes em abrigo – como o vínculo, o apego, o pertencimento – são imprescindíveis, sobretudo para os que não conseguiram uma família (p.309).

Já para Cabral (2004), ‘a princípio todo acolhimento é provisório, independente do período de duração e não é um objetivo em si mesmo, mas sim uma possibilidade de solucionar situação de crise familiar’(p.7)

A tutela do Estado, obviamente, não proporciona as vantagens que uma ‘família natural’ (expressão freqüentemente usada por juristas) proporcionaria, justificando, com isso, o grande esforço feito para evitar ou encurtar o período de abrigamento (Fonseca, 2004). Esses comentários são legítimos pelos preceitos do ECA – com sua ênfase familista e desvalorização de abrigos. Subtende-se que, em vez de investir em abrigos, as políticas públicas estão apostando em medidas preventivas. Porém, acredita-se que tão legítima quanto este princípio do ECA é refletir sobre os adolescentes que não estão ‘em trânsito’, que

necessitam morar por longo tempo em um abrigo, mesmo não perdendo o vínculo com sua família de origem.

Na grande maioria das instituições que acolhem adolescentes, é muito comum observar o não estabelecimento de uma relação afetiva entre o sujeito e o lugar. Não há também, possibilidade de construção de uma referência entre o adolescente e o ambiente, representado pelos adultos cuidadores. Um agravante para este fato é o uso puramente utilitário que muitos destes equipamentos se dispõem a ter. Assim, espaços completamente destruídos pelos próprios adolescentes que os utilizam, não é um cenário incomum. “Não significa que eles não dão valor ao que lhes é oferecido, mas que ali, onde a transferência tornou-se possível, eles trazem a repetição”(Ferreira, 2000, p.8).

Como estabelecer uma relação de confiança, de tolerância e de constância com os adolescentes quando a transitoriedade se faz ser imperativa para a própria avaliação da instituição? A ordem do dia acaba sendo transferir ou desligar os adolescentes; circular os casos ao invés de tentar resolvê-los.

Marin (1998), destaca a importância da constância e da tolerância “aos investimentos impulsivos dos adolescentes”. Para ela, essa tolerância é “condição primeira para que eles possam novamente confiar numa relação humana, e quem sabe aí tolerar a longa espera até a maturidade”. Marin complementa: “podemos imaginar o desastre que é a incerteza cotidiana que todos vivem nessas instituições” (Marin, p.111).

Assim, se o encaminhamento de uma criança ou adolescente para um abrigo é realizado com o objetivo de protegê-lo de uma situação de vulnerabilidade social ou pessoal, parece que, temporariamente, este objetivo está sendo alcançado. No entanto, se o objetivo é maior, se é também lhe proporcionar novas experiências para que ele possa ressignificar sua história, parece que esta é uma realidade ainda distante na prática.

Observando as práticas cotidianas das instituições de abrigo, constata-se, muitas vezes, que estes são ambientes regradados por um grande número de normas: horário para acordar, horário para realizar as refeições, horário para organizar os espaços, horário para sair, para chegar, horário para tomar banho, horário para falar ao telefone e até horário para se relacionar, já que situações que poderiam promover relacionamentos, só ocorrem dentro de horários e lugares determinados pelas normas. O excesso de normas e a inspeção constante, o controle dos mínimos gestos, dos mínimos detalhes (Foucault, 1987) muitas vezes configura uma rotina com práticas cotidianas desprovida de sentido e significado.

Segundo Foucault (1987) durante muitos séculos, ‘as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares’(p.128). Mas, não de um tempo qualquer, mas antes de um tempo com qualidade, ou seja, constituir um tempo inteiramente proveitoso:

É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias; [e mesmo durante a interrupção para a refeição], não será permitido contar histórias, aventuras ou outras conversações que distraiam os operários de seu trabalho; (...) (p. 129)

Conforme relatado por Rizzini (1996), freqüentemente, os monitores – pessoas que, a princípio, deveriam ter sido contratadas para “cuidar” das crianças e dos adolescentes abrigados – são os principais encarregados do cumprimento destas normas, tornando-se, assim, pessoas extremamente sérias, ríspidas e autoritárias. O ambiente de abrigo acaba se configurando como um ambiente extremamente controlador, um ambiente que dita o padrão de comportamento e as regras de conduta para todos que ali vivem.

A necessidade de estabelecer certas regras e horários, para que um ambiente não se torne caótico, não pode ser questionada. O que, do ponto de vista da autora, pode e deve ser questionado, entretanto, é a forma como essas regras têm se efetivado na prática. É fundamental analisar se estas práticas estão sendo executadas de maneira automática ou violenta (explícita ou implicitamente nas rotinas) e como têm afetado a formação do sujeito

abrigado. Um ambiente pode ter uma certa severidade, quando se considera severidade o sinônimo de estabilidade e não de rigidez, moralismo ou autoritarismo. Um ambiente que admita e inclua também momentos de maior benevolência, tolerância e compreensão, aspectos estes fundamentais para a construção de um processo significativo e com possibilidades de transformação (Winnicott, 2002).

O que se observa, de maneira intensa nestas instituições, é que não existe ainda espaço para a diferenciação, para uma escuta atenta das necessidades dos adolescentes acolhidos. O que existe é uma necessidade constante de regularidade e ordem (por sinal, significativa enquanto expressa valores da classe dominante) que parece ir *de* encontro à constituição de subjetividades.

Um ambiente de abrigo realmente preocupado em desenvolver emocionalmente e socialmente os adolescentes que ali residem, deveria oferecer-lhes a experiência de um lar primário. Um ambiente com regras e limites, mas, também, comprometido com o cuidar. Um ambiente que consiga minimamente compreender e tolerar o processo adolescente. Os abrigos podem e devem se tornar ambientes estáveis. Lugares onde crianças e adolescentes poderão conhecer e testar ambientes para, posteriormente, confiar neste como um lugar bom para poderem viver. Para Winnicott (2002) “é a natureza permanente do lar que o torna valioso, mais do que o fato de o trabalho ser realizado com inteligência” (p.77).

Tão importante quanto construir e manter normas é ter pessoal que possa se envolver emocionalmente, se vincular (Volich, 2000) com o indivíduo abrigado. Observa-se, porém, na maioria das instituições, uma lógica normatizadora de comportamentos que impede outras formas de agir, de sentir o cotidiano apresentado, que considere as reais necessidades das crianças e adolescentes.

Um outro aspecto crucial do ambiente de abrigo, que não costuma ser priorizado, embora seja fundamental para que a Instituição possa oferecer um acolhimento mais humanizado, é a questão dos modos de trabalhar dos monitores. Monitores desempenham um papel primordial, uma vez que estão em contato diário e permanente com os adolescentes que ali residem e, no entanto, não costumam ser valorizados diante da importância e significado da sua função. Selecionar pessoas preocupadas e que se sintam comprometidas com as vidas e o desenvolvimento do indivíduo abrigado, pessoas que dedicam sua vida ao cuidado do outro (Birman, 2000) parece ser um ponto que faz importante diferença. Guará, sobre este aspecto, relata:

Entre os critérios podemos destacar a experiência no trabalho com crianças e jovens (...) e, sobretudo, a disponibilidade dos candidatos para o trabalho educativo. É recomendável também que se observe sua flexibilidade no trato pessoal, sua atitude participativa e positiva frente aos conflitos e situações-limite. A capacidade de tolerância não deve ser confundida com permissividade e pode ser associada à firmeza e à segurança. Isto exige dos educadores sociais uma formação que os ajude a desenvolver a crítica sobre suas ações e os sujeitos de seu trabalho, uma capacidade de ser um agente estimulador da criatividade e da independência das crianças e, principalmente, uma crença na possibilidade de sucesso de sua função educativa (Guará, 1998, p.46).

Segundo Volich (2000) a função educativa não pressupõe a especialização daquele que a exerce.

“O educador pode ser um professor, um instrutor, um orientador pedagógico, um monitor, mas também um próximo da criança, familiar ou não, um parente, um funcionário da escola, um jornalista, ou seja, todo aquele que é confrontado à curiosidade e à incompreensão do sujeito diante da vida e de suas experiências e que se disponha a acolher a angústia subjacente a tais enigmas, sem necessariamente conhecer as respostas para os mesmos. Enigmas para os quais o sujeito busca sobretudo acolhimento, tolerância e partilha por um outro para que ele possa reorganizar-se diante dos efeitos perturbadores do não saber, com vistas a tentar chegar à descoberta de respostas para o mesmo.” (p. 241).

Neste encontro, educador e adolescentes podem re-atualizar histórias de vida que, muitas vezes, buscam através do outro reestruturar-se de forma menos sofrida e mais satisfatória.

Neste ponto, é importante refletir sobre a necessidade de aprofundar os estudos relacionados com a qualidade entre os vínculos que podem ser estabelecidos entre cuidadores e abrigados.

Para Winnicott (2002):

em todo trabalho que envolva cuidar de seres humanos, são necessárias pessoas dotadas de originalidade e de um senso agudo de responsabilidade. Quando esses seres humanos são crianças, crianças que carecem de um ambiente especificamente adaptado às suas necessidades individuais, a pessoa que tem preferência por seguir um plano rígido não é adequada a tarefa. Qualquer plano amplo que envolva cuidados para com crianças privadas de uma vida familiar adequada deve, por conseguinte, permitir e facilitar ao máximo a adaptação local, atrair pessoas de mente aberta para trabalhar nele (p.81).

É importante enfatizar o quanto aspectos históricos e culturais das instituições e da história da assistência à criança e ao adolescente atravessam a maneira como se pensa e age sobre os cuidados com estes. O cuidado com estas crianças e adolescentes acaba sendo negligenciado na sua efetivação. Estas inúmeras crianças e adolescentes são apenas mais um número, mais um caso, com objetivo de serem agenciadas, de estarem em trânsito. As histórias individuais, os sofrimentos e o contexto familiar são, muitas vezes, menosprezados em detrimento apenas de poder fazer circular os casos. A circulação é um procedimento legitimado com base no conceito dúbio de que o abrigo é uma medida de proteção *excepcional e transitória*. Curiosamente, nestes casos, a transitoriedade é defendida como sendo um aspecto positivo, tanto para os adolescentes, quanto para a instituição.

Porém, em muitos episódios, o que se observa, é que crianças e adolescentes são transferidos ou desligados não porque novamente possuem um lugar para irem ou voltarem, mas porque simplesmente não cumpriram as regras de uma determinada instituição. Assim, diversas crianças e adolescentes que estão privados da oportunidade de viverem em seus lares, junto de sua família e da comunidade, continuarão sendo excluídos, nesse círculo perverso, com pouquíssimas possibilidades de saída. Fonseca (2004) também se impressiona com esse aspecto “transitório” do abrigo. Para ela, “além do ‘bem-estar da criança’, podem existir outros motivos – de natureza orçamentária – agindo em favor da transitoriedade” (no prelo).

Os problemas, os sofrimentos e as angústias, trazidos para a instituição no momento da abrigagem, serão “resolvidos” desde que não seja necessário adaptar a instituição às necessidades dos abrigados.

Para Bowlby (1995), crianças e adolescentes “não são lousas das quais o passado pode ser apagado com um espanador ou uma esponja, mas seres humanos que trazem em seu íntimo essas experiências anteriores e cujo comportamento no presente é profundamente afetado pelo que aconteceu antes” (in Winnicott, p.192).

Um aspecto tão importante quanto os abordados acima diz respeito à manutenção do grupo de grupos nos atuais abrigos, após a implementação do ECA³⁶. Levisky (2005) chama a atenção para a importância dos vínculos afetivos em oposição a um discurso de conveniências e aparências.

Carreirão (2004) faz um alerta sobre o fato de que qualquer que seja a modalidade adotada de abrigo, ‘os irmãos devem ser mantidos juntos o mais possível’, evitando assim o constatado pelas funcionárias do Judiciário de Santa Catarina³⁷:

Com relação aos irmãos, observamos que, comumente, são separados para encaminhamento aqueles de mais tenra idade, restando aos maiores a alternativa de institucionalização por tempo indefinido. Os prejuízos emocionais são irreversíveis, tanto para os que foram adotados, que sofrem com a separação, quanto para os que permaneceram no abrigo, situação que reforça neles o sentimento de rejeição (p.310).

A autora partilha do pensamento de Costa (2004), ao sustentar que se construa um novo olhar e uma nova escuta. Os ambientes destinados a acolher os adolescentes deveriam proporcionar espaços com “maior intimidade e confiança”, ambientes que propiciem “outras formas de relacionamento com os adolescentes, criando condições ambientais para que desenvolvam suas potencialidades e habilidades, proporcionando-lhes uma maior sustentação subjetiva, vincular e social”. Para Costa, o acompanhamento ao adolescente nesses espaços deveria envolver “um novo olhar e uma nova escuta que poderiam ressignificar a história do sujeito, à medida que a subjetivação e a historicização contribuem para atenuar a necessidade de atuar, possibilitando uma maior capacidade de reflexão e de simbolização”. (p.317)

³⁶ ECA, artigo 92, inciso V “Não-desmembramento de grupos de irmãos”

³⁷ SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001. p.88 *IN* IPEA/CONANDA

Para encerrar essa reflexão é oportuno citar mais uma vez Winnicott (2002), que discorre sobre o momento vivido atualmente por milhares de crianças e adolescentes que residem em abrigos e que dependem que o abrigo lhes assegure seus direitos:

O provimento de coisas materiais, de alimentação entre outros são aspectos importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, porém, mesmo que sejam fornecidas em abundancia, o essencial estará faltando se os próprios pais, ou os pais adotivos, ou os guardiões da criança não forem pessoas que assumam a responsabilidade pelo seu desenvolvimento (Winnicott, 2002, p.57).

5.1 DESCRIÇÃO DO CONTEXTO INVESTIGADO

“O direito à moradia digna, assim, está intimamente ligado aos direitos fundamentais à vida, e à saúde, pois o conceito ampliado de habitação envolve a função de proteção em lugar espectro”

(Mello, 2004, p. 138)

Dois abrigos foram selecionados para fins desta pesquisa; o primeiro, um abrigo público e o segundo, uma entidade não-governamental. Ambos viveram processos de reordenamento³⁸ com o objetivo de melhor atender suas crianças, adolescentes e jovens, mas também para se adaptarem aos princípios estabelecidos pelo ECA, artigo 92.³⁹

Queiroz (1992), aponta para o fato que a concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas nunca é fortuita, posto que este está sempre engajado, consciente ou

³⁸ “Reordenar os programas de abrigo significa, em linhas gerais, promover a adequação das instituições que trabalham na área às diretrizes do ECA, de modo que se supere o assistencialismo institucionalizador e se promova o enfoque voltado para o pleno desenvolvimento e a integração social das crianças e adolescentes acolhidos em abrigos.”(Aquino, p.355)

³⁹ Artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente: (i) preservação dos vínculos familiares; (ii) integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; (iii) atendimento personalizado e em pequenos grupos; (iv) desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; (v) não desmembramento de grupos de irmãos; (vi) evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; (vii) participação na vida da comunidade local; (viii) preparação gradativa para o desligamento; e (ix) participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

inconscientemente, nas questões que lhe atraíram a atenção. Em se tratando desta pesquisa, o interesse em investigar os ambientes de abrigo surgiu logo depois da conclusão do Curso de Psicologia, quando a investigadora foi trabalhar como psicóloga em um abrigo, numa cidade no interior de São Paulo. Essa experiência despertou o questionamento sobre as práticas cotidianas nessas instituições como, por exemplo, legislação, regimento, filosofia que interferiam no dia-a-dia da instituição, ou seja, na forma como as crianças e adolescentes, em situação de abandono, negligência, maus-tratos, abusos seriam acolhidos a partir de uma estrutura e organização pré-estabelecidas.

A opção por um abrigo público e um privado justifica-se na medida em que o trabalho prático em uma instituição privada e a observação do funcionamento de instituição pública vinham apresentar peculiaridades próprias dos modelos institucionais nas suas práticas cotidianas, o que veio a despertar uma curiosidade em entender quais seriam estas diferenças, o porquê e a natureza destas nas práticas cotidianas, bem como a forma de acolher crianças e adolescentes em situação de abandono.

No Brasil, na década de 70 e 80, o trabalho das ONGs teve como objetivo essencial a luta contra o regime militar e a defesa dos direitos humanos. A opção por pesquisar uma ONG deve-se à crescente participação dessas organizações desde a década de 80 em áreas antes atendidas exclusivamente pelo Estado ‘na medida em que avança o processo de desregulamentação dos direitos sociais’(Stein, 2001, p.41) garantidos na constituição de 1988; conseqüentemente, tem-se também a gradativa naturalização da desresponsabilização do Estado na produção de respostas às demandas dos cidadãos pelo bem-estar social. Ou seja, as ONGs passam a suprir o Estado na efetivação de políticas públicas e de assistência social, quando este deixa de garantir direitos sociais aos trabalhadores.

“A inviabilidade do estado de bem-estar social se torna uma crença que não deixa esperança para milhões de ‘excluídos’” (Stein, 2001, p. 47).Tarefa esta intimamente permeada ainda pelo contexto econômico, social e político que se apresentava na década de 90. Assim, a sociedade civil, através das ONGs., extraem do Estado o privilégio exclusivo da

responsabilidade social e este – o Estado – começa a repassar recursos públicos para as instituições. No entanto, este é um complicado caminho, na medida em que as ONGs são convidadas a assumir a responsabilidade, ocupando o lugar de ‘agentes da regulação social’, papéis estes que jamais deveriam sair do Estado.

A seguir, será realizada uma breve descrição da história de cada um dos abrigos selecionados, para melhor entendê-los na realidade em que estão inseridos, assim como na análise das suas práticas diárias. Porém, antes cabe citar que a promoção do reordenamento dos abrigos, buscando uma maior adequação aos preceitos estabelecidos pelo ECA, tem oferecido uma ênfase especial à estrutura física destas instituições. Assim, três aspectos foram levados em consideração, segundo pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sendo estes: ‘o aspecto externo do abrigo; a configuração interna dos seus espaços; e as atividades que devem ser previstas’ (Mello, p. 141). Para colaborar com esta descrição, incluir-se-á os aspectos referidos pela pesquisa nacional.

Ambos os abrigos pesquisados estão localizados em zonas urbanas, em bairros que possibilitam fácil acesso a serviços disponibilizados pela comunidade.

5.1.1 Abrigo Renascer - Fundação de Proteção Especial (FPE) – Abrigos Residenciais (AR)

O abrigo público selecionado para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa faz parte da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul. Esta foi criada em 28 de maio de 2002, a partir do processo de reordenamento da antiga Febem, que resultou na sua extinção, no ano de 1999. A extinção da FEBEM aconteceu, prioritariamente, com o objetivo primeiro de

aplicar os princípios estabelecidos pelo ECA e ainda, “colocar em prática a compreensão de que crianças e jovens, em situação de abrigagem, não poderiam conviver, no mesmo espaço físico, com adolescentes privados de liberdade, por autoria de ato infracional”. (<http://www.stcas.rs.gov.br/fpe>).

Em seu lugar, foram criadas: a Fase (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), que atende os adolescentes autores de ato infracional e, ao mesmo tempo, estão cumprindo *medida sócio-educativa*; e a Fundação Proteção Especial (FPE), instituição esta responsável por garantir a execução das *medidas de proteção*. A FPE mantém quarenta e dois abrigos residenciais e três institucionais, em rede própria, e dois centros sociais de meio aberto, totalizando uma população de 640 crianças e adolescentes.

Como diretriz geral, “*a Fundação de Proteção Especial busca contribuir para a autonomia de vida e reintegração social e familiar, notadamente dos adolescentes e jovens adultos, bem como de pessoas portadoras de deficiências em situação de abrigamento, oriundos do município de Porto Alegre e das regiões mais desfavorecidas do Estado que se encontram em situação de risco, pela fragilidade das relações familiares, baixa auto-estima, falta de perspectivas e de projetos de vida*” (www.ctcas.rs.gov.br/fpe).

O perfil definido para compor o quadro de crianças e adolescentes abrigados na Fundação de Proteção Especial é de: ‘... crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de zero a dezoito anos incompletos, procedentes do Município de Porto Alegre, bem como seus irmãos, não portadoras de encefalopatias ou doença mental ou neurológica grave que comprometam significativamente a realização das atividades da vida diária’. (conforme documento ‘Registro do Programa de Atendimento dos Abrigos – Condomínio Ipanema’).

Cada AR (Abrigo Residencial) faz parte de um NAR (Núcleo de Abrigos Residenciais). Estes, por sua vez, administram os ARs pertencentes a uma determinada região de Porto Alegre. A

estrutura administrativa dos NARs comporta, individualmente, um diretor e um ou dois assistentes de direção, bem como um grupo de profissionais geralmente constituído por assistente social, auxiliar de enfermagem, enfermeiro, orientador pedagógico, psicólogo, recreacionista, entre outros. Estes profissionais procuram desenvolver um trabalho em parceria com os monitores das casas, tendo como objetivo orientar as ações estabelecidas.

As casas utilizadas pela Fundação de Proteção para abrigar crianças e adolescentes são, geralmente, alugadas na comunidade, ou seja, não há nenhuma distinção das demais casas como: placas, guarda no portão, ou qualquer outro sinal que as diferencie.

O AR R, local onde realizei a pesquisa, localiza-se no bairro Intercap e foi fundado em novembro de 2003, fruto do desmantelamento do Abrigo Feminino de Viamão, considerado como uma grande instituição que funcionava a partir dos moldes de uma Instituição Total. Como explicitado acima, este AR também não possui em suas paredes externas nenhuma placa de referência institucional e a fachada da construção está em bom estado de conservação, não se diferenciando das demais casas da vizinhança.

A casa em que está alojado este AR é considerada grande, de dois pisos. No total, a casa tem seis quartos e cinco banheiros. No início da coleta de dados, a administração do NAR funcionava no térreo e ocupava a garagem da casa, onde funcionava a secretaria, a sala da direção e dos técnicos e mais uma sala na qual eram realizados os atendimentos individuais. No térreo, havia também três quartos e três banheiros, além de um espaço (ambiente de lazer) onde ficava um sofá-cama e uma estante de ferro com alguns livros e brinquedos. No piso inferior, encontrava-se a lavanderia, uma despensa e um pequeno pátio para as crianças brincarem. Segundo alguns monitores, aquele era um espaço inadequado, por ser pequeno para as crianças poderem interagir. O piso superior comportava um hall, uma cozinha, três quartos, dois banheiros e uma sala com sofás, televisão e uma mesa grande com dois bancos, um de cada lado.

O número máximo de residentes nos ARs é de, geralmente, doze crianças e/ou adolescentes, com idades variadas. Uma característica dos ARs é respeitar os laços de parentesco, acolhendo os irmãos. Porém, nesta casa, o número é maior do que o previsto, já que ali moravam 23 crianças e adolescentes, sendo seis do sexo masculino. Ressalva-se que o mais novo possui um ano e o mais velho, catorze anos; dezessete do sexo feminino, sendo que a mais nova tem dois anos e a mais velha, vinte e quatro anos. Neste grupo diversificado, há cinco jovens portadores de deficiência (PPD: Pessoa Portadora de Deficiência), destas a mais nova possui dezoito anos e a mais velha, vinte e quatro anos, idade que excede o perfil estabelecido pela FPE. Estes são números considerados elevados, tendo em vista a proposta inicial da Fundação de Proteção. Segundo relato de uma adolescente, funcionava dois ARs ali:

(...) Eu acho que aqui tem um número muito alto. (...) É, é menor ... é por causa que é assim, nessa casa aqui são duas casinhas numa casa só. (Adolescente, 15 anos)

Aspecto este expresso também em relatório da instituição e denominado como “Entraves encontrados na execução do trabalho em 2004”:

(...)12.3.1. Agravamento da falta de funcionários, acarretando excesso de horas extras, desvios de função, estresse funcional, afastamentos prolongados do trabalho por doenças de saúde; 12.3.2. Super lotação do AR 'R', demonstrando que o abrigo de médio porte tem resultados mais precários que os de um AR (...).

Porém, apesar da população do AR 'R' (direção, técnicos, monitores, adolescentes) considerar aquele local com superpopulação, a pesquisa realizada por Mello (2004) nos coloca:

Assim, é importante ressaltar que os parâmetros considerados na análise pautaram-se na constituição de uma edificação que comporte até 25 crianças e adolescentes e que se aproxime de um ambiente residencial por algumas características, mesmo reconhecendo-se que certos critérios utilizados não se aplicariam a um domicílio comum (p.142).

Nos plantões, encontravam-se, em média, dois ou três monitores, sendo dois escalados e um realizando hora extra. Normalmente, os monitores organizam sua jornada, ficando um no piso inferior, cuidando das crianças e da roupa e, o outro, no piso superior, acompanhando além das crianças e adolescentes, a organização dos quartos, banheiros e da comida. Com relação à organização dos quartos e banheiros, pude observar que os adolescentes auxiliam

significativamente e os monitores procuravam fiscalizar até mesmo as tarefas em parceria, especialmente no que diz respeito aos menores. Apesar de cada um ser responsável por arrumar sua cama e pela limpeza do quarto e banheiro que usam, há uma escala de atividades para organização e limpeza dos espaços comuns.

Embora tenha observado que os monitores fazem o possível para estarem acompanhando as crianças e adolescentes, há um aspecto que dificulta o trabalho: o número de monitores é reduzido se comparado ao número de abrigados na casa. Então, muitas vezes, estes precisam optar, isto é, não têm outra alternativa a não ser deixar as crianças na frente da televisão para conseguirem realizar as demais atividades da casa.

Nos quartos, as crianças e adolescentes são agrupados seguindo alguns critérios de acordo com minha percepção, pois não havia em nenhuma norma escrita. Os irmãos tinham a oportunidade de ficarem no mesmo quarto. Nesta casa, por exemplo, tinha cinco irmãos que dormiam no mesmo quarto e podiam usar um mesmo banheiro (suíte). Estes, dividiam-se para organizar e limpar o quarto e banheiro e, os dois irmãos mais velhos, em alguns dias, auxiliavam os menores no dia destinado a eles.

Já os demais eram separados por idade ou por apresentarem alguma necessidade especial. Então, no piso inferior encontravam-se 3 quartos com aproximadamente 2 ou 3 adolescentes cada um. No início das minhas visitas, em um dos quartos havia duas adolescentes e, uma delas, com sua filha de 2 anos.

No piso superior, além do quarto destinado aos cinco irmãos, há um quarto ocupado pelas crianças pequenas, idade de um a cinco anos (quatro crianças) e o outro, para os identificados como Portadores de Deficiência (PPD), o que era, de certa forma, não muito adequado devido ao acesso ser por uma escada. Mas, por outro lado, a opção feita parece justificar-se

pela dinâmica de funcionamento da casa já que, no piso superior, os monitores poderiam melhor auxiliá-las.

O abrigo proporciona – pelo que foi constatado, “um sentir-se em casa”, onde ...”a relação entre pessoas e os espaços, especialmente o espaço de moradia vai além da estrita utilidade: o significado da habitação para o ser humano extrapola a função de simples meio de proteção física. Para o indivíduo, a *casa* representa o seu lugar no mundo, e é por meio de seu endereço que ele confirma esse lugar no espaço e na própria sociedade” (In Mello, p. 137, 2004)⁴⁰. Por outro lado, este sentimento dificilmente é encontrado em crianças ou adolescentes que moram nas grandes instituições, onde as placas de identificação na porta de entrada parecem, além de dar as boas-vindas, anunciar que ali um outro mundo, outras regras ditam a forma de ser e pertencer.

Ainda no texto de Mello (2004), encontra-se a ênfase na importância das instituições de abrigos oferecerem um espaço com referência à habitual aspecto externo de uma casa comum e, conseqüentemente, ‘reproduzir um ambiente residencial’.”Além disso, o imaginário coletivo com relação à moradia é reforçado pela usual representação da habitação por meio de uma casa (p.153)”.

Os critérios de distribuição das crianças e adolescentes nos quartos e o uso que estas podem fazer deste também nos oferece subsídios para refletir o ‘sentir-se em casa’. Conforme exposto anteriormente, crianças e adolescentes, na maioria das vezes, permanecem nos quartos juntamente com os irmãos e podem organizar este espaço, imprimindo suas características pessoais, ou seja, durante o tempo em que se permaneceu na instituição não foi observado um padrão homogêneo para organização das camas, por exemplo, aspecto comum de se observar em muitas instituições.

⁴⁰ ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Documento de posición de la OPS sobre políticas de salud em la vivienda. OMS/OPS/ Divisão de Saúde e Meio Ambiente. Washington, D.C. Havana, Cuba. Outubro, 1999.

Neste AR, além da despensa onde ficam armazenados os mantimentos e doações, não há nenhum outro espaço restrito às crianças e aos adolescentes. Mesmo na despensa, peça da casa que permanece chaveada, os adolescentes podem entrar para buscar algo quando solicitado por um monitor. Nos demais cômodos, entre eles quartos e cozinha, as crianças e adolescentes podem circular livremente, a qualquer hora do dia. Um outro aspecto observado foi que, nos quartos localizados no piso superior, não havia portas, mas uma cortina no lugar destas. Ao longo do tempo, fiquei sabendo isto se dever ao fato de ali ficarem as crianças e as PPDs, bem como uma preocupação destes se trancarem ou se machucarem na porta.

Segundo Ponce (2002) *'uma casa só se torna ela mesma quando o homem a habita, a vivencia, moldando-a com seus costumes, seus desejos, suas angústias, seus sonhos'* (In Mello, p. 137)⁴¹. Assim, observou-se que na casa utilizada pela FPE as crianças e adolescentes conseguem, de certa maneira, imprimir sua marca em espaços próprios, como em seu quarto e banheiro, e nas suas coisas particulares, como no vestir-se e no fazer diário, em que cada um tem uma rotina estabelecida de acordo com suas necessidades e desejos. Neste local, além de serem os adolescentes que lavam sua roupa e cuidam da limpeza e organização do quarto e banheiro que usam, estes parecem poder fazer 'uso próprio' dos demais cômodos da casa, ou seja, podem transitar por estes cômodos, mesmo a cozinha, sem maiores empecilhos.

Portanto, este Abrigo Residencial parece constituir-se em uma casa onde existe a possibilidade de se ver concretamente o resgate de referências residenciais, tanto pelo aspecto físico externo e interno, onde esta não apresenta nenhuma distinção das demais casas da vizinhança, como no aspecto do uso da mesma que é permitido que as inúmeras crianças e adolescentes façam destes ambientes.

⁴¹ PONCE, Afonso Ramirez. Pensar e habitar. Arquitectos n. 24, maio de 2002. p. 1 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.Br/arquitectos/arq024/bases/02text.asp>

Concluindo a descrição dessa instituição, é oportuno referir uma vez mais Mello, quando descreve o potencial de resignificação que o local de acolhimento tem no desenvolvimento futuro e histórias de vida de inúmeras crianças e adolescentes hoje abrigados.

As políticas de atenção a crianças e adolescentes devem voltar à atenção também para a estrutura física das entidades de atendimento. Mas não mais no sentido de medir sua eficiência pelo número de metros quadrados construídos ou pelo valor agregado à propriedade pelas benfeitorias realizadas internamente, como no passado. Ao contrário, talvez dizendo que o ambiente ideal para acolher provisoriamente crianças e adolescentes afastados de suas famílias pode ser encontrado na busca da simplicidade aconchegante das residências, possibilitando que cada um tenha um lugar para desenvolver as atividades comuns à sua faixa etária e permitindo a expressão individual de todos, cada um a seu modo. Um ambiente que tenha generosas portas abertas para ir e vir e janelas que mostrem o mundo e permitam conhecê-lo. (Mello, 2004, p.166)

5.1.2 Abrigo Recriar – Organização Não-Governamental

“Podemos inaugurar muitas obras,
mas não há obra mais justa e mais humana
do que aquela de presenciar pessoas vivendo com justiça e dignidade”.

(Frase citada no final do documento de Reordenamento Institucional)

Esta instituição foi fundada em 27 de Julho de 1981, com objetivo de “atender crianças, adolescentes e jovens em situação de risco”. Com esse objetivo teve início o Programa de Atendimento à criança, adolescente e jovem em situação de risco do Abrigo Recriar. Inicialmente, o atendimento oferecido era na forma de albergagem, destinado apenas para meninos que viviam nas ruas de Porto Alegre. Assim, os meninos que durante o dia permaneciam nas ruas, à noite vinham para o albergue para pernoitar, recebendo banho, comida e uma cama para dormir.

Com o tempo, alguns meninos começaram a demonstrar interesse em permanecer na instituição ao longo do dia. Assim, alternativas foram sendo buscadas e em 1984 dá-se início à construção do Centro Educacional “Recriar”, que funcionaria como extensão do albergue.

O primeiro processo de reordenamento aconteceu no ano de 1996, quando esta deixa de oferecer serviços de albergue e passa a funcionar em regime de abrigo. Em 2000 o abrigo passa por novo reordenamento institucional com objetivo de melhorar ainda mais o atendimento oferecido. Desde então, o abrigo oferece atendimento integral a 30 crianças e adolescentes do sexo masculino em situação de suspensão ou destituição do poder familiar.

Finalmente, em 2003 um novo reordenamento acontece e este possui o objetivo de:

(...) cumprir os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (art. 92), instituindo um programa de abrigagem com atendimento integral, para o acolhimento de crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos, na faixa etária dos sete aos vinte e um anos.. (...) o presente reordenamento visa, entre outras coisas, qualificar e implementar os serviços prestados aos sujeitos que fazem parte deste programa. Pois, acreditamos que esta proposta de atendimento, com as devidas condições, torna-se um dos caminhos mais justos e corretos na conquista da cidadania e da felicidade humana⁴². (p. 3)

A partir deste novo processo de reordenamento, o abrigo passa a disponibilizar um total de 54 vagas, ‘em diferentes núcleos, organizados por faixa etária, níveis de organização e gênero, executados em espaços distintos’.

Faz-se então necessário redefinir a forma de trabalho proposta até então, uma vez que o abrigo tinha uma casa, localizada num bairro central da capital, onde as crianças e adolescentes dormiam e, uma chácara, localizada em Viamão, onde a maioria passava o dia se dividindo entre escola, num período, e atividades nomeadas de educativas, no outro período. Os que estudavam em Porto Alegre iam para a chácara no turno inverso ao da escola. Já os que estudavam e trabalhavam na capital, geralmente só freqüentavam a chácara em dias de festas, como Páscoa, Natal, Dia dos Pais, etc.

Desde então, as crianças e adolescentes são organizados por faixa etária e sexo, e cada grupo residiria nas unidades destinadas ao perfil previamente estabelecido. Segundo Dornelles, 2005, ‘a divisão por faixa etária e sexo era a condição de possibilidade para o controle e a

⁴² Santolin, Altecir e Bomfim, Erica Monteiro do. Reordenamento Institucional do Abrigo ‘Recriar’. 2003, p. 21.

regulação da sexualidade e governo de seu corpo”(p.61). Com isso, pode-se refletir sobre não apenas um disciplinamento do corpo, físico, como também uma forma de regular e controlar a moral das crianças e adolescentes. O corpo, assim, passa a ser objeto e alvo de poder, cujo maior objetivo era ou controlar ou corrigir as operações deste - “ corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (Foucault, 2003, p.117).

Constata-se, com o já exposto, uma ampliação, tanto no atendimento oferecido quanto na população. Porém, uma resistência por implantar os preceitos propostos pelo Eca na íntegra, continuando a oferecer um acolhimento fragmentado, impera, uma vez que as especializações continuam ditando a forma de acolhimento, quando se poderia proporcionar poucas adaptações nos ambientes e na organização do abrigo, como aconteceria em uma residência comum. (Silva e Mello, 2004)

A casa de Porto Alegre é destinada para os adolescentes de 15 a 17 anos incompletos⁴³, do sexo masculino, com capacidade para acolher 10 ‘sujeitos’⁴⁴. Segundo documento de reordenamento, a descrição da atividade oferecida por este núcleo é a seguinte:

Esta atividade será destinada aos adolescentes que estão com sua vida parcialmente organizada, freqüentando em um turno o ensino público e, em outro, algum curso de preparação ao mundo do trabalho. A permanência na instituição se dá nas refeições, à noite, finais de semana e feriado. (p.10)

Na chácara, há duas casas, uma delas, destinada a acolher adolescentes, de 12 a 14 anos, do sexo masculino. Esta casa tem capacidade máxima para abrigar 20 ‘jovens’ e sua atividade é assim descrita:

Este núcleo visa possibilitar e apoiar os adolescentes para se organizarem e construir sua emancipação. Como estarão ingressando na instituição já adolescentes, com seqüelas mais agudas da violência que viveram até então, esse trabalho de resgate poderá, dependendo da resposta de cada um, ser mais ou menos

⁴³ Acredito aqui haver um erro no Reordenamento Institucional. Seria 18 anos incompletos e não 17 anos incompletos, pois este é o núcleo que acolhe os adolescentes mais velhos. Após completar 18 anos os adolescentes ou são desligados ou podem ir morar na República, da mesma instituição. Esta casa também foi criada a partir do reordenamento.

⁴⁴ O termo ‘sujeito’ é o termo usado no documento de Reordenamento da instituição.

demorada. Assim, iremos trabalhar a importância da construção de um projeto de vida, dos estudos, da preparação para o trabalho, como também, questões de auto-estima e limites, necessidade natural dessa faixa etária. (p.11)

E, finalmente, a outra casa, localizada em Viamão, teria capacidade para acolher 10 adolescentes, de 12 a 17 anos incompletos, do sexo feminino e, a descrição da atividade deste núcleo é semelhante à descrita acima, porém, no final, há o seguinte complemento: “*Não poderemos deixar de trabalhar questões de gênero e feminilidade, pois geralmente são violadas nessa área, e necessitam de ajuda para resguardarem o prazer em ser mulher*”.(p.11)

Ainda no documento de Reordenamento Institucional encontra-se o perfil das crianças e adolescentes que o abrigo atenderá: “*O Abrigo Recriar atenderá crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, com idade de sete a vinte e um anos incompletos, sem distinção de raça, cor, etnia, e religião*”(p.7). Um pouco mais adiante, encontram-se os critérios de ingresso, dos quais vale citar: “*não serem portadores de necessidades especiais*”(p.8). Segundo Silva e Mello (2004) as instituições de abrigo deveriam atender crianças e adolescentes em caráter universal, ou seja, ‘qualquer pessoa com menos de 18 anos que necessite deste serviço’(p. 86). Assim, os abrigos deveriam pautar o atendimento oferecido, evitando as especificações e atendimentos peculiares a parcelas específicas da população infanto-juvenil.

Após este último reordenamento, a chácara ganhou três novas casas e, posteriormente também o núcleo localizado em Porto Alegre teve sua nova moradia inaugurada em 28 de Julho de 2005. Atualmente, nesta casa, residem nove adolescentes; um, além destes nove, estava evadido há três meses, retornando ao abrigo durante o período; um outro adolescente, dos nove, que completaria 18 anos em dezembro, foi desligado e voltou a morar com a mãe, irmãos e padrasto durante um período de experiência. Essa casa conta com quatro monitores, dos quais dois trabalham durante o dia, um em cada dia fazendo turnos de 12 por 36 horas e, os outros dois se revezam no turno da noite, ou seja, em cada turno há um monitor. Além de

uma assistente social, uma cozinheira que trabalha de manhã e início da tarde e, uma outra que trabalha início da tarde e noite. Adicional a este quadro funcional os adolescentes podem contar com a presença e participação dos postulantes⁴⁵ nas atividades diárias.

Apesar de funcionar em prédio recentemente construído, pode-se observar que esta casa é muito similar a um pequeno pavilhão, diferindo ou contrastando com demais residências da vizinhança. Sob a perspectiva da arquitetura pode-se deduzir ou inferir que este tipo de construção remete ao estilo das instituições de atendimento à crianças e adolescentes, construídas no passado.

Segundo diário de campo, de uma das pesquisadoras que auxiliaram na coleta de dados, “**a casa parece um consultório dentário**”:

...na entrada, ficam aqueles três bancos de consultório que sempre me fazem lembrar que eles não têm nada a ver com uma casa. Alias, o Abrigo sempre me dá idéia de assepsia, de consultório dentário.

Porém, apesar de que o olhar de um espectador sugira que quem vive ali não poderia “sentir-se em casa”, um aspecto positivo que foi identificado é o fato de não haver placas ou referências externas de identificação institucional (ainda em discussão no Conselho Operacional da instituição).

Existem dois quartos coletivos, localizados em um corredor, ficando um na frente do outro. No momento da pesquisa, apenas um quarto estava sendo utilizado, ou seja, os nove adolescentes dormiam juntos. Segundo recente pesquisa realizada pelo IPEA (2004), a acomodação total de crianças e adolescentes num mesmo dormitório não deve ultrapassar

⁴⁵ Estes postulantes são jovens que estão realizando uma etapa da formação religiosa, onde poderão discernir sua vocação (sacerdotal, religiosa ou matrimonial). Estes, vivendo em comunidade e em contato diário com a atividade do abrigo ou outra atividade oferecida pela Congregação, após se decidirem cursarão o curso de graduação em Filosofia e Teologia (no caso de opção pela vida sacerdotal) ou outro curso de graduação, se optarem pela vida matrimonial.

quatro pessoas⁴⁶. Já no ingresso do adolescente, este recebe orientações de qual será sua cama, como deve arrumá-la pela manhã e como deve organizar seus pertences. As camas são perfiladas e os roupeiros são dispostos na parede oposta às mesmas, constatando-se a busca e preservação de homogeneidade nesta organização, o que impossibilita aos adolescentes imprimirem seu marca, seu modo de ser, nem ao menos nos espaços mais pessoais. Assim, parece ser apropriado refletir sobre as barreiras simbólicas instituídas pelo espaço físico para propiciar um possível resgate de referências residenciais, partindo do pressuposto do aconchego que um espaço físico pode proporcionar, ou não. Segundo Foucault (1987):

importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (p.123)

Além disso, pode-se observar que o uso dos dormitórios é controlado pelos monitores, ou seja, após o café da manhã, geralmente, este é chaveado para que os adolescentes não voltem a dormir. Nas visitas realizadas, observou-se que este também permanece chaveado em outros horários do dia.

Ou seja, os dormitórios são poucos porque abrigam um grande número de crianças e adolescente, o que os aproxima mais das características de ambientes institucionais, nos moldes dos antigos abrigos para crianças e adolescentes, descaracterizando o ambiente residencial (Mello, 2004, p.159).

O banheiro também é um grande cômodo, de uso coletivo dos adolescentes. Os técnicos, monitores e demais adultos utilizam outro banheiro. Outro aspecto que chama a atenção, pelo fato de ser uma construção nova, é que 'a casa' não oferece um lugar de convivência, como uma sala ou um espaço onde os adolescentes possam ver tv, conversar ou simplesmente ficar. Este foi um aspecto citado por funcionários da instituição como muito negativo, em relação à estrutura anterior, uma vez que os adolescentes ficaram privados de um espaço de lazer.

⁴⁶ Para maiores detalhes ver capítulo 5, "O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo", pesquisa realizada pelo IPEA/CONANDA (2004)

Acredito ser possível relembrar o questionamento contido na Introdução desta pesquisa sobre: qual a real função de um abrigo e qual poderia vir a ser esta?

A televisão fica no refeitório e só pode ser ligada depois das 16hs, durante a semana. O refeitório, além de acolher a tv, é o espaço onde os adolescentes jogam e realizam suas atividades escolares. Quando os adolescentes querem dançar, por exemplo, o monitor abre o quarto que não está sendo usado para estes poderem ouvir música e dançar. A cozinha e lavanderia também possuem acesso limitado aos adolescentes, o que parece relacionar-se à disciplina, à configuração sócioafetiva das relações interpessoais, uma vez que o acesso dos adolescentes é restrito e também controlado por um adulto. Este adulto, inclusive, é a pessoa responsável por lavar a roupa dos adolescentes, com exceção de suas roupas íntimas.

Ainda pode se observar uma sala destinada aos monitores, outra para o técnico e mais uma que é o laboratório de informática, onde a distribuição dos espaços caracteriza também as relações entre os segmentos dessa instituição. Ou seja, toda uma estrutura pensada para possibilitar um ‘controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram’(Foucault, 1987, p. 144).

Segundo Foucault (1987) este tipo de estrutura física pode ser classificada como ‘aparelho de vigiar’ e possui o objetivo de adestrar corpos vigorosos e exercer uma observação constante.

As chamadas grandes instituições ou Instituições Totais eram construções arquitetônicas que simbolizavam uma prática da doutrina da situação irregular e, geralmente, se caracterizava por ser grandes prédios, com longos corredores, os quartos também eram enormes, com muitas camas, demais cômodos restrito ao acesso às crianças e adolescentes, além de muitas atividades serem desenvolvidas dentro da instituição. Para Mello (2004), ‘as grandes dimensões espaciais, a organização impecável, a extrema homogeneidade e a rotina rígida mostram que ali não estavam em casa. (p.140).

Nesta 'casa', muitos são os aspectos semelhantes aos citados acima, como: grande corredor, grandes cômodos, inclusive quartos e banheiro, e demais cômodos restrito ao acesso dos adolescentes. Uma das únicas exceções parece ser o fato de que, hoje, a maioria das atividades desenvolvidas pelos adolescentes não é interna, ou seja, estes utilizam os serviços disponíveis na rede municipal como acesso à escola, à saúde, entre outros.

Segundo Horvath, 2005, "isso faz com que, apesar das sucessivas mudanças de nome e função, as velhas estruturas sejam visíveis através de inúmeras brechas, das quais, a mais evidente é a ambigüidade da denominação *ex-Febem* que alude a algo que foi extinto, mas permanece vivo de alguma forma na memória popular"(p. 41)

Penso que essa configuração dos espaços internos da casa simboliza relações ainda marcadas pela ausência do sentimento de sentir-se em casa. Assim como Mello (2004), acredito ter as características físicas da 'casa' muito a nos dizer sobre como poderão acontecer e se desenvolver tais relações ou acolhimento, o que pode, ou não, contribuir para promoção do direito à convivência familiar e comunitária.

Características da amostra pesquisada:

As figuras 1 e 2 a seguir apresentam as características institucionais de cada amostra. Conforme a figura 2 a população do abrigo 'Renascer' é mista, sendo 73% do sexo feminino e 27% do sexo masculino. Já na instituição 'Recriar'(figura 1), apesar de oferecer atendimento para ambos os sexos, estes são separados nas unidades sendo que, na unidade pesquisada, 100% dos abrigados são do sexo masculino.

Sobre a idade dos abrigados verifica-se que o abrigo 'Renascer'(fig.2) oferece um atendimento, além de misto, com faixas etárias também diversificadas, ou seja, 36% dos

abrigados possui entre 0 e 11 anos, 46% entre 12 e 18 anos e, 18% maiores de 18 anos. No abrigo 'Recriar' (fig.1), a unidade pesquisada acolhe apenas adolescentes, ou seja, 100% dos abrigados possuem entre 12 e 18 anos incompletos e não há registro de maiores de 18 anos.

Com relação ao tempo total de abrigamento os números são: - abrigo 'Recriar'(fig.1): 45% (4) dos abrigados estão no abrigo há menos de 1 ano, 22% (2) entre um e dois anos, 22% (2) entre três e quatro anos e, 11% (1) com tempo igual ou maior do que 5 anos. Destes, 67% possui história de abrigamentos anteriores e 33% não. Desta amostra 89% (8) já viveram nas ruas e 11% (1) não tiveram essa experiência. No abrigo 'Renascer'(fig.2) 37% (8) dos abrigados vivem no abrigo há menos de 1 ano, 9% (2) entre um e dois anos, 18% (4) entre três e quatro anos e, 36% (8) há mais de 5 anos. Note que, metade dos que vivem no abrigo há mais de 5 anos, ou seja, 4 abrigados, são PPDs, o que dificulta ainda mais o desabrigamento. Desta amostra, 77% (17) possuem história de abrigamentos anteriores e, 23% (5) não. Os dados referentes à vivência na rua são: 55% (12) dos abrigados já tiveram experiência de viver nas ruas e 45% (10) nunca tiveram experiência de rua. Com relação à vivência na rua, os números apontam um quadro mais equilibrado que pode ser explicado pelo fato deste abrigo acolher também crianças e não apenas adolescentes.

Sobre a idade do primeiro abrigamento, os números do abrigo 'Recriar'(fig.1) demonstram que 89% (8) foram abrigados na adolescência e apenas 11% (1) foi abrigado antes dos 10 anos de idade. Já no abrigo 'Renascer'(fig.2) encontram-se números completamente distintos, ou seja, 72% (16) foram abrigados antes dos 10 anos de idade contra 28% (6) que foram abrigados na adolescência, ou seja entre os onze e quinze anos.

Com relação à situação dos abrigados nos seus contextos familiares, constata-se que no abrigo 'Renascer'(fig.2) 64% (14) possuem família e com vínculo, 18% (4) com família e sem vínculo e, 18% (4) órfãos. No entanto, dos casos descritos como com família e com vínculo um possui vínculo com um irmão PPD abrigado em outra instituição, duas adolescentes

possuem vínculo apenas com as irmãs e uma outra possui vínculo com uma tia que não quer a guarda da adolescente. No abrigo 'Recriar'(fig.1) os dados são: 67% (6) dos abrigados possuem família e com vínculo e 33% (3) com família e sem vínculo.

Finalmente, os dados sobre os motivos para o abrigamento para ambas instituições apontam para situações de rua, encaminhamento da FASE, orfandade, violência familiar e drogadição como os principais motivos para um abrigamento. Vale notar que apenas no abrigo 'Renascer'(fig.2) foi verificado casos de orfandade.

Figura 1 – Características da amostra da unidade pesquisada no Abrigo Recriar (continua)

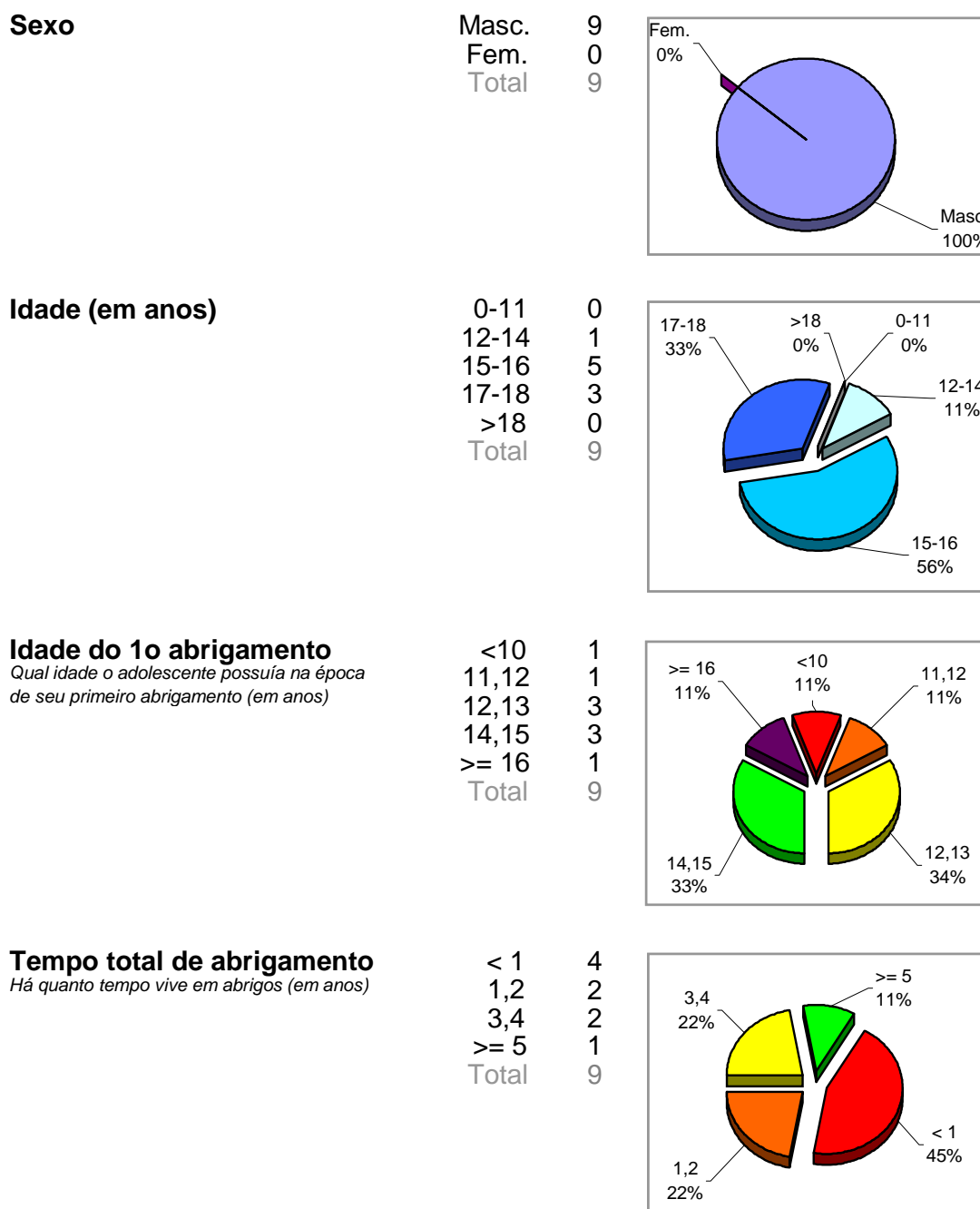
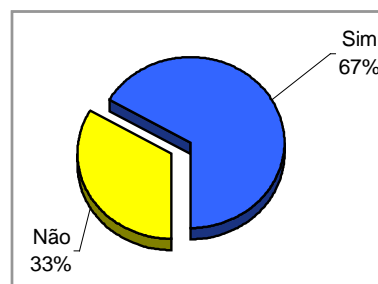


Figura 1 – Características da amostra da unidade pesquisada no Abrigo Recriar

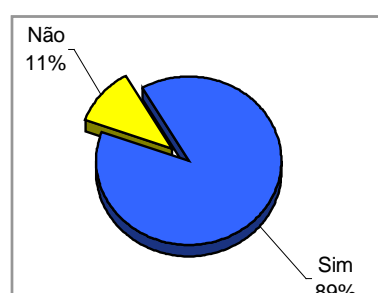
(continuação)

Abrigamentos anteriores*Tem histórico de abrigamentos anteriores ao atual?*

Sim	6
Não	3
Total	9

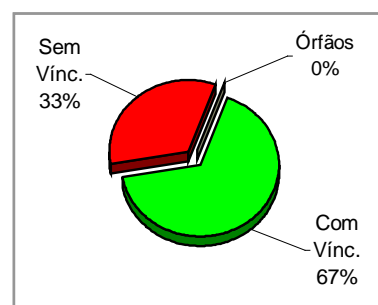
**Histórico de situação de rua***Já viveu nas ruas?*

Sim	8
Não	1
Total	9

**Situação em relação à família***Qual a atual situação do adolescente em relação à sua família?*

Com Vínc.	6
Sem Vínc.	3
Órfãos	0
Total	9

Opções do questionário: (1) Com família e com vínculo; (2) Com família e sem vínculo; (3) Com família desaparecida; (4) Com impedimento judicial de contato com a família; (5) Sem família (órfãos); (6) Sem informação.

**Motivos de abrigamento***Quais foram os principais motivos que levaram ao abrigamento? (respostas podem incluir um ou mais itens)*

Sit. de Rua	6
Enc. FASE	2
Violên. Fam.	2
Drogad.	3

Opções do questionário:

(1) Situação de rua; (2) Família não encontrada; (3) Negligência familiar; (4) Encaminhado da FASE, cumprindo PSC com regressão de medida; (5) Violência intrafamiliar; (6) Uso de drogas; (7) Pais usuários de drogas; (8) Prostituição; (9) Situação de risco.

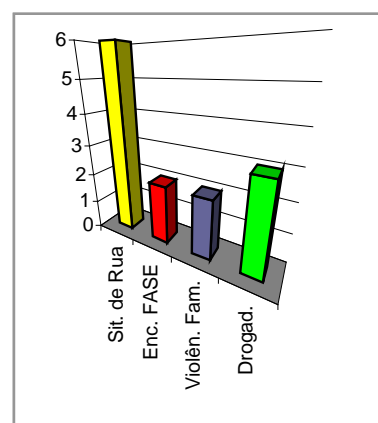
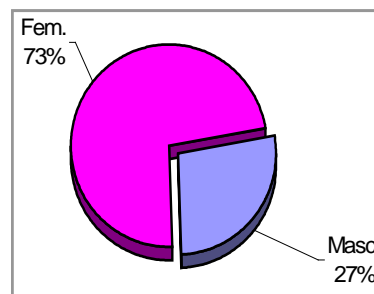


Figura 2 – Características da amostra da unidade pesquisada no Abrigo Renascer (continua)

Sexo

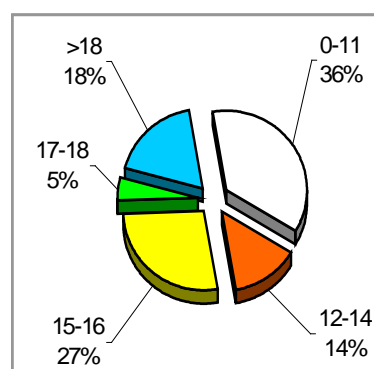
Masc.	6
Fem.	16
Total	22

Observação: nesta instituição existem 5 irmãos do sexo masculino

**Idade (em anos)**

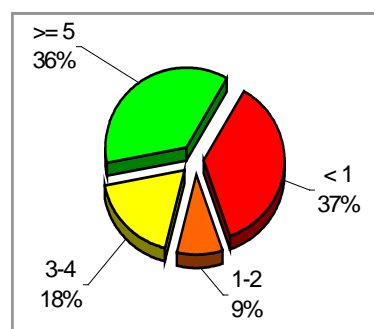
0-11	8
12-14	3
15-16	6
17-18	1
>18	4
Total	22

Observação: nesta instituição existem 4 pessoas portadoras de deficiência (PPD) maiores de 18 anos

**Tempo total de abrigamento**

Há quanto tempo vive em abrigos (em anos)

< 1	8
1-2	2
3-4	4
>= 5	8
Total	22

**Abrigamentos anteriores**

Tem histórico de abrigamentos anteriores ao atual?

Sim	17
Não	5
Total	22

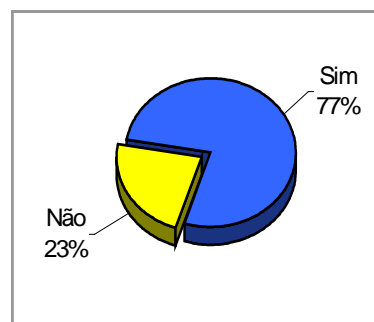
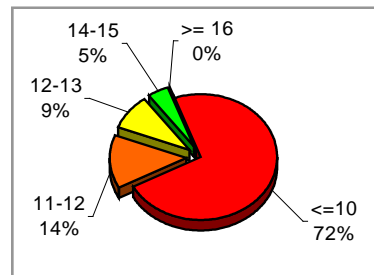


Figura 2 – Características da amostra da unidade pesquisada no Abrigo Renascer (continuação)

Idade do 1o abrigo

Qual idade o adolescente possuía na época de seu primeiro abrigo (em anos)

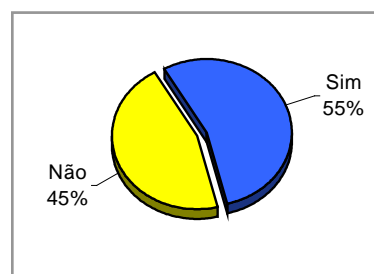
<=10	16
11-12	3
12-13	2
14-15	1
>= 16	0
Total	22



Histórico de situação de rua

Já viveu nas ruas?

Sim	12
Não	10
Total	22

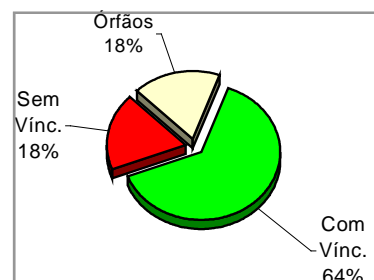


Situação em relação à família

Qual a atual situação do adolescente em relação à sua família?

Com Vínc.	14
Sem Vínc.	4
Órfãos	4
Total	22

Opções do questionário: (1) Com família e com vínculo; (2) Com família e sem vínculo; (3) Com família desaparecida; (4) Com impedimento judicial de contato com a família; (5) Sem família (órfãos); (6) Sem informação.



Motivos de abrigo

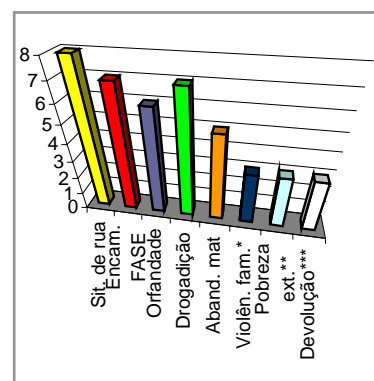
Quais foram os principais motivos que levaram ao abrigo? (respostas podem incluir um ou mais itens)

* Inclui maus tratos

** Inclui situações de negligência,

*** Devolução de adoção ou guarda

Sit. de rua	8
Encam. FASE	7
Orfandade	6
Drogadição	7
Aband. mat	5
Violên. fam.*	3
Pobreza ext.**	3
Devolução***	3
Total	42



Opções do questionário:

(1) Situação de rua; (2) Família não encontrada; (3) Negligência familiar; (4) Encaminhado da FASE, cumprindo PSC com regressão de medida; (5) Violência intrafamiliar; (6) Uso de drogas; (7) Pais usuários de drogas; (8) Prostituição; (9) Situação de risco.

6 METODOLOGIA

6.1 DELINEAMENTO:

A partir da definição do problema dessa pesquisa optou-se por uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo, uma vez que se buscou compreender e descrever o caráter de “lar transitório” e a realidade institucional de dois abrigos e não, aferir dados quantitativos ou estabelecer correlações entre essas instituições. Dentre os métodos qualitativos, a descrição de cunho etnográfico (Milnitsky-Sapiro, 2005)⁴⁷ caracterizou-se como imprescindível visto que buscou-se mais que uma entrada no campo de investigação, mas conhecer recortes do cotidiano do grupo pesquisado e identificar o contexto, poder “enraizar” cada uma das instituições no social.

Em relação a este projeto de pesquisa, a adoção da descrição de cunho etnográfico “como primeira fase de um procedimento metodológico vem ao encontro da expectativa de respeitar e reconhecer as subjetividades impregnadas no seu contexto e, fundamentalmente, retratar aspectos históricos, registros e marcas estruturais e documentais, possibilitando a instância da validade externa, já que o olhar do pesquisador é explícita e criteriosamente relativizado como entendemos ser crucial na pesquisa em psicologia” (Milnitsky-Sapiro, 2005). Assim, pode-se afirmar, em outras palavras, que o método da etnografia traz subsídios inovadores ao oferecer atenção especial à apreensão dos distintos modelos culturais, desnaturalizando uma série de valores hegemônicos.

⁴⁷ Milnitsky-Sapiro, Clary. Um questão de método. 2005. Texto em revisão.

Sendo assim, a pesquisa descritiva de cunho etnográfico parece ser a mais adequada, já que não trabalha com categorias determinadas a priori. A abordagem proposta por Milnitsky-Sapiro (1996; 2002; 2005), “centra-se nas características sócio-culturais, intersubjetivas e étnicas - se for o caso, do grupo estudado, utilizando a investigação de valores "descobertos" a partir de literatura local, dos fatos e registros do pesquisador em campo e dos depoimentos de indivíduos pertencentes ao grupo em questão”.

A metodologia de pesquisa proposta congrega para a pesquisa de campo a abordagem denominada "Emic", para a antropologia. Kenneth Pike (1954), antropólogo lingüista, criou os termos "Emic" e "Etic" a partir do sufixo das palavras “phonemic” e “phonetic”. Esta abordagem consistiu em uma tentativa de instituir uma teoria que ‘defendesse a possibilidade de compreender variações culturais, a partir da compreensão do significado da própria linguagem do grupo, buscando apreender seus significados no contexto’, o que caracteriza a abordagem “emic”. Segundo Silverman (1993) esta abordagem sugere que o pesquisador não empregue um “referencial teórico fechado a priori, mas possua um esquema conceitual aberto a uma escuta dos participantes desde o ponto de vista dos mesmos”.

Já a abordagem “etic” pressupõe uma compreensão do contexto estudado pela sua transcendência, no sentido da comparação entre outros contextos com “linguagens” de alguma forma partilhadas (Milnitsky-Sapiro, 1996).

Concorda-se com Boff (2002, p.50) que argumenta que: “essa abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando metodologia inspirada na etnografia (abordagem *emic*), vem sendo utilizada, nos últimos anos, em pesquisas em Psicologia Social desenvolvidas neste Instituto de Psicologia, conduzidas sob orientação da Profa. Dra. Clary Milnitsky Sapiro (Milnitsky-Sapiro 1991, 1996). Essa metodologia se evidencia nos trabalhos realizados, sob sua orientação, por Kasprzak (1997), Giongo (1998), Stein (2000), Abreu e Silva (2000), Menegaz (2000), Kuchenbecker (2000) e Tonatto (2001).

Segundo Flick (2004), uma crescente ‘pluralização das esferas da vida’ e uma acelerada mudança social fazem surgir a cada dia novos contextos e perspectivas sociais. Nesta conjuntura se justifica a relevância da pesquisa qualitativa para o estudo dessas novas formas de relações sociais. “O conhecimento e a prática são estudados como conhecimento e prática locais” (Geertz, 1983). Assim, a pesquisa qualitativa procura considerar distintos pontos de vista e práticas, uma vez que identifica várias perspectivas subjetivas e ambientes sociais, ou seja o ‘recorte cultural e sócio-histórico dos sujeitos e/ou instituições investigadas’. Para a utilização do método referido o pesquisador tem um papel importante uma vez que estará ‘imerso’ no campo. Assim, acredita-se que este necessita estar aberto para rever suas opiniões e percepções, construindo um diálogo com a pluralidade de perspectivas que rodeiam as pessoas envolvidas nesta relação. O sentir-se estranho ou familiar no campo é também aspecto que deve ser observado pelo pesquisador.

6.2 INSTRUMENTOS E MATERIAIS:

Para a coleta de dados foi utilizada a estratégia da triangulação dos dados através da análise dos documentos (estatutos, regimentos, atas e livro de ocorrências), da observação (diário de campo) e entrevistas (adolescentes e adultos cuidadores), ou seja, três fontes de dados distintas que permitiram contemplar perspectivas diferentes.

Segundo Denzin (1989b, in Flick, 2004) a “triangulação do método, do investigador, da teoria e dos dados continua sendo a estratégia mais sólida na construção da teoria” (p.236). Na seqüência serão apresentadas as diferentes fontes utilizadas nesta pesquisa.

6.2.1. Consulta a documentos:

Para fins desta pesquisa foram analisados documentos referentes ao programa de abrigamento das instituições, tais como: regimento interno, plano de reordenamento, diretrizes, relatórios de final de ano, documentos sobre a implantação e evolução do programa de abrigamento para crianças, adolescentes e jovens. Ainda foram examinados os documentos feitos pela coordenação do programa e pelos técnicos com a finalidade de ‘qualificar e normatizar’ o atendimento oferecido às crianças e adolescentes abrigados. Esta análise foi realizada com objetivo de auxiliar uma maior compreensão sobre os diversos aspectos que permeiam a abrigagem de adolescentes.

6.2.2 Diálogos Informais e Observação

A observação é um importante método da pesquisa qualitativa e, há diferentes concepções tanto da observação quanto do papel do observador. Assim, acredita-se conseguir ter um olhar interno sobre o campo pesquisado e, preservar a condição de estranho, torna-se uma tarefa crucial deste método.

Como o objetivo era conhecer as práticas cotidianas nas instituições de abrigagem, optou-se pela observação participante, ou seja, a inclusão do pesquisador no ambiente de pesquisa a fim de ter acesso a estas práticas, uma vez que as entrevistas poderiam tornar acessíveis apenas um relato das práticas e não as práticas propriamente ditas. Inicialmente, a pesquisadora foi apresentada tanto para o grupo de adultos que trabalham na instituição ‘Renascer’ quanto para o grupo de crianças e adolescentes que residem no abrigo. Por outro lado, na instituição ‘Recriar’ esse procedimento não foi adotado por uma decisão da direção da instituição, uma vez que para se realizar uma reunião de apresentação e esclarecimentos sobre a pesquisa deveria se pagar hora extra aos funcionários, o que não foi possível naquele momento.

A opção por realizar a observação aconteceu também por se acreditar que observando as práticas poderia se constatar como algo realmente funciona ou acontece. Assim, a seleção dos contextos e das pessoas observadas seguiu um critério aleatório, ou seja, dias e horários não fixo. As idas da pesquisadora às instituições ocorriam, no início, praticamente todos os dias mas os períodos alternavam-se entre manhã, tarde e noite e tinham duração variável. Procurou-se observar todas as situações avaliadas como relevantes para responder à pergunta da pesquisa. Para tanto, as observações foram feitas em diversos momentos do dia: período em que as crianças estavam em casa, momento das refeições, saída para escolas e cursos, momento do descanso diurno, horário de dormir, horário da troca de plantão, entre outros. Com o intuito de registrar as observações feitas foi constituído um diário de campo, que era escrito logo após a saída do campo.

6.2.3 Entrevistas Semi-estruturadas:

A entrevista semi-estruturada é uma técnica amplamente difundida e utilizada e foi aplicada nesta pesquisa uma vez que formulou-se antecipadamente um roteiro⁴⁸ com os principais assuntos a serem abordados.

6.2.3 Participantes e procedimentos para coleta de dados:

A coleta de dados foi realizada em duas instituições de abrigo, sendo uma ONG (Organização Não Governamental) e uma Governamental. Esta ocorreu no período de Junho à Outubro de 2005 e contou com a participação de diversas pessoas dos mais variáveis níveis das instituições. Inicialmente, o contato foi feito com os diretores das instituições que, autorizando a pesquisa, permitia a entrada da pesquisadora e o contato com as demais pessoas que trabalhavam internamente na instituição. Os sujeitos participantes foram (5) adolescentes

⁴⁸ Ver Apêndice A roteiros de entrevistas com adolescentes, monitores, técnicos e diretores das instituições.

entre 12 e 17 anos residentes nestas instituições e (5) adultos cuidadores (monitores, pessoal de apoio, técnicos e direção) responsáveis por estes.

A entrada no campo permitiu a elaboração de um questionário sobre os adolescentes abrigados e também um roteiro para realização das entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas, apesar de semelhantes, tiveram questões diferentes para cada cargo ocupado. Foram realizadas dezessete entrevistas e os participantes do estudo foram: quatro adolescentes, dois monitores, um diretor e um assistente social de cada instituição e, um psicólogo de uma das instituições.

A seleção das pessoas a serem entrevistadas seguiu aos seguintes critérios:

- Para adolescentes (ambos sexos) os critérios adotados foram - tempo de abrigo (maior do que seis meses) por aferir ser este um tempo razoável para o adolescente já ter experienciado diversas situações enquanto abrigado e, - idade entre doze e dezoito anos incompletos, idade compreendida pelo ECA para caracterizar o adolescente.
- Para os adultos, os critérios foram - que o tempo de trabalho na instituição fosse maior de um ano a fim de que conheça bem o trabalho que desenvolve e - ocupar distintos níveis hierárquicos da instituição.

Assim, entre as pessoas que preenchiam os critérios previamente estabelecidos, era perguntado quem gostaria de participar da entrevista, explicitando, desde o início, questões relevantes como participação voluntária e o sigilo das informações.⁴⁹

⁴⁹ Ver anexo A modelo do “Termo de Consentimento Esclarecido e Informado para Participante de Pesquisa”, onde consta detalhadamente os aspectos abordados com os participantes antes das entrevistas.

Com os adolescentes as entrevistas tiveram uma duração de aproximadamente quinze ou vinte minutos cada uma, já com os adultos variou entre quarenta e cinco minutos à uma hora e dez minutos. Estas foram gravadas para posterior transcrição e análise de conteúdo.

6.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados coletados foram analisados através da Análise de Conteúdo (AC). Este é um método utilizado há mais de meio século, e foi desenvolvido nos Estados Unidos, como um instrumento de análise das comunicações (Bardin, 1977). Segundo Bardin, “Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”(p.14) A autora afirma ainda que em análise de conteúdo existem apenas algumas normas essenciais, mas que “a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento” (p.31).

“Segundo uma ampla definição do Dictionary of Statistics and Methodology⁵⁰ – A Nontechnical Guide for the Social Sciences, citado por Milnitsky-Sapiro (2005), a Análise de Conteúdo pode ser definida como qualquer uma das diversas técnicas utilizadas para descrever e sistematicamente analisar o conteúdo do que é escrito, falado, ou pictoricamente comunicado – tal como livros, jornais, programas de televisão ou entrevistas transcritas”.

O primeiro passo deste procedimento é realizar o que tanto Milnitsky-Sapiro (2005) quanto Bardin (1977) denominam de ‘leitura flutuante’, ou seja, o pesquisador deve ter um contato inicial com todo o material disponível e, posteriormente, estar atento para apreender o sentido do todo. A partir da leitura flutuante é que serão identificados os temas emergentes do trabalho de campo, possibilitando a definição de categorias e subcategorias e, suas subsequentes interpretações através da teoria abordada no estudo.

⁵⁰ Dictionary of Statistics and Methodology.

Algumas autoras como Laurence Bardin, (1977) e Minayo (1994) na área da saúde coletiva são referências na utilização desta metodologia de pesquisa. Estas possuem como ponto de partida o que denominam de ‘pré-análise’, ou seja, esta é uma fase caracterizada por ser de organização do material e tem como objetivo ‘tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise’(p.95).

Porém, a metodologia empregada pela professora Milnitsky-Sapiro em seu grupo de pesquisa é distinto das autoras referidas acima. Segundo Milnitsky-Sapiro (2005) a fase caracterizada como pré-análise pelas demais autoras difere na medida em que, recomenda-se que o ‘pesquisador se reconheça “em” ou no campo de análise ou contexto e os indicadores serão gerados a posteriori, ou seja, emergirão do material de análise’.

O método da análise de conteúdo foi aplicado a partir do levantamento de unidades de sentido que deram origem aos temas os quais, por sua vez, delinearam a constituição de categorias. Para esta etapa contou-se com a participação de duas alunas da graduação treinadas pela professora orientadora na metodologia.

<i>TEMAS</i>	<i>CATEGORIAS</i>	<i>SUB-CATEGORIAS</i>
1. O Adolescente Abrigado	1.1. O processo adolescente em situação de abrigagem	1.1.1. Inclusão no social 1.1.2. A vida no abrigo 1.1.3. Questões adolescentes 1.1.4. Drogas
2. Políticas Públicas para a área da abrigagem	2.1. Os percursos do adolescente abrigado 2.2. Políticas Públicas: Discursos e Práticas	2.1.1. Percurso legal 2.1.2. Motivos para 2.1.3. Transitoriedade 2.2.1. “Tipologia da Clientela”
3. O adulto cuidador para o adolescente abrigado	3.1. O significado da família do adolescente abrigado 3.2. O lugar instituído do monitor	3.1.1. Laços de Família 3.1.2. Figura da Mãe 3.1.3. “Um possível destino” 3.2.1. Adulto Cuidador
4. O ambiente de abrigo para o adolescente	4.1. O Espaço físico do acolhimento 4.2. A institucionalização da vida sócio-afetiva 4.3. A institucionalização da vida privada 4.4. A experiência do ambiente de abrigo para o adolescente abrigado 4.5. As normas e as prerrogativas pessoais.	4.1.1. “O abrigo” 4.1.2. Abrigo Residencial 4.3.1. Rotina 4.3.2. Lazer 4.3.3. Amizades 4.4.1. “O que poderia ser diferente”

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, bem como discutidos os principais temas emergentes das entrevistas realizadas com adolescentes abrigados e adultos cuidadores, sendo eles: monitores, técnicos, direção e equipe de apoio das duas instituições pesquisadas. Para garantir o anonimato de todos os participantes, assim como de suas instituições, os nomes e/ou abreviações destes que aparecerão são fictícios. Assim, a instituição governamental será nomeada de “Renascer” e a ONG foi denominada “Recriar”.

Inicialmente, diversos dados obtidos pela triangulação revelaram muito acerca dos modos de acolhimento ao adolescente abrigado, e de como o adolescente vive “esses modos institucionais”. Ouviram-se também os adultos cuidadores falarem de seu trabalho junto aos adolescentes. Com o ‘tempo de permanência na instituição’, procurou-se entender as práticas cotidianas das respectivas instituições, bem como aspectos diversos que interferem nestas práticas.

Os quatro temas emergentes identificados foram: O Adolescente Abrigado; Políticas Públicas para a Área da Abrigagem; O Adulto Cuidador e o Adolescente Abrigado e, O Ambiente de Abrigo para o Adolescente.

7.1 O ADOLESCENTE ABRIGADO

A análise deste tema compreenderá o processo adolescente e as diversas instâncias que o permeiam. Desse tópico, quatro subcategorias emergiram, sendo elas: A vida no Abrigo, Questões adolescentes, Inclusão no Social e Drogas.

Inicialmente, é relevante apresentar as características singulares das falas dos jovens sobre a vida no abrigo:

Adolescente Giulia (16 anos):

... eu gosto bastante de morar aqui. Sabe porque? Por que não parece que é um abrigo, parece assim mais uma casa. Mesmo assim a gente morando aqui a gente sabe que não é a nossa casa porque é bem diferente....(...) Aqui eles não podem dar atenção especialmente para um. Eles têm que dar atenção pra todo mundo, no geral...(...) Então assim é bem diferente também da nossa casa, que ...ah quando você quer alguma coisa você vai e pede pra tua mãe e aqui você não vai poder I lá e pedi prum monitor né...

Esta adolescente fala da casa idealizada que perdeu ou nunca possuiu como sendo um lugar onde existe a figura da mãe que oferece atenção individualizada, cuidado e proteção; enquanto que o monitor não é sentido como cuidador, na medida em que parece desempenhar a função de apenas monitorar a vida do adolescente.

Adolescente Henrique (15 anos):

Ah, eu sô velho tia. [...] Claro, 5 anos aqui no abrigo.[...] Ah, eu gosto mais ou menos, porque eu queria tá com a minha família verdadeira. E eu fico meio chateado porque eu não, na cidade lá eu não vô, é muito longe. Daí é por isso eu gosto mais ou menos. Eu gosto de fica um pouco e por outro lado eu não gosto porque eu queria tá com a minha família.[...]

A vida no abrigo, assim, significa uma ‘passagem’ para uns (note-se que o adolescente usa o termo albergue ao invés de abrigo) ou a conquista de um lugar que lhe ofereça cama, comida e roupa, por outros. Assim, um adolescente de 17 anos expressa ser, a vida no abrigo, ‘tudo bom’, se referindo a aspectos úteis da vida (Foucault, 1984):

Adolescente Paulo (15 anos):

Uma passagem... (...) Uma passagem pra eu pra pode estudar e mora ao mesmo tempo... (...) como eu fico muito na rua assim, eu fico no albergue dai.

Adolescente Camila (16 anos):

Não é tanto bom como minha casa, mas... [...] Ah, porque na nossa casa a gente tá junto com a nossa família, e aqui é como se fosse a nossa família, mas não..., ah eu sei lá, eu não gosto muito.[...] Não, mais eu tô aqui desde pequena.[...] Infelizmente só eu que sofro dessa. Só eu que sofro.

Adolescente João (17 anos):

Porque é boa? Porque é tudo bom (risos)[...] Tudo, ... a casa... a cama, a comida, tudo bom (risos)[...] Eu acho bom né ... porque ninguém tá tendo nada a perder aqui ... não tá perdendo nada, só tem a ganhar né?

Parece que o adolescente acima incorporou o discurso do adulto cuidador quando estes privilegiam as oportunidades que os adolescentes encontram estando abrigados. Constata-se também o uso utilitário do abrigo como cultura institucional arraigada, de difícil modificação e que não favorece o cuidado (Winnicott, 2002 e Rizzini, 1996).

Neste sentido, parece ser possível apontar para o fato de que é distinta a experiência da vida no abrigo para cada grupo, considerando a posição que os indivíduos ocupam. Enquanto os adolescentes parecem estar à procura de um lar desejado, no qual poderão sentir-se pertencente à segurança de um ambiente que consiga proporcionar continência e *holding*, aspectos estes indispensáveis para o saudável desenvolvimento de sua personalidade (Winnicott, 2002), de um espaço referencial, o adulto parece ter claro primeiro, que o seu vínculo com o adolescente é limitado à sua função e restrito ao lugar, sem uma função continente em alguns momentos; segundo, considerar ser este um período onde aspectos da vida do adolescente como escola, saúde, família e emprego, deve ser encaminhado e/ou resolvido, como possível parte da ‘eficácia institucional’.

Adulto Mateus:

Ã... Que bom que todos tivessem ocupação durante o dia; nem todos têm.[...] Alguns só têm escola; alguns só têm escola à tarde então ficam de manhã e de noite em casa. Alguns só têm escola de manhã e passam o resto do dia em casa. Alguns só têm escola à noite e passa o dia inteiro em casa. Isso é complicado.

Adulto Gilda:

Colocar ele na escola, se ele não estiver na escola, tem que colocar na escola, como aqui a gente trabalha muito com adolescente a gente vê a possibilidade de encaminhar ele para um curso profissionalizante.[...] Na verdade você fica constantemente buscando, sabe, pra eles isso, buscando um curso alguma coisa, muitos querem trabalhar, ao invés de fazer um curso e eu acho que o trabalho é muito mais importante pra eles do que um curso, porque na verdade tá fazendo 17/18

anos e tu vai dar curso e aí ele vai sair, vai ter um curso e aí, ele vai ter que ajudar em casa?

Um dos adultos entrevistados expressou o quanto sente como importante os ‘valores’ trazidos pelos adolescentes e o quanto estes poderão delimitar como será a experiência da abrigagem, tanto para o adolescente quanto para o adulto cuidador, uma vez constatar-se que a instituição oferece aos adolescentes outras oportunidades, outros modos de vida, distintos dos experienciados até então.

Adulto Luiz:

... Olha, eu acho que já dava pra perceber já nos grandes abrigões né, e aqui de uma forma muito mais clara assim, muito mais transparente, é a questão da gente conseguir entender os valores que eles trazem, eu acho que isso muito difícil, porque a gente é criado e é educado dentro de um determinado grupo de valores, vai construindo esses valores ao longo da nossa vida né, as nossas referências, os nossos parâmetros né, e estes adolescentes eles têm parâmetros e valores muito diferentes. Então tu consegui perceber isso, entendê, pra ti relaciona, criar vínculo, pra que eles possam confiar em ti, isso é muito difícil, isso não é simples, e é demorado, requer tempo, requer dedicação, requer envolvimento. Tu tem que te envolve né, pra ti consegui adquirir isso, porque os valores são outros né. Então às vezes tem colegas que não consegue entende e coloca ‘ah, fulano teve tanta chance na vida, deram tudo quanto foi oportunidade e ele não aproveitou nada, não sei o que, papa’, bom mais igual nós estamos fazendo uma avaliação do ponto de vista dos nossos valores, não é, dos valores que eu tenho, agora quais são os valores que ele tem né, então se pega um adolescente que o pai foi morto ou é presidiário, que a mãe é prostituta ou é presidiária, que se criou vendo os pais drogados, bêbados, botando eles nas esquinas pra pedi esmolas, né. Então qual é a referência de pai, de mãe, de autoridade que eles tem né, qual a referência de estrutura familiar que eles tem né.

Um aspecto central e de grande importância na análise dos dados consiste na percepção dos adolescentes e dos adultos cuidadores sobre o processo adolescente (em situação de abrigagem). Ou seja, como ambos os grupos vivem tal processo e, se os adultos cuidadores reconhecem características desse no dia-a-dia e como lidam com isso? Apesar da maioria dos adultos definirem os adolescentes com algumas características que se repetem, percebeu-se uma preocupação em não colocar todos no mesmo ‘balaio’. Ou seja, existe um entendimento,

mesmo que subentendido e de senso comum, sobre algumas características do processo adolescente, mas que, na prática, fica difícil visualizar.

Adulto Mateus:

Olha, cada um é um caso, né? Eu vejo... é nítido assim. Não posso... falar de todos assim. Eu acho que nesse caso quando fala do afeto, quando fala do relacionamento em casa com nós educadores, acho... é à parte, assim.

Muitas são as características expostas pelos adultos referentes aos adolescentes. Estas vão desde carentes, abandonados (adolescentes abrigados) até adolescentes com dificuldades de aceitação de normas, quando se referem ao adolescente no geral. Outros ainda usam o termo criado já há algum tempo: a “aborrecência”. Aqui faz-se relevante apontar o quanto o conceito de adolescência carrega em si a possibilidade de uma adolescência múltipla, com características distintas desde que siga o modelo padrão, pré-estabelecido pela classe dominante (Dornelles, 2005).

Adulto Gilda:

Os maiores... sempre são mais... ah! Estão se... tem aquela coisa assim... tem pessoas que dizem assim... Aborrecência, né? [...] Que é uma fase assim, que é difícil de se trabalhar, né? Então, mais ou menos eles tão deixados um pouco de lado. Eu não sei é isso que eu sinto, às vezes.[...] e o adolescente é aquela coisa mais resistente, eles questionam tudo: por que? Mais por que? Mais por que?

Adulto Luiz:

Acho que com raras exceções assim eles são adolescentes, com seus conflitos, com suas dificuldades, com as suas faltas de referência num momento da vida muito complicado né. Eu acho que eles são adolescentes, nem melhores, nem piores. Tem a maioria deles uma história de vida muito triste né, e são as vítimas né, não são os culpados disso né, mas são adolescentes né...e a gente não pode ter uma exigência também. [...] São adolescentes como qualquer outro, não tem nenhuma diferença dos adolescentes que tu tem na tua casa né, o que eu acho é que eles podem ter um complicador pela história que eles trazem, mas que é um complicador pra eles né, e que nos dificulta muito mais trabalhar né, mas são adolescentes né, nem melhores, nem piores, eu não faz muito tempo que fui adolescente.(risos)

Constata-se, também, através da fala dos adultos cuidadores o quanto é importante para os adolescentes terem a oportunidade de dialogar com os adultos, especialmente com aquele adulto mais próximo - íntimo, ou seja, parece existir a preocupação de tornar-se uma figura

com a qual o adolescente poderá identificar-se (Cassorla, 1998). Estes adolescentes parecem sedentos de um referencial, de ‘um outro significativo’ que consiga fazê-los sentirem-se diferenciados dos demais e, assim, constituírem-se enquanto sujeitos singulares, e não “mais um adolescente de abrigo”.

Adulto Edison:

Se eu fosse assim fazer um panorama geral, todos eles são extremamente carentes, extremamente carentes, todos, mas cada um demonstra de uma forma e eu pude perceber que todos eles são muito carentes. Uns são carentes de afeto físico, de um toque, do abraço. Tem uns que vem e tão sempre te abraçando, “ah nego E.” e te abraça, te faz carinho, te leva pra lá, ou quando vem te cumprimentar né. Tem outros que já são carentes de uma conversa. O Bento é um exemplo, ele tá sempre procurando a gente pra conversar, sempre, sempre ele quer conversar, quer contar alguma coisa, sempre quer pedir algum conselho, ele sempre quer conversar com alguém, sempre. Já o Júnior não é tanto de conversar, mas ele sempre tá ali por perto, sempre por perto, ele não é de desabafar, não é um guri que se abre muito, mas ele também tá sempre por perto. As vezes eles manifestam isso nas bagunças, em falar alto né, de alguma maneira ele quer chamar a tua atenção né, então eles assim são muito carentes”.[...] De início tem dificuldade com aceitação de normas, de regras né, isso faz parte da adolescência mas tem. Qualquer norma, ou regra nova assim na casa ou até externa, veja, até da escola, eles resistem, primeiramente eles resistem, até que a gente explique uma, duas, três, vezes, e dê exemplo, eles gostam muito de exemplo né, isso é um exemplo pra que eles entendam. Não simplesmente não pode fumar aqui dentro. “Mas porque que aqui não pode fumar?”

Apenas um monitor e um dos diretores se referiram à diferença que encontram no trabalho realizado pelas meninas e pelos meninos. O primeiro afirmou preferir desenvolvê-lo junto às meninas, por senti-las mais afetivas; já o segundo relatou ser mais complexo o trabalho com as meninas, devido às mudanças que ocorrem, especialmente na área da sexualidade. Além das identificações, o que se constata com estes dois excertos de entrevista é uma rivalidade com o adolescente de mesmo sexo, uma vez que as relações de poder são atravessadas pela questão sexual, como também de uma concepção de moral com vista à construção de referenciais (Foucault, 1984).

Adulto Luiz:

E trabalhar com meninas também o trabalho é outro. É a primeira vez que eu trabalho com meninas e eu acho muito diferente porque tu pega essa coisa da

afetividade, do carinho de uma forma muito mais latente né, do que com os guri né, com os guri se mantêm um certo distanciamento, se mantinha um certo distanciamento, aquela coisa muito mais autoridade, porque o guri disputa e 'mede' força contigo o tempo todo né, ele tá tentando se firma, cria a personalidade masculina dele né, testosterona a mil né, então é aquele negócio, é no tampo, e com guria não, é um trabalho bem diferente, elas são muito mais afetuosas, elas não tem essa restrição de te abraça, de te faz um carinho né, já um guri não vai te faz isso. A guria ela vai senta, vai deita a cabeça no teu colo, ela vai te abraça, te dá um beijo e a relação com guri é outra, até porque tem essa cultura de macho que agente tem né.

Adulto Daniela:

No sentido de, as meninas tem um perfil difícil, sabe, problemas na adolescência também, naquela fase de 13/14/15 anos, sexualidade a mil...

Já para o técnico psicólogo as principais características dos adolescentes abrigados são especialmente ligadas à área do comportamento. E, de um comportamento desviante, e sem nenhuma perspectiva no futuro por estes não demonstrarem possuírem um objetivo de vida. Porém, com a fala de um outro adulto cuidador o que se pode inferir é que este comportamento desviante se refere às características do processo adolescente, como ser questionador, apresentar flutuações no humor entre extremos opostos, ambivalência emocional, estar em busca de sua identidade e, adicionalmente, este processo adolescente estar acontecendo em um meio social, em um ambiente sobrecarregado de depreciação, cobranças, injustiças e falta de oportunidades.(Anna Freud (1958), Erikson (1968), Rassial (1995), Cassorla (1998), Outeiral (1994), Levisky (2005)).

Adulto Bernardo:

...geralmente eles têm um acentuado atraso escolar, problemas de comportamento, transtornos do desenvolvimento, transtornos Boderline.[...] Eu percebo ainda que eles tem uma dificuldade muito grande de projetar o futuro, "falta de fome, de investimento básico, de desejo básico em cima deles, uma coisa interna que faz com que a gente corra atrás de alguma coisa, sabe?

Adulto Daniela:

Bom, os adolescentes abrigados, eu vou te dizer assim, 90% tem algum transtorno de conduta, eu acredito até que seja pela história pregressa, de vida, eu acredito que seja isto.[...] Transtorno de conduta? como é que eu posso te dizer.....

antes dos 18 anos não pode, diagnosticado por psicólogo, por psiquiatra, tipo Iara , tipo Lara Ligia (que eu tava te falando), Ieda Carla, tem um mundo assim que são próprios da adolescência, mesmo né, questão te amo te odeio, tu é mulher, como a Sueley, teve problema quando entrou, também a questão de ser jovem, bonita, entendeu, então que, que elas imaginavam é uma rival pra mim ela tem condições, é bonita, é jovem, ela trabalha, ela ganha bem e eu o que eu to fazendo aqui.[...] Essa coisa da mulher, da mulher, e quanto mais próxima da idade delas, mais concorrência, e elas te viam assim como uma concorrente.

Um dos comportamentos apresentados pelos adolescentes é denominado pelos adultos como “arreganhos” e foi muito citado por ambos os grupos e define as brincadeiras que acontecem entre os adolescentes. Os adultos vêem isso com preocupação e certo receio, pois, muitas vezes, de um simples ‘arreganho’ pode se iniciar uma briga séria, como relatado por um monitor da instituição ‘Recriar’:

Adulto Mateus:

O Júnior e o Bento se pegaram no pau, no tapa mesmo. O Júnior chegou a pegar uma vassoura pra bater nele, porque os dois estavam numa frescurinha, numa brincadeira boba, e um apertou mais que o outro um deu o soco e gerou uma briga.

Adulto Edison:

Dificuldade, eu acho assim, operacionalmente dos guris que eles ficam muito de arreganho, de agarramento. Eles adoram se agarrar, tão sempre se agarrando, quando não é brigando é brincando, mas tão sempre, e eu procuro evitar isso justamente pra que não venha surgir a famosa briga, porque eles começam de arreganham, começam no empurra empurra, “agora estamos brincando”, mas daqui a pouco um já não gostou e aí gera confusão.

Apesar dos “arreganhos” se constituírem como uma brincadeira entre os adolescentes, alguns deles vêem com incomodação esse tipo de brincadeira.

Adolescente Bento (15 anos):

Ontém mesmo, o cara quieto lá, eles agarram e começaram a tocar, amarraram uma camiseta a tocar, tênis também.

Adolescente Henrique (15 anos):

Fica de arreganho muito assim.

Outro aspecto que fica evidente nos relatos dos adolescentes e dos adultos é o que é identificado pelos adultos cuidadores como rebeldia. Para os adolescentes, a rebeldia é justificada como resistência à obediência imposta pelos adultos e, parece querer significar uma conquista por uma diferenciação em relação ao grupo dos adultos (Cassorla, 1998).

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

Porque (risos) eles ficam me chamando de rebelde, rebelde... [...] E eu não sô acostumada, que horror o dia que eu fica quieta pra alguém, dai eu sempre retruco, sempre retruco.

Já para os adultos a rebeldia se expressa em termos de desobediência, teimosia em relação às regras e normas institucionais. Ainda pode-se refletir sobre os valores que se tenta ‘impor’ aos adolescentes e que estes deveriam cumprir, sem questionamentos, uma vez que “têm tudo dentro do abrigo”. Além da expectativa de reciprocidade institucional pode-se inferir o óbvio ‘conflito de gerações’ (Cassorla, 1998). Apesar de que, no caso, os adultos cuidadores em geral, não conseguem constituir-se em referências identificatórias, nem para que eles busquem o modelo antagônico (Anna Freud (1958), Erikson (1968), Rassial (1995), Cassorla (1998), Outeiral (1994), Levisky (2005)).

Adulto Nádia:

Tem a questão da Ieda Carla também né, é outra né que as vezes eu é que puxo a rédea dela né.[...] É, mas a Ieda Carla tem em função do temperamento dela, ela tem um temperamento do cão ...[...] (risos) muito forte, ela briga valendo né então.. ela tem as razões dela em tudo né, a adolescência com todas as nuances da adolescência. Então assim, as vezes eu freio ela, porque eu acho que ela tem que repensar, ela tem que se dar conta das atitudes, não é? Então ela consegue fazer isso, ela consegue...ela me xinga, me xinga, me xinga, ela me ironiza, me xinga, ah...

Adulto Celina:

Não, só às vezes a teimosia dos guris, mas aí a eu converso com eles, eu por exemplo, eu converso com eles e eles vem e pedem desculpa e eles vem e conversam comigo.

Nesta mesma direção, um adolescente parece ter a fórmula correta para a relação entre adolescentes e adultos cuidadores.

Adolescente Ana (12 anos):

E... todo adolescente também discute e briga.

Um dos motivos que pode levar a assim chamada “rebeldia” é o fato dos adolescentes quererem ir a festas e, os adultos, não permitirem por preocupação, zelo ou até impossibilidade, uma vez que não têm como controlar/cuidar para onde vão, com quem vão, horários e aspectos extra-muros da instituição, como a que horas vão retornar, o que gera, assim, conflitos entre os adolescentes e os adultos. Uma adolescente justifica fugas eventuais das meninas do abrigo, por ficarem muito tempo ociosas e sem atividades próprias da idade, desejando, por exemplo, irem às festas. Por outro lado, um monitor reconhece que esse desejo de sair ‘de festiar’ faz parte desse período e que oferecer uma abertura para que isso aconteça seria saudável, mas que muitas vezes as normas e regras institucionais, ou até a comodidade dos adultos cuidadores, impossibilitam práticas ‘comuns’ para o adolescente.

Adolescente Giulia (16 anos):

Elas ficam muito ansiosas pra sair, pra sai, querem rua, querem festiá, querem tudo.

Adolescente Camila (16 anos):

Ai, eu que vô sabe, vocês não pode ir e não sei o que (fala com entonação de voz como se representasse um personagem). Inda esses dias tinha a festa da minha colega lá, ela me convidou ih que era de noite a festa e eles não deixaram.

Adulto Edison:

E na madrugada agora de sábado pra domingo o A., o P. e o H. pularam a janela ai...[...] do quarto, e foram, o monitor da noite foi dar falta deles duas da manhã, sei lá onde é que andavam, sei lá, foram pro baile. Voltaram, 10 e pouco da manhã, mas voltaram. [...] Foram pra gandaia. Mas isso, eu tenho amigos que já fizeram isso, porque não tinham essa liberdade de sair. Eu já tinha bastante liberdade então, nunca me vi forçado a fazer isso pra poder me divertir, e eles tão bem na fase que os amigos vão pra festa, vão pro baile, vão pra tudo e eles não podem, eles tem que tá aqui até as 18:00h , então eles fizeram isso e pularam e ai a gente fica preocupado e ...[...] E aquele dia deu vontade de sair e eles disseram que saíram só pra fumar mas, eu acho que não porque eles saem de dia. Fim de semana eles tem a liberdade de sair de dia, não sei se tinha alguma festa, alguma coisa que eles queriam ir. E no começo, claro a gente se choca e a gente chama a atenção e “o que podia ter acontecido com vocês, já pensaram, e a gente aqui preocupado, por onde que

andavam”. Mas ai depois a gente pára pra pensar e a gente parou pra conversar depois com os educadores e a gente teve que, é porque faz parte, né.

A necessidade de terem momentos de privacidade ou não possuir um bom vínculo com os monitores aparece na fala de uma adolescente e muitas vezes é entendido como “rebeldia” por parte dos adultos cuidadores. Neste momento da entrevista, o adolescente falava sobre não gostar de prestar contas ao monitor sobre onde estava e ter que justificar o fato de ter chegado atrasada.

Adolescente Ana (12 anos):

... eles... a ... não gosto de falar [...] Eles sempre quer saber de minha vida.[...] (Aqui o adolescente é questionado sobre os monitores estarem ali para cuidar deles e responde) Tão, mas não para saber do que eu faço ou do que deixo de fazer[...] eles estão aqui pra vê, pra cuida da gurizada se estão se comportando, mas não o que a gente faz na rua se a gente chega atrasada.[...] Só minha.

Uma outra característica do processo adolescente, que aparece na fala de um adulto cuidador, é a liderança que o adolescente busca. Constata-se ser esta característica uma das justificativas para a separação dos moradores da instituição ‘Recriar’ em grupos com idades distintas e gênero, em paralelo, conseqüentemente, deposita no adolescente os motivos desta prática institucional.

Adulto Celina:

Porque eles se acham os líderes da, da..., então eles acham que os pequenos não têm que tá no meio dos grandes.

A proximidade do momento da saída do abrigo, - o desligamento - após completar dezoito anos, é também um marco relevante para os adolescentes abrigados e para adultos cuidadores, sendo que ambos os grupos demonstram preocupações diferentes sobre o acontecimento. Do lado dos adolescentes, pode-se afirmar que esta preocupação está voltada para seu sustento próprio e como/aonde viverá após a saída e, talvez, na possibilidade de auxílio à família, como é explicitada na fala de um adolescente de 17 anos.

Adolescente João:

Agora que eu voltei eu não posso fugi mais né, eu já vou fazê 18, daí não tem mais abrigo.[...] Tô pensando em trabalhar, só isso. Mais nada.

O desligamento desperta preocupação, não apenas na iminência do acontecimento, mas muito antes, quando existe a preocupação com o trabalho e/ou fazer cursos que os capacite para um futuro diferenciado, e isto os condiciona a permanecerem no abrigo. Porém, apesar dos cursos poderem significar uma nova oportunidade de vida, como será visto a seguir, nem sempre alguns adolescentes conseguem manter-se nestes.

Adolescente Giulia (16 anos):

As gurias poderiam ter mais cursos, se tu botasse assim em todas as casas bastante atividade pras gurias... eu tenho atividades, porque o que eu já vi quando eu fiquei aqui um tempo nas férias o que eu vi é que elas, elas ficam aqui dentro, é isso que deixa elas meio transtornadas. [...] Então se elas tivessem uma atividade que elas gostassem (ênfatisou bem essas palavras) aqui dentro eu acho que seria muito melhor, ia acaba com isso das gurias viverem fugindo, eu acho que isso ia se bem... que ocupassem muito mais a cabeça delas. Tipo assim, bijuteria é uma coisa que elas adoram, dinâmica, é uma coisa que se viesse alguém...

Adolescente Camila (16 anos):

Quais foram os cursos que você fez? Padaria, confeitaria... É, ainda tô fazendo.

Adolescente João (17 anos):

O que tem a ganhar? Ah, eu não posso dizer porque eu abandonei meus negócio que eu ganhei (falou a frase rindo) eu abandonei. Curso de marcenaria, serigrafia, tudo. Eu perdi (risos). Eu fugi, daí não deu pra mim fazê.

O processo de ‘desligamento’ gera também sofrimento e ansiedade para os adultos, uma vez que os adolescentes podem não conseguir ‘suportar’ o que foi conquistado até então, e voltar para a vida que originou o abrigamento. Por outro lado, alguns adultos demonstraram orgulho, pois experienciam seu trabalho junto aos adolescentes como investimento, ou seja, estes vêem o trabalho recompensado através do sucesso de um adolescente pós-abrigamento.

Adulto Bernardo:

Uma questão que é muito forte para eles é os 18 anos. Isso é muito difícil para eles, tanto para os adolescentes quanto para os funcionários.

Adulto Nádia:

É só sê vê o que aconteceu com a Z. há pouco tempo, a gente tinha todo um projeto que foi traçado junto com ela, o que nós vamos fazer agora quando você sair

do abrigo, onde você vai morar, aonde você vai trabalhar, não é? Será que vai tê?, nós vamos te ajudar pra ti montar tua casa, fazer um chá de panela, tudo direitinho, ela não suportou isso, ela foi embora sem se cumprir nada disso, não é? Saiu brigada conosco, não é? No emprego ela roubou, a casa que tinha feita, que ela já tinha casa ela não foi pra lá, que ela já tinha casa, e bem direitinha a casa, com tudo não saiu o chá de panela, e saiu brigada. Então, você vê, ela tinha toda uma chance assim de sair com uma moradia montada, equipada, a gente até fez pra ela um chá de panela, tava completinho, não é. Já tinha fogão, geladeira, tudo e ela não suportou isso e agora ela tá morando na casa de não sei quem.

Adulto Daniela:

Há um aspecto positivo, hoje tá sendo muito gratificante, sabe, tu vê uma abrigada que não tem família, que foi vítima de maus tratos, abusos, tá encaminhada, tá fazendo um estágio na Associação do Ministério Público, um estágio no tribunal de contas, um estágio na UERGS, neste sentido é gratificante, tu ver o teu trabalho ser recompensado. Neste sentido, delas estarem se encaminhando.

A vida no abrigo pode também significar uma possibilidade de participação na vida da comunidade local⁵¹, uma vez que, na instituição, novas redes sócio-afetivas são estabelecidas, bem como de “oportunidades” de vivências qualificadas, como muitos expressam.

Adolescente Giulia (16 anos):

E eu acho que aqui dentro a gente tem muitas oportunidades, e a Maria tá perdendo muito, se ela tivesse aqui dentro, eu até queria que ela tivesse aqui dentro. É ela poderia fazer Balé, tem várias coisas aqui.

Adolescente Henrique (15 anos):

A gurizada né tia, a gente dança, brinca, jogamos bola, vamos pro colégio estuda, faço curso, faço várias coisas legais, que é bom.

Adolescente Paulo (15 anos):

... a gente passeia, a gente vai pro parque, pro Farroupilha, os voluntários vem e nos agrada bastante...

Esta participação na vida comunitária pode ir muito além de novas amizades, e pode, ainda, distanciar o adolescente de uma vida na qual as regras parecem mais ‘brandas’ e fáceis,

⁵¹ Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 92, Inc. VII.

oferecendo à eles a esperança de um futuro melhor. Assim, apesar de alguns desejarem ‘fugir’ do mundo do tráfico de drogas, este caminho sempre será uma possibilidade palpável, tendo em vista a proximidade e os apelos para uma vida em que poder e dinheiro poderão ser conseguidos rapidamente e sem a necessidade de esperar (Silva e Mattos, 2004).

Adolescente Bento (15 anos):

Ah daí eu não fico na rua rolando, que onde eu tava ficava na rua, vendendo, fumando, agora eu não quero mais isto aí.

Adolescente João (17 anos) :

...voltei porque fica a gente ficava lá no morro sem fazer nada, um bando de parasita. Aqui o cara não fica de parasita, ao menos de repente ele arruma um serviço pra mim, tem alguma coisa. Lá não, lá não vô arruma nada, vô acaba sendo traficante, alguma coisa né, ladrão...[...] Não, tá louco, se tive que sê isso eu vô sê, mas eu não quero, to tentando não te que se isso aí. Se eu tive que sê eu vô sê .

No entanto, um ponto que chamou a atenção durante a coleta de dados foi o fato de, em ambas as instituições pesquisadas, não haver manifestação de uma situação crítica, no que se refere ao uso de substâncias psicoativas. Assim, uma maneira encontrada para lidar com os diversos tipos de violência os quais estão expostos - desde violência explícita através de agressões, maus-tratos, negligência, como a violência simbólica da exclusão social e ausência de cidadania – (Levisky, 2005) é fazer uso de algum tipo de substância psicoativa a fim de anestesiar a dolorosa sensação de invalidação social (Castel, 1998). Segundo um dos técnicos entrevistados isso acontece pela possibilidade de se estabelecer um vínculo ‘suficientemente bom’ (Winnicott, 1999) com o adulto cuidador.

Adulto Bernardo:

Aqui a gente tem, de um modo geral, que uma característica dos monitores é a rigidez e por isso eu acho que a gente não tem problemas como drogadição.

Uma das justificativas que apareceu no discurso dos adolescentes para eventuais fugas⁵² do abrigo é devido à impossibilidade de terem acesso a cigarro (tabaco), por exemplo, no interior

⁵² Apesar de não realizar uma análise detalhada do significado subjetivo das evasões ou fugas, dos aspectos singulares, faz-se fundamental apontar o quanto tais evasões podem constituir formas de resistências às características institucionais.

do abrigo. Contudo, acredita-se que isto não deve ser desprezado uma vez que, o tabaco, juntamente com o álcool, é uma das drogas mais consumidas no Brasil (Silva e Mattos, 2004). Um outro ponto a ser ressaltado é que o tabaco, apesar de uma droga lícita, não passa despercebida (invisível) aos olhos dos adultos cuidadores da instituição Recriar.

Adolescente Paulo (15 anos):

Por causa que eu queria cigarro...daí eles não davam pra nós cigarro, eles não deixavam a gente fuma ali na frente ali, daí a gente ficava ali e dizia pro tio toda hora, os tio ia ali e incomodava o cara, daí a gente ia fugi né, depois a gente voltava de novo ...

Mas, o cigarro não foi a única droga que surgiu no discurso dos adolescentes. Um adolescente relatou que ainda possui ligação com as drogas, como que para manter uma forma de vínculo com seu lugar, com a cultura do grupo e com sua vida antes do abrigo. Este adolescente confere a um colega da vila onde morava o ‘privilégio’ de continuar vendendo a droga no seu lugar até que possa retornar.

Adolescente Bento (15 anos):

P. Eles ficam cuidando da tua mãe pra você? Enquanto você tá aqui?

B. Tão. Tem uns cabeça que ficam vendendo bagulho pra mim lá em cima.

P. O que tá vendendo pra você?

B. Pedra.

P. É? Tu tá falando sério ou tu tá brincando, agora?

B. Não tô falando sério, tia.

P. É? E você ainda tá usando?

B. Não, usando não tô, só tô deixando os cabeça vende pra mim lá. (Diálogo entre pesquisadora e Bento).

Ainda com relação ao uso de substâncias psicoativas, se faz referência ao procedimento utilizado pela instituição ao encontrar algum adolescente portando algo proibido. Constata-se, através do excerto abaixo, o quanto o adulto exerce uma função rígida, devendo descobrir o delito para ser aplicada uma punição, ou seja, todo ato, todo gesto, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta desta, é passível de punição, podendo esta ser mais branda ou mais severa, de acordo com o dano causado para os outros, para a instituição ou até para si próprio (Foucault, 2003).

Adulto Edison:

Tipo eu fiquei sabendo um dia que o Paulo havia trazido maconha pra cá pelo Bento, ele veio e me disse, “ah tio fulano ta com, ele trouxe escondido na sola do calçado”, ai nesse dia eu fiz que ia dar uma geral nos roupeiros, mas fui direto no tênis e encontrei, ai até ele disse “oh tio não podia ter descoberto, alguém te falou”, eu disse não ninguém me falou. “Eu sei que tu tá fazendo teu trabalho, tudo bem, mas alguém te falou né?” não ninguém falou nada, mas eles sabem, eles mesmo me contam depois, mas no fundo eles sabem que alguém acabou falando, porque tem coisas que eles planejam muito bem.[...] O Paulo foi encaminhado pro DECA, aí foi feito a ocorrência, ele fez exame de corpo de delito, pra ver se não tinha utilizado entorpecente, mas como ele é menor e parece que a quantidade foi pequena ele acaba entrando como vítima, então o DECA procura saber quem é que passou isso pra ele né ...

Finalmente, através destes excertos, pode-se aferir o quanto o processo adolescente, em situação de abrigamento, é atravessado por distintas instâncias que delimitam a qualidade da experiência de morar em um abrigo. A cultura institucional, que dita regras e normas, bem como institui a função dos adultos cuidadores e, especialmente, dos monitores, constitui-se em uma das instâncias mais fortes que atravessam os ambientes de abrigo e o acolhimento proporcionado.

7.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA DA ABRIGAGEM

E depois tem todo esse acompanhamento assim é, junto ao poder judiciário, né, ou junto ao conselho né, então primeiro é o ingresso, depois a busca da família, não é, se não há a família a gente vai ver outros da família, família extensa, e se não tem essa questão toda não é, então tu vai partir para a questão jurídica, vai ser destituído o pátrio poder, vai ser suspenso o pátrio poder, vai pra adoção, vai ser o quê?,... Isso é mais pra criança, o adolescente assim, já é outro enfoque né, o adolescente se já busca perspectivas de vida, o quê que se projeta pra si, o quê que vai ser dele.[...] É que normalmente a criança tu dá outro enfoque assim, a possibilidade de por até em família substituta né, o que já não acontece com o adolescente, ninguém mais quer saber, tem dez, doze anos assim já inviabiliza completamente a adoção, né?.

(Excerto de entrevista com técnica “Nádia” da instituição Renascer)

Esta seção analisa os dados sobre as Políticas Públicas para a área da abrigagem. Para tanto, aspectos gerais sobre as políticas – suas fragilidades, interferências no cotidiano das instituições e, conseqüentemente, nas práticas diárias dos adolescentes abrigados – bem como os aspectos específicos, como as justificativas para o abrigamento de um adolescente, serão abordados. Inserida nos discursos e práticas das políticas, há também a questão da tipologia da clientela abrigada – suas características e regras, que atravessam a forma como são selecionados os adolescentes.

É importante mencionar o atravessamento das diversas instâncias que marcam o percurso dos adolescentes abrigados. Estas envolvem, tanto as justificativas para o abrigamento, os indivíduos e as instituições autorizadas a determinarem essa medida, quanto quais instituições irão acolher o adolescente que será abrigado. Todo este percurso traz subjacente o princípio de transitoriedade que promove diferentes níveis de “*res*” e “*desresponsabilização*” entre atores e agentes (Oliveira e Milnitsky-Sapiro, 2006).

Esse percurso justificou a implementação de políticas públicas para a infância e juventude que resguardem a falta de agência do adolescente - já que este não detém o *status* de cidadão para arbitrar sobre o seu próprio destino - preconizando assim, que a sociedade e o Estado reconheçam as necessidades peculiares dessa etapa de desenvolvimento⁵³.

Foi a partir da adoção do paradigma da Doutrina de Atenção e Proteção integral à criança e ao adolescente e à implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que as práticas no atendimento a esta população começaram a ser modificadas. Estas mudanças,

⁵³ Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 6: “Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”.

referem-se, especialmente, à conscientização de que toda criança e todo adolescente é considerado um sujeito com direitos, bem como em condição peculiar de desenvolvimento.

Dentre os diversos aspectos do ECA, a abrigagem é um dos pontos com importantes propostas para modificações e uma delas diz respeito a quem detém o poder para decidir por uma medida de proteção, ou seja, o abrigamento. As narrativas dos adolescentes denotam consenso no conhecimento de quem é detentor de poder para determinar pela abrigagem, ou seja, o juiz da Vara da Infância e da Juventude ou o Conselho Tutelar.

Ana (Adolescente, 12 anos):

...que daí lá era o Conselho. Daí eles me levaram pro abrigo.

Camila (Adolescente, 16 anos):

... por causa que minha mãe... eu tava na casa de uma amiga minha e eu não tava morando com minha mãe ... eu fugia muito daí minha mãe foi no juizado, falou com o juiz e o juiz me trouxe pra cá, ...

A história de encaminhamento de crianças e adolescentes às instituições de abrigos sustenta a cultura da abrigagem que identifica os papéis do Conselho Tutelar e da Vara da Infância e Juventude, visto que, anteriormente ao ECA, qualquer adulto que identificasse uma criança em situação de vulnerabilidade teria o poder de encaminhar o abrigamento. Assim, segundo Celina (Adulto da instituição Recriar):

Depois então entrou a lei dodo ... Conselho Tutelar, aí os tios não podiam ir buscar as crianças na rua, não podiam recolher, então era só com o conselho tutelar. Ai o conselho tutelar então traziam eles aqui, que eles ficavam então né, depois mudou então aquela lei que .

Dentre as justificativas para o abrigamento (apesar do artigo 23⁵⁴ do ECA definir que a inexistência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a adoção da medida

⁵⁴ Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do pátrio poder. PARÁGRAFO ÚNICO. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

de abrigagem), na prática constata-se que dificuldades financeiras são uma justificativa recorrente. Segundo um dos técnicos entrevistados, muitos dos casos de abrigagem devem-se à extrema pobreza vivida por muitas famílias:

Adulto Nádia:

Porque tu começa com não ter aonde morar, não ter aonde trabalhar, não ter o que comer ... o que que vai ter então? Ao ponto que, eu tenho umas abrigadas que elas fazem visitas as suas famílias, então o que a gente faz? A gente sempre fornece, na proporção do consumo na casa, vai pra sua família com um pouquinho, leva assim um pouquinho né ...[...] É, porque é muita pobreza, é muita pobreza.[...] ... quando tu vai nas vilas que atende essa população é uma pobreza que vem de uma forma crescente, sabe? Que há 10 anos atrás quando eu fazia visita as famílias elas eram pobres sim, agora, além de pobres elas são miseráveis, não é? Elas vivem em situação desumana, sem infra-estrutura nenhuma, sem nada, nada, nada. Situações extremas assim, eu tenho visto cada caso assim extremo

Por outro lado, quando os adolescentes relatam os motivos que os levaram ao abrigo, nenhum deles refere-se diretamente à pobreza, e sim a outros problemas que os atingiram de forma igualmente contundente. Em relação ao tráfico de drogas, pode-se afirmar que a situação é tão ou mais séria, uma vez que, no tráfico, muitos adolescentes vislumbram alguma possibilidade frente às mudanças socioeconômicas do mundo atual que alteraram as exigências para os adolescentes (Silva, 2004).

Adolescente Ana (12 anos):

Por causa que minha vó tirou a guarda dela de nós, ... e por causa que a minha mãe tava, era., ela usava droga e por causa que também que ela tinha um padrasto que se abusou comigo.[...] É depois de lá é que o meu padrasto se abusou comigo eu vim para cá.

Adolescente Bento (15 anos):

Roubo, tráfico ... não queria nada com nada, só acordar de manhã cedo, cedo não, acordava quatro da tarde, ia pros bailes, sábados e domingos.

Com isso, constata-se o quanto os motivos que levam a adotar uma medida de proteção, muitas vezes, estão relacionados a situações de vulnerabilidade, de desamparo, em que as esperanças de um futuro melhor parecem dissipadas frente à realidade.

Muitos são os fatores que permeiam a experiência do adolescente quando esse necessita morar em um abrigo. O princípio da transitoriedade, ou ‘provisoriedade’ é o principal deles, por envolver questões delicadas e complexas e, especialmente, por contrapor-se a uma história de institucionalização na qual crianças e adolescentes viviam longos anos dentro de um abrigo (Rizzini, 1996). A transitoriedade é justificada pela lei através da provisoriedade da medida⁵⁵, pela qual entende-se que crianças e adolescentes não deveriam permanecer em um abrigo por muito tempo. No entanto, a transitoriedade é experienciada pelos adolescentes muitas vezes de maneira totalmente diferente do que propõe idealmente, a questão da provisoriedade da medida e acontece por motivos diversos, como ver-se-á a seguir.

Na instituição Renascer, por exemplo, existe um documento⁵⁶ detalhando as situações que justificam uma transferência. Já na instituição Recriar, a justificativa para uma transferência é encontrada no Reordenamento da Instituição, na qual um modelo de atendimento, pautado na idade e gênero dos abrigados, determina sua localização no futuro. Dessa forma, constata-se primeiramente ser a provisoriedade não apenas sinônimo de um ‘breve período abrigado’ mas, sim, uma justificativa para possível rotatividade entre as unidades de uma instituição ou entre instituições.

Com isso, encontrou-se nas vozes dos adolescentes da instituição Renascer uma fala marcada pela experiência de não viver a transferência de forma traumática, diferentemente da experiência dos adolescentes na instituição Recriar.

Adolescente Ana (Instituição Renascer, 12 anos):

Não.[...] Não, não só no abrigo que era... é o mesmo aqui, mas no outro lá.[...] Não, não foi transferida ... é por causa que a gente todas se mudaram.[...] Todas que tavam lá vieram pra cá. Como era muita gente, formou umas casinhas. Eram 25, nós...e a... o GB é... tá junto aqui também, o GB e o GA.

⁵⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 101 – *Parágrafo Único*: “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

⁵⁶ Vide documento “Diretoria Técnica”.

Adolescente Ieda Carla (Instituição Renascer, 14 anos):

P.Ah, e você já esteve em outro lugar, em outro abrigo como esse I.C.?

I.C.Não.

P.E antes do abrigo Infantil de Viamão, você já esteve em outro abrigo?

I.C.Não. [...] Agente não foi transferida, a gente teve que sair daquele prédio porque aquele prédio é muito velho e o governo achou que queria pra criar aquele serviço fechado, semi-aberto, não sei.

Adolescente João (Instituição Recriar, 17 anos):

Não, não era como esse o que eu tive. [...] Na Casa de Acolhimento era abrigo mas não era que nem esse aqui que não podia, aqui não pode fuma, lá podia. Podia fuma, eles até guardavam a carteira de cigarro pra nós.(E você sabe me dizer porque você veio transferido de lá para cá?) - Não sei.

Adolescente Paulo (Instituição Recriar, 15 anos):

Por causa dos cursos, que a T. ia me arrumar um curso em uma escola técnica, daí ela me transferiu pra cá e aí ela falou que ia me arrumar um curso e até hoje eu tô esperando...[...] Nada, a mesma coisa, só é um pouquinho mais diferente porque lá tinha cavalo, tinha onde trabalhar, se movimentar o corpo que aqui já não tem.

Uma outra constatação sobre a transitoriedade é a falta de clareza sobre os objetivos do abrigamento por parte da família – comumente familiares requisitam vagas para seus filhos em abrigos da mesma forma como solicitam vagas para uma escola. Por outro lado, essa falta de clareza também pode ser percebida no discurso dos adultos. Neste fragmento, pode-se observar que quando o adulto fala sobre a abrigagem e defende a provisoriamente da medida, este se refere apenas às crianças.

Adulto Gilda:

Eu acho que eles têm isso como um orfanato, um corretivo ... como quem vem pra cá e tem que ser corrigido...Tem muita mãe que acha que isso aqui é uma creche, tem tanta história de Assistentes Sociais que não sabem o que é um abrigo. Já vi várias pessoas dizendo que não sabem o que é um abrigo, né na verdade, no estatuto o abrigo está como medida de proteção e provisória [...] Um abrigo pra mim é uma medida provisória aonde, no momento, a criança tem que ser retirada e colocada; até pra se ver a situação dela, porque que ela veio para o abrigo, na verdade eu verifico.

Um dos argumentos utilizados para questionar a transitoriedade diz respeito à importância da continuidade do acolhimento oferecido pelas instituições aos adolescentes abrigados. Alguns autores como Winnicott (1999) e Santos (2004) já haviam apontado o quanto um atendimento com características como estabilidade ambiental e continuidade dos cuidados oferecidos é importante para o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. Um ambiente capaz de proporcionar segurança e confiança possibilita que o adolescente experiencie um tempo singular e resignifique, juntamente com o adulto cuidador, sua história de sofrimento e desesperança. Por outro lado, o receio de que o abrigo se torne algo permanente e, em oposição a um passado recente, onde abrigados eram isolados da comunidade indiscriminadamente, é justificado pela transitoriedade na lei, uma vez que evitaria a possibilidade de que isso ocorresse novamente. Muitos adultos cuidadores expressam esse receio.

Adulto Mateus (Instituição Recriar):

Pela lei, tá ok. Porque é a mesma instituição, o mesmo diretor, é a mesma... Pode não ser a mesma casa, mas pela lei tá, digamos assim. A... em Viamão estavam separados os dois (querendo se referir a dois irmãos), um numa casa e um na outra, mas era mais próximo claro. [...] Os nossos meninos, não é algo, eles estão, muitos deles, já estão assim há muito, muito tempo, muitos anos e eles já estão viciados no abrigo e isso é ruim. Por ser uma casa de passagem não devia acontecer isso, claro que ninguém é fada madrinha que estala e diz melhorou, a família melhorou, pode voltar pra casa, eu vejo um crime pros meninos...

Um ponto muito importante que pode ser destacado da fala deste adulto é a questão do abrigo ser visto como uma ‘casa de passagem’ – dessa forma, constata-se um não entendimento de que a *medida* de abrigo é provisória e não a *modalidade* (Carreirão, 2004).

Um outro ponto que merece destaque é o quanto a abrigagem de adolescentes é algo complexo. Talvez se possa pensar que o tempo de demora para a abrigagem possa ser proporcional ao tempo de saída do abrigo, ou seja, o retorno para casa. Contudo, a importância do sentir-se pertencente a um lugar parece ser reconhecida por este adulto

cuidador, apesar de ‘ter uma referência’ – se confundir com a idéia do abrigo - ‘levar o adolescente para o resto da vida’.

Adulto Mateus:

Não, eu usei. Eu usei, não é que tem uma Casa de Passagem, eu acho que é uma casa provisória, que bom se os meninos não ficassem muito tempo aqui, que bom que a situação deles em casa, ou que a situação deles... melhorassem e eles pudessem retornar ao ambiente familiar, mas eu acho que... a gente não pode dizer pra eles que eles estão numa casa de passagem, não pode, aqui é a casa deles no momento temos que trabalhar pra que este momento, mas tem que se trabalhar pra que seja o mais curto possível. Por exemplo, o Júnior, ele tá apavorado porque vai ser desligado. Porque o abrigo pra ele já é uma referência muito grande. É bom, claro, mais o abrigo não vai poder... levar o Júnior pro resto da vida; ele tem que caminhar... um pouco culpa nossa de ele ser acomodado, dado uma vida boa, pras crianças, confortável. Não que seja isso, mas eu acho que os meninos do abrigo eles permanecem muito tempo no abrigo.

A preocupação em não produzir uma dependência tanto do adolescente, quanto da família do mesmo com o abrigo e possibilitar a manutenção do vínculo familiar é outra justificativa para a transitoriedade. Por exemplo, segundo outro técnico, muitas famílias ‘esquecem’ o adolescente no abrigo, muitas vezes, não indo visitá-lo, ou não buscando comunicação. Nestes casos, conseqüentemente, o abrigo tem dificuldades para trabalhar o ambiente familiar com o objetivo de prepará-lo para receber novamente o adolescente. Atualmente tem-se observado uma mudança no paradigma com relação às visitas às famílias. Antes, as visitas eram condicionadas ao bom comportamento do adolescente durante a semana; agora, estas acontecem com mais freqüência e procura-se entender, dentro dos valores do adolescente, as possíveis causas para um ‘mau comportamento’. Ou seja, a relação entre ‘bom comportamento’ e visita à família nos finais de semana está sendo repensada.

Adulto Gilda:

Pra mim o abrigo deveria seria provisório. Só que não acontece isso. A criança vem pra cá... o que é muito perigoso. Tem que continuar o vínculo familiar. Porque muitas vezes a família não procura ... tá lá, tá bem... aí tem que tá ligando, a gente tem que tá pedindo; tem situações assim ó; de que... tem crianças que ficam ... a gente tem exemplo assim dentro do abrigo de situações de crianças assim, de processos... não, tá o judiciário também tem todo um... demora, às vezes demora, e

tudo né? o próprio conselho traz, eu acho que... a demanda tão grande que ele acaba esquecendo, conselho traz...mas essa é situação mais do judiciário, né? Eu trabalhei já com isso e vi questões de largar no abrigo e não visitar, na verdade eu acho que o conselho tem que participar também, seguir, né? Eu acho... tá faltando, assim... a gente... acompanha a família, mas eu acho que.. tem muita coisa falha, muita coisa falha, assim... tem que trabalhar com a geração de renda, eu acho... tudo é uma questão de desemprego, tá? quando a criança vem pra cá.

A complexidade em avaliar o comportamento de um adolescente como ‘bom’ ou ‘mau’ extravasa a manutenção dos vínculos familiares para interferir diretamente na transitoriedade: adolescentes que mostram-se ‘mau comportados’ costumam ser punidos com uma transferência (para outra unidade ou instituição).

Adolescente Henrique (Instituição Recriar, 15 anos):

Já, mas não me lembro, não me lembro assim como é que era.[...] Em Porto Alegre. [...] Por causa...., por causa de uma briga, eu briguei lá e eles me mandaram pro DECA e o DECA me mandou vim pra cá, pro Recriar.

Aqui, antes de mais nada, é importante salientar que a autora não é uma defensora do abrigamento prolongado e injustificado, mas acredita na necessidade de que cada caso seja individualmente analisado, especialmente quando se trata de adolescentes. Como já relatado (e esse tópico será melhor aprofundado posteriormente) o retorno de um adolescente abrigado para sua família de origem é normalmente mais complexo do que o retorno de uma criança. Acrescenta-se ainda que, um abrigamento na adolescência ou pré-adolescência comumente envolve histórias de situação de rua, uso de substâncias psicoativas, prostituição e abuso. Essa história de uma permanência insustentável do adolescente no seu lar de referência, como ainda mais remota possibilidade de retorno é claramente expressa por um dos técnicos:

Adulto Nádia:

... É que depende também muito dos motivos de ingresso não é, mas o adolescente assim, eu acho que o retorno dele pra família já é mais complicado, né? Então eu já não invisto tanto em família para o adolescente como se investe pra a criança, né...[...] Porque se o adolescente ingressa, ele ingressa por uma situação extrema né, ... porque senão ele sempre vai buscar alguém da família... um tio, uma tia, madrinha, avô, avó, não é? Então se ele ingressa é por uma situação extrema. Ai já fica muito difícil o retorno.

Até razoavelmente pouco tempo atrás, as políticas públicas voltadas à abrigagem têm sido marcadas por um atendimento baseado em grandes instituições – a Institucionalização massificada e sem qualidade – o que tem sido gradativamente alterado com a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente nos anos 90. A partir de então, o ECA, como lei nacional, propõe intensas mudanças nas ações destinadas a crianças e aos adolescentes, especialmente em relação aos espaços de acolhimento.

No que se refere à política de atendimento a criança e ao adolescente, o diretor de uma das instituições afirma ser esta uma área ainda, ‘apesar das boas intenções’, restrita, pois não há intercâmbio no trabalho e onde o público e o privado não se articulam para produzir conhecimento. Conseqüentemente, a falta de experiência das pessoas envolvidas com a gestão das políticas gera atrasos e conseqüências.

Arnaldo (Diretor, Instituição Recriar):

Eu acho que, politicamente assim... questão pública, ela tem muitas boas intenções... entra governo, sai governo... Porém, todos eles com boas intenções, boas idéias na área da criança e do adolescente. Porém se vê que essas idéias não são efetivadas né... e também ao meu ver assim, a questão pública... ela deveria ser mais dividida com as entidades gestoras de serviços públicos. Porque como na nossa questão tem muitas entidades que desenvolvem Política Pública, então eu acho que elas não são vistas, não são tratadas de uma forma legal, dentro da relação pública né. Porque ainda o público é uma questão que tá muito fechada né, então eu vou fazer isso na questão pública, é minha obrigação e não se percebe que por trás disso tem toda uma gama de entidades que fazem esse trabalho de forma voluntária né, por missão, por instituição. Então, conjugar isso e formar essa rede de relações... pública, com o privado, com o particular... ainda tá muito distante. Se faz isso de uma forma de... a nível de consciência, por não conseguir cumprir com as obrigações, as entidades que vêm fazem por missão. Então o poder público poderia muito bem usar essa rede, que desenvolve esse trabalho, de uma forma muito mais econômica e muito mais qualificada, e com resultados muito mais satisfatórios.

No Rio Grande do Sul, além das mudanças propostas pelo ECA, o Estado, com o reordenamento da FEBEM, separou as medidas sócio-educativas das medidas de proteção. Assim, foi constituída a Fundação de Proteção Especial. Esta separação aconteceu por

entender-se que medidas (de proteção) em relação ao abandono, negligência e maus-tratos deveriam ser tratadas distintamente das medidas (sócio-educativas) em relação a crimes e delitos.

Adulto Luiz:

Primeiro que era uma Fundação só, né então o monitor tanto tava no ato infracional como tava nos abrigos no outro dia, então se não tinha muita diferença assim, era tudo a mesma coisa, né e aí quando começou a transformação, essa transformação pra ARs (Abrigos Residenciais), pra abrigos menores, começou ainda como FEBEM né? Porque a separação das medidas só veio agora, mas... nós fomos mudando no tempo assim, no decorrer do tempo.

Essa distinção é reconhecida por todos os entrevistados como positiva por tratar diferentemente a situação de abandono e maus tratos da ocorrência de um ato infracional. Existe um entendimento claro de que, na primeira situação, a criança ou adolescente é vítima e, na segunda, ela comete o ato.

Adulto Nádia:

Então com essa divisão, pra Fundação de Proteção ficou muito melhor, com certeza. E aí tu, ... é outra população, é outro enfoque, é outra atividade, é outro tipo de acolhimento. É a proteção né, e o ato infracional não. É o adolescente, o de acima de 12 anos, né.

No entanto, apesar da importante distinção no atendimento oferecido pela Fundação de Proteção Especial, constatou-se, através das falas dos adultos entrevistados, uma profunda fragilidade dada à falta de um projeto pedagógico que delimite como o trabalho deve ocorrer e o quanto este trabalho acontece de uma forma ‘voluntariosa’.

Adulto Luiz:

É de tu vê essas crianças aí ... sabe...não tem muita perspectiva de futuro, né. Tu não tem uma política voltada, uma política adequada, voltada pra eles, não tem uma política estável nesse sentido. Tu não tem um projeto pedagógico na Fundação que tu pudesse direcionar pras unidades, porque uma coisa é a tua rotina né, do trabalho e a manutenção da própria instituição, então tu não precisaria ter um corpo funcional pra cada coisa, auxiliar de serviços gerais pra limpar ... não precisa ter essa estrutura toda né? Agora, minimamente, que tu pudesse estar transformando toda essa tua rotina, ela pudesse estar voltada pra uma questão pedagógica, dentro de

um projeto pedagógico que pudesse estar definindo o porquê de estar fazendo determinada tarefa, pudesse envolver as crianças nisso né, de uma forma educativa né, que tu pudesse estar preparando pra vida ali na frente... tranqüilo, agora isso não existe. A gente trabalha de uma forma muito voluntariosa, né.

Adulto Nádia:

Eu acho assim ... que a falta de políticas da Fundação, a falta de clareza né, de qual é a nossa missão, qual é o nosso objetivo, onde é que nós queremos chegar, qual é a nossa função, eu acho que isso tinha que ficar bem claro, porque isso te dá um norte né, pro teu trabalho, porque tu faz ainda pela tua experiência, pela tua prática, pelo teu bom senso, por aquilo que tu projeta junto com o teu grupo de trabalho, não é? Mas tu precisa duma espinha dorsal que 'te diga' isso aqui é Fundação de Proteção Especial, as metas são essas, a missão é essa, os objetivos são esses, pra quê que ela existe e pra onde quer ir... e eles tem que divulgar....

Essa forma 'voluntariosa', utilizada para expressar a maneira como os adolescentes são acolhidos, é um aspecto que parece ir além do sentimento do adulto para interferir diretamente na prática no acolhimento oferecido e, posteriormente, no momento de desabrigar o adolescente. Esta 'voluntariedade' é, ainda, segundo relato, praticada por todos os adultos envolvidos – dos monitores aos técnicos e diretores.

Adulto Luiz:

Em tudo, na própria repreensão que tu faz pras crianças e pros adolescentes que tu atende, não é, o que tu passa pra ele é muito voluntarioso, é muito do teu e nem sempre o que tu acredita é o melhor, é adequado. Então uma coisa que tu consegue perceber nas pessoas, se tu tiver um olhar mais apurado assim é a mudança de comportamento da clientela na troca de plantão, a cada troca de plantão, né, então tu consegue verificar de forma muito clara que não existe um projeto que trace uma linha de trabalho dentro da Fundação. Porque se dentro de uma unidade tu consegue perceber essas diferenças gritantes assim de uma troca de plantão pra outra, tu imagina de uma unidade pra outra, de uma casa pra outra...[...] nenhum parâmetro, né é o que tu traz contigo, a tua bagagem e nem sempre a gente pode confiar nisso né, nem eu posso confiar cegamente na minha nem na dos meus colegas né.[...] Então não existe essa complementaridade né, o serviço social trabalha a seu jeito, a psicologia a seu jeito, a monitoria a seu jeito e vamos levando e ai no meio disso tem a clientela né, as crianças e os adolescentes que tu atende e salve-se quem puder né, e sabendo que quando eles saírem daqui vão pra onde?

Além disso, um outro aspecto citado pelos adultos que trabalham na instituição governamental diz respeito ao abandono que vêm sofrendo os abrigos estaduais com o descaso surgido após a municipalização da medida, em que muitos entenderam que com isto o controle dos abrigos passaria para o município, o que, segundo eles, “não é correto” e tem gerado sérios prejuízos. O excerto a seguir, ilustra esse discurso:

Adulto Luiz:

E o Estado, como ente assim, ele não tem como estar passando meramente o recurso e se desresponsabilizar do atendimento, que foi o que aconteceu em muitos municípios.[...] É, de municipalizar não, nós chamamos de prefeiturizar na verdade, por que tu não municipalizou a política, tu não fez a discussão por dentro dos conselhos, do CMDCA né, do Conselho Municipal, não, não te preocupou com o Estado, em ver qual era a necessidade do município, simplesmente fecharam o abrigo, passou para a prefeitura e acabou o assunto, né. Construíram uma unidade lá de Medida Sócio-Educativa e fecharam o abrigo.

Assim, observa-se que, de uma forma geral, apesar dos avanços na lei, a política de atendimento ainda é muito frágil e essa fragilidade é sentida pelas inúmeras crianças e adolescentes abrigados. Um aspecto citado por adultos de ambas as instituições é a falta de capacitação do profissional que atua diretamente com o abrigado, além da falta de capacitação dos profissionais que estão no comando – que, muitas vezes, não possuem a experiência devida para trabalhar a questão macro do abrigamento junto aos diversos órgãos públicos.

Adulto Arnaldo:

Acontece por não ter assim conhecimento real da situação, porque nenhum desses trabalham diretamente na área. Até eu cito um exemplo, tem muitos candidatos que vão, fazem as questões de relações mas não sentam com quem está diretamente fazendo isso, traçam um perfil do trabalho muito de gabinete, não estão com a relação de quem está diretamente envolvido. Então o colher dados com quem está diretamente envolvido é muito mais, os riscos são menores né, não tem prejuízo. Então eu acho que antes de traçar um perfil pro trabalho eles tem que ouvir as instâncias que já fazem o trabalho, me lembro quando entrou o prefeito agora ... ‘ah, vamos reunir as entidades que trabalham, até fomos procurados no início, ah, nós queremos sentar com vocês, o que vocês estão fazendo na área da abrigagem que tá dando certo?’ Tá, tá, aí buscamos eles, e aí vamos sentar... não vamos... vocês querem que a gente contribua com vocês no trabalho e até agora nada. Então só queriam fazer aquele abrigo, no início pra 200, depois sabe-se lá. Então você vê que

são pessoas que não conhecem... tem aquela questão de instituição tipo FEBEM, sabe?. Então, estão caminhando contrário né, enquanto nós estamos indo em uma mão eles estão indo no caminho contrário, né?

Como já anteriormente mencionado, esta falta de preparação vai além das pessoas que pensam as políticas e afeta principalmente o adulto que está diretamente ligado ao adolescente. O discurso dos adultos explicita a falta de qualificação dos cuidadores e, por outro lado, do nível exigido por quem contrata tais pessoas. Outro ponto levantado é que a falta de capacitação também acaba sendo agravada por um quadro funcional numericamente insuficiente para trabalhar nos plantões.

Luiz (Instituição Renascer):

Esta é a maior dificuldade né, e a falta de pessoal pra trabalhar né, que tu tem um número reduzido de gente né, uma carga de hora extra muito alta né.[...] Mas igual tu teria que ter um quadro de pessoal com número suficiente pra poder fazer os atendimentos de saída, pra poder estar levando pros atendimentos que tem, que são atendimentos externos e pode ter um controle interno maior né, porque muitos, às vezes, ficam meio soltos pela casa assim... meio sem uma atenção devida, né?... [...] ... mas igual tu tem unidades com dez, com oito, dez crianças que tu tem as vezes um monitor no máximo, então isso não é possível...[...] agora acompanhado disso teria haver uma especialização do trabalho também, né?, e nós continuamos sendo os mesmos monitores dos abrigões, nós não mudamos, ou seja, nós não fomos preparados para isso... nós mudamos naturalmente, dentro do processo, mas nós não fomos capacitados... nós não... o processo não acompanhou.

Mateus (Instituição Recriar):

Vou falar uma coisa daqui mas que engloba, pega todas as unidades do abrigo. Mais capacitação dos educadores. Quanto mais entendimento, mais capacitação você tiver, mais tu pode passar, mais tu pode educar; é com mais ética pra poder educar, acho que falta isso; falta pegar com capacitação, falta incentivar a capacitação dos educadores que não tem, são duas coisas, né. [...] Pegar o educador com capacitação ou incentivar quem já tem e não mandar todo mundo embora. Tanto é que o salário que nós temos não é pra quem já tem graduação. [...] Olha, primeiro, o mínimo do mínimo o sujeito tem que ter concluído o ensino médio, coisa que nós temos ...aqui, mas em Viamão tem muitos que não tem. Segundo, ele não tem que ter graduação, mas ele tem que ter essa ambição, isso é bom, essa ambição ele pode passar isso pros meninos ...

Muitos adultos cuidadores associam esta falta de capacitação à desvalorização do trabalho realizado pelos profissionais de abrigo, evidente pelo descaso em relação ao ambiente de trabalho e aos baixos salários.

Adulto Bernardo:

Salário digno, a gente já faz um trabalho tão difícil, né, puxa vida. E também um ambiente de trabalho mais agradável... vê essa sala... no verão é um inferno trabalhar aqui, o calor é insuportável. Agora você entra dentro de um prédio da Justiça, tem até mármore no chão. Agora você vê os prédios de postos de saúde, escolas ... é um horror.

Apesar da crítica por melhores condições de trabalho, há o entendimento de que o atendimento oferecido pelo Estado é extremamente dispendioso e que novas parcerias com outras secretarias deveriam ser pensadas, para garantir uma continuidade do trabalho pós-abrigamento. Isso, na visão dos cuidadores, evitaria que muitos adolescentes ficassem sem perspectivas depois de tanto tempo no abrigo.

Adulto Bernardo:

... Questão dos dezoito anos, não sei porque o Estado não faz isso – oferecer moradia e trabalho. O Estado deveria dar casa e trabalho por uns cinco anos para eles irem pagando, porque o atendimento que se presta é muito caro e aí o que acontece? Quando o adolescente completa dezoito anos ele volta para o mesmo lugar de onde foi retirado. Mas isso é da nova administração com o novo código civil, antes não era assim, eles ficavam até vinte e um, vinte e dois anos porque tem um artigo do ECA⁵⁷ que fala que ele pode ficar. Não sei se foi isso (se referindo ao novo Código Civil) ou se foi um entendimento dessa administração. Então, a gente tinha uma tolerância muito maior, mas no último ano isso ficou bem forte.[...] Políticas Públicas, o atendimento que é oferecido é caríssimo, quase igual o número de abrigados com o número de monitores.

Adulto Daniela:

Eu acho que é uma parceria maior com todas as secretarias e órgãos, eu acredito que isto assim, como te falei da questão do desligamento, a secretaria, como é o nome daquela secretaria? do Demhab, não, não é esta, eles poderiam ter uma parceria junto, entendeu, e acho que mais é isto, apesar de que a Fundação tem parcerias, mas poderia ter mais...[...] O Estado eu acho que não deveria deixar a

⁵⁷ Artigo 2, Parágrafo Único: “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.

Fundação assim, tão a mercê, tem algumas áreas do estado que não conhecem o que é a Fundação de Proteção.

Disso se pode reafirmar que a falta de políticas adequadas e a fragilidade do modelo vigente exercem uma significativa influência no atendimento oferecido às crianças e aos adolescentes. Adicionalmente, a ausência de políticas públicas adequadas também interfere em questões delicadas como a separação de grupos de irmãos e o desligamento de adolescentes maiores de dezoito anos. Em relação à separação do grupo de irmãos, a crítica muitas vezes recai no próprio órgão responsável por fazer cumprir a garantia dos direitos das crianças e adolescentes: o Juizado da Infância e Juventude.

Adulto Luiz:

O próprio Juizado não cumpre. Uma das nossas meninas foi retirada daqui pra ir pra uma outra instituição sendo que as duas irmãs dela estão aqui. A K., isso foi uma decisão dum juiz, porque na cabeça dele ela era a que teria mais possibilidade de ser adotada, ou seja, a que venderia mais rápido... a mercadoria mais bonitinha ... então leva pra outro lugar. É o juiz da Vara da Infância e da Juventude, não é qualquer juiz. Não é um juiz alheio ao conhecimento do Estatuto, ao conhecimento da rotina do trabalho, ao trabalho da discussão da filosofia, não... ‘é um juiz da área’, então...

Porém, apesar das inúmeras discussões sobre a lei que impõe a preservação dos vínculos familiares e o não desmembramento de grupos de irmãos⁵⁸ e de autores que mostram a importância da manutenção desse vínculo (Levisky (2005), Fonseca (2004), Winnicott (1999)) especialmente para aqueles que já perderam tanto ao longo deste doloroso processo, alguns adultos cuidadores manifestaram veemência em justificar a separação por “categorias distintas” destas crianças e adolescentes em: sexo e idade. Assim, o respeito à importância dos vínculos afetivos fica aquém das normas e preconceitos sociais.

Adulto Mateus:

Pela lei, está ok. Porque é a mesma instituição, o mesmo diretor, é a mesma ... Pode não ser a mesma casa, mas pela lei está, digamos assim. ... em Viamão estavam separados os dois (irmãos), um numa casa e um na outra, mas era mais próximo claro. [...]... mas como estão os dois em situação de abrigagem pra nós, vou

⁵⁸ Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 92 ,inc. I e V.

puxar um pouco pra meu lado, é melhor essa separação de idades, apesar de nos abrigos estaduais ser de zero a dezoito anos, ninguém consegue me convencer de que isso é ruim. Que as meninas de dezesseis, dezessete anos, dançando nuas, como elas dançam não podem prejudicar as meninas de dez, onze que ainda querem brincar de boneca, eu acredito que isso é prejudicial, ninguém me convenceu do contrário; e... meninos e meninas na mesma casa, acredito que é ruim.

O desabrigo de adolescentes é outro aspecto não menos complexo por envolver o destino de indivíduos que até então estavam sob os cuidados da Instituição e que, de uma hora para outra, serão desligados. A falta de perspectiva fica evidente na fala de um dos diretores que avalia o desligamento como aspecto mais negativo de sua função, que muitas vezes não acontece como ele ‘deseja’. Assim, vê-se o quanto uma forma engessada de agir dificulta outras alternativas possíveis, principalmente quando se pensa na complexidade do significado da palavra ‘desabrigar’.

Adulto Daniela:

No sentido de completar os dezoito anos e ter que sair do abrigo, e ter que sair do abrigo sem ter um nível de escolaridade que tu consiga arranjar um emprego pra que dê pra te sustentar, entendeu,...[...] Bom, eu acho que o Estado poderia ajudar nisso.[...] Em que sentido? ter uma parceria com o Demhab, sabe tipo assim, fazer eles terem acesso a casas, apartamentos, sei lá, mas isto assim a longo prazo, tipo quando eles tiverem doze ou treze anos já irem preparando, não começar a preparar o adolescente com dezesseis, dezessete anos, um ano antes de sair, isto é muito traumático, sabe que nem o que aconteceu com uma menina de dezessete anos, ela fez dezoito anos e a monitoria, pela monitoria ela ficaria ali, entendeu? e por ela também claro, mas daí a ...[...] tu tem que mostrar o desligamento, e aí como é que tu vai mostrar o desligamento pro pessoal que não quer, os funcionários não querem, tu sabe... pô, mas a guria tá conosco desde os dois anos de idade.

Além da complexidade em torno do tema do desabrigo, a fala deste diretor realça a dificuldade da transitoriedade da medida. Como pensar em perspectivas de futuro a médio e longo prazo para um adolescente e ao mesmo tempo trabalhar em prol da transitoriedade?

São ambíguos os discursos sobre o desabrigo de adolescentes, visto que cada parte percebe-o sob diferentes perspectivas. Por um lado, observa-se uma preocupação em relação

à manutenção do auxílio prestado pelo Estado; por outro lado, existe a questão do tempo de abrigamento, do ‘prazo’ para ‘colocar o adolescente para a rua’. Adicionalmente, o desabrigamento de uma criança ou adolescente é sentido pelas instituições como uma grande ‘cobrança’, uma imperiosa necessidade de ‘mostrar serviço’ para, muitas vezes, manter um determinado convênio ou ter seu trabalho positivamente avaliado.

Se por um lado a instituição ‘abandona’ o adolescente quando este completa dezoito anos, por outro, muitas vezes a instituição ‘superprotege’ o adolescente abrigado sem nenhum tipo de limite.

Adulto Daniela:

Superproteger. O que é superproteger? É dar tudo, dar tudo... tudo o que o adolescente precisa, não, isto mãe e pai também faz... mas assim, como é que eu posso te explicar, se a menina não está, eu vou falar menina porque é mais menina... se a menina não tá bem, né, se ela não tá bem, tu vai, se ela não tá bem no trabalho, fulaninha porque tu tá assim?, o que que aconteceu?, porque tu tá assim?, o que que fez pra que tu fizesse?, - ai tia eu furtei porque sei lá... me deu vontade ... tá então vamos fazer o seguinte, tu vai sair deste serviço e a gente vai procurar outro pra ti, a gente, a gente vai procurar outro pra ti, só que tu não vai mais poder fazer isto ... tu sabes, tu sabes que se tu fizer isto tu vai ser demitida, é sempre um acompanhamento 24hrs por dia, sabe, ele não vai pra rua, não dá a cara pra bater... não vai procurar, então tem que tá agindo, não e a mesma coisa assim que numa família, numa família pai e mãe trabalham e o filho quer trabalhar, o filho vai pra rua... olha vou tentar procurar um emprego, coisa e tal sabe, eu vejo assim, e não foi em num caso que aconteceu, em vários casos.

Há ainda, a sugestão de um acompanhamento quando se desabriga um adolescente. Mas, não se tem muito claro como este deveria ser feito, nem por quem. O que parece existir é uma preocupação com o pós-abrigamento, uma prática que não existe nas instituições pesquisadas.

Adulto Daniela:

Tipo assim, como é que se diz, ... nós tínhamos na FASE, mas era mais com do município quem fazia era os técnicos da FASC, que fazia este trabalho, eram com os egressos, então pra ver como é que tá, por exemplo, a menina desligada hoje daqui a seis meses tu não vai procurar pra saber como é ela tá hoje, ‘ô fulaninha como é que tu tá?, sabe?

Refletir sobre as Políticas Públicas voltadas para a infância e a adolescência desamparada não é tarefa simples, uma vez que é amplo o leque de instâncias envolvidas neste contexto – envolve desde a política interna das instituições até a política macro, incluindo todo um contexto marcado por injustiças, práticas arcaicas e desigualdades. Assim, talvez não seja coerente responsabilizar apenas uma instância pelo sucesso ou fracasso do atendimento. Por outro lado, a realidade sugere que essa possibilidade pode ser um caminho para que se consiga, pelo menos, diminuir as angústias dos trabalhadores da área.

Adulto Mateus:

Então como o juiz, como as pessoas não conseguem resolver esse problema, como que não dão um ultimato para um cara desses (se referindo ao padrasto de um adolescente abrigado) ‘olha... como uma mãe não consegue se impor, pra ter o seu filho. Então, essas coisas que, não são nossas, é um sistema todo, é um conjunto todo que atrapalha os processos das crianças.

Tão complexo quanto os pontos anteriormente abordados é a questão da ‘tipologia da clientela’ nos abrigos. Ou seja, de que forma as instituições de abrigo determinam no seu plano de trabalho que ‘tipo’ de criança ou adolescente receberão.

Se por um lado na instituição Renascer este processo de seleção, de acordo com um determinado perfil parece não acontecer rotineiramente⁵⁹, na instituição Recriar, o perfil da clientela a ser atendida é definido textualmente⁶⁰ e, sempre que há uma situação de ‘irregularidade’, isto é, um desvio em relação às características pré-estabelecidas, crianças e adolescentes são transferidos entre unidades ou para outras instituições.

Na instituição Renascer, a prática é acolher crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, sem restrições quanto ao sexo ou a algum tipo de deficiência mental. No entanto, durante as

⁵⁹ Durante a realização dessa pesquisa foi realizada apenas uma única transferência, alegadamente justificada por um ‘sério Distúrbio de Conduta’ de um dos adolescentes, que estaria colocando em risco crianças pequenas.

⁶⁰ Ver documento de Reordenamento.

entrevistas um dos adultos explica que para se constituir uma das casas foram “escolhidas as melhores meninas” e segue definindo o critério de seleção adotado:

Adulto Daniela:

... foram escolhidas as melhores meninas pra esta casa, meninas que não evadiam, que não davam problemas,...

Neste abrigo (Renascer), a ‘Tipologia heterogênea’ é considerada pelos cuidadores um aspecto positivo. Seu principal argumento é o de que os mais ‘desenvolvidos’ podem ser um modelo para os outros, auxiliando-os no dia-a-dia.

Adulto Luiz:

O abrigo, uma das características destas unidades é o rompimento desta tipologia né, então tu trabalha com uma tipologia heterogênea, tu não tem aquela... porque antigamente os abrigos eram direcionados pra determinada tipologia, então os abrigos atendiam de zero a cinco anos, de cinco a doze anos, de doze a vinte e um ... separados...[...] Eu não vejo problema nisso, acho que não é aí que reside o problema né, eu acho que isso é bom pra quebrar com a tipologia, porque se conseguiu perceber avanços muito grandes principalmente naquela clientela que era doente mental, que tinham deficiências mentais, deficiências físicas tu consegue ver que eles avançaram bastante porque eles começam a conviver com adolescentes né (entre aspas né) ‘normais’, sem esta deficiência, sem esta doença mental né. E aí naturalmente eles começam a se policiar mais e crescem com isso.

No entanto, este mesmo aspecto é visto como problemático por um adulto da instituição Recriar. Para este, não há como oferecer um atendimento de qualidade quando se pretende acolher, na mesma casa, crianças e adolescentes com idades muito díspares. O que parece marcar esta fala é uma preocupação com o próprio trabalho e uma preocupação com a falta de preparo para lidar com crianças e adolescentes na mesma casa. Sobrepõe-se ainda a esta preocupação, o fato da instituição não dispor de número suficiente de pessoas para a realização do trabalho. Assim, constata-se, num primeiro momento, que a prática diária do adulto cuidador é primordial ao atendimento oferecido, mesmo que para isso seja necessário romper vínculos e separar irmãos.

Adulto Mateus:

E... mas eu acho que na situação em que eles vivem,... eu acho complicado. Porque é que nem você botar na sala de aula meninos de pré-escola, meninos de seis anos com meninos de doze anos; o desenvolvimento é diferente, o processo de trabalhar é diferente, quem tá trabalhando ali até pode conseguir trabalhar, mas o trabalho vai ser dobrado, então se tiver separado, as coisas tiverem por núcleos, ou direcionadas a um público especial eu acho mais fácil. [...] Não é exclusão. Eu entendo, que alguém pode entender que é exclusão, eu até entendo, mas eu acho que... eu acho bom pro trabalho sabe, pra quem tá na linha de frente ali, se pudesse direcionar seu trabalho pra meninos assim. Quando eu tava aqui que tinha meninos de várias etapas, eu pensava: vou levar um trabalho pros meninos, eu trabalhei com pré-escola, eu tenho um monte de trabalhos de crianças em casa; eu não vou levar esses trabalhos de crianças, tinha o C., P., o J.. Mas, como é que eu ia levar um trabalho desses, fazer todo mundo sentar pra trabalhar se tinha também o D., o W., o U.? Como eu vou fazer isso? E dar atenção só pra esses meninos? E os outros? Como é que, sabe? Isso dificulta, se fosse todos da mesma ... faixa etária eu sentava com eles, botava eles na mesa e botava os brinquedos, os jogos pedagógicos as coisas fluíam, sabe? Com os grandes, o quê que a gente faz aqui? O E. leva os guris pra sala, liga o som e ficam dançando, sabe é bom para os guris dançarem coisa e tal e já com meninos pequenos que não dançavam, que não dançaram, o quê que o E. ia fazer? Ah, fica aqui dançando que eu vou dar atenção praqueles que não estão dançando, fazendo tema de casa, que estão pintando, colorindo ... Isso eu acho prejudicial; eu acho que a distribuição de idade é muito bom, apesar de estar separando irmãos, mas eles estão bem, estão bem.

Por outro lado, aqueles que defendem a quebra de uma tipologia parecem não ter argumentos suficientes para sustentar essa posição. Além disso, a questão da capacitação também é recorrente. Novamente pode se observar o quanto questões macro interferem diretamente no atendimento.

Adulto Bernardo:

Casas heterogêneas em termos de idade, sexo, cor, doença mental, o que já acontece... Mas, no caso de doença mental, eu acho que alguns precisam de um lugar mais continente.

A análise aponta para uma constatação acerca do desafio de definir Políticas Públicas na área da abrigagem, especialmente no que se refere à produção de uma prática distinta das vigentes, e a transformação de uma cultura ainda fundada em um modelo institucional repleto de

estigmas, como o da situação irregular. Além disso, faz-se urgente adotar uma postura de maior clareza referentes às definições de papéis, funções e valores das Instituições, pois, só assim, a sociedade, através das instituições, poderá cumprir uma função organizadora (Levisky, 2005). Do contrário, continuaremos a observar a triste situação de crianças e adolescentes tornando-se agente e vítima desse processo.

7.3 O “ADULTO CUIDADOR” E O ADOLESCENTE ABRIGADO

...tenho mãe mais não tenho pai, meu pai é falecido já há 14 anos, eu tenho meus irmãos, minha mãe e meu avô que mora junto com a minha mãe e minha casa é grande e mora muita pessoa, um monte de pessoa pro tamanho da casa, minha mãe trabalha e a amiga da minha mãe que mora na mesma casa que nós trabalha também, e tem só três que trabalha e os três que ajudam a pagar as contas, a bóia né (risos) ... Em casa...só um que não fica mais em casa, ele tem 12 anos.[...] Fica pela vida, ele dorme na casa dos amigos.[...] Os outros estão na mesma casa que a minha mãe, e.. o meu irmão mais menor e a minha irmã maior.(Excerto de entrevista com adolescente Paulo, 15 anos)

Então qual é a referência de pai, de mãe, de autoridade que eles tem né, qual a referência de estrutura familiar que eles tem né. Isso se tratando de criança e adolescente, porque tu vê criança de cinco, seis anos de idade que já tiveram uma vida, uma experiência, já trazem uma bagagem, eles não chegam aqui crus né, a exceção de nenês como o M., a H. E ai tu pode ir construindo, agora se vai construir esses valores dentro de que parâmetro (Excerto de entrevista com adulto cuidador Luiz, Instituição Renascer).

Nessa seção da pesquisa será analisado o tema ‘adulto cuidador’ sob os seguintes prismas: 1. a percepção do adolescente em relação aos adultos – outros significativos (pai/mãe, tio(a) avô/avó, vizinho, etc) – com os quais estabeleceu laços antes de ser encaminhado para o abrigo, 2. a percepção do adolescente em relação aos adultos cuidadores do abrigo, e finalmente: 3. a percepção que os adultos cuidadores dos abrigos, onde foi realizada a pesquisa, têm acerca dos adultos com os quais os adolescentes têm ou tiveram contato anteriormente à experiência de abrigamento.

A temática sobre o adulto cuidador é importante, pois refere-se a questões de suma relevância na constituição da subjetividade desses jovens; questões essas estruturantes e relativas à função materna e paterna - ressaltando que as famílias contemporâneas não seguem necessariamente um modelo de família mononuclear no qual tais funções eram definidas claramente.

O adolescente, quando chega à situação de abrigamento experiencia a perda de referências afetivas importantes (Levisky (2005), Signorelli (2003), em que as funções parentais esvaziam-se de significado quando os pais, ou responsáveis – o(s) adulto(s) cuidador(es) - deixam de cumprir um de seus papéis enquanto ‘porta-vozes’ de valores, ideais e crenças (Correa, 2002).

Os efeitos dessas perdas são facilmente relacionados à idéia de ‘lar desestruturado’, sugerindo que a chamada ‘desestrutura familiar’ caracteriza-se por situações de intensa vulnerabilidade, onde questões econômicas agravam uma série de outros problemas, como: drogadição, abusos, violência dificultando sobremaneira a permanência do adolescente em casa ou o retorno deste, num cenário de ausência de perspectivas futuras.

Para alguns adolescentes é sofrido lembrar sua história junto à família - história esta muitas vezes de abandono, negligências, abusos, violências - o que faz com que alguns prefiram

‘negar’ a existência da família para apenas, posteriormente, reconhecer os irmãos que estão próximos como uma família. O que fica claro nesse estudo é que os adolescentes que se negam a falar da família são adolescentes que não possuem notícias – e, em especial, da mãe, ou seja, histórias com rompimentos ‘definitivos’.

Adolescente Giulia (16 anos):

Ah... eu não tenho assim muita coisa pra falar sobre minha família, porque até eu não tenho uma. Eu tenho uma família, tenho minhas irmãs, eu tenho minha tia, mas eu não tenho convivência com minha tia, não tenho, nunca morei com ela. Eu não tenho convivência com ninguém da minha família, só com minha irmã assim...[...] e com minha irmã, a G. e com a I.C. , com a K. também não tenho convivência, é minha irmã assim, mas eu não tenho convivência com ela como eu tenho com a I.C., não tenho, nem com o B. eu não tenho, não tenho...nada assim para falar...

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

Não, eu não tenho curiosidade de conhecer eles, não gosto de falar, minha irmã só, é só elas que são minha família. [...] Ah, eu não quero fala nada dela... [...]

No entanto, para os adolescentes que continuam mantendo vínculo com seus familiares parece ser menos doloroso falar sobre a família, apesar das histórias de rompimentos e da distância física. Constata-se, nestes casos, que o adolescente descreve sua família em termos de dinâmica de interações ou ainda, de suas vicissitudes financeiras e malabarismos de sobrevivência.

Adolescente João (17 anos):

Minha família éee...não é ... família, família aquelas que tem condições de tudo, quando aperta as coisa, meu pai ta sempre lutando também, meu pai ta sempre, nunca... quando ele vê que vai faltar ele vai atrás, faz um corre aqui, outro corre ali e já arruma dinheiro pra dentro de casa, ele nunca deixa falta nada. Minha mãe também...[...] Quem mora na minha casa é só eu meu pai, minha mãe, minha irmãzinha e o A. só. E o outro ta morando com a guria dele, o G. ta morando com a guria dele e a L. ta morando lá no Pinheiro, longe, ela só vem de final de semana visita nós ali, ela trás uns negócio, trás arroz, trás feijão pra minha mãe, pra nós né. Mas tem vez que ta ruim né, não dá.[...] Não, não é aquela família to dizendo assim rica, que mora... nós somo pobre né tia, somo tudo pobre, mora no morro né, no morro não tem rico. Rico mora num prédio, num casarão. Nós somo média, como é que se diz, classe média, bem média, bem média, quase pouquinho (risos)

Adolescente Bento (15 anos):

Ah tô louco pra ir pra baia⁶¹ no fim de semana.[...] Tá longe da minha família é ruim, um pouco o cara não pode ver eles todo dia, tem que dar graças a deus que eu cai no abrigo e não na FEBEM, porque a coroa ia me largar direto na FEBEM.

A função de adulto cuidador aparece simbolicamente na fala dos adolescentes em situação de abrigagem através das figuras de seus próprios irmãos também abrigados, como para manter o vínculo familiar, onde a função de adulto cuidador é fraternalmente e reciprocamente depositada. Dessa forma, constata-se o quanto a manutenção dos irmãos numa mesma casa tem a importante função de não apenas preservar os vínculos como também auxiliar na estruturação do sujeito (Kehl, 2000; Birman, 2000). Segundo o *adolescente Paulo (15 anos)* “*Eu acho que eles deviam deixar os irmãos junto...[...] ah, pra um cuidar do outro...*”

Na grande maioria das vezes, estes laços têm forte peso na permanência ou não do adolescente no abrigo, especialmente se este já vivenciou a situação de abrigagem junto com um irmão e agora encontra-se sozinho na instituição. Assim, constata-se na fala de alguns adolescentes a importância de conviverem com um irmão que compartilha a mesma situação.

Adolescente Giulia (16 anos):

Porque assim, eu não tô aqui sozinha eu tô aqui com uma irmã, com uma parente minha, alguém da minha família.[...] Porque uma pessoa tando aqui sozinha, acho que ela se sente sozinha. Eu acho assim bem legal ela tá aqui comigo.

Adolescente Ana (12 anos):

(E o que você achava disso, de morar com elas aqui?) Tava bom.[...] Por causa que elas tavam aqui perto de mim.[...] Sinto saudades delas também.[...] Quando elas estavam morando comigo.[...] Acho que pra mim ficar aqui mais tempo é só tendo meus irmãos aqui perto de mim.[...] Já que eu não posso ficar com minha tia...queria ficar com os meus irmãos.

⁶¹ O termo ‘baia’ é uma gíria muito utilizada pelos adolescentes para se referir a casa. O dicionário Aurélio define o termo como sendo um compartimento ou espaço ao qual se recolhe o animal, nas cavalariças e estábulos; boxe. 2. Área demarcada para estacionamento de ônibus e embarque e desembarque de passageiros.

Por outro lado, a experiência de estar junto com um irmão pode trazer momentos de conflitos nos quais sentimentos de rivalidade podem emergir, provavelmente como aconteceria se estivessem em casa. Rivalidade esta que provavelmente antecede à vinda para o abrigo e é originada na disputa entre os irmãos pelo amor da mãe, para o qual cada irmão reivindica exclusividade (Kehl, 2000). Uma adolescente expressou seu desconforto por ter a irmã morando no mesmo abrigo; no entanto, o que parece ficar evidente através da narrativa, além da conhecida rivalidade entre irmãos, é a reprodução da qualidade da convivência familiar entre irmãos no contexto de abrigo, o que, em última instância, tem um caráter positivo, pois restaura ou mantém os laços de família.

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

Bá, é muito chato, que guria bem chata ai (risos) [...] minha irmã é insuportável, sempre tá discordando das coisas que eu penso... [...]

A proximidade física da família também aparece como um fator importante na medida em que facilita a manutenção do vínculo, evitando o rompimento definitivo. Os adolescentes cujos familiares residem a uma distância de fácil acesso dos abrigos relatam irem para a casa nos finais de semana ao passo que, os outros ficam privados da possibilidade de manutenção do vínculo ou de reaproximação com a família.

Adolescente Paulo (15 anos):

Às vezes eu mato aula e vô vê eles.[...] Claro, já que não dá pra i daqui pra lá, ta louco, eu mato aula de segunda-feira que não é um dia bom de estudo e vô.[...] Não, não dá tempo⁶², minha mãe vem às 2 horas da tarde (do trabalho?) é e eu tenho que ta aqui meio dia né pra eles não descobri que eu matei aula.

Adolescente Henrique (15 anos):

Em Porto Alegre? Não. Nenhum familiar, nada, só... [...]. É chato [...] Porque todos os outros meninos vão pra casa, se diverti no fim de semana, só eu que não vô pra casa, todos tem familiares aqui em Porto Alegre, só eu que não... [...]. Eu não gosto de falar.

⁶² Neste trecho o “não dá tempo” o adolescente se refere ao fato de que quando vai para casa não consegue ver sua mãe pois ela está no trabalho.

Mas, o fato de adolescente e família morarem no mesmo município não significa que o vínculo entre eles será mantido. Diversos são os fatores que interferem nesta dinâmica - histórias de maus-tratos, negligência, abandono – e, adicionalmente, o abrigo – que passa a controlar a vida dos adolescentes, especialmente seu contato com a família. O que se pôde constatar, em alguns casos, é que a manutenção do vínculo familiar fica condicionada a um ‘bom comportamento’ no abrigo, ou seja, seguir as normas e regras impostas pela instituição.

Adolescente Camila (16 anos):

Eu vô (visitar a mãe), mais agora faz tempo que eu não vô.[...] Porque as tias não deixam.[...] Porque elas não estão deixando eu sai.[...] Eu sei, porque eu não tô indo pro colégio.[...] E porque elas não gostam da minha mãe. E faz tempo que minha mãe não vem, eu não quero que ela vem mesmo.

Abaixo, o adolescente Bento (15 anos) fala da sua preocupação em proteger a mãe, mesmo à distância, no abrigo, acionando a sua ‘rede de parceiros’ da vila. Ao passo que para o adolescente João (17 anos) a maior preocupação é conseguir um trabalho para poder auxiliar sua família. Este tipo de inquietação apareceu apenas na fala de adolescentes homens, sugerindo uma identificação do adolescente com a figura paterna, ou seja, a lei, o limite, a realidade (Kehl, 2000).

Adolescente Bento (15 anos):

Eu me preocupo muito, né meu, porque eu tô longe deles, não sei o que que eles tão fazendo.[...] È que o meu padrasto não larga mão de ficar brigando com ela.[...] Ai eu não me fecho muito bem com ele também, ele sabe que se ratea tenho várias parcerias lá na vila.(Eles ficam cuidando da tua mãe pra você? Enquanto você está aqui?) Tão.

Adolescente João (17 anos):

Não, eu só acho assim, que se eu arrumava alguma coisa de serviço assim, a primeira coisa que eu vô ajuda é minha família, todo mês ia te um negócio pra eles, pra mim, ia compra pra eles...[...] Um rancho, uma coisa, um carro ...

O adolescente Bento fala também da dolorosa falta do pai e do que ele proveria à família se estivesse vivo. O homem na casa, apesar de na maioria das vezes estar ausente ou constituir uma ameaça de violência, parece garantir certa provisão e uma provável possibilidade de mãe e filhos permanecerem juntos.

Adolescente Bento (15 anos):

O que era mais importante pra mim já se foi, não tá aqui, é o meu coroa, se o meu coroa tivesse, se tivesse em casa vivo a esta hora eu não tava aqui.[...] Ah, porque ele tava me dando educação, nem minhas (irmãs) não tariam onde elas estão agora, tariam tudo em casa.

A figura da mãe aparece nas narrativas, tanto dos adultos quanto dos adolescentes, com uma função de grande importância na medida em que ela quem provê ou deveria/imaginaria/desejaria ter provido proteção, atenção e continência até o momento da abrigagem. Nos casos onde ainda existe o contato com a mãe, independente dos motivos que levaram ao abrigamento, esta continua sendo a porta-voz da função materna enquanto única pessoa outorgada a cuidar e onde os adolescentes ainda sentem-se reconhecidos. Assim, a função materna constitui-se como modelo do cuidar (Volich, 2000).

Adolescente Ana (12 anos):

E eu vou lá visitar, como eu não posso morar com ela, eu vou lá visitar ela.[...] Com minha mãe.[...] Minha mãe acha uma boa mais só que o juiz não deixa. Não, daí, daí como eu ouvi a minha vó falando que minha mãe ficava no centro trabalhando eu fui atrás, mas não cons...não achei ela.[...] E a minha mãe, ou bem ou mal ela é minha mãe.[...] É porque toda mãe briga, né?

Por outro lado, se o abandono foi vivenciado como uma experiência real, a lembrança do fato é o suficiente para causar sofrimento nesses adolescentes. A impossibilidade da mãe desempenhar sua função de modelo ideal de cuidado como sujeito ‘responsável’ por seus filhos (Volich, 2000) deixa marcas profundas.

Adolescente Giulia (16 anos):

Ai foi assim o abandono da minha mãe, que assim o eu não gosto nem de me lembrar, eu só sei que assim, ai eu não gostaria de vê ela na minha frente, nunca assim, nunca. A gente fala que não se deve ter raiva de nada mas dela eu tenho raiva ...

Muitas vezes a mãe acaba preterindo o cuidado dos filhos por privilegiar um outro companheiro e assim negligencia os cuidados destinados a estes.

Adolescente Bento (15 anos):

Não primeiro ela arrumou outro que tinha um bar, ai veio um dinheiro do meu coroa e ela garro gasto tudo no bar, única coisa que ela comprou pra mim foi um

conjunto de calça e moletom, dois, e me deu só 20 pila pra arruma a bicicleta e olha lá.[...] Mas na vez não vale a pena defender, ela também pede, idade da pedra o cara ver a coroa do cara apanhando.

Muitas são as nuances da relação entre mães e filhos. Para o adolescente João, a mãe significava uma possível amiga ('eu acho', conforme relato abaixo). Apesar de histórias de vulnerabilidade, maus-tratos, negligência – sofrimento – a mãe continua a ocupar o lugar de ser responsável pela capacidade de acolhimento.

Adolescente João (17 anos):

Amigo é só minha mãe, eu acho.[...] Porque minha mãe é que me ajuda né.[...] É mais fácil eu me abri com minha mãe do que com outras pessoas. Minha mãe só, minha mãe só porque é difícil eu me abri com outra pessoa assim cara, fala tudo o que eu sinto assim, fala se eu to mal, se eu to bem...

Além da inegável importância que muitos familiares continuam tendo na vida dos adolescentes, mesmo após o abrigo, os adultos presentes nos abrigos também podem tornar-se pessoas com grande significado para estes adolescentes, no momento em que se abrem e se disponibilizam para o cuidado destes e não apenas realizar suas tarefas de forma automática e fria.

Adolescente Giulia (16 anos):

Mas os monitores aqui eles fazem de tudo pra gente se sentir aqui bem, eles não vem aqui só trabalhar, bater o ponto e tudo mais. Não é isso. Eles se preocupam com a gente, quando a gente não tá bem eles conversam, eles dão conselhos, são assim ... maravilhosos.

Esse vínculo com os adultos cuidadores, geralmente com os monitores que estão mais presentes e com os demais moradores do abrigo, pode trazer o sentimento de pertencer a um lar, um lar onde as necessidades especiais dos adolescentes (Winnicott, 2002) serão levadas em consideração no momento de seu acolhimento; um lar onde as funções materna e paterna estariam presentes na medida em que conseguissem oferecer continência, significação e resignificação (Kehl (2000), Levisky (2005)) aos adolescentes e às suas histórias. Assim constata-se o quanto a adolescente abaixo expressa a possibilidade, ou até a necessidade de

uma fonte protetora e provedora, possivelmente desempenhada apenas pelos monitores que desempenham a função de proteção e cuidado.

Adolescente Giulia (16 anos):

Ai eu me sentia assim, bom parecia assim que era o meu pai e a minha mãe, um monte de pai, um monte de mãe, um monte de pessoas me cuidando, fiquei super feliz...

Adolescente Giulia (16 anos):

Eu tinha dificuldade de me expressar com os outros, de conversar só que como aqui agora tá formado uma família para mim, como é que eu vô tê dificuldade? Um monte de pessoa que eu já conheço, que eu já convivo, brincando eu tenho que me expressar. Aqui eu não tenho dificuldade nenhuma, agora eu me expresso, falo o que eu sinto, o que eu penso...[...] É como a minha casa

A qualidade da relação estabelecida entre adolescentes e adultos não acontece imediatamente após a entrada do adolescente no abrigo. Adultos e adolescentes necessitam, entre outras coisas, de tempo para se conhecerem. Em alguns casos, onde não existe espaço para o estabelecimento desta relação, constata-se uma dificuldade em estabelecer uma relação de confiança e assim, os adolescentes não permitem serem ‘aconselhados, repreendidos’ pelos adultos.

Adolescente Ana (12 anos):

Eles sempre quer saber de minha vida.[...] Tão, mas não para saber do que eu faço ou do que deixo de fazer. [...] não, eles estão aqui pra vê, pra cuidá da gurizada se estão se comportando, mas não o que a gente faz na rua se a gente chega atrasada.[...] Só minha.

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

Nada de mais... eu so super educada aqui tia, tão educada, tão educada que a senhora nem faz idéia [...] Da minha parte é muito legal até...[...] eles não, são uns baita duns mal agradecidos (risos)

Frente à iminência de uma cobrança por parte do adulto cuidador, o adolescente não outorga a este o direito de questioná-lo ou cobrá-lo. Muitas vezes, esta ‘resistência’ do adolescente se deve a um rígido comportamento do monitor, caracterizado especialmente por classificar o adolescente como ‘bom’ ou ‘mau’, que age de maneira ‘certa’ ou ‘errada’, em detrimento da

compreensão da origem e do significado de tal comportamento. Essa maneira de participar da vida do adolescente, conseqüentemente, acaba por afastar adolescente e adulto ainda mais.

Adolescente Ana (12 anos):

Quando eu não faço coisa errada e quando eles não ficam me acusando de coisas que eu não fiz.

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

Uns chatos, só a tia T. que é legal e o tio Y. e a T. (outra monitora) e o tio Q., e a tia N é uma baita de uma velha, ai eu odeio aquela mulher. [...] Ai ela é muito chata, ela diz “se tá muito respondona pra tua idade”, eu não respondo é que é assim, eles falam uma coisa e não querem que a gente fale nada, querem que a gente fique quieto, só escutando. E eu não sô acostumada, que horror o dia que eu fica quieta pra alguém, dai eu sempre retruco, sempre retruco. Dai eles ficam brava, principalmente a tia N. O tio Y. até me entendi né, dai eu retruco “olha menina”... mas a tia N. não, ela que bota banca nos outros. E a tia N. é lá do tempo da G., quando a G. ainda era do abrigo, ai ela diz assim “A G. podia se tudo, mas nunca me respondeu”. Fica comparando as irmã, aquela velha louca, a L. “Ah, ela não é mal educada”, [...] Não, só principalmente só ela que é chata.

Muitas vezes, constata-se o monitor acreditar que com uma postura de permissividade, num primeiro momento e, posteriormente, de autoritarismo, mostrando que já ‘conhece’ o ambiente, sua prática diária e os adolescentes, terá sucesso em seu trabalho e maior poder sobre os adolescentes na medida em que possui o poder para aplicar medidas disciplinares. No entanto, o que acontece na maioria das vezes, é os adolescentes afastarem-se do monitor, deixando de compartilhar coisas cotidianas com o mesmo.

Adolescente Paulo (15 anos):

Com o H. bá, é tri bom, mas com o E. eu já não gosto muito. [...] Porque antigamente lá na ali na república ali, nós tava na república ali bá ele era tri legal, agora a gente veio pra cá e ele desenvolveu assim sabe, o que os outros tios faziam ele queria faze também...[...] Ele vem gritando com a gente, qualquer coisinha, a gente fala um negócio pra ele, ele fala, xinga a família da gente daí a gente fica nervoso...[...] Tem, ele não sabe se acalma, é muito nervoso assim, a gente não gosta. Se a gente fala assim pra ele no final de semana ‘ bá o tio deixa nos sai, quando vê ele diz ‘ah, não vão sai, vamo olha esse programa de TV aqui’, a gente fica nervoso porque quando é o H., bá, não sei o que que dá nele, a gente fica irritado com ele, ele só libera na hora que dé na telha dele, queria vê. Daí a gente fala na

cara dele. Com o F. e com o seu Q. eles são gente fina, a gente se dá bem com os dois, mas o E. bá. O H. também nós se damo bem.[...] Eles são mais legais, não faz essas coisas que nem ele, a gente pede uma coisa bá o tio libera, depois do lanche ele já abre, o E. já não, ele só abre quando dá na telha dele, quando ele quisé abri a sala de som ele abre, O H., o F., ele dá aula de estudo pra nós, ai depois das 8 até 9:30 a gente fica ouvindo som.

O monitor pode, assim, cumprir a função de mero controlador das normas e regras institucionais, em nome de garantir o ‘bem estar’ dos adolescentes e da instituição. Assim, a submissão dos adolescentes a uma disciplina e a uma rotina rígida parece ser necessária a fim de que o funcionamento institucional seja viável.

Uma outra forma de controlar o comportamento dos adolescentes é ameaçando colocar não livro Ata⁶³ o comportamento indesejado destes. Segundo um dos adolescentes, este registro basta para que se prive o(s) adolescente(s) de, por exemplo, escutar rádio, ligar a televisão ou ‘dar uma banda’. Os mínimos detalhes são anotados neste livro com objetivo de obter uma vigilância apoiada e mantida –através de um sistema de registro permanente, ou seja, um eficaz dispositivo de poder denominado panóptico (Foucault, 1987).

Adolescente João (17 anos):

os tio ficam bravo, daí deu, bota na ata, no livro deu. Ai depois eles fazem reunião entre eles, ai só dá o nome daquela pessoa na reunião...

O adolescente, com este tipo de postura desempenhada pelo monitor, muitas vezes, vê a presença deste como algo ameaçador e desafiador e sente a necessidade de ‘vencer’ a disputa pelo poder, simbolicamente representada pelos atos de desobediência a uma regra.

Por outro lado, os adolescentes parecem reconhecer quando o monitor procura estabelecer limites sem, no entanto, ser simplesmente controlador. Apesar de questionarem os limites colocados pelos monitores, os adolescentes conseguem distinguir o quanto estes limites

⁶³ Ata referida acima é o livro utilizado pelos monitores para registrar os principais acontecimentos do dia. Este livro é também utilizado pelos técnicos e direção para passar informações necessárias sobre os adolescentes como, por exemplo, relação com escola, família, saídas nos finais de semana, entre outras.

podem ser alterado/ampliado quando já existe uma relação de confiança entre os adultos e eles.

Adolescente Giulia (16 anos):

(Dai a gente fala pro monitor), se tu tiver bem, se tu não tiver feito nada durante a semana tu pode sair normalmente durante o final de semana...[...] Quando você quiser, é só avisar, o tio te dá um horário pra ti chegar dai tu pode ir tranqüila.[...] Antes eu achava muito chato, ai ter que chegar 18 hs. dai a gente foi conversando, dialogando, o tio trocou para 18:30 hs. Dai agora o tio, ele já tem bastante confiança na gente...

Adolescente Camila (16 anos):

São bom.[...] Mas eu me dou bem com eles. Me dô.[...] É um pouco chato né, pegam muito no pé, mas são tri. Silencio[...] Eu gosto, mas eles pegam muito no pé né, pior do que minha mãe.[...] Todos, todos. Então são todos.[...] Todos. Porque todos... assim... quando a gente vai fazer alguma coisa de errado todos falam né, eles sempre falam o que é bom, o que é ruim, eles sempre explicam pra nós, né.[...] É eles falam quando a gente tá fazendo coisa errada. Por isso que a gente já fica desavorada⁶⁴, quando a gente tá mal comportada eles explicam e digam porque é que a gente tá desavaliada e porque a gente não vai sair.

O papel do monitor extrapola a função de mero controlador de horários e comportamentos para se tornar um adulto cuidador. Dessa forma, encontra-se com o adolescente como um outro significativo na medida em que ‘tolera’ e acolhe as suas necessidades e desejos auxiliando-o a entender o momento.

Adolescente João (17 anos):

É boa.[...] Ah eles são tri né, são legal, são legal até pra uns que tinha antes, o T., o T. eu acho que a sra. não conheceu, só gostava de bate em nós só, ele gostava de dá tapa na orelha. Esses aqui pode fala numa boa com o cara, tem paciência. São 100%. (risos)[...] Porque se tu pede uma coisa dai eles..., dependendo do que tu fez durante a semana, teu comportamento, tudo daí eles não negam. Não pensam duas vez, ‘que escuta rádio, tá, toma o rádio, escuta’ tu qué vê tv ‘tá, olha tv’, qué descansá ‘tá, descansa’, só isso, qué saí, ‘sai’...

Adolescente Giulia (16 anos):

⁶⁴ A adolescente queria se referir ao termo desavorado.

...é tudo muito bom aqui, os monitores tratam a gente perfeitamente, as gurias gostam dos monitores, por mais que elas ficam com raiva quando elas ficam de castigo, ou coisa parecida, elas gostam deles ... eu acho assim que do jeito que tá, tá bom, se melhorasse ia piorar.

Pode-se identificar, através do trecho da entrevista de Giulia, o quanto o estabelecimento de uma relação entre adolescentes e adultos cuidadores pode caracterizar um investimento interpessoal, em que exista confiança, respeito e cuidado com a saúde dos monitores, conforme expresso a seguir:

Adolescente Giulia (16 anos):

Porque tem muita criança pequena. Então se os grandes não ajuda os monitor eles vão ficar louco, daí a gente não vai ter mais os nossos monitores queridos pra cuida da gente. É por causa que é assim óh. A tia S., ela adora fazer as coisas, ela adora cozinhar pra gente, fazer doce, um monte de coisa, só que ela assim, ela tem problema no braço, então não quero que ela sinta dor no braço, que se machuque. O tio W. também, agora ele tá com uma dor nas costa, então a gente tem que procurar ajudar eles, pra eles não entrarem em....[...] Faz falta os monitor. Eu me lembro uma época que um monte de monitor tinha se machucado, ficou desfalcada a casa assim, fica assim... parece que perde o sentido.

Este excerto pode também sugerir a existência do sentimento de pertencer a um lar diferentemente de não apenas ver o abrigo como lugar utilitário, no qual talvez a provisoriidade possa justificar o descompromisso da permanência e com o processo e a experiência com o cuidado (Volich, 2000).

Um outro aspecto constatado é que muito da qualidade do vínculo estabelecido entre monitor e adolescente acontece na chegada do adolescente na instituição, ou seja, o acolhimento oferecido pelos monitores tem papel imprescindível na qualidade da relação futura que será estabelecida. Os adolescentes, ao ingressarem no abrigo, sentem-se solitários, abandonados, assustados frente aos seus sentimentos e o mundo desconhecido que se lhes apresenta. Ao monitor cabe(ria) ‘acolher’ tais sentimentos, e não necessariamente conhecer as respostas para os mesmos (Volich, 2000). Se este acolhimento assim se efetivar, os adolescentes sentir-se-ão

respeitados nas suas singularidades, podendo demonstrar os sentimentos que tanto os amedrontam. Como pode-se constatar na fala de Giulia:

Adolescente Giulia (16 anos):

Porque eu tava super assustada, o que, de uma hora pra outra entrar num lugar desse...[...] Até porque o tio W., logo que eu cheguei lá naquele abrigo ele assim, eu me lembro, a primeira coisa que ele, ele adorava leva desenho pra gente pinta ai ele “eu quero vê se tu sabe pinta, pinta um desenho bem bonito pra mim” e já tinha me falado que ele era brabo, e quando...[...] Porque assim oh, eu não conhecia muito os monitores, não conhecia direito e dai eu fiquei assim um mês no hospital, no Cristo Redentor.[...] o que me alegrou muito, porque assim oh, tinha vários monitor que eu não tinha afinidade, que eu achava que era brabo, que eu assim, e a tia S. foi uma que ficava no hospital comigo, levavam lanche, contavam história, traziam coisas pra mim, assim oh, coisas maravilhosas aconteceram, levavam revistinha, levavam lápis de cor pra mim pintar, o... até o guarda falava que não era, que não podia traze nada de casa e a tia sempre levava uma coisinha e outra, ela sempre levava, eles iam cheios de alegria pra cuida da gen..(não termina a palavra), pra me cuida assim, acho assim que foi uma fase assim que eu vi que, bom se as pessoas nem me conhecem direito tem toda assim harmonia... [...] Ai eu me sentia assim, bom parecia assim que era o meu pai e a minha mãe, um monte de pai, um monte de mãe, um monte de pessoas me cuidando, fiquei super feliz...

O vínculo estabelecido entre adolescentes e adultos é sentido e expresso de muitas maneiras. Como lê-se a seguir na fala de Henrique que demonstra o quanto o monitor torna-se especial para o adolescente quando este percebe-se reconhecido como uma pessoa importante. Constata-se assim, o papel imprescindível da existência de um outro significativo neste processo de vinculação, onde o monitor cuidador é convocado ao exercício do reconhecimento, carinho e proteção (Volich, 2000).

Adolescente Henrique (15 anos):

Eu acho que o monitor que eu tenho mais relação é o K., que eu acho mais legal é o K., eu acho que ele é mais legal, só isso.[...] Ele dá mais bola pra mim, ele dá mais atenção pra mim, é por isso que eu gosto.[...] É, com os outros é mais ou menos.

Assim, vislumbra-se uma outra função para o monitor além do lugar instituído para este anteriormente a sua entrada na instituição. Conseqüentemente, o monitor que percebe-se

como cuidador pode descobrir um sentido mais amplo em sua prática antes mecânica e ausente de todo e qualquer significado, 'onde um encontro de outra ordem possa acontecer'(Volich, 2000).

Adolescente Giulia (16 anos):

... Muitas pessoas assim...[...] Aqui dentro, aí, tem um monte ...[...] Fora eu não tenho assim ... no geral assim, aí, eu vo fala um monte.[...] O tio Y., a tia N., o tio Q. , eu não tinha falado antes , mas o tio Q. é uma pessoa que eu adoro muito, uma pessoa bem séria, mas super brincalhona. Ai, ... deixa eu vê ...quem mais...a tia T., a tia T. é uma guerreira pra mim, ela é uma guerreira, que ela já contou a história dela pra gente, ela é uma guerreira, uma vencedora, ela é uma mulher que, ela deveria escrever a biografia dela, que ela é uma guerreira, uma vencedora, e tudo de bom né, tia T. (repetiu o mesmo nome), tia T (outra monitora) aquele jeitinho meigo dela, acho que assim, todos os monitores aqui dentro assim são guerreiros e são vencedores e são um exemplo pra todas nós.[...] São um exemplo pra todas nós.

Como visto o monitor pode, na prática, ser um modelo para os adolescentes, colocando-se ao lado destes para que possam contar com a ajuda de alguém que o acompanhará e ressignificará as relações experienciadas anteriormente. Conforme constatado na coleta de dados, os monitores que superaram o mal estar institucional e preconceitos decorrentes dos papéis anteriormente estabelecidos - onde o adolescente abrigado é sinônimo de má índole, desestruturado e com poucas possibilidades de reconstrução da vida, conseguem estabelecer uma relação distinta do até então instituído. Assim, uma outra 'profecia auto- realizadora' pode se instalar, diferentemente do já profetizado.

Um convívio mais afetuoso e singular caracteriza assim o papel do monitor que assume a função de monitor cuidador, podendo inclusive ocupar a função de uma mãe ou um pai, conforme pode-se ler em mais um excerto da fala de Giulia:

Adolescente Giulia (16 anos):

...a gente sempre tem aquela pessoa que a gente prefere mais ...[...] do coração assim, minha mamãe... a tia N., aquela dali é minha paixão, eu adoro a tia N., mas assim eu tenho contato super legal com todos os monitores... eu consigo conversar com todos, eu me do bem com todos eles, não tenha um... [...] ...o tio Y., a

tia T., o tio N. a tia K., tia N. eu me dô bem com todos eles, mas a que eu adoro mais é a N.

Adolescente Giulia (16 anos):

todos os monitores juntos, mas o tio Y. é tipo assim, o cabeça de todo mundo, ele é o papito da casa, a gente chama ele...[...] como é que eu posso falar.... o cabeça da casa.[...] Ele é assim óh, o que ele tiver que dizer pra ti ele diz, na tua frente, na frente de todo mundo. O que ele tiver pensando ele fala. O que ele acha o que tu tá fazendo ele fala na tua frente.[...] Se ele acha assim não tu não tá merecendo tu não vai, não discuti que não adianta tu discuti que tu não vai, ele não muda de opinião... e ele tá certo porque também não dá né... [...] E ele só faz as coisas quando ele tem certeza, não nunca assim, faz sem pensar, ele é uma pessoa super extraordinária também.[...]...ele tem o gênio assim meio rígido, tu olha pra cara dele e tu acha que ele é brabo, mas ele não tem nada de brabo, ele é super carinhoso, ele é super meigo, só que é do jeito dele.[...], mas quando tu qué alguma coisa é só tu fala com ele que ele vai te dá resposta. ...Ele já não, ele já te fala é assim, assim, assado, pode, não pode. É uma decisão na hora.

Adolescente Paulo (15 anos):

[...] Bastante coisa. [...] Carinho, ela dá carinho, ela explica pra gente, dá umas aulas também...[...] De estudo. E a gente fala uma coisa errada, ela corrige a gente dai gente fala certo.

Concordando com Volich (2000) as ‘competências técnicas necessárias, seu desejo de vida e de desenvolvimento do outro é um elemento essencial para que este outro responda ao gesto do cuidar. Um desejo no qual está implicada a pessoa do cuidador, sua própria história, sua capacidade de sonhar. Difícil compreensão de uma experiência que aparentemente fragiliza, mas sem a qual é inviável o ato de cuidar’.

No entanto, nas entrevistas dos adolescentes demais adultos – técnicos, diretores, entre outros - apareceram muito pouco na fala dos adolescentes desempenhando uma função de mediadores na resolução de questões práticas e burocráticas.

Adolescente Henrique (15 anos):

As pessoas que me ajudam.[...] G., Pe. B., Pe. E., o irmão S., todos daqui do abrigo que me ajudam, minhas professoras.[...] Em que sentido ... arrumando curso,.....arrumando curso,... não sei. Esses tempo ai eu pedi pra D. pra ela arruma

escolinha de futebol e ela arrumo pra mim, ai eu vô i amanhã faze o teste de futebol. Todas essas pessoas.

Dentre os adultos cuidadores, constata-se que o assistente social é, - depois dos monitores - quem mais tem contato com os adolescentes. Estes contatos, geralmente, caracterizam-se por fazerem os encaminhamentos referentes à vida dos abrigados. Constatou-se, com isso, que este técnico exerce grande influência na vida dos adolescentes uma vez que cabe a ele regularmente enviar relatórios para o juizado da infância e juventude sobre a situação de sua família, bem como o comportamento do adolescente no abrigo. Assim, o assistente social parece ter o seu papel definido como um “investigador da verdade sobre as condições de vida e as necessidades da família e dos adolescentes” (Guirado, 2004), trabalhando como um ‘apresentador e intérprete’ das diversas esferas que fazem parte da vida do adolescente e sua família.

Adolescente Paulo (15 anos):

[...] Quando eu tenho um problema eu não falo pra ninguém, eu fico pra mim. Só quando é problema no colégio ai eu tenho que falar pra G. [...] Vô lá na G. falá pra ela que eu quero ‘í’ pra casa.

Finalmente, acredita-se ser fundamental a importância da percepção dos adultos cuidadores que trabalham nos abrigos com os adolescentes acerca dos adultos com os quais os adolescentes têm ou tiveram contato anteriormente à experiência de abrigamento visto que muitas das experiências dos adolescentes estão fortemente marcadas por estes adultos e interferem também na vinculação com os adultos do abrigo.

Como dito no início desta seção o grupo familiar de onde o adolescente provém geralmente é caracterizado como em situação de extrema vulnerabilidade agravada pela cronicidade da miséria. Assim, constata-se relatos onde famílias são culpabilizadas ou vitimizadas pela situação dos filhos. Famílias estas, geralmente caracterizadas de maneira muito peculiar, conforme relato de um técnico.

Adulto Nádia:

Eu acho assim que o fato deles terem entrado como último recurso né, as famílias são muito desestruturadas, né. Então as famílias assim são, normalmente são mães com vários companheiros, vários filhos, então é uma prole assim que vai aumentando e quando você vai vê tem um monte de filhos, as mães são maltratadas 6/7/8/9/10/11/12. Então assim sempre são famílias muito numerosas não é, resultado de várias uniões, não é, e abandono de todos os pais. Todos os pais assim, você vai vê assim o abuso das nossas meninas ele sempre foi intrafamiliar, ou o pai, ou o padrasto, ou o tio, né, a incidência é muito alta no padrasto, o companheiro da avó, não é. Então são famílias, mães com muitos companheiros e o abuso assim, entre a família.

Adulto Arnaldo:

Em termos de família...é complicado né, são crianças e adolescentes que não tem muitas perspectivas né. Muitas delas tem situações né de esperança, de retorno à família e outras porém com poucas perspectivas. Não por desejo delas, das crianças, mas por desejo dos próprios genitores, dos pais. E pela situação que o próprio pai e a própria mãe vive né, uma situação muito complicada né. Complicada em termos de dependência química, dependência também financeira, em questões de violência doméstica...

Assim, verifica-se o quanto para os adultos cuidadores estas famílias têm um valor negativo já que, em última instância não conseguiram oferecer os cuidados básicos ou suprir as necessidades dos filhos, a ponto de perderem a ‘guarda’⁶⁵ e o direito ao cuidado de seus filhos para uma instituição, ou seja, para o Estado, conforme relato de um diretor, que nomeia como sendo ‘desejo’ da família a perda da guarda do(s) filho(s), minimizando assim a impotência da família frente a situações extremamente complexas e porque não, dolorosas. Nota-se com isso claramente uma cultura de culpabilização da família pela situação da criança e do adolescente, onde esta, por motivos externos como a miséria, priva seus filhos de receberem cuidados indispensáveis, negligenciando-os. Muitos pais, podem ver-se impedidos de desenvolverem suas funções estruturantes não por comprometimento interno mas antes por uma situação externa desfavorável.

Adulto Arnaldo:

⁶⁵ Segundo o Dicionário Aurélio o termo ‘guarda’ é definido como ato ou efeito de guardar, vigilância, cuidado, guardamento; Fig. Proteção, amparo, favor, benevolência; Fig. O que precede algo com o fim de protegê-lo.(p. 1011)

...Fala da família pra eles é muito duro né. Porém têm outros assim que falam da família com muito desprezo né (risos) gostam de falar mais no sentido de desprezo né. Essa família que fez eu estar num abrigo, fez outros cuidarem de mim. E tem aqueles também que conseguem superar isso de uma forma assim muito providencial, muito misteriosa né. Eu não sei se nós adultos conseguiríamos superar tantos traumas assim da infância com a facilidade que eles tem nessa fase da vida. São heróis.

Assim como os adolescentes referem à centralidade afetiva função da mãe, os adultos do abrigo referem-se às mães dos adolescentes abrigados como seres imprescindíveis na medida em que a mãe é quem prove aos filhos cuidado e proteção.

Adulto Edison:

No geral, em termos de família eles têm um carinho muito grande pelas mães, não importa o que a mãe tenha feito, não importa que a mãe tenha largado ele lá, eles tem, a figura materna tem um papel muito forte ainda pra eles, por pior que tenha sido a situação que levou eles a tarem aqui mas a mãe... o pai não é tão lembrado normalmente e a grande maioria deles ou não tem pai, não sei se não tem pai vivo, mas as mães tão com outro companheiro. Né. Isso já dificulta o relacionamento com a família porque é muito diferente eles verem a mãe discutindo com o próprio pai e discutindo com o padrasto né, então eles são muito a questão de defender as mães. Então muitos: “ah vou pra casa pra defender, vou pra casa que eu tenho que cuidar da minha mãe, porque o fulano fica, faz alguma coisa pra ela”. Eles também se preocupam muito com isso.

A perspectiva psicanalítica postula que a forma como uma mulher exercerá a função materna depende de como esta experienciou e internalizou o exercício desta função enquanto objeto, ou seja, quando era bebê e recebeu os cuidados de sua mãe. Vale enfatizar que, na grande maioria das vezes, a mãe que abandona é aquela que viveu a experiência de ser abandonada, ou seja, que não experienciou uma relação estruturante e organizadora com seus pais (cuidadores), não recebendo, ela mesma, continência diante de sentimentos extremos como amor e ódio (Kehl, 2000).

Adulto Nádia:

Tem situações de mães que não conseguem... tem tantos filhos e são mulheres que precisam de atendimento... que não conseguem se organizar e que muitas vezes o filho vai ter que ajudar, sabe? [...] tu vai ver assim: duma mãe que na verdade ela,

ela é uma mulher que não se cuida, dentro de casa o pai ou padrasto, aí o padrasto não quer aquele menino.

No entanto, a concepção psicanalítica acerca da mãe que negligencia seu filho não é a representação social vigente entre muitos profissionais de instituições de abrigamento, onde o senso comum identifica apenas aquela que abandona, que maltrata – culpada e responsável pela situação presente do filho. Assim, constata-se os julgamentos sobre comportamentos de uma mãe baseados em valores hegemônicos advindos de estilos de vida muito distinto do mundo de onde estas mães vêm.

Adulto Edison:

Primeiro assim, o ambiente que, a pobreza, assim, pobreza não deveria ser sinônimo de relaxamento né. Casa muito desorganizada. E a própria fala da mãe do menino que, ela recebe benefícios né, pros meninos que já estão abrigados por sinal e não estão com ela, ela recebe benefício por eles. E tendo aquele benefício pra ela tá bom, então enquanto ela puder receber o benefício...[...] Sim. E não procura um emprego.[...] Claro. E ela já quer abrigar o outro, ela tem, ela já tem dois abrigados e quer abrigar o terceiro. E basta o gasto, mas que ela gosta de ir num baile né, ela gosta de fumar. [...] Foi o que eu vi, uma mulher com celular de linha, que diz ela que gasta R\$ 300,00 com conta, mas mora em uma casa de dois cômodos, cuja uma parede é completa por cobertor né, não tem parede, é um cobertor que separa a parede da rua, não é nenhuma parede dentro de casa, é uma das paredes, os pedaços da parede é um cobertor.

Dessa forma, percebe-se o quanto a instituição familiar apesar de distante, faz-se presente – em alguns casos – na vida dos adolescentes. No entanto, esta presença, apesar da força vincular, é vista como precária pelos profissionais na medida em que não consegue proporcionar a estruturação e organização que a sociedade espera. Com isso, as perspectivas para o adolescente fora do abrigo são pouco promissoras, uma vez que este voltará para o mesmo ambiente desestruturado, precário, promíscuo de origem.

Adulto Edison:

Embora a gente tem tido notícias de que quando eles voltam pras famílias, não é dada continuidade de limites, de incentivo a estudo, a formação, tentar estruturar eles pra que eles consigam se manter lá fora.

Um desafio, segundo os adultos dos abrigos, é trabalhar o que eles percebem como ‘maus hábitos’ arraigados que dificulta a adaptação do adolescente ao ambiente do abrigo. Adaptar-se as necessidades especiais (Winnicott, 2002) dos adolescentes e não o inverso é tarefa primordial no longo processo de vinculação e posterior estruturação e organização deste sujeito.

Adulto Nádia:

Tu não pode vê assim, .. a forma de falar, a forma de se posiciona, é, é, a forma assim de, ... os hábitos de higiene, de saúde, de coisas assim,... é tão difícil tu te que lida com isso. Principalmente assim a postura, o modo de ser. Ele continua sendo ao estilo da sua família. Sim, até no próprio abrigo W nós temos né, tu vê assim, se a família tem, por exemplo, assim tem algo a ver com a área da prostituição, eles meio que mantém isso. Então vira e mexe... caí né,...principalmente quando tem assim a mãe, um modo de vida né,... isso é tão difícil ...[...] Muito forte. É a vivência, experiência, é o ver, o assistir, né.

Um outro desafio enfrentado pela equipe de cuidadores diz respeito à dificuldade de diálogo entre as práticas vigentes nestas instituições e os modelos familiares dos adolescentes abrigados. Verificou-se que, geralmente, os adultos contrapõem o modelo de família tradicional às peculiaridades das famílias de origem desses adolescentes, estabelecendo sempre uma relação depreciativa.

Constata-se, dessa forma, que tão importante quanto dar suporte e apoio ao adolescente abrigado é trabalhar com sua família, para que esta consiga reassumir o direito de cuidar dos filhos. Este é, sem dúvida, um trabalho complexo por envolver também a complexidade de aspectos referentes ao contexto social, histórico, político e econômico bem como, e não menos importantes, questões referentes a valores, crenças, ideais, estilo de vida dessa família.

7.4 O AMBIENTE DE ABRIGO PARA O ADOLESCENTE

Até essa questão, a gente assim discutiu muito já assim dizer pra eles ‘aqui é a tua casa, aqui é onde tu moras’, na verdade isso não é a casa deles, isso é uma casa que o Estado cedeu pra eles morarem em uma situação provisória, mas a gente também tem que pensar o outro lado, ‘essa aqui é a tua casa neste momento, enquanto tu aqui está’, enquanto tu aqui está, está é a tua casa, não é? Esses aqui são os teus irmãos, não é? E logicamente estes são os teus pais, as tuas mães não é, mas é uma instância muito complicada essa assim de fazê com que eles sintam que aquilo é deles, é a minha casa, mas por outro lado não é a minha casa, eu não vou ficar sempre aqui, um dia eu vô tê que saí daqui, não é? Mas a gente percebe assim que eles entendem até isso, enquanto no abrigo eles se sentem como em casa, eles se sentem como em casa, que a gente trabalha muito isso não é? Que enquanto tu estas aqui, aqui é a tua casa, aqui tu vais participar das tarefas né, tu vai colaborar, tu vai aprende né, tu vai te aperfeiçoar, tu vai estudar, tu vai fazê curso, aqui a gente consegue deixar isso muito bem claro, não é? E eles conseguem fazê isso, não é? A casa X também consegue fazê isso, a casa Y tem muitos problemas em função da tipologia da população, mas eles se sentem em casa sim. Tu vai vê assim, coisas que é de casa mesmo, as frutas estão a disposição, não é, as verduras estão ai, frutas estão ai, sê tem fome tu vai e te servi, tu não vai exagerar na tua dose, tu vai come uma maçã, uma banana, uma laranja e eles fazem isso espontaneamente, não é? Eles vão, se servem, comem, a bolacha tá ai, o pão tá ai, e não tem problema, a geladeira tá ai, a manteiga tá ai, e eles conseguem trabalhar bem isso não é. Tem assim, logo no início, quando dos ingressos assim, principalmente pras crianças que sofreram muita negligência, que sofreram muita fome ai tem O próprio se servir não é, é bem tranquilo...

(Excerto de entrevista com técnico Nádia – abrigo Renascer)

O objetivo desta última seção é fundamentalmente verificar como as instituições de abrigo estão se adaptando aos princípios estabelecidos pelo artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente e, em especial, no que se refere a oferecer um ambiente personalizado, adaptado às necessidades dos adolescentes, ou seja, um ambiente continente às necessidades destes. Para tanto, buscar-se-á aferir quais são os espaços disponibilizados hoje para o acolhimento de adolescentes - quais características físicas estes apresentam - e, se houve alguma alteração no paradigma de atendimento oferecido.

Alguns aspectos são imprescindíveis para cumprir tal objetivo, como, por exemplo, compreender a forma como estes ambientes estão estruturando sua dinâmica - em termos de rotina, lazer e amizades, bem como regras e normas existentes – uma vez que estas permeiam as relações afetivas estabelecidas entre adultos cuidadores e os adolescentes.

Inicialmente, faz-se relevante apontar o quanto é reconhecida a idéia – entre os adultos - de que o espaço físico do abrigo interfere positiva ou negativamente na qualidade do acolhimento oferecido aos adolescentes. Assim, percebe-se o quanto as pessoas responsáveis pela escolha deste ambiente devem prestar atenção a algumas características consideradas importantes, como as citadas por um dos técnicos entrevistados, visando permitir uma experiência o mais próxima possível de uma residência.

Adulto Nádia:

Ahã, agora depende muito dos abrigos, do tipo de moradia onde estão nossas crianças, sê vai vê assim a estrutura física da Y, da X ela é uma estrutura física muito boa, ela favorece ...[...] Favorece espaço. Tu tem espaço pra tu fazê sua refeição direito, tu tem espaço pra estende a roupa, tu tem espaço pra tomar o sol, não é, agora outros abrigos, que é o caso da W não é, não tem esse espaço. Então a estrutura física interfere muito no trabalho né, no funcionamento da casa.[...] Que pra si tê uma casa, uma população de quatorze pra mais, inclusive com bebes e tudo, se tem que tê sol, se tem que tê espaço físico não é, tem que tê isso não é, tem que tê espaço pra circula, pra ti pode circular, que o que a casa X favorece muito, a casa X ela tem um espaço físico excelente, tu tem a rua também, como que numa casa com vinte e três, de zero a vinte e três anos, com muita menina com deficiência mental e física né, subir e descer escada, não tê pátio? E olha que roupa pra vinte e três....então é muito complicado né...

Com este relato, atenta-se para o fato de o quanto é reconhecida a superioridade da modalidade de atendimento em instituição com perfil residencial em oposição ao atendimento oferecido nas instituições totais, onde os prédios tinham como características serem demasiadamente grandes e com muitas pessoas vivendo juntas (Goffman, 1961). Para a técnica Nádia, da instituição ‘Renascer’, o atendimento oferecido para muitas pessoas, onde a

principal marca era a massificação, a coletividade - não favorece o trabalho dos adultos e, tampouco, o acolhimento para os adolescentes.

...mas foi uma vitória assim, porque aquele abrigo era muito assim... o prédio, nada favorecia sabe...[...] O grande, lá de Ipanema, o abrigo Odila. Então o banheiro era coletivo, o banho coletivo, dormitório coletivo, tudo coletivo,

Da mesma forma, os processos de reordenamento institucional pelo qual passou a instituição 'Recriar', com objetivo de se adaptar aos preceitos estabelecidos pelo ECA, é reconhecido por um dos adultos entrevistados como um processo que trouxe benefícios aos abrigados, na medida em que proporcionava uma ocupação para estes, retirando-os das ruas. No entanto, constata-se ter este atendimento características de instituição total (Goffman, 1961), pois todas as atividades da vida do sujeito – de residência e trabalho – eram desenvolvidas dentro da instituição.

Adulto Celina:

Ah, mas mudou muita coisa! Antes eles vinham só dormiam, só ficavam a noite, vinham, tomavam banho, jantava, dormia, levantava, se lavava, tomava café e ia pra rua e ficava o dia todo na rua, a noite eles retornavam. [...] ai depois então o abrigo ganhou a tal de chácara né, em Viamão então conseguimos fazer uma coisa simples, que eles ficariam aqui, ai dormiam, durante o dia, tomavam café e depois eles iam pra chácara. Ai na chácara tinha produção animal, tinha a horta, tinha plantação, tinha...a marcenaria. Ai eles faziam atividades, tinha a escola, que era escola aberta, tinha professores na chácara mesmo. Ai depois a noite eles retornavam. Todos os dias era essa ida e vinda.

No entanto, percebe-se que com o último reordenamento institucional (2003), que culminou com a reconstrução do prédio – no ano de 2005 - da unidade pesquisada, a disposição interna dos cômodos permaneceu como anteriormente - com quartos e banheiro coletivo – porém, com um agravante, segundo alguns adultos, os adolescentes perderam o espaço de convivência (sala), que tinham na antiga estrutura. Já no abrigo Renascer, apesar de atualmente acolherem vinte e três crianças e adolescentes, os quartos não são coletivos e há banheiros distribuídos pela casa.

Adulto Gilda - Recriar :

Um espaço é... isso que está faltando. Porque na verdade se você vê bem, ficou os quartos, ficou a garagem, ficou a sala para guardar material, ficou o refeitório... e aí aonde está o espaço pro lazer, fora o pátio?

Assim, pode-se afirmar que mesmo constituindo uma unidade considerada pequena, o abrigo ‘Recriar’ apresenta ainda algumas características de uma grande instituição ou ‘abrigo’, como denominaram alguns adolescentes. Estes, ao se referirem ao ‘abrigo’, afirmaram haver uma estrutura física grande, com divisões por grupos, de acordo com um perfil e ainda, um local onde havia muita burocracia para se conseguir as coisas, o que se afasta completamente de uma dinâmica familiar.

Adolescente Ana (12 anos):

Por causa que é grande.[...] É, não era uma casa; era tipo um presídio, mas era bem grande,...

Adolescente Giulia (16 anos):

O almoxarifado queria uma coisa, tu tinha que passar pra chefe de equipe, pra chefe de equipe passar pra direção pra pode passar pras pessoas do almoxarifado. Era muita burocracia assim, muita coisa assim.[...] Lá tinha uma cozinha que era pra todo mundo e era um número x de fruta pra cada grupo.[...] antes lá no abrigo eu me lembro que todas as Sextas-feiras era o dia que as gurias mais gostavam, porque a gente ia pro pátio, a gente ia joga futebol, a gente fazia torneio de vôlei, de futebol, ou senão a gente ia pra sala de recreação brincava com tudo o que tu quisesse, a tia contava história, lá no abrigo isso.

Outro aspecto observado no funcionamento das estruturas denominadas ‘abrigos’ era o fato de os cômodos – quartos, cozinha, banheiros, lavanderia, sala - serem chaveados, oferecendo aos adolescentes acesso restrito. Esta foi uma característica observada apenas na instituição ‘Recriar’, apesar de não ser chamada de abrigo por nenhum dos adolescentes desta instituição. Concorde-se, assim, com Delgado (2000) quando afirma não serem suficientes as mudanças físicas na estrutura das instituições, proporcionando o que denomina ‘transformações cosméticas’, mas o que é necessário, isto sim, é uma alteração na cultura institucional que se faz presente ainda as instituições de abrigo.

Adulto Edison:

Bom, o quarto deles durante o dia após eles se encaminharem pra escola e cursos ele é fechado né, a gente fecha o quarto.[...] Nós fechamos primeiro pra que não voltem pra cama porque senão eles tomam café e se deitam e ai já é mais difícil pra ti tirar porque tá dormindo, ele volta pro quarto pra dormir e ai não quer sair ...[...] A cozinha eles tem acesso mediante permissão das cozinheiras né, a lavanderia também se eles querem lavar alguma peça de roupa ou algum calçado, eles pedem permissão, a gente abre. O refeitório que também acaba sendo a sala, eles tem acesso normal, o televisor é ligado só após as 16:00 também, né.

Mesmo o adulto que opina positivamente sobre o espaço físico da nova estrutura da instituição ‘Recriar’ reconhece a falta de um espaço que possa ser ocupado por adolescentes que não estão desenvolvendo atividades dirigidas. Este adulto nomeia este espaço como ‘sala de jogos pedagógicos’, parecendo referir-se à necessidade de um espaço destinado a atividades educacionais, preferencialmente dirigidas. Da mesma forma, outros adultos da mesma instituição expressaram haver necessidade de novos espaços, mas sempre fazem referência a atividades educacionais e não a espaços de convivência; espaços onde os adolescentes poderiam permanecer para interagir com colegas, adultos cuidadores ou, simplesmente, ocuparem.

Adulto Celina:

Achei maravilhosa, é na verdade faltaria assim uma, uma sala de jogos pedagógico pros adolescentes, que essa faltou nesta casa.

Adulto Edison:

Mais importante. Eu acredito que um espaço pra que eles possam por exemplo fazer atividades que não seja o quarto né, estruturalmente aquele quarto vai ser, vai virar um dormitório. Um lado já tá com 8, mas porque tem os evadidos, porque se os evadidos tivessem já deveria ter uns 14 já na casa eu acho, então quando aquele quarto for ocupado, eles gostam muito de dançar. [...] Não vai ter espaço, “ah mas tem o refeitório” mas, o refeitório é o mesmo local da TV, é o mesmo local que eles estudam, então não vai ter como conciliar, as vezes eles querem estudar, não dá pra estudar lá 17:30, porque os guris tão vendo a malhação e eles só vêem TV depois das 16:00h então não pode chegar lá e proibir eles.”

Constata-se uma prática recorrente das instituições em dissociar os conceitos de abrigo e lar onde, constantemente, os adolescentes são lembrados que ‘não estão em casa’.

Dentre alguns aspectos citados como referência ao funcionamento das grandes instituições, o excesso de normas e a falta de flexibilidade perante práticas cotidianas são citados como características dessa lógica institucional cristalizada de difícil alteração, principalmente por afastar sobremaneira da dinâmica de uma residência.

Adulto Edison:

A noite numa casa convencional não tem um horário específico, aqui tudo assim é dado com horário, eles sentem dificuldade, porque que aqui é às 16:00h, na minha casa não é né. Então essa, não digo nem que seja uma dificuldade mas, é que a situação daqui é a parte do convencional né, os caras não tem hora pra sair, hora pra chegar, horário pra dormir. Normalmente você tem um horário mas, não tão pré estabelecido assim. É assim e as coisas numa casa são sempre mais flexíveis né.

Essa falta de flexibilidade apontada pelo adulto Edison não se restringe apenas às normas e às regras, mas também a organização dos ambientes. Ou seja, quando um abrigo é reconhecido como um espaço simbólico, a organização dos cômodos pode ser adaptada à necessidade dos adolescentes ou de um determinado momento institucional.

Adulto Luiz:

Ah, isso normalmente vai se organizando, Numa reunião, quando a gente acha que um determinado espaço não está sendo bem aproveitado, se propõe e tudo mais. Se dá pra muda, se muda, senão a gente vai levando. Tem alguns plantões que, por exemplo, o plantão da noite é responsável pela distribuição dos quartos, quem fica aonde, é o plantão da noite que faz isso né. Então se o plantão da noite acha que determinada menina tá criando problema em determinado quarto eles fazem a distribuição.

Por outro lado, quando acontece de um cômodo ser construído e equipado com o fim de responder às necessidades da instituição e não às dos adolescentes, essa reorganização não é tão viável. Com isso, é possível verificar que a experiência de um lar primário (Winnicott, 2002) não é proporcionada nas instituições que funcionam nos moldes das denominadas ‘instituições totais’, na medida em que o adolescente deve se adaptar à instituição e não o

contrário - a instituição se adaptar às necessidades trazidas pelo adolescente com objetivo de promover experiências significativas e poder se constituir num espaço referencial.

Adulto Arnaldo:

Silêncio. Como é que eu vô te dize...acontece de uma forma mais administrativa né, que a gente procura ocupa os ambientes que se tem nas necessidades que surgem em cada momento né. Então pra ti facilita a atividade assim.[...] Hoje, por exemplo, tem vamos supor, tem uma necessidade de informática então se procura eliminar um outro tipo de ocupação pra bota a informática, amanhã pode ser que a informática não seja mais então vai ser uma sala de música. Então essa constituição assim de espaço é muito complicada né. Porque o adolescente hoje que pra uma coisa, amanhã ele que pra outra, então as variações são muito grandes né. Então a distribuição em si ela é, vem de acordo com a necessidade talvez mais da instituição do que dos próprios adolescentes, pela vontade de querer proporcionar algumas coisas e talvez não tanto pela necessidade deles né.

O uso utilitário do ambiente de abrigo, ausente de um significado mais abrangente, continua cristalizando-se diante do objetivo de receber adolescentes com a estrita função de oferecer-lhes – provisoriamente - cama, comida e roupa lavada. A função de acolhê-los e proporcionar uma experiência de lar primário fica aquém do atendimento de outras prioridades definidas pelo mundo adulto, por exemplo, sobre o que é mais importante para o adolescente quando este sair do abrigo.

Adulto Arnaldo:

O que falta pra eles? Como ambiente assim físico não faltaria nada né, mas como ambiente de capacitação, de formação, faltaria. Faltaria por exemplo um espaço pra o lúdico, pra essas atividades mais lúdicas, de dança, de música, um espaço que comportasse isso e um espaço mais a nível assim de, que eles possam desenvolver as habilidades, ou pra área artesanal, ou pra área sei lá eu, cada um desenvolver as suas habilidades né. Então quem gosta de toca, outro gosta de desenha, uma sala assim multi uso pra que eles possam desenvolve suas habilidades né. [...] O ideal seria que tivesse um ambiente fora da instituição. Internamente como casa, como residência, como abrigo não vejo que falta alguma coisa. Mas eu vejo que falta assim desses espaços né, ou busca na rede ou busca alternativas pra que eles tenham isso né.

Adolescente João (17 anos):

Bá, ótimo, fico beleza. Só falta eu te informática que eu não tenho ainda [...] tá legal, tudo bom.

A experiência da abrigagem constituiu-se não como uma experiência em que o adolescente abrigado sente que existe na subjetividade de outro (Santos, 2004), mas, sim, uma experiência espacial, na medida em que um estranho – adolescente - passa a fazer parte de um mundo pouco acolhedor.

Sobre as ‘necessidades’ dos adolescentes mencionadas anteriormente, vale notar quais são as que, segundo um dos diretores entrevistados aponta. Para este, a instituição não tem como suprir todas as ‘necessidades das crianças’(e não adolescentes) como: música, estudo, leitura, biblioteca. Ou seja, constata-se, mais uma vez, a função utilitária do ambiente de abrigo – onde o acolhimento das necessidades – o cuidado dispensado a um adolescente é deixado para um plano não mencionado.

Adulto Arnaldo:

Eu vejo isso de uma forma, por um lado positivo né, por outro lado, deixar um espaço respondendo as necessidades das crianças não contempla a todos, tem alguns que querem música, outros que querem estuda, outros querem leitura, então teria que ter espaços pra cada coisa e a estrutura não comporta isso, pra te uma sala pra estudo, uma sala pra uma biblioteca, uma sala..., teria que ter muita estrutura pra proporcionar tudo isso, então eu vejo como um fator complicado de administrar.

Ainda sobre a estrutura física das instituições de abrigo é possível perceber, segundo a fala de um adulto, que as instituições que mantêm a equipe técnica e direção dentro da instituição interferem no andamento das atividades diárias, diminuindo a autonomia dos monitores e, conseqüentemente, aumentando a distância para estas tornarem-se efetivamente um ambiente o mais próximo possível do residencial. No início desta pesquisa, em ambas as instituições, a equipe técnica e direção estavam dentro do abrigo. No entanto, no abrigo ‘Renascer’ isso foi alterado com a mudança da equipe técnica, direção e auxiliares de direção, entre outros, para o prédio administrativo da Fundação de Proteção Especial.

Adulto Daniela:

Isto são os plantões, a monitoria tem toda autonomia, né, até fala que nos saímos lá da W, eles tiveram, olha vocês vão fazer deste espaço o que vocês quiserem, eles tem autonomia pra isso, a questão dos quartos também quem decide é o plantão da noite, né... (Dos quartos, se eles quiserem mudar eles podem?) Eles podem mudar.

(E tem algum critério pra se fazer esta organização ou não?) Não, acredito que não, se a menina tiver dando problema, alguma coisa assim, aí é trocada.

Adulto Gilda:

Diariamente, eles pedem muito pra conversar, eles procuram muito não sei se é porque eu tô muito perto pro ambiente aqui, físico aqui, mas também eu sinto assim, que eles têm uma, uma ansiedade muito grande, pra conversar, pra saber quando estão pra sair [porque na verdade o espaço aqui é muito pequeno; não tem espaço para eles jogarem...pra eles fazerem coisas... Então na verdade aqui é só pra eles dormirem,...

Contrastando com as características de um abrigo institucional, o abrigo com as peculiaridades de um ambiente familiar é marcado por práticas e experiências distintas, segundo relato de adultos e adolescentes.

Adolescente Giulia (16 anos):

(E você prefere desse jeito que tá agora?) A eu prefiro, muito melhor.[...] Assim, tipo assim as frutas ali a gente tem a nossa fruteira, a gente pode pegar fruta à vontade.[...] Pode comer a vontade, pode, quer alguma coisa, pede pro tio que ele te dá, ... não precisa ter toda aquela burocracia que tinha antes.

Adolescente Giulia (16 anos):

Porque tem muita criança pequena. Então se os grandes não ajuda os monitores eles vão ficar louco, dai a gente não vai ter mais os nossos monitores queridos pra cuida da gente.[...] dai a gente ajuda bastante, eu tento faze coisa diferente, faço aiihhhhh faço rosquinha, faço...a tia até fala que quando eu fico é um desperdício. Não pode ficar eu na casa que é só desperdício, só faço coisa, só faço moda.

Adolescente Giulia (16 anos):

Eu tinha dificuldade de me expressar com os outros, de conversar só que como aqui agora tá formado uma família para mim, como é que eu vô te dificuldade? Um monte de pessoa que eu já conheço, que eu já convivo, brincando eu tenho que me expressar. Aqui eu não tenho dificuldade nenhuma, agora eu me expresso, falo o que eu sinto, o que eu penso...

Assim, observa-se que o abrigo residencial consegue despertar a experiência de pertencer a um lar, com rotinas semelhantes às de uma casa ‘comum’, onde exista o sentimento de possuir

um lugar psíquico, um lugar que apresenta características de sustentação e reconhecimento (Winnicott, 1983), aspectos estes fundamentais para o permanente processo de subjetivação.

Não apenas os adolescentes experienciam esta forma diferenciada de acolher, como também os adultos expressam sentir de forma positiva o trabalho em abrigos com características de residência, especialmente no que se refere aos resultados alcançados.

Adulto Nádia:

Os funcionários da casa [...] Os funcionários da casa, com os monitores da casa, porque assim, o objetivo primeiro assim é um abrigo que possa funcionar o máximo possível próximo do funcionamento de uma família, não é? Então é a figura de pai, mãe ou cuidador não é, e a população da casa. Agora eu valorizo muito assim sabe essa integração, essa divisão de tarefas, essa participação dos abrigados com as atividades da casa, assim eu valorizo muito, por exemplo, a 26, a questão da elaboração das refeições não é, elas aprendem muito e elas participam e eu acho isso muito interessante porque além do, do aprende tem aquele aspecto do sentir-se em casa, não é? É o sentir-se em casa, essa casa é minha não é, então eu ajudo a fazer comida, eu ajudo a lavar o prato, ajudo a limpar o chão não é.

Adulto Luiz:

É uma rotina de casa mesmo né. Tu tem da manhã até o fim do plantão uma rotina de casa, que a gente procura reproduzir né, porque e até extrapola um pouco, porque tu faz de tudo né, o monitor dentro de uma unidade ele é meio chamado PPTO que é o 'pau pra toda obra', porque tu lava roupa, varre casa, faz comida, cuida da higiene das crianças, se preocupa com escola, com medicação, com..., com tudo né. Ih, eu acho que isso é um problema também porque tem um lado que é importante de tu transformar o ambiente muito mais como uma casa mesmo coisa que é um pouco impossível numa unidade como está aqui, que você trabalha com quase 25 crianças, e isso já está muito além do que se propõe para um abrigo residencial né, ...

Adulto Bernardo:

Mas, já no abrigo residencial eu vejo a diferença de resultados.

Essa rotina de casa expressa pelo Luiz, acima, extrapola a prática dos adultos para atingir as crianças e os adolescentes abrigados. Estes são constantemente convocados a participar da rotina da casa, desde o preparo das refeições e limpeza dos cômodos, até a higiene das próprias roupas.

No entanto, mesmo nos abrigos residenciais, os adultos experienciam algumas ‘burocracias’ nas práticas que jamais permitirão que os adultos cuidadores esqueçam de que estão em um abrigo e que têm deveres a cumprir. O adulto Luiz expressa sua preocupação com práticas complexas que, na sua visão, não fazem parte do rol de atividades instituídas para o cargo que ocupa, uma vez que, caso haja algum dano à criança ou ao adolescente, os cuidadores poderão ser processados pelo ato.

Adulto Luiz:

...e a própria questão da medicação, que pra nós é uma coisa muito delicada, porque a medicação quem ministra são os monitores né, boa parte delas. Não só aqui como na maioria das outras unidades, por pura carência de auxiliar de enfermagem.[...] Não, isso você pode fazê na tua casa, com o teu familiar e não em uma instituição onde as crianças aqui estão sob a guarda do Estado. Isso aqui não é, por mais que tu tente transformar num ambiente familiar não é a tua casa, tu responde criminalmente, civilmente, se tu te equivoca em administrar uma medicação ou uma criança se engasga com comprimido ou alguma coisa tu vai responder civilmente por isso, com absoluta certeza. Porque tu não tem essa competência pra fazê isso né. Isso é uma função do auxiliar de enfermagem né, mas pela carência de pessoal tu acaba sendo obrigado a fazê, né.. agora a gente sempre deixa claro isso que é uma responsabilidade muito grande, se acontece qualquer problema com certeza nós vamos responder civilmente por isso.

A não rigidez dos afazeres diários também foi apontada como uma das principais características de um abrigo residencial. Neste trecho, um dos adultos expressa o quanto a rotina da casa não é previamente determinada, podendo ser moldada às necessidades à medida que elas aparecem:

Adulto Bernardo:

Não se define, ela vai se constituindo ao natural... Os adolescentes e as crianças ajudam bastante na organização e limpeza da casa, o que eu não acho ruim porque eles aprendem a ajudar e a se organizarem também.

Porém, apesar do reconhecimento de que o trabalho em pequenas unidades apresenta melhores resultados, estas transformações não bastam para diferenciá-las do atendimento oferecido pelos típicos internatos (Rizzini, 1996). Assim, constata-se uma imperiosa

necessidade em alterar práticas arcaicas, instituídas como ‘produto de longos anos de segregação’ (Delgado, 2000), transformando as pequenas unidades em um ambiente com características de um lar.

Adulto Daniela:

Eu acho que o que falta pra melhorar... hoje assim ... é ser mais casa... não ser mais na visão instituição[...] Ser mais, casa como na tua casa. [...] O que precisa mudar? Bom na monitoria lá da casa W eles agem assim como se estivessem dentro de uma instituição ainda... não sei se é pela estrutura da casa, eu tô mais focada na casa W, que é uma casa de 2 pisos que dificulta o trabalho, né... tipo aquela vigilância, aquela coisa de tu ter que estar cuidando a parte superior e inferior, tem alguns assim, é muito perfil junto... eu acho que ..., bebês, meninos com vivência de rua ...

Segundo excerto de um adulto, algumas características contribuem para a experiência de sentir-se pertencente ao aconchego de um lar – características que vão desde aspectos físicos – estrutura e decoração da casa – até as relações interpessoais, nas quais a experiência de sentir que existe – enquanto pessoa – na subjetividade do outro é real e não apenas no nível do discurso, como possibilidade fantasiosa.

Adulto Daniela:

(... com relação a esta questão de características de casa, tem mais alguma coisa que você imagina que se mudasse teria mais esta característica de casa?) Tem. A questão da decoração.[...] Sabe, a decoração... nós até já comentamos isto logo que eu entrei... coloca um quadro na parede, um vaso de flor, alguma coisa assim que tu te sintas mais em casa... um espelho legal, né. [...] E eu vejo assim... hoje, uma das casas que mais funciona como abrigo residencial, que já faz anos também, 12 ou 13 anos que funciona e que é uma casa mesmo, como se tu tivesse na tua casa, tu te sente bem lá, a monitoria por exemplo, se o abrigado tá precisando de alguma coisa, eu não sei se pode ser a questão também de estarem juntos a vários anos, não sei se é isso, nas outras casas isto não acontece, mas eu não consegui ainda identificar o porque disto, se o abrigado tá precisando de alguma coisa que não tenha, não, eu vou te dar o dinheiro, depois quando aí vier o adiantamento, a diretora me dá, entendeu?[...] Tem um concurso na prefeitura de Esteio não eu vou inscrever a fulaninha, porque o desligamento dela tá próximo, então ela vai te que fazer um concurso, eles vão lá desembolsam o dinheiro deles mesmo, compram a apostilha e inscrevem ela, né, então é uma coisa assim bem...[...] Em alguns casos sim, por exemplo, neste caso de concurso não.

Verifica-se, assim, a concreta efetivação desta experiência. No entanto, faz-se importante ressaltar um ponto apontado como um dos possíveis fatores decisivo para o surgimento deste sentimento - 'tempo de convivência'. Mais uma vez parece ser possível questionar a transitoriedade (indiscriminada) da medida. Talvez possa ser pensado que a transitoriedade inviabiliza o acolhimento das reais necessidades dos adolescentes, trazendo muitas incertezas e proporcionando uma prática 'utilitária', em que o mais significativo é encaminhar o adolescente.

Adulto Daniela:

É por conta deles, exatamente, né, há eu vou leva, tem atendimento médico, vou leva, eu vou leva fulano, eles mesmo “Eu vou porque eu sei o que ta se passando com ele”. Não é aquela coisa automática, eu tenho que leva, robótica, sabe, eu vou leva, vou acompanha, ai chega lá e o médico pergunta ta mas o que ta acontecendo com fulano? “Ah, eu não sei, me mandaram aqui acompanha a criança”.[...] Exatamente, exatamente, porque que isto não acontece lá na W, eu acredito que seja o número da população que é muito alta, se fosse uma casa com 12 ou 13 crianças, ou 13 adolescentes.[...] Hoje, a minha opinião é que um abrigo de médio porte, como foi estipulado pra W, pra ser um abrigo de médio porte, com uma população de 24 crianças, não dá certo, eu acredito que não dá certo.[...] Não dá certo mesmo, pra ser um abrigo residencial o máximo de crianças que tem que ser são 12 ou 13 crianças, pro trabalho fluir, dar certo, pra ser uma casa mesmo.

Vale notar que o *ambiente de abrigo* não se resume apenas à estrutura física da instituição - mesmo tendo esta demonstrado ter grande importância quando favorece a experiência do sentimento de pertencer a um lar ou até mesmo a uma família. No entanto, este ambiente é também atravessado por outras instâncias como, por exemplo, a institucionalização da vida privada dos adolescentes, ou seja, como são estabelecidas as rotinas, o lazer e as amizades dentro do abrigo, bem como, de que forma as normas e regras institucionais ditam a vida pessoal dos adolescentes.

Após ser abrigado, o adolescente passa a ter uma rotina onde serão incluídas atividades individuais, bem como práticas e normas institucionais, revelando como o adolescente é acolhido e visto na instituição.

Adolescente Ana (Instituição Renascer, 12 anos):

Quando eu acordo, tomo banho, vou pro colégio, estudo, volto, almoço, na segunda-feira; daí eu vou para o curso.[...] O curso de panificação. Daí lá no curso eu faço o curso e venho pra cá.[...] É, só todas as segundas-feiras é assim; quando eu não tenho curso eu vou pro colégio e ...venho pra cá de volta e fico toda a tarde aqui.

Adolescente Paulo (Instituição Recriar, 15 anos):

A hora que eu acordo é chato. [...] De manhã é frio, daí os tio puxa as coberta pra acorda né...[...] Todos, até o B., pra acorda porque senão a gente dorme até não querer mais, de manhã eu vô pro colégio ...[...] Nada, daí de manhã eu vô pro colégio, chego 12 horas, depois do almoço ou eu passo a tarde toda jogando dama ou vô na quadra joga basquete. Só. Daí depois chega a noite, chega o lanche, daí eu lancho, fico olhando TV, jogando dama, chega a noite, janta, continuo jogando dama ou vô pro quarto lê um livro.

Adolescente Bento (15 anos):

Acordo as 7:15 da manha. [...] Escova os dentes, escovo no banho já. Ai eu fico o dia todo pra lá e pra cá, sem faze nada, joga dama, às vezes nos jogamos basquete lá em cima, a tarde de vez em quando ele libera o computador pra gente, seis hora seis e meia vou pro colégio, e volto 21:30 /22:horas volto do colégio janto e vô dormir.[...] (E final de semana como é que é quando você fica aqui, como é que é, pode acordar mais tarde do que 7:15?) Às 8:30 horas. [...] Faço a mesma coisa, fico até de tarde sem faze nada, vô da uma banda.

Percebe, ainda, através destes três excertos o quanto esta rotina pode ter características semelhantes em ambas as instituições, onde o adolescente descreve o seu dia, com atividades em um turno do dia e, no outro, uma ausência de afazeres – uma rotina marcada pela monotonia e pela espera – espera do tempo passar, espera pelo dia seguinte, espera por um mundo mais justo.

Mas, há também rotinas marcadas pela diferenciação, nas quais o adolescente sente que pode desenvolver suas atividades ‘livremente’ e não colocar estas atividades aquém da rotina institucional. O adolescente assim poderá ter o seu dia ocupado com atividades significativas e não a espera de algo.

Adolescente Giulia (16 anos):

Ah é corrida, eu saii às 7 da manhã, vô pra aula, chego, almoço, saii uma hora e vô direto pro Balé, fico a tarde toda no Balé, saii do Balé às 7:30 hora., venho

pra casa morrendo de cansaço, chego aqui, janto, faço o tema, se tenho que fazer, vejo minha novela, porque eu não posso perder ...[...] “i” vô pra cama. E, no dia seguinte é a mesma coisa acordo as 6 da manhã, saíu às 7, chego, almoço, saíu, saíu as 7 e meia do Balé, venho pra cá, chego aqui umas 8 e 45, vô tomar meu banho, vô janta.

Diferentemente de uma rotina com significado para alguns, é possível apontar uma rotina na qual a rigidez das regras é mantida mesmo quando não há atividades pessoais para serem cumpridas, revelando práticas cotidianas ausentes de sentido e significado e atravessadas pela automatização, nas quais se deve cumprir o previamente determinado.

Adolescente João (17 anos):

Acho que é 7:15 eu acho, 15 pra 7, 7:15 é um dos dois (risos), daí a gente acordar toma café, daí cada um faz sua atividade, um limpa o quarto, um limpa o banheiro, outro limpa a sala de jogos, a sala do computador, uns varre o pátio. Daí assim vai, daí depois quando acaba o serviço ta daí uns vai vê tv, tv dia de semana é só depois das quatro né, só hoje que é feriado que liberaram cedo pra vê tv, senão nós ia ta ali parado. Daí depois do almoço, claro, sê vai pra escola, daí volta da escola, deu, daí janta. Daí depois da janta até as oito, a janta é às 19 horas né, até as 20 horas é horário de estudo daí. Daí depois das 20 horas nós vamo olhar tv, olhamo América, a novela América e nove e meia dormimo. Daí começa tudo de novo (riso).

Em ambas as instituições pesquisadas constatam-se a presença de normas e regras institucionais, dentre elas, os ‘horários a cumprir’ é um dos pontos que chama a atenção pela forma como é conduzido. Apesar dos horários pré-estabelecidos para atividades cotidianas, como café da manhã, almoço, lanche e janta estarem presentes nos dois abrigos, verifica-se uma maior rigidez para seu cumprimento na instituição ‘Recriar’, especialmente no que diz respeito ao horário para o café da manhã.

Adolescente Ana (Instituição ‘Renascença’, 12 anos):

Às vezes eu durmo até o meio dia, até as dez, e depois...[...] Pode...[...] Não pode, sabe porque eu não gosto de tomar café da manhã...[...] É, se quiser tomar o café da manhã café tem que acordar cedo. [...] Oito horas, nove horas é o café até. Final da semana é até as 10 horas.

Adolescente Camila (Instituição ‘Renascença’, 16 anos):

Tem certo horário. [...] Oh, se tu que tomar café de manhã, tu tem que acorda 8 horas, depois das 8 h. não é mais horário de café. Até umas 9 horas a gente tem que acordar.[...] A. Pode.[...] Se não tem nada pra fazer.

Adolescente Bento (Instituição 'Recriar', 15 anos):

As regras.[...] Tinha que bota 9hs pro cara acordar, o cara acorda às 7:15 da manhã, o som depois das 10hrs.[...] Porque e muito cedo, uma hora o cara ta tri gripadão, vai levanta cedo vai da mais uma gripe, capaz do cara morrer.

Constata-se que mesmo o adolescente que não possui atividades definidas não tem autorização para permanecer em seu quarto após o horário determinado pelo grupo de educadores, pois o quarto deve ser chaveado. Esta rotina acontece também nos finais de semana. Assim, essa rigidez, automatização e regras não individualizadas - inclusive nos finais de semana – amplia ainda mais a distância para um acolhimento em ambiente residencial, proposta quando do reordenamento da instituição.

Adolescente João (Instituição 'Recriar', 17 anos):

Acorda, toma café, faz a atividade, as mesmas coisa de atividade... um limpa o pátio, o outro limpa o refeitório, passa pano no chão, limpa o banheiro... Tá, daí depois se acorda, vê um pouquinho de tevê, se quiser ver tevê, se não quiser e tiver um bom comportamento daí o tio deixa sair, dá uma volta na rua, ou libera a carteirinha pra pegar ônibus... se quiser pegar ônibus ai deu... só isso. Daí começa tudo de novo ... a semana, do colégio pra cá ...

Por outro lado, na instituição 'Renascer', normas e regras cotidianas possuem maior flexibilidade, especialmente nos finais de semana quando normalmente os adolescentes não necessitam cumprir as atividades de sua responsabilidade com tanto rigor e podem – inclusive – usufruir o espaço do abrigo de maneira provavelmente semelhante ao que fariam se estivessem em um ambiente residencial.

Adolescente Ana (Instituição 'Renascer', 12 anos):

Às vezes eu durmo até o meio dia, até as dez, e depois...[...] E aí depois eu almoço, é... Como eu tenho escala eu venho aqui organizo o meu quarto e depois eu saio pra passear.

Adolescente Ieda Carla (Instituição 'Renascer', 14 anos):

Tá, quando eu tô aqui, que é Sábado ... dai eu ... (risos) durmo de manhã até umas 10 horas, eu me acordo, faço a faxina... durmo, durmo, durmo, durmo, durmo a tarde toda, o dia todo, dai chega de noite, a gente vai ver tevê, dai depois no Domingo eu durmo, durmo, durmo (risos) e dai eu almoço, durmo, durmo, durmo (risos)... só durmo...

Adolescente Giulia (Instituição 'Renascer', 16 anos):

A gente sai, vai pra shopping, vamos lá pro Marinha, vamos pra praia de Ipanema, a gente combina assim com os guris, ai vamos jogar vôlei, vamos jogar futebol, vamos caminhar na beira da praia, da prainha lá de Ipanema.

No entanto, esta maior flexibilidade às regras pode gerar sérios conflitos entre os adolescentes e monitores, uma vez que os critérios não são claros e explícitos e parecem estar condicionados ao 'bom humor' dos monitores ou ao bom andamento das atividades cotidianas.

Adolescente Camila (16 anos):

Silêncio. Ih, muitas coisas.[...] Uma. Aquele dia que, sabe que eu fui pegar o queijo. Isso, só.[...] Ah, o tio veio me xingando e eu fui batendo boca com ele. Ai ele disse, entra pro teu quarto e foi me empurrando e me pegando no meu braço. E eu bem assim, 'não é bem assim'. 'Entra pro meu quarto' e foi pegando no meu braço.... Ai eu fiquei nervosa e comecei a chorar.

Já, quando os adultos cuidadores falaram sobre a rotina dos adolescentes, estes se referiram a apenas dois aspectos, quais sejam, ao cumprimento das atividades da casa e à realização das atividades educacionais, constatando ser esta uma rotina pensada e decidida pelo 'grupo de educadores e assistente social' e sem nenhuma participação dos adolescentes.

Adulto Edison:

E a rotina deles aqui quanto a tarefas isso a gente primeiro viu com eles né, o que seria necessário fazer, né, na casa, ou seja limpar os quartos, limpar o ambiente no qual eles ocupam aqui da casa. Só que a grande maioria fica fora o dia inteiro né, só retorna mesmo pra janta, então recaiu mais sobre dois meninos a tarefa da casa que é o K. que fica em casa pela manhã e o J. e o B. que ficam em casa pela tarde né. E isso também, né, foi esse grupo de educadores que junto com a assistente social que decide.

Adulto Gilda:

Faz parte da rotina deles, de ir pra escola de ir pra curso a gente conversa, passam, quando eles têm reunião,...

Além das normas estipuladas pelos adultos para a vida privada dos adolescentes, verifica-se também as normas definidas para a ‘organização da instituição’ que estão incluídas nas práticas cotidianas dos adolescentes. No abrigo ‘Recriar’ as normas e regras foram construídas com os monitores e assistente social e avaliadas e aprovadas pela direção para, em última instância, serem passadas para os adolescentes, configurando um ambiente onde as rotinas tornam-se desprovidas de sentido e significado. Neste abrigo, as regras recebem o nome de “Normas de Convivência”.

Adulto Gilda - instituição ‘Recriar’:

Já passamos também para os adolescentes as normas, né? Também, para eles saberem como funciona né? E tudo, eles conversam com os educadores, os educadores conversam com eles, eu converso:... tem os horários pra ser exato: tem horário pra lavar roupa, horário pra eles limparem a casa; é tudo determinado, tem os horários né? a organização é toda assim; nós tivemos que fazer assim por que? Porque se não tiver horário... em tudo que é lugar tem horário, tem horário pra ir pra escola, horário pra fazer... é uma questão da organização da instituição, mesmo.[...] Na verdade, quem montou foram... os educadores e a direção e nós, né. Eu, técnica, também.

Adulto Edison – instituição ‘Recriar’:

A rotina da casa é definida pelo grupo de educadores né, basicamente pelo grupo de educadores e pela assistente social. A direção opina, né, dentro do que a gente realmente coloca como norma de convivência né, faz algumas modificações assim no caso é necessário, embora eu não tenha visto, mas, por exemplo, a rotina da casa quando eu iniciei aqui nos dias que havia futebol e meio de semana os meninos não assistiam, eles sempre dormiam às 21 h., agora quando eu retornei já se flexibilizou o horário pra 21:30h. e nos dias que tem jogo da seleção brasileira, jogo da seleção e algum jogo da dupla Gre-Nal eles também podem assistir, coisas que eles não tinham. Então nós fizemos, chamamos o grupo de educadores pra fazer uma reunião.

Os monitores, além de participarem da construção das regras, são as pessoas encarregadas de seu cumprimento (Rizzini, 1996). Constata-se, assim, uma relação marcada, muitas vezes, por uma rígida disciplina (Foucault, 1987), onde o monitor detém o poder de controle, relação

esta determinada pela obediência às regras e, conseqüentemente, distante das necessidades, anseios e desejos dos adolescentes.

Adulto Mateus:

Às 21 h. eles são encaminhados a arrumar roupeiro; quem tem que tomar banho toma banho; escovar os dentes; dobrar a roupa sabe? Essas coisas de funcionamento assim, deles. Esse é o horário pra eles; porque a partir das 21:30 h., porque antes era 21h. E nós estendemos um pouco, depois da 21:30 h. não se faz mais isso. Não invente máquina de lavar roupa; meia e cueca eles lavam. De máquina de lavar roupa, de tomar banho, de arrumar roupeiro essas coisas, não se tem mais isso. Tem os horários pra isso e depois desse horário não se faz mais isso, depois disso não tem mais. Às 21:30 h. eles se recolhem eu boto uma cadeira fico sentado com eles, eles conversam por cinco, dez minutos aí, - pessoal boa noite! Então, agora vão dormir.[...] Eu acho cedo, eu confesso que acho cedo; eu não vejo ninguém em casa dormir as 21:30 h.; antes era às 21 h., eu briguei um pouquinho pra i pra 21:30 h., mas eles cumprem, alguns levantam às 6 h. da manhã; é um horário, é um horário... para a idade deles... guris dormem bastante, se deixar eles dormem bastante.

Assim sendo, mesmo o monitor não concordando totalmente com uma regra estabelecida, deve fazê-la cumprir para o bom andamento institucional. O processo educativo, dessa forma, fica restrito e aquém das regras instituídas, tornando-se um empecilho para o estabelecimento de uma relação onde confiança, intimidade, empatia possam acontecer.

Adolescente Ana (12 anos):

Às vezes quando faço coisa errada, às vezes quando eles estão... acordam com os pé virado.[...] Daí eles começam pegar nos pé de todo mundo, começam a sempre encher o saco. [...] como chegar atrasada, eles perguntam porquê daí eu não respondo.

Adulto Mateus:

Aqui a gente conversa muito. E... encaminho os meninos que vão ajudar na baixela, na limpeza, secar louça e tirar a mesa. Dezenove horas e trinta minutos a mesa já ta limpa, eu trago os livros, revistas, gibis, cadernos de caligrafia, boto em cima da mesa, chamo todos eles às 19:30 h., 20 h. estamos todos sentados ali estudando, enquanto a tia ta na cozinha arrumando as coisas, a gente tá ali.[...] É tem uns que não querem ficar e ficam no quarto aí eu vou lá e: 'ó é horário de estudo', ah, eu não quero estudar aí eu digo: se vocês não cumprirem o horário de estudo eu também não vou cumprir alguns horários, a partir das vinte horas a gente

pode ligar a TV, mas se vocês não cumprirem eu não vou cumprir o horário e saio; aí eles vêm, ficam me “remedando... dá uma vontade de rir, mas eu não dô risada”.

A não obediência a uma regra pode acarretar para os adolescentes distintos castigos ou punições que vão, desde não poder ligar o rádio ou tv, até retirar a ‘carne’ das refeições ou não ter autorização para visitar os familiares. Os dois últimos citados, segundo relato dos adultos, têm sido repensados e dificilmente aplicado. Porém, no momento da pesquisa em um dos abrigos a punição de retirar a carne da alimentação fora aplicada para todo o grupo de adolescentes, uma vez que um deles tinha cometido uma infração e não se apresentara ainda.

Adulto Edison – instituição ‘Recriar’:

A carne foi, já não se que trabalha com isso, só com a O. eles aprontam muito na cozinha e ai digamos que a carne fique com ela, mas agora raramente a gente..., tá sendo mais a TV, só se alguma coisa mais pessoal lá pra ela. Que ela ta lá fazendo, mais a questão da cozinha, mas normalmente é som e a tv, a gente já não tá mexendo nos finais de semana porque a gente chegou a conclusão de que bem ou mal é a família deles, é o vínculo deles de família e se não se comportar aqui a gente acaba castigando a família, também não deixa eles verem e o objetivo é que eles retornem, então esse tipo a gente já não tem mais mexido. Só quando eles não cumprem com o combinado do horário de retorno aí sim, eles andaram com uma coisa de ligar e sempre chegar depois do horário, ‘ah tio vou me atrasar, ah tio vou atrasar’. Então eles chegam até 18:30h., ah vou me atrasar meia hora, vou me atrasar, vou me atrasar. Ai sempre chegava 19:30h., a janta já recolhida aí tinha que fazer mais um prato, aí os outros já começavam a reclamar, ‘ah mas como é que chega depois das 19 h. e tem janta se eu saio pra rua e volto depois das 19 h. não tem janta’. Então nós estabelecemos que é até 18:30h., mas se chegar até às 19h tem a janta. Bom chegou uma hora depois, no final de semana volta uma hora mais cedo, aí conversamos com eles e eles concordaram porque os outros começaram a cobrar os que vinham no horário, “tá mas eu venho e ele vem depois e aí?”. Então nós fomos ver o que que vocês acham?, acham justo que seja assim, sim acham justo. Então teve um dia que o Bento foi pra casa e voltou só no outro dia, em vez de ir no sábado ele foi passar só domingo. Então esse negócio de cortar o vínculo como castigo ou por alguma, algo que ele tenha feito de errado na casa, a gente tá evitando.

Adulto Nádia – instituição ‘Renascer’:

Porque houve uma época assim de que a gente rezava que o vínculo com a família não tem relação com a disciplina. Né, eu não vou impedir que a menina vá pra sua família se ela teve um problema de disciplina, em outras oportunidades a gente fez assim ‘a menina teve problema de disciplina ela não vai’. Então a gente achou que nem tanto ao mar, nem tanto a terra, né. Então a gente vai avaliar, que

problema ela teve, o que aconteceu, o que houve, é muito grave, não é muito grave não é? Porque eu não acho justo assim tu, por qualquer 'fatuzinho' ali ela perde seu vínculo com sua família. Então a gente assim faz um meio tema, não é, porque está a Q. não foi à escola, digamos né, faltou da escola a semana inteira não é, mas porque ela faltou da escola a semana inteira, então tu vai vê que outras coisas têm em função disso, então não se porque ela não foi à escola toda semana, porque ela teve um problema de aprendizado, ela está desinteressada, ela não conseguiu acompanhar a disciplina por um problema de retardo dela eu vo tira o vínculo com a mãe, não é? Então o que aconteceu, a menina tem retardo mental, não está conseguindo acompanhar o conteúdo, eu vo duplamente penalizar, não é? Então são coisas assim que tu tem que contempla...

Constata-se, então, serem os castigos e punições utilizados em processos sutis ou nas frações mais tênues da conduta (Foucault, 1987) – como os atrasos. No entanto, parece não serem mais aplicados indiscriminadamente, sem uma compreensão da dinâmica própria do adolescente (Silva, 2002). O monitor – responsável por fazer cumprir as normas e regras institucionais é quem, geralmente, tem autonomia para executar as punições.

Adulto Daniela:

Não precisa tanto, tipo uma briga que acontece, uma briga, a menina já pagou aquilo indo pro DECA, ela vai te que responde aquilo, ela vai te que responde numa audiência pra júza porque que eu ela fez aquilo, por que tu tira 3 finais de semana, por que tu tira a praça dela, se ela já não tem nada.[...] Sim. Não, nós discutimos, mas o que acontece, por exemplo, o plantão que aconteceu o fato é que vão definir, eles é que tem autonomia pra decidir, qual a punição, qual o castigo.

No entanto, esta autonomia em decidir um castigo após uma infração pode gerar conflito entre os demais monitores do grupo e também entre os adolescentes, por não existir um consenso sobre o grau da infração e o castigo/punição aplicada, ou seja, faltam critérios para a aplicação de uma punição.

Adulto Daniela:

É cumprido .Como eu te dei o exemplo da casa Y, às vezes acontecia alguma coisa no plantão que achava que não, a menina me chamou de corno, mas ta tudo bem eu não vou fazer nada, ai os outros plantões não,' mas só um pouquinho cara tu vai te que fazer alguma coisa'.

Ainda com relação aos castigos ou punições, segundo relato de um dos diretores, os adolescentes ‘sabem’ até onde podem ir em cada plantão e usufruem disso para, algumas vezes, extrapolar em um comportamento e não serem punido.

Adulto Daniela:

Com certeza, a porque a tia fulana, o tio fulano nós podemos fazer no plantão deles, deixa que eu vou esperar o plantão da tia fulana.

Um outro aspecto que vale notar é que uma das possíveis punições aplicada aos adolescentes pode ser ‘fazer registro no DECA’ (Delegacia da Criança e do Adolescente). Os casos em que esse registro acontece normalmente são quando o adolescente traz drogas para dentro do abrigo ou quando há uma briga e um dos envolvidos se machuca. O castigo disciplinar (Foucault, 1987) tem como função reduzir os desvios normalizados pelos adultos e possui em sua essência ser corretivo – com punições da ordem do exercício.

Adolescente João (17 anos):

Só as briga.[...] Uma vez eu e meu irmão brigamo com o Roger, nós dois se pegúemo junto com ele, aconteceu que ele deu no meu irmão, dai eu dei um chutão na cara dele, só isso, ai me levaro lá no DECA, os tio levaro nós três, eu, o Roger e o meu irmão, só isso.

Apesar da rigidez nas normas e regras institucionais observadas na instituição ‘Recriar’, os adolescentes possuem autorização para saírem do abrigo nos finais de semana para passearem ou visitarem a família. No entanto, estas saídas estão condicionadas ao adolescente ter apresentado ‘bom comportamento’ – obediência às normas institucionais - durante a semana.

Adolescente João (17 anos):

Não, nós que pedimos. Até às seis da pra volta, só se não tive se comportado bem, daí eles falam ‘não vô te dá tal hora pra ti sai porque tu não te comporto bem’.
[...] Se comporta bem é cumpri as atividades, respeita os tio, não fala palavrão com os tios, porque tem uns que só falam palavrão pros tio, numa brincadeira se eles falam palavrão pros tio, os tio ficam bravo, daí deu, bota na ata, no livro deu. Ai depois eles fazem reunião entre eles, ai só dá o nome daquela pessoa na reunião. [...]
Pessoa que só ta aprontando, de repente daí eles tiram as coisas boas que tu tem, eles tiram daí saída, futebol, eles deixam a gente sem joga futebol, ai tem que fica só em casa.

Adolescente Paulo (Instituição 'Recriar', 15 anos):

Sábado, domingo também dá pra i pega ônibus.[...] Pro shopping, no centro.[...] Shopping Praia de Belas... e também de vez em quando a gente vai lá pro centro...

Adolescente Bento (Instituição 'Recriar', 15 anos):

Às vezes vou em casa.[...] Vô dar uma banda, fico umas 2 ou 3 horas e volto.

Adolescente João (Instituição 'Recriar', 17 anos):

Vou arrumar um cigarro pra fumar né... primeira coisa.[...] Pedir na rua ai ... pros tio, pras tia. Tem uns que dão até na boa, tem uns que o cara só pede na boa e já chegam tocando as patas e te manda bem longe já 'o tio, tô te pedindo um cigarro' ... o sr. vem ... fala, 'ah vai, vai', e já te manda bem longe, que isso? [...] Caminho por ai... não tem outro lugar pra mim ir, sem ser na rua, sem carteirinha, como é que eu vo ir? aonde? O tio não libera, mas hoje ele vai liberar de repente, daí eu vou pegar o ônibus e vou dar uma banda na Redenção, no Harmonia, ver como é que ta lá os gaúcho.

Nesses passeios, o adolescente pode sair sozinho ou acompanhado. Nesse caso, um colega do próprio abrigo pode ser o parceiro para as horas de lazer. Assim, as fraternias formadas no abrigo - que extrapolam os laços de sangue - constituem-se em um importante componente na estruturação do sujeito (Kehl, 2000) e podem significar não apenas um parceiro para horas de diversão mas, inclusive, um vínculo para planos futuros, pós-abrigamento.

Adolescente Paulo (15 anos):

Você tem amigos aqui no abrigo P.? Tenho, poucos.[...] é legal ter amigos.[...] E é bom porque a gente se une...[...] Claro, pra se diverti, pra saí, pra i no shopping...

Adolescente Giulia (16 anos):

Eu tenho amiga assim no AR X eu tenho uma amiga, que é bem amiga mesmo, amiga, amiga mesmo. A N. , a K.[...] A gente tinha assim, até fazia planos vamos morar juntas e tudo mais, eu até tava falando com elas esses dia, nosso plano ainda tá de pé, de morar junta hein, falta pouco.[...] Dai a N. "você vai morar comigo", dai fica "não, é tu que vai morar comigo", dai fica assim, então a gente vai comprar uma casa grande dai vai morar todo mundo junto.

Adolescente Henrique (15 anos):

Que eu considero amigo é o B., que é bem chegado, ele vai pra escola junto comigo, faz curso junto comigo, é tudo junto.

As formações fraternas podem desempenhar distintas funções e dentre elas as identificações com a presença dos laços de cumplicidade (Kehl, 2000), onde o lugar do semelhante pode proporcionar as identificações horizontais e onde os adolescentes se unem para realizar coisas que os pais ou responsáveis não lhes outorgam.

Adolescente Bento (15 anos):

Ah, tenho um só, mas e olha lá ainda. O mais confirmado mesmo é o Júnior.[...] Ah, porque, pode vê ó, briguei com o E. eu ia na baia busca um ferro, dá uns estouro no E., ai ele falou não faz que tu vai te incomoda, meu, garrei e não fiz porque ele falou que eu ia me incomoda.[...] Não é que seja amigo, é que ele falou que é meu irmão, né, tia, quase um irmão meu, tem que respeita ele, que nem ele me respeita.[...] Mas nos outros não confio muito.

Adolescente Camila (16 anos):

Você tem amigos aqui neste abrigo? Ah, amigo é meus dente.[...] Mas eu começo bastante gente daqui, da Y, K, W, Q, X, Z conheço bastante gente que era do outro abrigo.[...] São meus amigos, mas...[...] É bom, é bem bom, é bom ter bastante amizade.[...] Ah, porque... eu acho assim se a gente fizer inimizades, se a gente não tiver nenhuma amizade, quando a gente vai quere conversa com quem a gente vai conversar, num vamos conversar com ninguém, ficar triste num canto.

A experiência de morar no abrigo é sentida pelos adolescentes de distintas formas e expressam questões essenciais para um planejamento futuro dos ambientes de abrigo e do acolhimento oferecido. Em alguns casos, os adolescentes parecem demonstrar certa apatia com relação à experiência de morar em abrigo ou referente a algum fato importante que tenha acontecido.

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

Nada, nada me marco.

Adolescente Giulia (16 anos):

Aqui dentro não, nada me marco...

Além do sentimento de apatia demonstrado por alguns adolescentes, o que parece ter marcado esta experiência, para outros, foi uma incompreensão por parte de alguns adultos cuidadores para com uma ‘dificuldade’ que o adolescente vem apresentando e não conseguiu, ainda, resolver. E, adicionalmente, um sentimento de injustiça por receber uma punição sem, no entanto, merecer.

Adolescente Ana (12 anos):

Ruim foi que o tio Y. me acusou de eu ter roubado dinheiro da H. ... e no outro dia ela foi pro curso e a U. também e daí a U. viu ela com o dinheiro gastando, daí o tio Y. me acusou e isso que eu não gostei.

Adolescente Ana (12 anos):

É urinar na cama e os tios me xingar.[...] Sim. Tem um... quan... “Onte” eu vi um tio falando de mim com a N., falando de mim que...que eu tava demorando no banho e daí ela tava falando que, que é pra mim andar rápido porque é só pra mim - “só tirar a urinada, sua mijona” [...] É. Eu não mijo porque quero. [...] Agora tô tomando remédio pra mim parar. [...] Às vezes ele funciona; agora tem dois dias que eu urinei.[...] Não sei, eles fizeram o exame, mas não sabem como dizer, não sabem explicar, os médicos.

Adolescente Bento (15 anos):

Os roubo, isso aí me marcou. [...] Muita chinelagem dentro do abrigo. [...] Ai o cara que não tem nada a ver, paga pelos outros. [...] Não eu já sei quem é o ladrão daqui de dentro. A hora que ele rateia a gente caqueta ele.

A impressão de morar em um abrigo pode ainda ser experienciada através da rigidez nas regras que não permite concessões em alguns momentos e faz com que os adolescentes fiquem ociosos durante muito tempo, segundo relato abaixo:

Adolescente Bento (15 anos):

O ruim é que eles não liberam o som de manhã pro cara. [...] Porque o cara não tem nada pra fazê e eles podiam libera pro cara.

Diferentemente do relatado acima, constata-se que, quando existe uma empatia entre o adulto cuidador e os adolescentes, se o adulto demonstra estar atento às necessidades dos

adolescentes e reconhece os desejos destes, geralmente, verifica-se uma relação positivamente experienciada pelo adolescente. Nesse caso, pode-se perceber que também a possibilidade de fazer algo pelo futuro é importante para este adolescente que necessita se organizar.

Adolescente Henrique (15 anos):

Que eu me lembro não. [...] Importante?... o Pe. me pergunto se eu queria fazer curso no C., acho que foi isso, que foi importante pra mim.[...] Por causa que, acho que no futuro pra mim vai se bom isso ai, pra mim fazer, pra mim te pelo menos um curso, pra mim no mercado de trabalho, eu achei importante pra mim.

Adolescente João (17 anos):

Que me marco só as festas só...[...] As festas de Natal, só que não foi aqui, foi na chácara né. [...] Porque foi bom, todo mundo feliz, sem briga, sem nada...

Assim, percebe-se que as experiências acolhedoras, de confraternização, marcam positivamente a experiência do ambiente de abrigo para o adolescente, pois este consegue vivenciar sua permanência no abrigo com momentos de continência e prazer.

Para a adolescente abaixo, uma experiência positiva que o marcou e parece ainda marcar é quando recebe a visita da mãe, constatando o quanto o vínculo é algo de grande relevância para estes adolescentes.

Adolescente Camila (16 anos):

Silêncio. Tem muitas. [...] Quando minha mãe vem me visitar.

No entanto, adolescentes e adultos falam sobre aspectos que poderiam contribuir para que o ambiente de abrigo fosse ainda melhor para se viver, proporcionando um acolhimento mais personalizado.

Porém, constata-se serem estas sugestões de ‘naturezas’ distintas, ou seja, enquanto o adulto fala de aspectos para melhorar o seu trabalho, a sua prática diária, o adolescente aborda pontos que, se alterados, poderiam proporcionar-lhe um acolhimento mais personalizado e um ambiente mais próximo do familiar.

Adulto Mateus – instituição ‘Recriar’:

Vou falar uma coisa daqui mas que engloba, pega todas as unidades do abrigo. Mais capacitação dos educadores. Quanto mais entendimento, mais

capacitação você tiver mais tu pode passar', mais tu pode educar; e com mais ética pra poder educar, acho que falta isso; falta pegar com capacitação, falta incentivar a capacitação dos que não tem, são duas coisas, né? [...] Olha, primeiro, o mínimo do mínimo o sujeito tem que ter concluído o ensino médio, coisa que nós temos...aqui, não, mas Viamão tem muitos que não tem. Segundo: ele não tem que tá numa graduação, eu não to numa graduação eu já tive e já sai, ele pode não ter graduação, mas ele tem que ter essa ambição, isso é bom, essa ambição ele pode passar isso pros meninos; ou estar numa graduação ou já ter uma graduação, mas o salário que o abrigo paga pra um educador não exige, ele não pode exigir uma graduação, não é bem assim, né? Trinta e quatro funcionários não vai elevar o salário de todo mundo assim. E eu acho que cursos, seminários, formação, querer buscar, se informar, ler... tem educador que não tá nem um pouco inserido com a causa social, ou educacional sabe? O P., por exemplo, não sabe o que é uma LA, ele fala menores e quando ligam pra cá e ele fala que é do Albergue, isso pra mim é o cúmulo do cúmulo, sabe? Não importa se ele maneja bem com os meninos, não importa. O P. faz isso, sabe? Às vezes a gente não tem que ter uma formação melhor, porque o S. tem uma formação, iniciou Filosofia, foi seminarista, e diz cada palavrão pros guris, manda os guris..., fala cada coisa pros guris que eu acho um absurdo, sabe? A P. era pedagoga, então às vezes pode errar, sabe? Mas a chance de errar é bem menor. Quantos educadores entra e sai, eu acho que temos um compromisso muito grande com as crianças pra ficar testando a gente, pra ficar dando chance pra gente, - ah, vamos dar mais uma chance; dar mais uma chance - você tem compromisso com o quê? Com os funcionários ou , né? Claro, tem um custo ficar mandando funcionário embora toda hora, né então vamos... já que erramos uma vez vamos pegar pessoas mais capacitadas, com uma formação maior, se não tem vamos incentivar, vamos até ajudar, né?

No entanto, é possível perceber que o trabalho desempenhado pelos adultos cuidadores deve ser, especialmente, mais do que apenas um trabalho realizado com inteligência. Deve ser um trabalho desenvolvido por alguém que dedica sua vida ao cuidado do outro (Birman, 2000), em oposição ao de alguém que somente se disponibiliza a seguir um plano rígido de trabalho, não reconhecendo os sujeitos à sua frente nem as suas necessidades (Winnicott, 2002, Volich, 2000 e Guará, 1998).

O número insuficiente de trabalhadores foi outro aspecto citado pelos adultos como uma barreira que dificulta a realização do trabalho e deixa de contribuir, significativamente, para a qualidade do acolhimento oferecido.

Adulto Nádia:

Ahã,... olha eu acho que o que não deixa funcionar bem assim é o número insignificante de cuidadores sabe, porque se tu tens um bom número de cuidadores, não é, aí ele vai fazer o quê? Ele vai brincar, ele vai passear, ele vai fazer a tarefa, ele vai fazer.. e vai ficar muito mais assemelhado a uma família não é, 'agora se tu vai ficar fazendo sempre o dever do quadro', tu fica devendo sempre, não é? Então, tu não consegues acompanhar o tema, tu não consegues fazer a recreação, tu não consegues sentar pra conta uma historinha, pra jogar, né, pra sair. Eu acho é que isso é que fica faltando sabe.[...] Seria diferente o ambiente, porque você pode dividir por turminhas, uma turminha vai na praça, a outra vai no futebol, a outra vai pro shopping, não é...[...] Porque se tivesse um número maior de funcionários as coisas fluiriam de forma diferente, não é? ... E com essa falta o que acontece com o funcionário, tem que fazer o almoço, o funcionário tá aí mas tem uma pilha de roupa pra lavar e se não lava roupa hoje, não tem pra vestir amanhã, não é?

Apenas um adulto se reportou a aspectos relacionados aos adolescentes como sugestão para melhorar o ambiente de abrigo. Assim, segundo Celina, que a ociosidade e a falta de compromisso dos adolescentes consiste em um problema para o funcionamento institucional.

Adulto Celina:

Acho que mais ocupação, falta mais curso, mais de exige mais deles assim de permanece nos cursos que a gente consegue, que às vezes eles começam e não terminam.

Os adolescentes, por seu lado, expressam o quanto algumas 'simples' alterações neste ambiente possibilitariam uma experiência distinta da proporcionada. Segundo um dos adolescentes, a única forma de melhorar para ele seria 'estando fora do abrigo'. Nota-se, contudo, que este adolescente é o mesmo que experienciou sentimentos de incompreensão e injustiça por parte dos monitores, anteriormente apresentado.

Adolescente Ana (12 anos):

Pra ir embora daqui.[...] Se os tios pararem de acusar os outros...As pessoas de fazer coisas erradas...Acusar de uma coisa que eles gente não fez, ou pararem de botar defeito, isso ia melhorar bastante.

Com o relatado acima, constata-se ser imprescindível um outro olhar do monitor para com os adolescentes, especialmente nos casos em que os adultos não conseguem ser acolhedores e continente às necessidades especiais dos adolescentes.

Um outro adolescente alerta sobre a ociosidade que alguns adolescentes vivenciam e a falta de alternativas interessantes para estes como um dos possíveis motivos para as fugas. É reforçada, assim, a constatação de que o processo adolescente dificilmente é levado em consideração quando se planejam as atividades para um abrigo, especialmente se este acolhe também crianças, devido à grande atenção que estas demandam.

Adolescente Giulia (16 anos):

Então se elas tivessem uma atividade que elas gostassem (enfatizou bem essas palavras) aqui dentro eu acho que seria muito melhor, ia acaba com isso das gurias viverem fugindo, eu acho que isso ia se bem... que ocupassem muito mais a cabeça delas. Tipo assim, bijuteria é uma coisa que elas adoram, dinâmica, é uma coisa que se viesse alguém...[...] veio pra cá... não sei,... eu acho que devia ter uma pessoa assim até pra esses pequenos, porque quem é que não gosta de ouvir história, quem é que não gosta de ai vê uma pessoa assim contando, vê a cara da pessoa assim, ai eu adoro isso sabe. Uma pessoa contando uma história se fica ansiosa pra sabe, acho que deveria te isso. Pras essas gurias curso de bijuteria, assim até de tricô, crochê, coisas assim que elas gostam.[...] As evasões, porque as gurias querem festia, querem som, acho que poderia te uma coisa pra elas gostarem “a não amanhã tem isso, amanhã tem aquilo, vo me comporta porque eu quero isso, eu quero aquilo, dai elas não iam pensa assim tanto em “Ah, eu quero I pro som, eu quero vê isso, eu quero vê aquilo, eu vo fugi pra faze isso, vo fugi pra faze aquilo”

Um ponto adicional citado pelos adolescentes como alternativa para melhorar o ambiente onde vivem faz referência às normas e regras. Estas pareceram trazer grande descontentamento pelo excesso ou rigidez com que se apresentam. O que parece ficar explícito, mais uma vez, é que algumas regras, além de não individualizadas, não contemplam o processo adolescente, distanciando adultos e adolescentes e, conseqüentemente,

inviabilizando um acolhimento singular onde o reconhecimento do adolescente como um sujeito em desenvolvimento propiciaria um ambiente de *holding*. (Winnicott, 1983)

Adolescente Camila (16 anos):

Ih, muitas coisas (aumentou o volume da voz). Muitas regras.[...] Uma, a gente quando tiver uma festa, igual quando as gurias de Ipanema convida a gente e mais claro, tem que ir um monitor né, e eles não deixa a gente ir na festa.[...] Ai, eu que vo sabe, vocês não pode ir e não sei o que (enrola a língua pra falar, como se tivesse remendando alguém). Inda esses dias tinha a festa da minha colega lá, ela me convidou ih que era de noite a festa e eles não deixaram.

Adolescente Paulo (15 anos):

Se eles pudessem liberar a gente à noite também.

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

ai de noite, sábado aqui é um tédio, uma chatice... (falou isso no meio de risos).

Adolescente Bento (15 anos):

As regras.[...] Tinha que bota 9h. pro cara acordar, o cara acorda às 7:15h. da manhã, o som depois das 10hs.[...] Porque é muito cedo, uma hora o cara tá tri gripadão, vai levanta cedo vai da mais uma gripe, capaz do cara morrer.

Adolescente João (17 anos):

eu não sei o que fala tia.[...] Dormi tarde eu acho só. [...] Dormi depois do filme que dá, Tela Quente, hoje a gente vai vê Tela Quente, mas não é sempre também é que hoje é feriado, não é sempre...

Finalmente, alguns adolescentes expressaram desejar algumas alterações na estrutura física do abrigo – nova pintura para os quartos, arrumação dos banheiros - como sugestão para melhorar o ambiente onde vivem, para que o ambiente fique mais agradável e, possivelmente, com ‘cara de casa’, ou seja, mais acolhedor.

Adolescente Ieda Carla (14 anos):

E também outra coisa que podia muda, eles podiam pinta os quartos, essas paredes branca são muito clara de noite e eu amo escuro, [...] De preto.[...] sério, eu acho tão bonita essa cor, eu amo preto. Preto ou senão verde.

Adolescente Camila (16 anos):

Deixa eu vê, e outra, deixa eu vê. Hummmm... e as gurias chata também.[...] Ih, muita coisa. Tira os bebes e trazer mais gurias grande. Ah, os bebes incomodam demais (risos).[...] ih, arrumar essa casa que tá quase caindo aos pedaços, a sra. não acha tia? [...] Olha o banheiro ali tia.[...] E uma atividade boa, que eu sempre pedi desde o abrigo lá pra elas. Pra eu entrar numa escolinha de futebol.

Aparece novamente a questão de separar os bebês em outra casa, uma vez que estes exigem muita atenção por parte dos adultos, o que os adolescentes vêem como prejudicial, pois eles, além de ficarem sem atenção, necessitam auxiliar no cuidado aos pequenos.

Os adolescentes do abrigo 'Recriar' demonstraram-se muito satisfeitos com a casa nova (Adolescente Henrique: "A casa nova aqui ta bom"). Faz-se interessante notar o quanto o aspecto da coletividade está impregnada na vida destes adolescentes, uma vez que estes nem mesmo conseguem perceber/ sentir a falta de privacidade.

Assim, pode-se afirmar que algumas sugestões necessitam ser colocadas em prática. Certamente, isso terá um grande significado na qualidade do atendimento oferecido para que os abrigos dêem um passo na direção da efetivação dos direitos já conquistados. Parece não restar dúvidas do quanto o atendimento em pequenos grupos e o mais próximo possível de um ambiente familiar é não apenas necessário, mas também viável para o futuro de adolescentes que necessitam morar em abrigos ou ainda nos casos em que a transitoriedade ou provisoriamente da medida não se aplica ou não se sustenta.

Adulto Nádia:

... Mas eu acho que a gente assim como vivenciou a Fundação e FEBEM e agora a Fundação de Proteção a gente teve um ganho muito grande. Eu acho assim que a individualização, embora ainda precária, ela tá apresentando resultados, não é? Pelo fato assim de eles conviverem num ambiente melhor, onde eles podem participar, onde tem todas as faixas etárias, não é eu acho que isso é que deu um grande ganho pra vida dessa população, pra esse ambiente, porque os grandes abrigos eram massificados assim. Então eu acho que o abrigo residencial, o pequeno grupo, que convive junto deu assim um ganho muito grande. Você consegue trabalhar melhor, e fazê com que eles assim se respeitam, se sintam como irmãos, não é, pode cumpri as coisas, que o ambiente fique gostoso, fique bom, fique suave.

8 CONCLUSÕES

[...] Em "O Afeto que se Encerra" (Civilização Brasileira), livro de memórias que Paulo Francis publicou em 1980, o jornalista conta a certa altura uma viagem de automóvel com Samuel Wainer pela manhã carioca, depois de uma noite de intenso trabalho. O carro pára no sinal, e ambos contemplam alguns populares que chutam uma bola de meia. Samuel Wainer, provavelmente dominado pelo cansaço, comenta, em melancólico suspiro: "Eles querem tão pouco, e lhes negamos". Mais importante do que construir "esquemas" ou "paradigmas" de "engenharia social", é necessário começar pelo pouco que é negado. Respeito. Sim, essa palavra antiquada sem a qual nada existe ou resiste. (João Pereira Coutinho)

A seguir serão apresentadas algumas conclusões, a partir dos dados analisados nesta pesquisa, que inclui um longo percurso iniciado muito antes do ingresso oficial neste Programa de Mestrado. Sem a pretensão de delimitar modos de fazer, a autora pretende apresentar elementos acerca dos processos de estruturação dos abrigos para o acolhimento de crianças e adolescentes, com o intuito de nortear profissionais comprometidos com esta questão e que desejem proporcionar aos abrigados, a garantia dos seus direitos.

Muitas foram as reflexões, dúvidas, inquietações e angústias advindas desse processo; diversas foram alteradas, outras tantas se mantêm e outras ainda estão em processo de amadurecimento e elaboração devido a complexidade do tema de pesquisa – recheado e coberto de pontos delicados como a dinamicidade dos processos de abrigamento e as inúmeras histórias de vida alteradas com essa decisão judicial. Das vozes dos adolescentes e dos adultos cuidadores ecoam histórias, sonhos, desejos e uma realidade em constante processo de (trans) formação.

Refletir sobre o abrigamento de adolescentes é, antes de mais nada, poder escutar estas vozes, compreender o quanto os sofrimentos e as angústias atravessam estas histórias; é reconhecer e entender os sérios prejuízos advindos de uma prática, muitas vezes, ainda segregadora.

Uma das questões que transpassa e interfere intimamente o processo da abrigagem é a questão das Políticas Públicas voltadas para a infância e para a juventude. De acordo com inúmeros teóricos, dentre eles Sposito (2003), Abramo (1997) e Pais (1993), a ausência de uma maior implicação do governo federal e estadual para com a população juvenil e sua família contribui sobremaneira para uma acentuada cronificação de um processo histórico de abandono e, conseqüentemente, de institucionalização da pobreza.

O desmantelamento das grandes instituições, com objetivo de proporcionar um acolhimento mais humanizado, vislumbra novos modelos de abrigamento nos quais a criança e o adolescente possam ser acolhidos em suas reais necessidades. Um dos objetivos desta pesquisa é contribuir para aumentar a compreensão deste novo modelo, oferecendo subsídios para o que Delgado (2000) reputa como a até então ausente, produção de conhecimento dos seus efeitos nos abrigados.

Muitas são as interfaces que permeiam este processo histórico de cronificação da pobreza, em que a questão econômica emerge como um dos mais nocivos vetores desse processo. Embora se saiba que a pobreza em si não deveria ser a causa do abrigamento de uma criança ou adolescente como preconizado pelo ECA, nos inúmeros casos de abrigamento onde a justificativa é a pobreza, constata-se haver uma situação de miséria – crescente e avassaladora – que interfere diretamente na dinâmica das relações familiares e gera as denominadas ‘famílias desestruturadas’, um sinônimo para identificar ‘famílias incapazes de cuidar de seus filhos’.

A pobreza extrema é uma condição que submete inúmeras famílias ao enquadramento nas vulnerabilidades sociais, impedindo pais de exercerem suas funções estruturantes, não por comprometimento interno, mas antes por uma situação externa extremamente desfavorável.

Diante disso, acredita-se ser imprescindível estabelecer uma interlocução entre uma sociedade injusta que produziu esta exclusão e suas famílias excluídas, que parecem ter desistido do cuidado de seus filhos ‘devolvendo-os’ ao Estado. Como resposta à ‘entrega’ dos filhos, essas famílias são culpabilizadas ou vitimizadas.

Ainda no que tange às Políticas Públicas, a revisão do modelo de abrigagem envolveu instâncias diferentes de responsabilidades e atribuições (Milnitsky-Sapiro, 2005), fazendo com que a Federação incumba os municípios de administrar e manter as instituições. Conhecida como ‘municipalização’, esta medida tem sido vista como positiva por possibilitar que crianças e adolescentes sejam abrigados em uma instituição em seus municípios de origem e, assim, manter uma proximidade com sua família. Por outro lado, profissionais dessas instituições, freqüentemente, denunciam o crescente abandono por parte do Estado, que simplesmente transferiu para o município a responsabilidade de execução da medida de abrigagem.

Assim, uma estrutura falida e desmantelada vem dar como resposta o abrigamento – processo e produto da injustiça social. E por causa do abrigamento, de acordo com características culturais e organizacionais de cada instituição, crianças e adolescentes muitas vezes experienciam situações e conflitos – que variam desde a ausência de um projeto pedagógico até o desligamento do adolescente da instituição como forma de garantir a transitoriedade da medida – tão contundentes quanto os que levaram à necessidade de uma medida de proteção.

Sobre o aspecto da estruturação do ambiente de abrigo para receber a criança e o adolescente, detectou-se um sentimento de desvalorização dos trabalhadores desta área, especialmente os

monitores, justificado segundo eles próprios, pela carência de capacitação que os afeta e, por conseguinte, afeta as relações estabelecidas entre eles e os adolescentes. Conclui-se adicionalmente, que esta falta de capacitação impede o monitor de realizar uma análise mais ampla sobre a situação do adolescente abrigado e também de refletir sobre práticas freqüentemente adotadas – como, por exemplo, defender a separação de grupos de irmãos – incompatíveis com o proposto pela lei. Muitas vezes, por causa deste despreparo, a manutenção dos vínculos entre irmãos ou familiares é ignorada pelas diretrizes e reordenamentos internos das instituições – uma alienação de seus vínculos afetivos e direitos, enquanto cidadãos. Um exemplo claro desse processo é o atendimento proposto através do Reordenamento Institucional de uma das instituições analisadas, que ignora a manutenção dos vínculos entre irmãos na mesma unidade, separando-s sumariamente por idade e gênero.

A qualidade do acolhimento oferecido pelos abrigos, com freqüência, é prejudicada pela ambigüidade do conceito de transitoriedade, advindo da determinação do ECA de que a medida de abrigo é “provisória e excepcional”⁶⁶. O que se constata muitas vezes é que, por envolver aspectos complexos e sutis de uma prática institucional, a transitoriedade é dúbia tanto para quem trabalha nos abrigos, quanto para as famílias e os adolescentes abrigados.

Antes de aprofundar essas considerações sobre transitoriedade, faz-se necessário o questionamento sobre “*a real função de um abrigo*”, já que a resposta dada pelo Estado a esta questão tem comumente justificado a prática institucional que referenda a transitoriedade. Diversas são as instâncias que permeiam a justificativa para a efetivação dessa transitoriedade e a mais eloqüente é a que versa sobre as práticas do passado, onde a institucionalização massificada era indubitavelmente nociva.

Pode-se concluir ainda o quanto a cultura da transitoriedade dificulta o estabelecimento de vínculos entre adultos e adolescentes, já que os dois lados percebem “um tempo provisório”

⁶⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 101, parágrafo único.

que os une, fragilizando a confiança e a dedicação recíprocas. O abrigo, então, acolhe o adolescente como se este estivesse em trânsito, o que inviabiliza o reconhecimento de singularidades nos muitos que, infelizmente, não “estão só de passagem”.

É importante observar que apesar do artigo 101⁶⁷ - parágrafo único - do ECA versar sobre a transitoriedade da medida, anteriormente encontra-se no artigo 92, inciso VI, a recomendação de “evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados”. Porém, o que se constata na prática é que a transitoriedade preconizada muitas vezes é utilizada para justificar a transferência entre instituições ou entre unidades de uma mesma instituição. No entanto, ao investigar as verdadeiras razões de uma transferência, é comum encontrar eventos de não obediência às ‘normas’ da Instituição. Pode ainda ser, a prática da transitoriedade, justificada através da transferência entre unidades da instituição com objetivo de cumprir a determinação de diretrizes institucionais – para garantir os parâmetros de separação por idade e gênero.

Segundo os adultos, muitas vezes é inviável propor um trabalho pautado em termos de perspectivas de futuro com os adolescentes uma vez que a provisoriedade pode atravessar-lhes a vida a qualquer momento. Talvez seja a hora de, no que tange a essa questão da transitoriedade da medida, encontrar um meio termo entre a crueldade de um abrigamento ‘definitivo’ – implementado pelas grandes instituições massificadas do passado – e um abrigamento muitas vezes volátil e descartável, implementado por diversas instituições do presente: um abrigamento pautado por um plano de futuro para os abrigados e preocupado também com a continuidade do acolhimento oferecido (Winnicott (2002), Levisky (2005), Santos, (2004)).

⁶⁷ *Parágrafo Único* – o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando prorrogação de liberdade.

Assim, constata-se o quanto a transitoriedade interfere na prática cotidiana e no estabelecimento de um profícuo vínculo entre adultos cuidadores e adolescentes e, ainda, possa ser utilizada como explicação para o descompromisso da permanência do adolescente no abrigo e com o processo e a experiência com o cuidado.

Acredita-se ser imprescindível refletir, sem receios, em possibilidades outras de abrigar crianças e adolescentes em situação de abandono; distinto do já conhecido até o momento. Uma certa prudência com a efetivação da transitoriedade também deve ser contemplada, pois verifica-se que, em muitos casos, esta medida é indiscriminadamente aplicada simplesmente para números promissores aparecerem nas estatísticas sobre o abrigamento. Um outro modelo pode nascer quando os receios das institucionalizações massificadas abrir espaço para levar em consideração que, algumas vezes, o abrigo é a última opção para inúmeras crianças e adolescentes que não estão em trânsito e que têm o direito de serem bem acolhidos. E, se junto de um familiar, tanto melhor.

Além do inquestionável atravessamento da transitoriedade na estruturação dos ambientes de abrigo e, conseqüentemente, no acolhimento oferecido aos adolescentes, outras instâncias são também relevantes para a qualidade deste acolhimento. Um aspecto que surpreendeu a autora em ambas as instituições pesquisadas foi o fato de a maioria dos adultos entrevistados raramente utilizar o termo *adolescente* em suas respostas - os entrevistados se referem normalmente às *crianças* abrigadas - talvez um indicativo preliminar da falta de reconhecimento do processo adolescente. As poucas vezes que o termo *adolescente* foi mencionado foi com sentido pejorativo, ou seja, para definir um indivíduo que apresenta “desvios de comportamento”, que é contestador, desafiador, ‘mau educado’ - o ‘*aborrecente*’. Assim, o processo adolescente continua destacado das normas institucionais.

Os monitores - pessoas que convivem diariamente com os adolescentes - deparam-se com uma série de barreiras em sua prática cotidiana. Dentre elas, estão as burocracias

institucionais que, ao delimitarem papéis e ‘modos de fazer’ aos monitores, implicam que, ao experienciarem sua atividade, estarão automaticamente afastados dos adolescentes na medida em que estes são confrontados com um modo de fazer ausente de sentido e significados. Muito freqüentemente se observa que o monitor abdica da sua função de *cuidar* para assumir um papel hierarquicamente superior e de controladoria – um agente desprovido de vínculos que apenas *monitora* a vida dos adolescentes.

Apesar disso, os dados desta pesquisa apontam para um olhar diferenciado do adolescente para os monitores quando estes conseguem achar brechas neste modo instituído de fazer. Constata-se, assim, um encontro diferenciado quando determinados adultos se abrem ao vínculo e conseguem exercer a função de um *outro* significativo para o adolescente – inclusive sendo outorgados a desempenharem funções maternas e paternas. No entanto, esta vinculação só é experienciada (ou só acontece) quando os adultos se mostram dispostos a acolher os adolescentes (e o processo adolescente) na sua singularidade, acolhendo principalmente sua história de dor e estabelecendo novas experiências afetivas, isto é, ressignificando experiências anteriores.

Percebe-se assim, o quanto é distinta a experiência da vida no abrigo para os adultos e os adolescentes. Enquanto os primeiros buscam desempenhar uma função institucional, pautada por um papel instituído, os últimos parecem buscar um ambiente que consiga dar um sentido à sua história, acolhendo-os e ajudando-os a ressignificá-la, de modo que possam seguir seus caminhos, de modo que possam vivenciar uma experiência de lar primário (Winnicott, 2002).

O novo paradigma preconizado para as entidades de abrigo traz subjacente um novo olhar aos abrigados, valorizando sua história e sua individualidade. Assim, pode-se afirmar que o acolhimento em unidades menores e um atendimento personalizando - parece conseguir proporcionar nos adolescentes o sentimento de pertencimento. Entretanto, apesar de toda a

estrutura física de um abrigo seguir os preceitos recomendados pelo ECA, ainda transparece uma prática em que a individualidade é raramente percebida⁶⁸.

Para os abrigados sentirem-se pertencente é fundamental, pois só assim poderão se sentir um sujeito cidadão (Levisky, 2005). Os dados apontam que, quando crianças e adolescentes experienciam um ambiente continente, além de carinho, compreensão e, especialmente, continuidade nas relações, conseguem sentir que são valorizados - tornando-se, dessa forma, sujeitos e cidadãos, solidários e participativos (Levisky, 2005).

Normalmente a medida de abrigamento tem o seu fim no momento do desligamento de um adolescente. O abrigo e as pessoas envolvidas não poderiam 'desprezar' este momento, mas comumente o fazem. Mesmo quando – e isso é o que infelizmente acontece na grande maioria das vezes – os adolescentes não possuem um lugar para ir e deverão deixar para traz, mais uma vez, uma vida, uma história - que muitas vezes já estava sendo (a dolorosas penas) ressignificada. Por outro lado, constatou-se também nesta pesquisa, que os profissionais que devem efetuar este desligamento muitas vezes o fazem com angústias.

A falta de perspectiva para o adolescente que completa dezoito anos é apontada como um dos principais aspectos ansiógenos por parte dos adultos. No entanto, o que parece não ser levado em consideração, quando se reporta ao futuro, são as experiências do passado e a sempre presente constatação de um contexto social carregado de depreciação, injustiças e falta de oportunidades aos jovens; especialmente aos jovens das classes menos favorecidas.

⁶⁸ A ONG pesquisada é um exemplo concreto disso. No ano de 2005 sua estrutura física foi totalmente reconstruída para atender a um reordenamento institucional com objetivo de adaptar-se aos preceitos do artigo 92 do ECA. Apesar disso, observa-se uma construção baseada nos paradigmas do atendimento coletivo. O novo prédio, apesar de construído para acolher um número reduzido de abrigados tem dois quartos e apenas um banheiro para abrigar um total de dezesseis adolescentes.

Uma das sugestões oferecidas por alguns técnicos para este dilema é uma forma de continuação no atendimento onde, através de parcerias com outras secretarias – como o Demhab, por exemplo – poderia-se tentar garantir a continuação do trabalho.

É imperativo que se adote, urgentemente, uma postura de maior clareza frente às definições de papéis, funções e valores de instituições de abrigo, pois só assim a sociedade, através dessas instituições, poderá cumprir uma função realmente organizadora (Levisky, 2005). Do contrário, continuaremos a observar a triste situação de crianças e adolescentes tornando-se agentes e vítimas desse processo. Para alcançar esta importante meta, um ponto é fundamental – existência de uma ‘metodologia que respeite a importância dos vínculos afetivos e não apenas faça uso de um discurso de aparência e conveniências, mas que conduza a um encontro sincero, realista e de esperança...’ (Levisky, 2005).

A autora não possui certezas e portanto não certezas há comunicar. O que há são sentimentos, interrogações e uma busca de interlocução com o leitor que, espera-se, tenha começado na primeira página e que se estenda para bem além deste ‘provisório’ ponto final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ABAD, M. *Lãs políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivência, ciudadanía y nueva condicion juvenil*. Última Década, Viña Del Mar, CIDPA, nº 16, p.119 – 155, mar. 2002 *Apud* SPOSITO, M. P.; C. P.(2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. Políticas Públicas de Jjuventud em América Latina, Viña Del Mar, Chile, p. 1 – 23, 2003.

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 5/6, p.25 – 36, maio-dez. 1997. *Apud* SPOSITO, M. P.; C. P.(2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. Políticas Públicas de Jjuventud em América Latina, Viña Del Mar, Chile, p. 1 – 23, 2003.

ABRAMOVAY, M. ; PINHEIRO, L.C. Violência e vulnerabilidade social. *In*: FRAERMAN, A. (ed.) Inclusión Social y Desarrollo: presente y futuro de la comunidad Iero Americana. Madri: Comunica. 2003.

AQUINO, L. M. C. de. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora de abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária; a experiência em nove municípios brasileiros. *In* SILVA, Enid Rocha Andrade (org). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. 416p. Cap. 12, p. 325 – 365.

ARANTES, E. M. M Rostos de crianças no Brasil. *In*: PILOTTI, F.; RIZZINI, I (org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. cap. IV, p.171 – 220.

ARIÉS, Philippe. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquinha et all. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In*: CZERESNIA, Dina (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p.117-139.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 258p.

BENITES, L. Notas sobre a institucionalização de meninos e meninas de rua. Psicanálise e sintoma social II. São Leopoldo: Unisinos,1998. 410 p.

* Baseada na NBR-6023 de Agosto de 2000, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Abreviatura dos títulos e periódicos em conformidade com o MEDLINE.

BIRMAN, Joel. Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos. *In* KEHL, Maria Rita (org.). Função fraterna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 244p. p.171 - 208.

BLOS, P. Transição adolescente: questões desenvolvimentais. Trad. Maria Rita Hofmeister. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOFF, Almerindo. Crianças Institucionalizadas: um olhar psicanalítico sobre um programa de abrigo em uma ONG. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade do Rio Grande do Sul.

BORGES, S. M. N.(2000). Por uma clínica que a psicanálise nos ensina. *In* TUNDIS, S. A; COSTA, N.R.(org). Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil. 6ª Edição. Petrópolis:Vozes, 2000. Cap. 6, p.203 – 214.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente: lei federal 8.069/1990. Porto Alegre: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2003. 104p.

BRASÍLIA. Secretaria de Assistência Social/MPAS. Trabalhando abrigos. São Paulo, 1998. 68p.

CALLIGARIS, C. Cena de Sangue numa Rua do Bronx. Boletim de Novidades Pulsional, São Paulo, Pulsional, nº 86, jun. 1996. *Apud* MARIN, I. S. K. 1998). Instituições e Violência. Violência nas Instituições. *In*: LEVISKY, D. L. (org.) Adolescência: pelos caminhos da violência – a psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, cap. 7, p.101 – 112.

CARDARELLO, A. ; FONSECA, C. Direitos dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, nº 10, ano 5, p. 83-121, maio. 1999.

CARDARELLO, A. Implantando o estatuto: um estudo sobre a criação de um sistema próximo ao familiar para crianças institucionalizadas na febem/RS. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. *In* SILVA, Enid Rocha Andrade (org). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. 416p. Cap. 11, p. 303 – 323.

CASSORLA, R.M.S. Refletindo sobre Pavlik Morozov. *In*: LEVISKY, D. L. (org.) Adolescência: pelos caminhos da violência – a psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, prefácio, p.13 - 20.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes. 1998.

CORREA, O. B. R. A instituição família na tecelagem vincular. *In* CORREA, O. B.R. Vínculos e Instituições: uma escuta psicanalítica. São Paulo: Escuta, 2002. 112p. p. 67 – 84.
CORSO, D. M. L. Édipo, Latência e Puberdade: a Construção da Adolescência. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, v. , nº 23, p.18 – 30, 2002.

COSTA, Magda Beatriz Martins. Considerações sobre identificação e desidentificação na adolescência em situação de desamparo social. *In* OUTEIRAL, J., HUSADA, S.; GABRIADES, R; FERREIRA, A. (orgs.). Winnicott: Seminários brasileiros. Rio de Janeiro: Revinter, 2004, cap 38, p. 313 – 317.

DELGADO, P.G.G.Perspectivas da psiquiatria pós-asilar no Brasil (com um apêndice sobre a questão dos crônicos). *In*: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R.(orgs.). Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil. 6ª Edição. Petrópolis:Vozes, 2000, cap. 5, p.171 – 202.

DORNELLES, Leni Vieira. Infâncias que nos escapam: de criança de rua à criança cyber. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 109p.

ERIKSON, E. Identidade, Juventude e Crise. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 322p. Originalmente publicado em 1968.

ESPIG, A.S. Adolescência e Sintoma Social. Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre, nº 28, p. 58 – 63, jan.2002.

FARIA, V.E. A montanha e a pedra: Os limites da política social brasileira e os problemas da infância e da juventude. *In*: O Trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1996, cap. 8, p. 195 – 223.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120p.

FERREIRA, T. Os meninos e a rua – o psicólogo e os impasses da assistência. Revista Psicologia, Ciência e Profissão. 20, nº 1, p.2-17, 2000.

FLICK, Uwe. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. 2ª ed.. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, C. (2004). Os direitos da criança – dialogando com o ECA. *In*: FONSECA, C.; TERTO JUNIOR, V.; ALVES, C. F. (orgs.). Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, cap. 1, parte II, p.103 – 115.

FONSECA, C. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto alegre: Ed. Universidade. 2000.

FONSECA, C.L.W. Direito dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v.5, n.10, p. 83 – 121, (maio 1999).

FOUCAUL, Michel. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão. 27ª ed. tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FREUD, A. Adolescência. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, ano 5, nº 11, 1995. Originalmente publicado em 1958.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1961. 312p.

GRISCI, C.L.I. Trabalho, tempo e subjetividade e a constituição do sujeito contemporâneo. Revista de Ciências Humanas. Nº especial. 1999, p.87 – 106.

GROSSMAN, E. A adolescência através dos tempos. Adolescência Latinoamericana, Porto Alegre, v 1, n. 2, Jul./set, 1998.

GUARÁ, I. M. F. R. Trabalhando abrigos. São Paulo: IEE PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social?MPAS, 1998. p.68.

KEHL, Maria Rita (org.). Função fraterna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

LEVISKY, David Léo. Trauma e adolescência. 44º Congresso Internacional de psicanálise. Rio de Janeiro: IPA, 2005.

LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de. Juventude, Temor e Insegurança no Brasil. *In:* PINSKY, Ilana e BESSA, Marco Antônio (orgs.). Adolescência e Drogas. São Paulo: Contexto, 2004. p. 92 à 105.

LUNA, Matilde. Algumas definições sobre o Acolhimento Familiar e o seu desenvolvimento na Argentina. *In* CABRAL, Claudía. Acolhimento Familiar: experiências e perspectivas. Unicef, Terra dos Homens, Book Link. 2004, p.112 – 121.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. Instituições e violência. Violência nas instituições. *In* LEVISKY, David Léo (org.) Adolescência: pelos caminhos da violência - a psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 101 - 112.1998.

MELLO FILHO, J. Winnicott e Melanie Klein – encontros e desencontros, concordâncias e discordâncias. *In:* OUTEIRAL, J.; HISADA, S.; GABRIADES, R.; FERREIRA, A. (org.). Winnicott: Seminários Brasileiros. Porto Alegre: Revinter, 2004. cap. 2, p. 6 – 17.

MELLO, Simone Gueresi de. O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo. *In* Silva, Enid Rocha Andrade (org). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. 416p. Cap. 5, p.135-167

MILNITSKY-SAPIRO, C. Desenvolvimento sócio-moral e aspectos culturais do parentesco. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, v.2, n.6, p.72 – 86, 1996.

_____, C. The Faces of Violence in Brazil International Perspectives on Violence. New York: Greenwoods., p. 134-144, 2004.

_____, C. Construção de valores sócio-morais na cultura e suas formas de discriminação da adolescência . Simpósio Internacional do adolescente. São Paulo, 1, 2005. Scielo Proceedings online.

Notas de seminário sobre Adolescência e Violência na Contemporaneidade. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1994. cap. 3, p. 105 – 196.

OLIVEIRA, A. P. G. e MILNITSKY-SAPIRO, C. O ambiente de abrigo como *holding* para adolescentes. 2006

OLIVEIRA, C. S. Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001. 256 p. cap. introdução, 1 e 2, p. 9 – 72.

OUTEIRAL, J.(1994). Adolescer: Estudos sobre Adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

PAIS, J. M. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993. *Apud* SPOSITO, M. P.; C. P.(2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. Políticas Públicas de Juventud em América Latina, Viña Del Mar, Chile, p. 1 – 23, 2003.

RASSIAL, J.J. Entrevista com Jean-Jacques Rassial. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, ano 5, n 11, p.86-100, mês 1995.

RIZZINI, I. ; RIZZINI, I.“Menores” Institucionalizados e Meninos de Rua. *In: O Trabalho e a Rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1996. cap. 3, p. 69 – 90.

RUFINO, R. Adolescência: notas em torno de um impasse. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, ano 5, nº 11, 1995.

SANTOS, M. M. S. As angústias impensáveis e o manejo técnico na clínica – um estudo de caso. *In: OUTEIRAL, J. (org.). Winnicott: seminários brasileiros*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004. cap. 52, p. 420 – 428.

SIGNORELLI, Elide Camargo. Função materna e função paterna. Disponível em <http://www.ciadaescola.com.br/artigos>. Acesso em: 10 março 2006.

SILVA, E.; MELLO, S.G. e AQUINO, L.M.C. Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. *In* Silva, Enid Rocha Andrade (org). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. 416p. Cap. 8, p. 209 – 242.

SILVA, Vilma Aparecida da e MATTOS, Hélcio Fernandes. Os jovens são mais vulneráveis às drogas? *In: PINSKY, Ilana e BESSA, Marco Antônio (orgs.). Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 31-44.

SILVA, R. A. Delinquência Juvenil e Imagos Parentais: uma interlocução na contemporaneidade. Porto Alegre, 2000. 107 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, R. Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997. 205 p.

SILVA, R. A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. *In* Silva, Enid Rocha Andrade (org). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004b. 416p. Cap. 10, p.287 – 302.

SPOSITO, M. P.; C. P.(2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. Políticas Públicas de Juventud em América Latina, Viña Del Mar, Chile, p. 1 – 23, 2003.

SPOSITO, M. P.(2003). Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, pesquisa e informação. Fundação Friedrich, 2003, p. 57-75.

STEIN, C. A. e CARVALHO, I.C.M. ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política. Humanas, Porto Alegre, v. 24, n. ½, p. 36 – 55, 2001.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A. e PINHEIRO, V. S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. Psicologia e Sociedade, 14(2), p.133 – 147, Jul/Dez 2002.

VOLICH, Rubens Marcelo. O cuidar e o sonhar: por uma outra visão da ação terapêutica e do ato educativo. O mundo da saúde, v.4, ano 24, p.237 – 245, Jul/Ago. 2000

WINNICOTT, D. W. Privação e delinquência. Tradução Álvaro Cabral; revisão Mônica Stahel. – 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 319. Título original: Deprivation and delinquency.

_____, D. W. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradutor Irineo Constantino Schuch Ortis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. 268p. Título original: The Maturational Processes and the Facilitating Environment.

Disponível em: www.antt.gov.br/legislação/regulação/suerg/art227.pdf

APENDICE A - QUESTIONÁRIO

Dados de registros documentais sobre adolescentes abrigados:

Idade do adolescente: sexo: masculino feminino

- Tempo de abrigamento:
- Motivos do abrigamento:
- Tem história de abrigamentos anteriores? Sim Não
- Idade do primeiro abrigamento?
- Tem história de situação de rua?
- Qual a atual situação do adolescente com sua família
 - Com família e com vínculo*;
 - Com família e sem vínculo**;
 - Com família desaparecida;
 - Com impedimento judicial de contato com a família;
 - Sem família (órfãos);
 - Sem informação.

* Com vínculo: a família, embora afastada da convivência com a criança ou adolescente, reporta-se a ela/ele periodicamente, fazendo-se presente, existindo possibilidades de fortalecimento dos laços familiares e de reintegração do abrigado.

** Sem vínculo: a família, embora conhecida e localizada, nunca ou raramente se reporta à criança ou ao adolescente, o que dificulta o fortalecimento dos laços familiares e a reintegração do abrigado.

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Adultos Cuidadores

Monitores:

1. Há quanto tempo você trabalha aqui?
2. O que te motivou a procurar esse tipo de trabalho?
3. Você poderia me descrever como é teu trabalho/tua atividade no Abrigo?
4. Me fala um pouco da tua rotina aqui?
5. Gostaria que falasse um pouco sobre os problemas ou dificuldades que enfrentas aqui.
6. Como se define ou quem define a rotina da casa?
 - a. E do abrigado?
7. Como acontece a organização dos espaços do abrigo, espaços estes utilizados pelos adolescentes?
8. Me fala alguma coisa sobre as dificuldades que encontra no relacionamento com os adolescentes.
9. Como você me descreve esses guris?
 - a. sua família?
 - a. Como você descreve o comportamento deles de modo geral?
10. Poderias me descrever algum acontecimento que tenha te marcado nessa rotina?
11. O que você acha que ainda falta, de mais importante, para esses adolescentes?
 - a. E para melhorar o seu trabalho?

Apoio:

1. Há quanto tempo você trabalha aqui?
2. O que te motivou a procurar esse tipo de trabalho?
3. Você poderia me descrever como é o seu trabalho no Abrigo?
4. Você poderia me falar um pouco da tua rotina aqui?
5. Você poderia me falar um pouco sobre os problemas ou dificuldades que enfrenta aqui.
6. E com os adolescentes, existe alguma dificuldade? Qual (ais)?
7. Poderias me descrever algum acontecimento que tenha te marcado nessa rotina?
8. O que você acha que ainda falta, de mais importante, para esses adolescentes?
 - a. E para melhorar o seu trabalho?

Técnico

1. Há quanto tempo você trabalha aqui?
2. O que te motivou a procurar esse tipo de trabalho?
3. Você poderia me descrever como é teu trabalho/tua atividade no Abrigo?
4. Como você descrever a dinâmica do teu trabalho com os monitores?
5. Você tem contato regular diretamente com os adolescentes?
 - b. Qual a frequência?
6. Como você me descreve esses guris?
 - c. Em termos de família?
 - d. Como você descreve o comportamento deles de modo geral?
7. Como acontece a organização dos espaços do abrigo, espaços estes utilizados pelos adolescentes?
8. Como se define ou quem define rotina da casa?

- e. e do adolescente abrigado?
9. O que você acha que ainda falta aqui, para otimizar o ambiente para os adolescentes?
(proporcionar um bom ambiente)
- f. E para melhorar o seu trabalho?
10. No seu entender, o que você acha que poderia ser modificado, ou melhorado, no que diz respeito às políticas Públicas para essa área?

Adolescentes

- 1) Como é teu nome? Como você gostaria de ser chamado (a)?
- 2) Me fala um pouco da tua **experiência de viver** num abrigo/no abrigo.(aqui)
- 3) Você já esteve em **outro lugar como esse? (outro abrigo)** Quantos? Por quanto tempo? Você sabe porque saiu de lá ou porque foi transferido? Como você chegou aqui?
- 4) Você tem **parentes ou irmãos** que moram aqui também? Me fala um pouco se isso é bom ou ruim. Porque? E em outros abrigos? Quantos? Aonde? Porque eles não estão aqui também? Como é isso para você? (sobre o fato de ter outros irmãos que não estão abrigados)
- 5) Você tem **amigos** aqui no abrigo? Me fala um pouco como é isso.
- 6) Você sai daqui para **passear** - sozinho? Aonde você vai?
- 7) Você gostaria de me falar um pouco sobre sua **família** (relacionamento com mãe, com pai, visitas, frequência, como o adolescente se sente nas visitas).
- 8) Me fala um pouco como é um dia seu aqui (**rotina**).
- 9) Quem te acorda aqui no abrigo? Como é esse contato com eles? E o que tu acha dele? Você gosta dele?
- 10) Na sua opinião quem é a pessoa (adulto) mais importante para você? Por que? Quem são as pessoas mais próximas?

- 11) Já aconteceu alguma **coisa importante** que te marcou aqui? Boa ou ruim
 - 12) Você tem alguma **grande dificuldade** aqui? Você gostaria de falar um pouco sobre isso?
 - 13) Você acha que tem alguma coisa que poderia **ser diferente** aqui? para melhorar? O que?
-